

GEYSA DE CASTRO SILVA

Pesquisa-ação: dinamização de currículo para desenvolvimento de escola rural em comunidade

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA
1986

Orientadora
Consuelo de Menezes Garcia
Livre Docente em Currículo
Doutora em Educação
Professora Titular de Didática
Universidade Federal do Paraná

Co-orientadora
Corina Lúcia Costa Ramos
Mestra em Educação
Professora Adjunto
Universidade Federal do Paraná

"... porque *Tu estás* conmigo..."

Salmo 23, David.

A você *Velho querido*, força propul-
sora única de minhas realizações
e aos *frutos* do infinito afeto
que nos uniu.

Agradecimentos

- Aos meus *adorados Pais*, perenes orientadores no trilhar com fé e dignidade, os embates da vida.

- À minha *maravilhosa Família* pela ajuda e concessão de momentos que lhes pertenciam.

- À imensa *plêiade de Amigos* que de alguma forma colaborou, participando comigo desta jornada.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
RESUMO	x
SUMMARY	xiii
RÉSUMÉ	xiv
RESUMEN	xvi
1 <u>A PESQUISA</u>	1
1.1 HISTÓRICO DA PESQUISA	1
1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS	3
1.3 QUESTÕES A INVESTIGAR	4
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	5
2 <u>REVISÃO DA LITERATURA</u>	10
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CURRÍCULO	10
2.2 CURRÍCULO E ESCOLAS RURAIS	16
NOTAS DE REFERÊNCIAS	171
3 <u>RESULTADOS OBTIDOS. RESPOSTAS FORNECIDAS PELA COMU- NIDADE DURANTE A PESQUISA-AÇÃO</u>	181
3.1 RESGATE DO REALIZADO DE 1983 a 1985	183
4 <u>À GUIA DE CONCLUSÃO</u>	246
4.1 INTERPRETAÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA REALIZADA	248
4.2 PROPOSIÇÕES PARA REFLEXÃO E CONTINUIDADE DA DINÂMICA DO PROCESSO VIVENCIADO	266
ANEXOS	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281

LISTA DE QUADROS

QUADROS

	Registro dos Eventos Desenvolvidos na Pesquisa-ação na Área Rural de Morretes - 1983-1985	183
1	Levantamento das Escolas Rurais Isoladas Multi-seriadas do Município de Morretes em Estudo - 1983. .	199
2	Grade Curricular Ensino de 1º Grau de 1ª à 4ª Série nas Escolas Rurais Isoladas Multi-seriadas do Município de Morretes-1983.	200
3	Local de Origem dos Estudantes da EDBCP - 1985. . .	214
4	Condições Habitacionais das Famílias da Clientela da EDBCP - 1985.	215
5	Produção Agrícola das Famílias dos Estudantes da EDBCP - 1985	216
6	Bovinos, Suínos, Ovíparos e outras Criações das Famílias dos Estudantes da EDBCP - 1985	217
7	Sondagem Vocacional da Clientela EDBCP - 1985 . . .	223
8	Opinião dos Pais da Clientela da EDBCP em Relação à Escola.	224
9	Expectativa dos Pais dos Alunos da EDBCP em Relação às Atividades-Trabalho na Escola - 1985	225

10.	Opinião dos Pais em Relação ao que falta no Currículo da EDBCP	226
11	Expectativa dos Pais em Relação ao Futuro Profissional dos Filhos - 1985	227
12	Quadro de Funcionários da EDBCP - 1984-1985 (a)	242
13	Quadro de Funcionários da EDBCP - 1984-1985 (b)	243
14	Grade Curricular Ensino de 1º Grau de 1ª à 4ª Série na EDBCP - 1984	244
15	Grade Curricular Ensino de 1º Grau de 1ª à 8ª Série na EDBCP - 1985	245

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS

1	Matrícula Escolar em 1984 na EDBCP	201
2	População Escolar em 1984 na EDBCP - 1 ^a s Séries. . .	202
3	População Escolar em 1984 na EDBCP - 2 ^a s Séries. . .	203
4	População Escolar em 1984 na EDBCP - 3 ^a s Séries. . .	204
5	População Escolar em 1984 na EDBCP - 4 ^a s Séries. . .	205
6	Matrícula Escolar em 1985 na EDBCP	206
7	População Escolar em 1985 na EDBCP - 1 ^a s Séries. . .	207
8	População Escolar em 1985 na EDBCP - 2 ^a s Séries. . .	208
9	População Escolar em 1985 na EDBCP - 3 ^a s Séries. . .	209
10	População Escolar em 1985 na EDBCP - 4 ^a s Séries. . .	210
11	População Escolar em 1985 na EDBCP - 5 ^a s Séries. . .	211

RESUMO

A investigação sobre o processo educacional, segundo procedimento metodológico de pesquisa-ação, demonstrou ser ideal para dinamizar o currículo, de forma a compatibilizá-lo à leitura feita da realidade de uma comunidade rural, por seus principais usuários.

A idéia básica do método proposto por THIOLENT, fundamenta-se num trabalho teórico-prático do pesquisador, junto a uma população, onde a resolução dos problemas e os objetivos de transformação emergem das diversas formas de ação coletiva e só podem ser levados adiante, com a participação e decisão de seus membros.

Para operacionalização desta pesquisa, traçaram-se alguns objetivos a alcançar: 1º) passíveis de alteração durante os encontros com os grupos; 2º) extraíndo dados nos aspectos históricos, sócio-econômicos, culturais, educacionais e sanitários, como elementos infra-estruturais, para uma análise de questão curricular.

Atuando durante três anos, junto às oito comunidades rurais de Morretes, município litorâneo paranaense, percebeu-se que na seleção dos conteúdos e meios para organização da proposta, seria necessário responder a questões levantadas em relação à comunidade e sua postura frente à escola, enquanto se identificava marcos da legislação educacional e examinava ten-

dências assumidas pelo currículo, a partir dos efeitos da pesquisa-ação realizada.

Acompanhou-se o desempenho ascendente dos rurículas, numa contínua atividade, seguindo princípios metodológicos para atingir metas comuns deliberadas pela maioria do grupo.

Embora este procedimento metodológico de trabalho seja contínuo e dinâmico não produzindo resultados definitivos ou finais, é possível em certas circunstâncias, num corte longitudinal, caracterizar o quadro da situação para efeito do relatório deste trabalho. Assim, podem ser apresentados como resultados parciais neste momento as Grades Curriculares elaboradas ano a ano, as Informações Originais Coletadas, os Conhecimentos Revelados e as Práticas Produzidas, expressão de respostas à pesquisa realizada e caracterizadores do esforço e da cooperação duma comunidade, em certo período de tempo.

SUMMARY

According to the action-research methodological procedure, the investigation on the educational process proved to be feasible in dynamizing the school curriculum so as to make it compatible with the reality detected in a rural community together with its users.

The main idea proposed by THIOLENT in his method is developed on a theoretic-practical basis with a population whose problems solutions and transformational objectives stem from several forms of common action. They depend on the decision and participation of the community members.

In order to conduct this research some objectives have been established, taking into consideration the alterations while in contact with the groups, and the collection of data based on historical, social, economical, cultural, educational and sanitary aspects of the community, serving a infra-structural elements for the curriculum analysis.

Eight rural communities in Morretes, in the seaside of Paraná State were chosen for conducting this three-year research. In the contents selection and means for organizing the proposal, it became evident the need of responding issues related to the community and its attitude towards school as well as identifying matters of educational legislation and examining the adopted

curriculum tendencies, through the action-research effects.

Assistance was given the rural population's increasing performance on a continuous basis following methodological principles in order to achieve common goals established by the group.

Although this methodological procedure has been continuous and dynamic and has not provided one with definite or final results, in made it possible, in certain circumstances, to characterize the situation synchronically in order to allow for the development of this academic work. The partial results of this research were: the Yearly Curricula Planning, the Original Collected Data, the Assimilated Knowledge, the Practical Works Performed, all of which expressing responses to the research conducted and characterizing the effort and cooperation of such community for certain time.

RÉSUMÉ

L'investigation sur le processus d'éducation, dans une procédure méthodologique de recherche-action, a démontré que la dynamisation du Curriculum (Grille Scolaire) est possible, ce qui a permis de le mettre simultanément en harmonie avec la lecture de la réalité d'une communauté rurale faite par ses propres habitants.

L'idée directrice de la méthodologie proposée par THIOLENT est basée sur le travail à la fois théorique et pratique du chercheur au sein d'une communauté où la résolution des problèmes et les objectifs de transformation résultent des différentes formes d'action collective et ces actions collectives ne peuvent se développer qu'avec la participation et la décision des membres de la dite communauté.

Pour rendre cette recherche opérationnelle, nous avons tracé des objectifs qui, néanmoins, pourraient être modifiés suivant les rencontres avec les groupes en question. Ces objectifs devraient, surtout, nous permettre d'obtenir des données historiques, socio-économiques et culturelles, ainsi que des informations sur la santé et l'éducation de cette communauté; tous les éléments ainsi collectés constitueraient l'infra-structure de l'analyse postérieure du curriculum scolaire.

Travaillant durant trois années auprès de huit groupements ruraux de MORRETES, ville située sur le littoral du Paraná (Bré-

sil), nous nous sommes aperçus que, lors de la sélection des contenus et des moyens indispensables à l'organisation de notre proposition de travail, il fallait d'abord répondre aux questions soulevées par rapport à la position de la communauté face à l'école, tout en essayant d'identifier les grandes lignes de la législation de l'éducation et d'examiner les tendances adoptées par le curriculum scolaire à partir des effets provoqués par la recherche-action qui se déroulait.

Nous avons accompagné l'action progressive des autochtones qui, en constante activité, suivaient des principes méthodologiques pour atteindre des objectifs choisis en commun par la majorité du groupe.

Quoique cette procédure méthodologique soit continue et dynamique (ce qui ne permet pas, dans l'immédiat, de donner des résultats définitifs ou des conclusions) il a été possible de tracer un tableau de la situation, dans une coupe longitudinale et dans certaines circonstances.

Ainsi, à cette date, nous pouvons présenter les résultats partiels suivants:

- a) les grilles élaborées pour le curriculum scolaire;
- b) les informations originelles recueillies;
- c) les connaissances mises en évidence;
- d) les pratiques produites.

Tous ces éléments peuvent être considérés comme étant des réponses aux hypothèses de départ caractérisant ainsi l'effort et la coopération manifestés dans une communauté.

RESUMEN

La investigación sobre el proceso educacional según el procedimiento metodológico de investigación-acción, demostró ser ideal para tornar dinámico el currículo, para hacerlo compatible con la lectura que los principales usuarios de una comunidad rural, hacen de su realidad. La idea básica del método propuesto por THIOLENT se fundamenta en un estudio teórico-práctico del investigador, junto a una población en la cual la resolución de los problemas y los objetivos de la transformación derivan de las diversas formas de acción colectiva y sólo pueden ser conseguidos con la participación y la decisión de todos sus miembros.

Para operar esta investigación fueron trazados algunos objetivos: 1) pasibles de alteración durante los encuentros con los grupos; 2) extrayendo datos de los aspectos históricos, socioeconómicos, culturales, educacionales y sanitarios, como elementos infraestructurales para un análisis del problema curricular.

Actuando durante tres años junto a las ocho comunidades rurales de Morretes, municipio del litoral paranaense, se advirtió que en la selección de los contenidos y medios para la organización del proyecto, sería necesario responder a cuestiones interpuestas en relación a la comunidad y su postura ante la escuela, mientras se identificaban marcos de la legislación edu-

cacional y se examinaban tendencias asumidas por el currículo, a partir de los efectos de la investigación-acción realizada.

Se ha acompañado el desempeño ascendente de los rurícolas en una continuada actividad, siguiendo principios metodológicos para alcanzar metas comunes, discutidas por la mayoría del grupo.

Aunque este procedimiento metodológico de trabajo sea continuado y dinámico, sin que produzca resultados definitivos o finales, es posible en ciertas circunstancias en un corte longitudinal, caracterizar el cuadro de la situación para efecto del informe sobre este trabajo. Así pueden ser presentados como resultados parciales en este momento, las Rejas Curriculares elaboradas año por año, las Informaciones Originales Coleccionadas, los Conocimientos Revelados y las Prácticas Producidas, expresión de respuestas a la investigación realizada, caracterizadores del esfuerzo y de la cooperación en una comunidad, en cierto periodo de tiempo.

CAPÍTULO 1

A PESQUISA

1.1 HISTÓRICO DA PESQUISA

Constituiu preocupação fundamental básica para esta pesquisadora, o estudo sobre as diferenças culturais entre a escola e a clientela de 1º grau nas escolas brasileiras e principalmente paranaenses. Pressentia-se a necessidade de um processo de delineamento curricular capaz de atender a cada realidade, por se observar até então a defasagem existente entre o trabalho escolar realizado e a função sócio-educativa a que se propunha.

Iniciaram-se sondagens junto às regiões do estado mediante análises documentais e contatos com as prefeituras paranaenses, buscando uma comunidade mais homogênea, onde a pesquisa pudesse se efetivar.

No litoral, na cidade de Morretes a idéia geradora teve receptividade em fase exploratória junto às comunidades rurais, tornando-se a posteriori, campo de trabalho desta pesquisa. Na região em estudo havia oito pequenas escolas isoladas de classes multi-seriadas (um professor para todos os alunos), localizadas na área de Morretes. Em função da pressão exercida pelos núcleos populacionais, foi exigida a reestruturação de suas formas de organização. Como escolas existia: Rio Sagrado I, Sambaqui, Taperuçu, Saquarema, Rio Sagrado II, Morro Grande, Martha e Rio dos Patos. (Ver mapa em Anexo, p. 279).

Essa pressão resultante das carências sentidas pela deficiência de ensino e de aprendizagem ofertados pelas oito escolas, propiciou o delineamento de ensino e de aprendizagem de melhor qualidade, na Escola Desauda Bosco da Costa Pinto-EDBCP, uma escola ampla com ensino pluri-seriado (um professor para cada série), onde fosse desenvolvida uma sistemática educativa compatível com a realidade cotidiana percebida pelos usuários. Foi no momento da idealização dessa escola, que a pesquisadora desta investigação, passou a fazer parte daquele processo.

Mediante sucessivas aproximações durante os anos de 83, 84 e 85 com a comunidade no campo de observação, evidenciou-se a necessidade de desenvolver processo dinâmico de currículo de forma a compatibilizá-lo à leitura feita por seus usuários da realidade rural local, colocando em ação a escola idealizada.

O interesse pelo problema cresceu na medida em que duas razões específicas para estudá-lo, foram apreendidas por esta pesquisadora:

1^a - problema relacionado a currículo como agente capaz de promover mudanças reais e concretas;

2^a - orientação metodológica de pesquisa-ação de base empírica, em encontros periódicos, testando-a, enquanto os usuários geravam habilidades necessárias para formular um plano de ação auto-proposto.

O método de pesquisa-ação foi escolhido por ser uma função de ação planejada de caráter sócio-educacional com estrutura participativa e ativa, adequada ao estudo de questões curriculares.

A possibilidade de contribuir para discussões a partir de questões a serem esclarecidas junto ao grupo, por meio de encon-

tros onde conceitos, representações e práticas foram incorporadas em trabalho conjunto, contribuiu para o crescimento tanto da pesquisadora quanto dos demais membros da comunidade escolar e sociedade regional.

Para isto foi necessário clarificar o conjunto da situação concreta reconstituída como objeto da pesquisa, visando mostrar alguns indicadores das condições de vida, em seus processos psicossociais. Foi necessário ainda, ser conhecida a opinião dos membros da comunidade quanto ao grau de satisfação e suas expectativas em relação à escola, com vistas ao amadurecimento e ao preparo dos alunos para uma auto-realização pessoal e para uma transformação de conteúdo, dentro do contexto social maior.

Particularizando o raciocínio àquela comunidade, pode-se passar de conhecimentos gerais a conhecimentos concretos, na medida em que as reivindicações dos usuários direcionavam e comprovavam argumentações, suas reais necessidades e objetivos comuns. A cada encontro houve interação do saber formal do pesquisador com o saber informal dos participantes.

Na área de reconstrução educacional, a concepção da pesquisa-ação é adequada, quando a partir dos poucos dados disponíveis pode-se investigar, levantar dificuldades possíveis soluções e passar a uma tentativa de generalização, desde que respeitadas as características culturais, próprias a cada comunidade trabalhada.

1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

PROBLEMA

Em função do exposto, constitui problema desta pesquisa: **É possível desenvolver processo dinâmico de currículo, de forma a compatibilizá-la à leitura feita da realidade de uma comuni-**

dade rural, por seus principais usuários?

OBJETIVOS GERAIS

1 - Contribuir para a análise de questão curricular em zona rural.

2 - Efetuar estudos sobre compatibilização entre a leitura da realidade feita pelos participantes da comunidade e o processo curricular mediante realização de pesquisa-ação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 - Caracterizar a comunidade local nos aspectos sócio-antropológico, econômico, cultural, educativo e sanitário como elementos infra-estruturais para dinamização de proposta curricular, destacando suas necessidades, interesses e aspirações no tocante ao aspecto educacional.

2 - Identificar marcos da legislação educacional, como suporte para tratamento de currículo na zona rural.

3 - Selecionar em conjunto com os participantes da comunidade, conteúdos e meios para organização e dinamização da proposta curricular, a partir do saber manifesto e expresso na composição das grades curriculares.

4 - Examinar tendências assumidas pelo currículo a partir da pesquisa-ação realizada.

1.3 QUESTÕES A INVESTIGAR NAS DIFERENTES APROXIMAÇÕES COM OS PARTICIPANTES

Em relação à comunidade

- 1) Quais as origens da população envolvida?
- 2) Quais as profissões mais comumente encontradas?

3) Que tipos de atividades de produção e complementação são desenvolvidas pelas famílias?

4) Quais os caracteres culturais presentes em seu vocabulário peculiar, hábitos e costumes?

5) Quais as condições habitacionais?

Em relação à comunidade diante da escola

1) Quais as aspirações da comunidade no sentido educacional?

2) Quais as necessidades manifestadas pela população adulta no sentido educacional?

3) Quais os interesses demonstrados pelos jovens e pelos adultos?

4) Quais as aspirações que ficaram presentes nos jovens e adultos?

5) Qual o interesse específico demonstrado pela comunidade em participar da dinâmica do currículo?

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi executado dentro das seguintes etapas:

1983, 1984 e 1985:

1 - Pesquisa referente às diferenças culturais entre escola e clientela, através de revisão bibliográfica e estudos documentais das Bibliotecas de: Morretes, Pública do Estado do Paraná, de São Paulo, Círculo de Estudos Bandeirantes, Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, de Brasília, do Rio de Janeiro, da Universidade de São Paulo, Santa Úrsula (RJ), Fundação Getúlio Vargas, Sede da UNESCO (RJ), FUNDEPAR, Casa da Memória, FUNARTE, Fundação Cultural de Curitiba, Instituto de

Educação do Paraná, do Museu Paranaense e Imprensa, da Casa Romário Martins, de Educação e de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, do Departamento Estadual de Arquivo e Micro-filmagem do Paraná, buscando aspectos históricos e apoio teórico.

2 - Sondagem junto às Regiões do Estado através de análises documentais, junto às prefeituras do litoral paranaense e contato com a Prefeitura de Morretes (foco mais receptivo da região para desenvolvimento deste trabalho).

3 - Consulta bibliográfica sobre pesquisa-ação e observação participante.

4 - Desenvolvimento de pesquisa-ação mediante observação participante.

1983

- Contato com as escolas isoladas da região morretense.
- Reuniões e palestras com o pessoal recrutado para debates e formação da escola.
- Planejamento e execução da infra-estrutura escolar (EDBCP).
- Trabalho com as equipes e preparo do pessoal atuante na escola para implantação de alterações nas grades curriculares das antigas escolas, com reflexão sobre a nova proposta.
- Levantamento de elementos sócio-culturais específicos, em termos de educação rural, visando resgate para implementação de nova proposta curricular.
- Participação na criação de Associações em prol da comunidade - Centros de Socialização, Associação Pais e Mestres-APM, Assistência Médica e Odontológica.

- Organização de um núcleo de capacitação e assessoria, junto a Organismos específicos de apoio externo: Fundação Educacional do Estado do Paraná-FUNDEPAR, Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná-ACARPA, Banco Internacional de Desenvolvimento-BID, Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PRÓ-RURAL, Projeto de Desenvolvimento Integrado de Arte e Educação-PRODIARTE e Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal-PROMUNICÍPIO:

- Coordenação e dinamização para elaboração de proposta curricular adequada à realidade da escola EDBCP, cujo prédio havia sido construído e iniciaria seu funcionamento em 1984.

1984

- Participação na dinâmica do currículo iniciado em 1984 na escola EDBCP.

- Visitas às várias comunidades rurais paranaenses e brasileiras, em intercâmbio de práxis educativa, dando ênfase aos projetos desenvolvidos no município de São José dos Pinhais-PR, nos onze municípios do Estado do Espírito Santo e em Beira Córrego-MG.

- Observação participante local (continuidade).

- Participação na restauração das antigas estruturas físicas, sede das escolas multi-seriadas, para atendimento à população de faixa etária inferior a 7 anos de idade.

- Caracterização da clientela, sob os aspectos sócio-anropológico, econômico, cultural, educativo e sanitário.

- Participação na implementação de Postos de Saúde, espalhados na região.

- Participação na instalação de Festas e Grandes ou Pequenas Feiras de produtos horti-granjeiros e frutas regionais, com o objetivo de angariar fundos para melhoria das condições internas da sede da nova escola e enriquecimento da merenda escolar.

- Reuniões avaliativas com pais de alunos e comunidade, quanto aos objetivos propostos e atingidos pelo currículo.

- Análise crítica da necessidade da continuidade da seriação escolar e das propostas curriculares.

- Realização de vários Seminários com a participação do corpo docente, experts, autoridades e representantes das comunidades, Departamento de Educação de Morretes.

- Conduzir novos ajustamentos curriculares e práticas pedagógicas compatíveis ao momento.

1985

- Visitas às diversas comunidades rurais brasileiras e europeias (Espanha, França e Portugal), em intercâmbio de experiências e análise comparativa.

- Estudos bibliográficos junto à UNESCO, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, MEPES, Bibliotecas das Faculdades PUC, UFRJ e Santa Úrsula do Rio de Janeiro; Mariana e Beira Córrego-MG.

- Criação da 5ª série do 1º grau na EDBCP e implantação do pré-escolar.

- Coordenação para organização de feiras e festas regionais.

- Dinamização pré-construção de mais 06 (seis) salas de aula para atender à demanda da clientela escolar. Preparo de área adequada para desenvolvimento do pomar e horta escolar.

- Reuniões para avaliação com pais e professores, visando levantamento de interesses e necessidades. Visitas domiciliares.

- Implementação de disciplinas na grade curricular da escola, contidas nesta etapa do processo dinâmico de ajustamento curricular visando:

- a) atendimento das reivindicações comunitárias;
- b) ampliação do conhecimento de métodos e técnicas adequados para a auto-consciência e auto-determinação, no desenvolvimento do ser humano em seu ambiente.

Instrumentos Utilizados na Coleta e Sistematização de Dados

- Registro de leitura de livros. Análises documentais, periódicos (jornais e revistas), dissertações sobre a temática Educação Rural.

- Registro dos eventos desenvolvidos e dados obtidos na pesquisa-ação através da observação participante, na área rural de Morretes:

- a) documentos feitos através de fotografias e slides da realidade a ser trabalhada;
- b) síntese da caracterização do ambiente escolar;
- c) fichas cadastrais da população da EDBCP para caracterização da clientela;
- d) síntese da caracterização da população envolvida, através de fichas cadastrais elaboradas;
- e) entrevistas livres não estruturadas com membros da comunidade rural, Diário de Campo;
- f) quadros de grades curriculares;
- g) entrevistas com autoridades, especialistas, técnicos e responsáveis pelo problema escolar na área rural.

CAPÍTULO 2
REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CURRÍCULO

A educação é um dos fatores de maior importância na dinâmica da vida sócio-cultural e econômica, na qual estão inseridos os indivíduos. Há influência dela na mudança de comportamento humano e no uso mais eficaz dos conhecimentos científicos e técnicos adquiridos¹. Com o objetivo de sobreviver o ser humano expressa seu potencial através de suas forças físicas, afetivas e intelectuais. Dá forma ao ser com a vida, no processo de relacionamento dialógico com o outro, com o mundo e com Deus. Isto direciona o comportamento da pessoa como ser individual e como ser social, ou seja, em seu relacionamento com outros elementos dos grupos, com os quais interage².

A essa estrutura comum que caracteriza um grupo, ERICH FROMM chamou de caráter social, *"a matriz de caráter, uma síndrome de traços que se formou como adaptação às condições econômicas, sociais e culturais comuns àquele grupo"*.³

A **educação rural** nasce como um processo empírico natural, frente às contingências da vida campesina. Observa-se no entanto, condições de ordem social, econômica, técnica, sanitária, política e profissional, específicas com as características desse meio, em seu relacionamento com ambientes que lhe são diferentes.

Somente através do currículo escolar adequado, inicia-se a educação formal dos indivíduos, orientando-os a viver melhor, porque capazes, tanto de se orientarem em novos ambientes, quanto a agirem sobre o ambiente em que funcionam.

Admitir currículo como um "*padrão organizacional prescritivo de estruturação da aprendizagem*"⁴, implica que se tenham bem caracterizados:

- a) os elementos pré-condicionais à situação de ensino e de aprendizagem para qual ele é destinado;
- b) o quadro de referências garantidor de coerência interna, para desenvolver elementos componentes de currículo: definição de **a quem, como e o que ensinar-aprender**;
- c) o preparo de condições de implementação capazes de fazer funcionar o currículo proposto.

O estudo do currículo caracteriza-se e define-se em práxis específica de atuação. Embora apoie-se no desenvolvimento da psicologia e da sociologia, procura investigar na observação da problemática do ensino e do resultado de seu processo, para melhor efeito de ação e desempenho. Busca compreender a aprendizagem - fato educacional - à luz das matérias a serem desenvolvidas, métodos de instrução, objetivos aos quais se deve voltar, prioridades a desenvolver, adequação de recursos, provimento de meios, clientela da educação, aspirações e tipo de educação ministrada à população alvo, para finalmente refletir a práxis, convertendo-a em diretrizes.

Numa síntese de formas de organização curricular, EISNER & VALLANCE⁵ identificam cinco concepções de currículo que facilitam a compreensão dos trabalhos educacionais realizados nas escolas: Racionalismo Acadêmico - RA, Desenvolvimento de

Processos Cognitivos - DPC, Auto-Atualização ou Experiência Consumatória - AA ou EC, Reconstrução Social e/ou Relevância Social - RS e Currículo como Tecnologia - CT.

RA - aborda prioritariamente parâmetros culturais para a organização e sistematização do currículo. Objetiva a perpetuação de valores intervenientes no processo de desenvolvimento social. Enfatiza a estrutura da matéria como base para organizar e apresentar o conteúdo. O aluno modelado, passivo, secundário em seus interesses e necessidades dentro da estruturação disciplinar e metodológica. A metodologia é específica para cada disciplina. A escola neutra, agenciadora da transmissão do conhecimento, baseia-se na verdade definida. O professor agente selecionador dos conteúdos significativos. A linguagem formal, literária, estilizada. Adota a filosofia de tradição cultural, essencialista.

DPC - enfoca a habilitação para competências cognitivas futuras. O significado é o processo e não o conteúdo específico; organiza atividades escolares para acompanhar o desenvolvimento do aprendiz, estimula a capacidade individual no domínio do processo de aprendizagem. A função da escola é proporcionar condições de aprendizagem dinâmica, provendo repertório de habilidades cognitivas, de conteúdos para ampla variedade de situações. O professor, coordenador e facilitador da aprendizagem, identifica processos intelectuais mais relevantes e eficazes; sua linguagem didática, instrumental, objetiva e normativa. A filosofia desta concepção, volta-se a valores práticos de interpretação pessoal.

AA ou EC - tem alicerce na capacidade individual de enfrentar construtivamente os aspectos do cotidiano. Através da

regulação do organismo humano que tendendo à auto-realização, avalia sua experiência utilizando-a para modificar-se, assegurando a consecução de seus objetivos. A autonomia e responsabilidade são seus instrumentos. A função do currículo é a de prover cada estudante de experiências pessoalmente satisfatórias e consumatórias; à escola cabe proporcionar experiências vitais e potencialmente enriquecedoras para a liberação e desenvolvimento pessoal do aluno. O papel do professor é de estimulador, facilitador da aprendizagem oferecendo recursos para sua auto-promoção. O aprendiz é ativo, atuante, centro de todo processo educacional, trabalhando com um conteúdo enfatizado como experiência presente, elaborado a partir das necessidades individuais. A linguagem da comunicação é elaborada, integrativa, vocabulário tomado do Humanismo, da filosofia Existencialista, proposição de valores afirmativos da integridade pessoal.

RS - baseia-se na Teoria Topológica - reconstrução e diferenciação do espaço vital. A educação é um processo social, instrumento eficiente na reconstrução de estrutura da sociedade. O currículo deve estimular a exploração de situações que possibilitem ao estudante relacionar-se com os problemas e mudanças do ambiente, tanto mediatos como imediatos. A escola é agência de mudanças, ponte entre o que é (o real) e o que deve ser (o ideal). O aluno é elemento interativo no contexto socializante do currículo, adaptando-se à estrutura social presente, com vistas à modificação estrutural futura. Tem como agente o professor, que desperta-lhe a consciência participativa e de responsabilidade reconstrutivista. Os fundamentos filosóficos desta concepção, voltam-se à afirmação explícita dos

valores sociais, utilizando uma linguagem circunstancial, politizada, com base na socio-psicologia.

CT - conceitua a educação como um sistema de desenvolvimento de competências específicas e a função do currículo como a busca e criação de meios mais eficientes para atingir fins educacionais pré-definidos e não problemáticos. O centro do processo é a tecnologia utilizada para a produção e fornecimento de materiais aos estudantes. O papel do professor é o de organizador dos materiais com antecedência e auxiliar do trabalho do aluno sobre aqueles documentos pré-selecionados. O estudante não constitui problema na fase de preparação dos materiais, nem na organização do sistema.

Metodologicamente a concepção preocupa-se em como desenvolver o processo de informação e aquisição de habilidades específicas, sistematizando a aprendizagem. Utiliza linguagem clara, concisa, objetiva, própria da análise de sistemas. Fundamenta-se psicologicamente no comportamentalismo e condicionamento operante; filosoficamente não expressa interesse explícito em relação a sistemas de valores formais absolutos.

O processo dinâmico do currículo, seja qual for sua concepção e seu caráter de delineamento a longo prazo, periódica e continuamente, exige da instituição escolar reformulações quanto a metas, conteúdos, procedimentos e avaliação de ensino, delimitados na medida em que a escola assume o atendimento à comunidade a que serve e esta, assuma sua participação na vivência do próprio processo curricular.

Caberia, segundo a opinião da autora do presente trabalho, aos cursos de pós-graduação em educação, desenvolver uma dedicação especializada para atender às instituições escolares.

formais no Brasil, em seu processo de ajustamento entre necessidades e decisões relativas às suas comunidades específicas, **dentro de uma realidade vivenciada em sua dinâmica.**

Identificadas as vinte Universidades que oferecem cursos de pós-graduação em educação, cadastradas no Centro de Documentação, Pesquisa e Informação de Assuntos Educacionais -CEDAU, defrontou-se com a dificuldade de obtenção de dados relacionados à experiências desenvolvidas no tocante à dinamização curricular.

Direcionou-se então a consulta aos cinco Catálogos do Banco de Teses, com o propósito de analisar a produção científica registrada, indicativas de estudos de currículo e suas contribuições realizadas no país. Constatou-se que as teses defendidas estão divididas em três níveis: mestrado, doutorado e livre docência. Enfocam aspectos: Ensino-aprendizagem, Didática, Fundamentos da Educação, História e Filosofia da Educação, Administração Educacional e Administração Escolar e que, **a preocupação com o currículo escolar**, vem aumentando substancialmente nas pesquisas mais recentes.

O critério adotado para investigar a **dinamização de currículo** foi o exame do título, dos objetivos e do conteúdo dos resumos das pesquisas.

Entre os 2.575 trabalhos consultados, os primeiros a aparecerem como concernentes à pesquisa em currículo, foram alocados no Catálogo como pertencentes às áreas de Didática e de Ensino-Aprendizagem. Num segundo momento à de Administração Escolar.

Os tipos de pesquisas desenvolvidas, em sua maioria, são de caráter histórico, bibliográfico, descritivo, de campo (tipo survey) e estudos de caso. Algumas apresentam propostas teó-

ricas e pelo que os resumos deixam entrever, somente duas oferecem inovação de proposta curricular com avaliação das mesmas.

Feita a análise, verificou-se que na maioria dos casos, não foram estudados todos os fatores capazes de exercer inter-veniência no currículo, restringindo-se a determinados aspectos da questão. Deixaram de ser incluídas variáveis de aspectos relevantes como lazer, recreação, filosofia da escola, preparo do professor, situação das escolas, merenda escolar, recursos físicos, técnicas, equipamentos financeiros, planejamento, aspectos sócio-culturais, participação comunitária, expectativas e interesses, entre outros.

Percebeu-se que através dos anos, a interpretação de currículo esteve ajustada a uma concepção (explícita ou não), expressa na ação dos pesquisadores.

A compreensão genérica desta sistematização e do levantamento de dados sobre as teses, faz-se relevante na medida em que a segunda sessão deste capítulo, envolve um levantamento histórico do contexto do tema Currículo no Brasil, nas diversas fases da evolução da educação e especificamente, enfatiza as escolas rurais e suas propostas curriculares no Paraná e em Morretes.

2.2 CURRÍCULO E ESCOLAS RURAIS

No Brasil

A relação população urbana e rural permite o estudo comparativo entre tendências e variações à ruralização-urbanização dos seus habitantes e dos fatores significativos que dela se originam. Há ligação entre estas diferenças em "graus rela-

tivos e numa amplitude que se estende entre os dois extremos polares do rural e do urbano" ⁶, definidas a partir da natureza fisiológica, geo-morfológica, social e cultural do meio.

O confronto entre regiões e zonas, fornece elementos sobre sua densidade e mobilidade demográfica, caracterizando fases da vida econômica num país, através de movimentos migratórios de indivíduos. Há busca tanto de ascensão social e econômica, quanto de possibilidade de sobrevivência, na maioria das vezes dificultadas pelas diferenças contextuais: é a questão do êxodo rural. Em parte decorrentes de um processo de educação deficitário, dimensiona a importância da estruturação do currículo escolar, voltado às características específicas de cada localidade ⁷. A instrução acessível apenas à minoria, tem sido especulativa, literária, com falta de preparo do ser humano, em função de sua auto-realização e adequação para o trabalho.

Evidencia-se a necessidade de conhecer as várias modalidades e aspectos das condições de vida do habitante rural

O padrão de vida do homem de roça se é por um lado reflexo de seu nível cultural, deve ser também e por razões não menores, medidas pelo estágio dos resultados obtidos nos seus empreendimentos econômicos.

Alimentação, higiene, vestuário e habitação alicerceiam e compõem o quadro da vida rural tornando-a mais áspera ou suave, mais rude ou difícil, dando-lhe maior encanto, ou propiciando torvos desganos. ⁸

A educação é o principal elemento na socialização secundária do habitante rural e na difusão dos conhecimentos. Ao

ingressar na cultura escolar, o aprendiz não recebe apenas informações que lhe são transmitidas. Paralelamente concepções morais, hábitos, formas de pensamento e todo um conjunto sobre vida e sociedade organizam sua percepção da realidade de forma seletiva.⁹

A preocupação básica é a de redirecionar a escola para seus estudantes, sua realidade, suas experiências e interesses definindo objetivos a alcançar para que não se percam diante das dificuldades.

A denúncia de insatisfação dos atuais sistemas de ensino, bem como a diferença cultural entre a escola e a clientela, não têm passado despercebida por alguns responsáveis pela educação. Este momento busca oferecer abertura para reformulações pedagógicas no ensino e na sociedade, através de *"uma realidade política atual pela condição de alterações planejadas em outros setores e pelo desenvolvimento de estratégias de renovação curricular"*.¹⁰

Como orientar o currículo tendo em vista o ser humano e o progresso rural e como poderá a escola colaborar na solução destes problemas, em nosso meio, requerem busca de ações alternativas.

A ação educativa rural, não pode desligar-se da ação do meio urbano por suas relações recíprocas, pela movimentação de bens, dos serviços, da moeda, pelas migrações dos indivíduos e pelas conseqüências negativas do ponto de vista social.¹¹

Partindo-se da estrutura limitada por sistemas políticos, financeiros, sociais, técnicos, levantam-se as considerações:

- a dos recursos humanos - o homem é simultaneamente agente e finalidade do desenvolvimento;
- a valorização dos elementos naturais, sócio-econômicos

culturais e próprios do ambiente, numa concepção integrada ao desenvolvimento do ser humano e do meio.

Duas alternativas de solução então dicotomizam a proposta curricular de uma escola rural:

- a) valorização da cultura local, preservando ideais: em uma sociedade vagarosamente se transformando;
- b) compatibilização de forma e conteúdo programático sem negação da cultura geral, da preparação profissional e técnico-científica dentro do processo educativo, para uma comunidade mais ampla. A participação pública permanente e integrada de adultos e jovens torna-se responsávelmente ativa.

Dentro da realidade brasileira, o ensino primário tem sido a única forma de educação escolar acessível à população rural. E, a escola rural ainda recebe orientação curricular das Secretarias dos Estados, já prontas, num escalonamento hierárquico alheio às especificidades regionais e locais, na maioria das vezes.

Definindo escola rural como unidade educativa voltada para os problemas de sua comunidade, reconhecida através de comportamentos, usos, costumes e padrões de vida estreitamente vinculados às características espaço-temporais ocupadas, emerge a necessidade de unir esforços para transformar, criando oportunidades de aprimoramento da escolarização e instrução no ensino agrícola.

O ensino agrícola regular em áreas rurais, teve seu início no fim do Segundo Império. Surgiu como consequência da evolução das estruturas agro-sociais e políticas do país, as quais foram implantadas somente a partir da primeira metade do século

vinte.¹² Seus níveis primário, secundário e superior constituíram ao lado de outros programas e projetos, a base do Sistema de Educação Rural Brasileiro. Os principais eventos a resgatarem os marcos históricos do ensino regular - **áreas rurais** - são os que se seguem:

1907 - Estabelecimento das Cooperativas Rurais Brasileiras pela Lei nº 1637 de 5/1. Objetivava a união dos pequenos e médios agricultores, que enfrentavam problemas econômicos, relativos à precariedade de meios de transporte e aos diferentes mercados não compensadores.

1930 - Criação no Brasil do Ministério de Educação e Saúde Pública.

1934 - O Decreto-lei de fevereiro, nº 6274 trouxe novas contribuições aos problemas rurais.

A Constituição de 16 de julho, artigo 150 declarava: "*À União cabe fixar um Plano Nacional de Educação compreensivo em todos os graus e ramos comuns e especializados cuja coordenação e fiscalização lhe cabem.*"¹³ Era o governo central que se preocupava com os problemas organizacionais e de cultura, fazendo expandir a educação popular. A educação rural enquadrava-se nesta.

1935 - Reivindicações educacionais de caráter utilitário, prático e adaptado à vida rural, impulsionava o ensino.

1938 - A lei 581 de 1/8, reforça a intenção de incentivar a criação de cooperativas no Brasil.

1941 - Criação das Colônias Agrícolas Nacionais - CAN.

1942 - Decreto-lei nº 4958 cria o Fundo Nacional do Ensino Primário.

1943 - Surgem os Núcleos Coloniais - NC, constituídos

por imigrantes ou não, objetivando uma política de colonização nas regiões carentes de produção agrícola.

O Decreto-lei nº 5893, acresce novas funções sociais às Cooperativas Agrícolas Rurais, incluindo-se uma boa educação rural.

1945 - A Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil de 7/5, estabelecida pelo Decreto-lei 7526, preconizava como programa educacional:

- a) educação sanitária: melhorando as condições higiênicas, materiais e morais dos trabalhadores rurais associados;
- b) educação econômica: hábitos de economia, previdência, meios de cooperativismos, habitacionais, institucionais;
- c) educação cultural: instrução agrícola através de experiências, conferências e bibliotecas volantes.

O Decreto-lei nº 7449 de 9/4 formula diretrizes no âmbito da Educação Rural, como consequência da mobilização nacional e por determinação do governo, quando a distinção urbano-rural se faz acentuar. A defasagem quanto ao índice de alfabetização e consumo entre aquelas populações era evidente. As áreas rurais desprovidas de ensino escolar. A Vida Rural Brasileira regida pelo decreto, instituiu órgãos e organizações encarregadas de ministrar a educação rural dentro das características de cada caso, atribuindo ao ensino a responsabilidade de fixar à terra o homem do campo. Objetivava:

- a) elevar os padrões dos rurícolas através da mecanização agrícola, superando a escassez da mão de obra, uso de produtos agrícolas, emprego da tecnologia ao cultivo

- da terra e organização rural em grande escala;
- b) organização de um sistema de amparo social, particularmente voltado à assistência médico-social preventiva e curativa, elevando os níveis higiênico-físicos das populações rurais;
 - c) elevar substancialmente os deficientes padrões culturais revelados pela alta taxa de analfabetismo, falta de professores, má distribuição de renda do ensino, carência de prédios escolares e outros. ¹⁴

1946 - O Governo Federal inicia a construção de Escolas Rurais, aplicando recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário criado pelo Decreto-lei nº 4958 (1942) com a intenção de:

- a) construção de escolas rurais para populações carentes de assistência educacional, com residência anexa para o professor, fazendo surgir um modelo próprio, para a arquitetura das mesmas;
- b) construção de Escolas Normais Rurais Regionais, providas de internatos que acolhessem alunos dos municípios vizinhos do local de sua implantação;
- c) cursos de aperfeiçoamento para professores rurais em todas as unidades da Federação.

Ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais-INEP coube o planejamento, execução e fiscalização dos trabalhos de Regionalização do Curso Primário.

Nesta época surge uma identidade ideológica de ruralização do ensino às áreas agrícolas: a educação pan-ruralista. Incentivava a produção doméstica de hortaliças, frutas, ovos e aves, criando hábitos alimentares corretos, incorporando atividades relacionadas ao trabalho de produção, promovendo a in-

tegração do campesino à instituição escolar, ajustada à sua necessidade e natureza psicossocial.

Abordava a desmotivação da área rural frente aos mestres, programas, métodos, livros e currículos alheios à cultura rural e próprios à formação urbana. Alertava contra a falta de apoio e estímulo ao trabalho escolar rural.¹⁵

O Estado de Minas Gerais liderou os movimentos de ruralização do ensino (até 1954), destinando considerável soma de recursos para elevação do nível cultural-pedagógico dos professores e para ampliação da rede escolar na zona rural.¹⁶ Colaboravam com este projeto, o Serviço de Orientação Técnica para o Ensino Rural - SOTER e o Instituto Superior do Ensino Rural de Minas Gerais.

1947 - Missões Rurais de Educação de Adultos, Jornadas de Economia Rural, Semanas Ruralistas, Clubes Agrícolas, Programas de Educação Rural ao lado do ensino regular, constituíam a Educação Rural prevista pelo Ministério da Agricultura no decênio 40-50. As dificuldades e fracassos ocorriam na medida em que se ressentiam pela falta de técnicos em Educação Sanitária, pelo desconhecimento dos mesmos sobre a matéria, nas diretrizes curriculares falhas das Escolas de Saúde Pública e de Enfermagem. Os eventos bem sucedidos podem ser atribuídos aos fatores:

- a) planejamento e direcionamento dos projetos pelas instituições junto e com as comunidades;
- b) aceitação e desejo de empreendimento pelo povo;
- c) atividades desenvolvidas junto às Instituições Religiosas Católicas.

1950 - Sob o lema da Integração Nacional, surge um empreendimento - conjunto de realizações - com vistas à Educa-

ção Rural de Base, Crédito Rural, à Extensão Rural, Assistência ao Homem do Campo e Erradicação de Endemias.

1952 - A Campanha Nacional de Educação Rural-CNER, contribuía financeiramente para os projetos em desenvolvimento. Minas Gerais era o estado que mais recebia da União. Objetivando uma transformação da mentalidade dos habitantes campesinos brasileiros, volta-se à educação de base, *"procurando integrar a sociedade rural à nacional, tornando o nível de vida de seus membros, compatível com a dignidade humana"*.¹⁷

Fundamentados nas Misiones Culturales Mexicanas, utilizavam uma equipe técnica preparada para adequar práticas à participação ativa do povo, preocupando-se também com trabalhos do lar. Através de líderes era criado o espírito associativo de grupo e desenvolvidos trabalhos comunitários. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura-UNESCO fortalecia o movimento, mediante concessão de bolsas de estudo no estrangeiro, estimulando e estabelecendo intercâmbio de experiências entre brasileiros e outros povos.

1953 - Para o desenvolvimento das diversas atividades que a UNESCO previra (agremiações prestigiadas pelo governo federal), despontavam os Centros Sociais Rurais-CSR que vigoraram em todo o Brasil.¹⁸

O Ministério de Educação e Saúde desmembra-se em Ministério de Educação e Cultura e Ministério da Saúde, embora o problema de educação sanitária continuasse a ser preocupação do primeiro.

Organizações internacionais como o Instituto de Assuntos Interamericanos estabeleciam regimes cooperativos com o Brasil, objetivando incentivar regiões menos favorecidas, carreando

recursos para áreas rurais restritas. Através do preparo de equipes, desenvolvia atividades educativas junto às Colônias e Aldeias Rurais, oferecendo noções de infra-estrutura e auto-gestão às comunidades. Os benefícios da produção e circulação de mercadoria, auferia lucros ao próprio agricultor, estimulando-o a outras atividades também no setor da educação rural.

1955 - Projeto nº 738/51 esboçava o Serviço Social Rural-SSR e a Lei 2613 de 27/9/55 o sancionava, com o objetivo de prestar serviços no meio rural relativos a assistência sanitária, alimentação, vestuário, saúde, incentivos à atividade produtora e educacional. Esta estimulava:

- a) o aperfeiçoamento da técnica de trabalho através da aprendizagem;
- b) o pequeno produtor e atividades domésticas rurais;
- c) promovendo o surgimento de comunidades cooperativas ou associações rurais;
- d) o diagnóstico das necessidades sócio-econômicas e da remuneração aos trabalhos do campo.

1956 - Outra entidade nacional a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR surge dos Serviços de Extensão Rural já existentes em alguns estados, preocupados em minimizar o êxodo rural provocado por escassos recursos financeiros e métodos de trabalhos ultrapassados, através da educação e crédito, com vistas ao aumento de produtividade.¹⁹

1957 - Multiplica-se a preocupação com o êxodo rural e uma grande ênfase é dada ao professor desta área, quanto ao aspecto de sua ausência nas zonas agrícolas e no baixo nível de preparo educacional dos profissionais, que nelas se encontravam. Ação supletiva do governo, volta-se àquele elemento considera-

essencial para o êxito e funcionamento escolar do ensino rural.

As Escolas Normais Rurais Regionais surgem no interior dos estados, como solução para formação dos professores destas áreas nas diferentes regiões geográficas, econômicas e sociais, atendendo às diversificadas necessidades.

1959 - A ABCAR é descentralizada passando a denominar-se ACAR, mais a sigla do estado a qual fosse vinculada. O Paraná um dos estados da federação onde atuava a entidade, é sede de um dos seus Conselhos Regionais -ACARPA, que desenvolvia as seguintes atividades divulgando os assuntos de interesse para o meio rural:

- a) pesquisa sócio-econômica e estudos sobre migração, condições de trabalho e habitação rural;
- b) emprego de métodos de extensão rural, crédito supervisionado e desenvolvimento da comunidade;
- c) incentivo ao associativismo, treinamento de líderes rurais, coordenação de clubes agrícolas, produção de artesanato rural;
- d) formação de treinamento de assistentes sociais, enfermeiras sanitárias, parteiras, professores;
- e) criação de Centros de Educação Doméstica e Emissoras Rurais.

O Sistema Brasileiro de Extensão Rural-SIBER criado neste ano (1959); em seu Plano Diretor Quinquenal propõe:

- a) melhoria dos níveis sócio-econômicos de população rural;
- b) melhoria das condições de vida das famílias das áreas atendidas;
- c) organização e desenvolvimento das comunidades;

- d) organização e desenvolvimento da juventude rural;
- e) uso racional das poupanças e créditos.

Organizações internacionais como a Organização dos Estados Americanos e a International Cooperation Administration, investem nos projetos brasileiros, com fundamentos na análise dos trabalhos aqui desenvolvidos pelo Sistema Brasileiro de Extensão Rural, até o ano de 1965.

Também neste ano (1959), surge o primeiro órgão de Planejamento e Desenvolvimento Regional Brasileiro, com o nome de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE. Isto fez que os Estados Unidos passasse a se interessar em desenvolver programas de ajuda financeira e assistência técnica na América Latina, através da Aliança para o Progresso.^{2º} Aquele órgão originou outros como SULVALE e SUDESUL, voltados aos programas de educação para adultos, da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL e desenvolvimento de Projetos Integrados.

1961 - A lei nº 4024 de 20/12/61, Diretrizes e Bases da Educação, ressalta em seu Artigo 32, o ensino primário da área rural, a freqüência do jovem camponês à escola em áreas adjacentes às de sua residência ou permite na falta dessa, que se instalem escolas públicas nas propriedades particulares. Objetivava o desenvolvimento de atividades de expressão das crianças e do raciocínio, com vistas ao seu meio ambiente físico e sócio-cultural. Aos supervisores, professores e orientadores da educação, concede formação em estabelecimentos que lhes preservem integração no meio, pelo artigo nº 57; determina no artigo nº 105, que aos poderes públicos caberia amparar serviços em entidades que mantivessem na zona rural, escolas ou centros de educação, capazes de favorecer adaptação do homem ao meio,

estímulo às vocações e atividades profissionais rurais. ²¹

É criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, fundamentados na idéia de Educação e Capacitação na Reforma Agrária. Desenvolvem ações relativas ao ensino fundamental tendo como objetivos:

- a) desenvolver a comunidade rural;
- b) atendimento às capacidades psicomotoras;
- c) aquisição de comportamentos sociais;
- d) aquisição de conhecimentos sobre a vida comunitária (Clubes Agrícolas, Recreativos e outros);
- e) aprendizagem de atividades práticas e desenvolvimento do raciocínio, da capacidade de expressão, socialização e integração.

O Ministério de Educação e Cultura e suas Secretarias de Estado, integram-se através do IBRA e como medida exige a participação dos alunos nas atividades inclusive fora do horário escolar.

1964 - O Programa de Estratégias de Desenvolvimento Pedagógico, traz nova tendência ao Setor Educacional, que sofreu orientações quanto à importância de utilizar a mão de obra, com um mínimo de formação profissional. Desde então, os planos governamentais reservam recursos para a educação técnica da mão de obra, como estratégia de modernização do país.

A Lei nº 4504 de 30/11/64, dispõe o Estatuto da Terra e dá outras providências. No seu Capítulo III, artigo 73, com base nas diretrizes fixadas para a política do desenvolvimento rural, com o fim de prestar assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agro-pecuária entre outros, no

inciso XI, destaca a Educação e a Orientação Profissional.

Também o parágrafo 1º, alíneas a e b declara

§1º - Todos os meios enumerados neste artigo serão utilizados para dar plena capacitação ao agricultor e a sua família e visam especialmente no preparo educacional, à formação empresarial e técnico profissional.

a) garantindo sua integração social e ativa participação no processo de desenvolvimento rural;

b) estabelecendo no meio rural, clima de cooperação entre o homem e o Estado, no aproveitamento da terra.²²

A proposta do programa de educação de base e capacitação, atingindo adolescente e adultos é lançada dentro do propósito:

a) conscientização da população das vantagens de participar e desenvolver o projeto em comunidade;

b) capacitação através da valorização das práticas agrícolas pelos familiares, condicionando-os à vinculação, à Cooperativa Integral de Reforma Agrária.

1967 - A educação como fator de desenvolvimento, incluía-se numa planificação global através dos Projetos Integrados-PI. Deveria estar atenta às solicitações das estruturas econômicas implantadas, procurando atualizar o homem em relação às economias da época. Voltava-se à criação de uma mentalidade tecnológica não para preparar as populações para a tecnocracia, mas para um governo ideologicamente tecnocrata.

O Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul em sua totalidade tinham sido atingidos através da lei nº 5.365 de 01/12/67, dentro do Plano de Valorização da Economia da Região.

Através dos Projetos Integrados, a formação de recursos humanos despontava em seus objetivos, visando uma economia auto-sustentada, em que a ação educacional é voltada para as áreas rurais e específica a cada projeto. Os trabalhos desenvolvidos beneficiaram a população pela mobilização e diversidade de experiências realizadas.

1968 - Os currículos escolares dirigiam-se à preparação de jovens e adultos para a Reforma Agrária, considerando as variáveis de capacitação de atitudes:

- a) crítica reflexiva, motivação conscientizadora à participação responsável;
- b) participação na vida cultural integrativa do país, através da aquisição de conhecimentos;
- c) frente às novas formas de trabalho e novas possibilidades profissionais;
- d) para o exercício de funções especializadas;
- e) pró melhoria de produção;
- f) aumento de consumo da população rural.

1969 - Há maior ênfase nos programas de educação, nutrição e saúde quando o IBRA cria "*novas Unidades Agrícolas de Colonização em áreas prioritárias, para fins de Reforma Agrária*"²³, regulamentada pela lei nº 4.054. Esta propunha oferecer condições ao ruralista e não apenas reformar o sistema de posse de uso da terra.

O IBRA e depois o INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, objetivava com o desenvolvimento do espírito comunitário, a implantação do cooperativismo, de sindicatos, associações de moradores, clubes recreativos e outros, abrangendo toda a política do setor primário. Em áreas

rurais específicas, o INCRA através de atividades indiretas ou promocionais, pela integração dos demais serviços públicos, pretendia criar uma classe média rural. ²⁴

O currículo escolar-processo de educação permanente-deveria conduzir à plena participação ativa na vida local, regional, nacional e internacional, pelo domínio das formas de comunicação e dos recursos de ação. O conteúdo programático voltado aos princípios metodológicos fundamentais, dentro das situações concretas, relacionava teoria e prática considerando:

- a) o Homem, objetivo e fim do processo do desenvolvimento do mundo, da educação e da cultura;
- b) interpretação analítica da realidade local, regional, nacional e internacional;
- c) progresso sócio-econômico e Reforma Agrária - elemento básico do processo desenvolvimentista;
- d) conhecimento de sistemas econômicos, seus ciclos. Sistemas, fatores de produção. Mecanismos de comercialização. Cooperativismo e Associativismo, em diferentes formas;
- e) educação básica: alfabetização, cálculo, leitura e escrita; educação sanitária: saúde, alimentação, higiene de habitação e pessoal; doenças epidêmicas e endêmicas. Trabalho e profissionalização;
- f) técnicas específicas para diferentes funções e atividades dentro de cursos ou treinamentos. ²⁵

1971 - A fase preparatória que o INCRA propôs para desenvolver os projetos, é criticada por ter tido o cunho paternalista, diretivista, sem previdência à administração econômica. Em função disto, o órgão propõe novas sugestões: ²⁶

- a) planejamento regional objetivando:
 - 1) elevar os índices sócio-econômicos;
 - 2) gerar comunidades organizadas.
- b) estudo das condições agro-físicas e sócio-econômicas das regiões;
- c) voltar-se aos vazios demográficos ou às áreas possíveis de Reforma Agrária;
- d) buscar apoio dos órgãos atuantes nas áreas específicas;
- e) flexibilidade e dinamismo administrativo, descentralização e eficaz serviço de comunicação, para facilitar tomadas de decisão.

Seus programas visavam:

- a) oferecer escolarização dentro da faixa de obrigatoriedade da lei nº 5.692;
- b) orientar didaticamente as atividades relacionadas à alfabetização;
- c) equipar as escolas, oficinas para práticas agrícolas;
- d) oferecer bolsas de estudos para os que pretendessem sua formação fora do projeto. ²⁷

A Lei nº 5.692 de 11/8/71 introduzira a qualificação e habilitação profissional, sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho a nível de 1º e 2º graus, de acordo com as necessidades locais ou regionais. Na zona rural o período de férias adequar-se-ia às épocas de plantio e colheita de safras. Possibilitava a adoção de medidas e desenvolvimento de atividades para adequação do ensino às peculiaridades dos alunos e passava progressivamente a responsabilidade dos serviços da educação de 1º grau, às administrações locais. ²⁸

1975 - Criação do Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal - PROMUNICÍPIO por determinação do Governo Federal/MEC, que têm por objetivo geral concorrer para a expansão e aperfeiçoamento do ensino de 1º grau. Ministrado sob a responsabilidade municipal, através da vinculação permanente entre administrações estaduais e municipais, suas metas apoiam financeiramente os sistemas de ensino para:

- a) prestação de assistência técnica pela administração estadual aos Municípios na área de ensino de 1º grau;
- b) expansão e melhoria da rede municipal de unidades escolares de 1º grau;
- c) realização de cursos de aperfeiçoamento para melhoria de profissionais municipais em exercício e ligados aos projetos do PROMUNICÍPIO;
- d) promoção de Encontros e Seminários atualizados, destinados aos técnicos de órgãos municipais de educação nos municípios envolvidos nas ações dos projetos;
- e) implantação de planos, programas e projetos destinados ao desenvolvimento do ensino de 1º grau sob responsabilidade e administração estaduais.

É criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER ²⁹, para coordenar os programas e projetos de assistência técnica e extensão rural, compatibilizando-os com as metas do governo estabelecidas pelo I PND-Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974. Nos Estados, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, vinculava-se às Secretarias de Agricultura.

O II PND 1975-1979 oferece assistência técnica e agropecuária, criando Programas Especiais de Áreas Integradas in-

terrelacionando estratégias específicas de desenvolvimento social e setorial:

- a) aconselha Reforma Agrária e redistribuição de terras;
- b) declara política de uso da terra para fins agrícolas e pecuária, com planos de ocupação de novas áreas;
- c) modernização e instauração de bases empresariais para fins agro-pecuários;
- d) ação do setor público relativa às áreas doadas de plenos poderes, defesa sanitária, classificação e padronização de produtos;
- e) informação de mercado;
- f) incentivo à formação de produção agrícola intensiva, de estoques reguladores e de fulcros florestais;
- g) estratégia social para o setor rural, valorizando os recursos humanos e expansão da previdência social, saúde, educação, nutrição e saneamento.³⁰

O Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, passa a intervir na área rural, objetivando aprimorar o sistema e direcionar metodologia de extensão, visando obter melhores resultados.

Preocupado com o desenvolvimento agrícola, o governo delinea Programas Integrados-PI usando-os como instrumentos, na intenção de corrigir desigualdades entre padrão de vida e rendas das populações agrícolas e rurais. O Nordeste, Centro Oeste e Região da Amazônia são os primeiros alvos.

No Paraná o projeto de colonização fazia-se representar através das cidades de Bocaiúva do Sul, Adrianópolis, Foz do Iguaçu e São Miguel, com assentamento de 400 famílias. Muitos programas educacionais e projetos rurais foram desenvolvidos pelo PI e visavam atender às necessidades econômicas e sociais

da população. O Serviço de Formação Profissional Rural-SENAR, o Centro Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal para Formação Profissional-CENAFOR, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL, o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial-PIPMO e Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Agrícola-PIPMOA, o Projeto Rondon (desde 1968, Decreto-lei nº 62.927), a Fundação Especial de Saúde Pública-SESP, o Centro Brasileiro de Construção e Equipamentos Escolares-CEBRACE/MEC, Assistência de Crédito e Desenvolvimento Rural do Paraná, desenvolviam um projeto em ações isoladas pró-educação rural.

Estudos sobre o Sistema de Educação ³¹ e seus componentes prioritários nos trabalhos da educação rural, foram detalhados por técnicos do Ministério de Educação, Centro Nacional de Recursos Humanos, Secretaria de Planejamento Nacional, dos Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela UNESCO. Segundo estes trabalhos, a educação rural compete estimular o conhecimento para:

- a) compreensão pela comunidade do meio em que vive;
- b) melhoria das condições de vida e produtividade;
- c) adaptação de estruturas econômicas e sociais;
- d) valorização do homem a partir do seu contexto cultural;
- e) reativar os trabalhos do PROMUNICÍPIO, aperfeiçoando o processo de municipalização do ensino, utilizando o material do Grupo Especial de Estudos para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural.³²

As Secretarias de Educação-SEED através de Seminários, Encontros e Ciclos de Estudos, sistematizam conteúdos curriculares voltados às áreas rurais.

Pesquisas e definição de programas de treinamento são efetuados com financiamento e coordenação do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa -INEP, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais-IJNPS, Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior-CAPES, Financiamento Nacional de Pesquisa-FINEP, promovendo:

- a) reforço aos Departamentos de Ensino Supletivo relacionados ao meio rural, apoiando a ação educacional de adultos, além dos Conselhos Estaduais;
- b) programas de ação integrativa junto a órgão e instituições da área do trabalho, saúde e agricultura;
- c) vinculação com o Ministério das Comunicações para instalação de Radiotransmissores e Telecomunicações, atingindo longas distâncias das áreas rurais, difundindo a educação informal;
- d) levantamento feito por especialistas interessados na área rural, através de entidades governamentais e Universidades.
- e) sistemas de planejamento para a garantia da unidade, integração das atividades e desenvolvimento da educação rural, evitando a concentração nos órgãos regionais de serviços educativos (atribuídos como orientadores educacionais) aproveitando os recursos materiais e financeiros. ³³

1977 - O BIRD/MEC retomam seus entendimentos, reiniciando contato com as instituições brasileiras envolvidas com a educação, estabelecendo diretrizes e linhas de programação para:

- a) melhoria da rede física escolar rural;

- b) elaboração de currículos daquelas entidades;
- c) aperfeiçoamento dos professores;
- d) fortalecimento dos sistemas de planejamento;
- e) implantação das habitações básicas nas escolas.

Seus objetivos:

- a) possibilitar que até 1975, 70% da população rural escolarizável de 7-14 anos, tivesse pelo menos 4 anos de escolarização, isto é, que a taxa de escolarização nas primeiras quartas séries do 1º grau, fossem incrementadas;
- b) ampliar o número de vagas no sistema regional do ensino rural, oferecendo cursos acelerados fora dele a poucos escolarizados ou não, acima da idade de 14 anos;
- c) oportunizar o ingresso de jovens nas últimas quartas séries do 1º grau, quando solicitadas e/ou como consequência dos programas anteriores, a nível de 1º grau;
- d) oferecer à população adolescente e adultos, programas de educação não formal, que correspondessem a interesses e necessidades das populações rurais, utilizando recursos já existentes;
- e) selecionar os municípios integrantes do programa, adotando como critérios:
 - 1) existência do PROMUNICÍPIO e/ou inclusão de municípios em polos de desenvolvimento;
 - 2) dar prioridade aos municípios com menor taxa de participação da população 7-14 anos.³⁴

Alguns estados brasileiros destacaram-se nestes projetos por sua atuação em níveis de 1º e 2º graus, bem como de ensi-

no: Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

1978 - Vinte estados da Federação eram alcançados pelos projetos incluindo-se o Paraná, que possuía grande articulação com a educação rural, melhorando e expandindo-a. Preocupava-se com:

- a) construção de escolas;
- b) apoio comunitário;
- c) capacitação profissional do mestre e preparação de Recursos Humanos;
- d) expansão da educação ao menos das primeiras 4^{as} séries e redução dos índices de evasão e repetência;
- e) desenvolvimento de centros de interesses comuns;
- f) sondagem de iniciação ao trabalho;
- g) formação especial nas áreas agrícolas, industriais e de serviços;
- h) implantação de programa de sondagem de aptidão e iniciação ao trabalho a partir da 1^a série;
- i) inadequação de currículos para melhorar a produção do ensino;
- j) situação sócio-econômica do meio rural: merenda escolar, atendimento odontológico;
- k) inadequação da rede física e obstrução do fluxo de matrícula;
- l) engajamento da criança na força de trabalho em horário escolar.

Na busca de adequação de currículo de 1º grau à rede da zona rural, as Secretarias dos Estados elaboraram roteiros programáticos para o ensino de 1^a à 4^a série, implementando-os

nos municípios onde existia o Programa de Assistência Educacional aos Municípios-PAE.

1980-1985 - O III PND quando elaborado, propunha-se a colaborar com as medidas de redistribuição de benefícios e de crescimento econômico, fomentando a participação política, para que se obtivesse uma sociedade democrática, onde o acesso às oportunidades não fosse apenas em função de posse econômica e de poder. A política social teria em sua estrutura, uma política de Educação, Cultura e Desportos, comprometida com a redução das desigualdades sociais:

Educação é direito fundamental e a ação basicamente mobilizadora encontrada especialmente em sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania.³⁵

Entre as prioridades essenciais para uma política educacional e cultural referia-se à educação rural em primeiro, recomendando *"busca de adequação maior às necessidades básicas da população carente rural"*.³⁶

O MEC desenvolveu dentro desta proposta, objetivos relativos à:

- a) desenvolver processos educacionais que se ajustassem às peculiaridades das zonas rurais, às diversificadas regiões brasileiras;
- b) intensificar assistência;
- c) melhorar a produtividade;
- d) expandir a rede do ensino, maximizando as taxas de escolarização, os índices de evasão e repetência;
- e) ampliar esforços educativos formal e não formal;

- f) estimular a inovação e a mudança dos planos curriculares dentro das normas da lei, ao nível da instituição escolar rural;
- g) conjugar as necessidades educacionais da clientela de forma conjunta com outros setores;

Considerados os esforços tanto a nível governamental quanto particulares, envolvidos de forma direta ou não com o problema da Educação, Ensino e Escolas Rurais no Brasil, surgiram novas formas de atuação instrucional e os complexos escolares para aquelas áreas.

Hã pelo menos três experiências no Brasil que merecem destaque por seu valor: O Complexo das Escolas da Família Agrícola-ES, Escola Altino Vieira (Beira Córrego, MG) e Fundação Educacional Itaquí (Borda do Campo, PR).

No Paraná e em Morretes

A partir do dia 19 de dezembro de 1853, o estado paranaense deixara de ser a 5^a Comarca de São Paulo. As regiões povoadas até então, formavam uma Comarca dividida em três termos judiciários e policiais: Curitiba, Castro e Paranaguã. Cada termo em Distritos: Paranaguã era formada por Antonina, Guaratuba e Morretes.³⁷ Até sua emancipação política o Paraná (que imitando a Província do Amazonas tomara este nome do grande rio), estava sujeito à legislação, divisão política, religiosa e judiciária da Província paulista. Seu ensino era regulamentado segundo disposições da mesma.

Esta justificativa explica a dificuldade de localizar documentos, sua exigüidade no estado paranaense, quando da tentativa de recompor o quadro estrutural da educação. Recorre-se às fontes primárias e secundárias, utilizando recursos de confrontos para esclarecimentos, averiguações quanto à in-

formação de Relatórios dos Presidentes, Vice-Presidentes da Província, de Inspetores Gerais de Instrução Pública da Província do Paraná, Coletâneas de Leis e Ofícios Provinciais, da Correspondência Oficial do Governo que se apresentam, por vezes, controversos. Buscam-se consenso em documentos originais manuscritos ou impressos dentro da forma ortográfica e literária da época; descobrem-se ideologias político-filosóficas, objetivos e nível de conhecimentos de seus redatores. Não há maiores esclarecimentos sobre os fatos registrados.

O desenvolvimento da conjuntura educacional é dependente das estruturas sociais, econômicas, filosóficas de uma época tendente a dissimular em todo território e seus habitantes, uma cultura européia. Fundamentada nas humanidades de caráter latino, ideologicamente católica, difunde-se internacionalmente não considerando choques culturais, pois a formação, usos e costumes diferiam muito entre os elementos formadores das nações e regiões, como a paranaense. Haveria influência das migrações, dos comportamentos antropológicos e etnológicos dos diversos povos que para cá afluíram desde 1538.³⁸ O que se pode afirmar é que o governo central influenciou na organização do ensino do Paraná, o qual tentou-se aqui reconstituir a medida do possível, trazendo em seu bojo o aspecto urbano-rural do município de Morretes.

1578 - O transporte de canoa no litoral do Paraná já se fazia pelo Rio Cubatão (hoje Nhundiaquara), desde o Porto do Inferno, passando pelo Porto do Rio do Meio (área urbana de Morretes), até o Porto de Cima.

1665 - Gabriel de Lara na função de Capitão Mor povoador da Capitania de Paranaguá, doa a Primeira Sesmaria de terras

ao Capitão Manoel Dias Velho, em 11 de outubro.

O tapete aurífero nas terras morretenses intenso e estimulador chega a alterar o curso dos rios e ribeirões.

Registram-se ao lado dos agricultores e mineradores de ouro os habitantes naturais da região - índios Carijós - às margens dos rios Cubatão, do Pinto, Garumbi (hoje Marumbi), Rio Sagrado e lugar denominado Sambaqui-guassu.

Enquanto da exploração do ouro (até 1725):

- a) plantam-se feijão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca;
- b) comerciam-se os produtos naturais, as tropas de mulas e um pouco do gado que começava a ser criado.

Entre árvores da mata virgem encontravam-se madeiras de lei: arariva, canela preta, urucurana.

Na falta de moeda, o ouro era usado substituindo-a para o comércio.

Descobre-se estanho, zinco, chumbo, antimônio, platina, prata, arsênico, cobre e mercúrio nas explorações daquelas terras.

Os trabalhadores e indígenas são impelidos à escalada da Serra do Mar, do litoral rumo ao planalto paranaense.

Deste ano (1665) a 1725, Morretes vive a Época Áurea de sua História.

1723 - a 23 de abril o ancoradouro por seu significado intitulou-se Porto Real do Contrato das Passagens do Cubatão nos Morretes.

Morretes torna-se o eixo da abertura da Estrada do Arraial de São José dos Pinhais e do pique da Graciosa, que se tornaria a Estrada de São João da Graciosa.

1733 - a 31 de outubro o auto de medição fizeram das 300

braças de terra do Porto dos Morretes, Termo de Vila de Morretes:

a) surgem as primeiras ruas: do Campo, da Matriz, da Cadeia, dos Minérios;

b) há ereção da primeira capela debaixo do orago Menino Deus e Nossa Senhora do Porto.

1783 - Neste ano, *"há já 18 casas de madeira, algumas cobertas de palha ocupadas por seus moradores nos fins de semana ou em dias de festa, pois as famílias moravam no interior."*³⁹

1796 - A povoação morretense sofre sua primeira enchente e a primeira preocupação com a Agricultura.

1808 - Decreto Régio de 25/11 estimula a imigração através da adoção de terras para aumentar a lavoura e a população que se achava escassa no Brasil.

1816 - Registra-se a primeira Colônia de estrangeiros no Brasil: a da Mata, constituída por portugueses dos Açores.

1821 - Na povoação dos Morretes, abriram-se duas Aulas particulares para o Ensino de Primeiras Letras. A primeira tem 20 alunos e tem como professor Francisco Rodrigues Bacelar; a segunda com mais de 40 alunos é regida pelo professor carioca Felipe Jozé da Silva.

1822 - 7 de setembro marca a Proclamação da Independência do Brasil o que exige reestruturação:

a) do sistema político, econômico e cultural do Império;

b) dos quadros institucionais da sociedade;

c) do ensino.

Morretes, efetiva pedido de uma Tabuada Moderna.⁴⁰

1823 - Soergue-se enorme Teatro de Madeira, na rua da Ca-

deia para jovens atores morretenses.

Morretes ainda não possui autoridades nem magistrados.

Tem início o Método Lancaster ou Auxílio Mútuo no Brasil. ⁴¹

1824 - Lei de 25/3 aborda direitos civis e políticos com base na liberdade e na segurança individual. Eram idéias extraídas do liberalismo do final do século XVIII, que vêm na educação o veículo de reformas sociais. Preconizava o estabelecimento de educação primária e gratuita a todos os cidadãos. A idéia, era manter bem sólida a união de todas as Províncias do Brasil.

1826 - Registraram-se o início de Aulas particulares de inglês em Morretes, ministradas pelo professor João Pereira Barbosa. Funcionava à noite e tinha 10 ou 12 discípulos que pagavam por elas duas patacas. (Observe-se que Aula ou Cadeira como se encontram nos documentos estudados são sinônimos de escola e currículo, o conjunto de disciplinas, com seus respectivos conteúdos).

Preocupava preparar os estudantes para o domínio de línguas a ser aplicado *"em uma prática comercial, para uma instrução mais ativa em Navegação e Agricultura, para servir como diplomatas do Império nas Cortes estrangeiras"*. ⁴²

1827 - Lei de 15/10 aprova Aula Pública de Primeiras Letras para o sexo masculino na 5ª Comarca de São Paulo.

Morretes é o maior centro comercial da Província. Há relevantes preocupações com a venda de arroz, embé (vegetal de cordoaria), aguardente, fumo e café em detrimento dos *"gêneros que não entram em giro ativo como a esteira (artesanato regional), farinha de mandioca e sal"*: ⁴³

- a) estimula-se a Agricultura amortecida para bem dos cofres, rendas nacionais e seus atributos;
- b) reivindica-se uma escola para os morretenses mais humildes.

A Carta lei de 15 de outubro estabelecia instrução, regulamentava o funcionamento do ensino e os primeiros elementos científicos da instrução primária nas províncias. Determinava entre outros que:

- a) houvesse Escolas Públicas de Primeiras Letras em cidades, vilas e lugares populosos;
- b) para ministrar aula, os profissionais deveriam ser brasileiros, com qualidade e capacidade mental comprovada, gozassem de seus direitos civis e políticos com regularidade de conduta;
- c) normas determinadas fossem seguidas, nas provas de seleção dos candidatos;
- d) estabelecia regulamentos para exames na Província.⁴⁴

Esta proposta decretada Lei, apresentada por Januário da Cunha Barbosa, modificava ainda o nome de Escola de Ler, Escrever e Contar para Escolas de Primeiras Letras.

O grande problema da época era a falta de professores. A missão recaí sobre os párocos, sendo-lhes dispensado o Exame de Seleção. Após certo período a Igreja se pronuncia contra, por julgar que a atividade de sacerdote, não era compatível com a de professor público.

1828 - As Câmaras Provinciais auxiliam as escolas visando aumento do número de eruditos, providenciando estabelecimentos de órfãos e doentes.⁴⁵

Têm início as Inspeções sobre as Aulas de Primeiras Le-

tras e Educação.

1829 - 19 de novembro, Decreto Provincial determina às escolas e professores, que organizassem compêndios para ensinar as matérias previstas no Artigo nº 6 de 15/10/1828.

1/4 -em Morretes:

1) o Conselheiro Antonio Vieira dos Santos requeria ao Presidente da Província:

a) um Mestre de Primeiras Letras para educar e instruir a mocidade;

b) formação de uma Junta Patriótica em todas as freguesias do Império, composto de Agricultores elegíveis, para tratarem em suas Secções do melhor que houvesse nos ramos da Agricultura;

2) a população registrada é de aproximadamente 2.000 habitantes;

3) há progressivo aumento na comunidade no concernente a construções civis; comércio intenso de erva-mate, madeira, cal de ostra, pescados, fabrico de pão. Registram-se 13 fábricas;

4) reclama-se ausência de Escola Pública; confronta-se situação brasileira e européia.

1830 - 14/3; o professor Hildebrando Gamito, em ofício ao Presidente da Província, sugere a importância do aprendizado de princípios de Geometria Prática e Desenho Linear, pelo método de ensino mútuo. ⁴⁶

1832 - Morretes:

a) solicita elevação a categoria de Vila emancipada de Antonina;

b) 16/1 têm início as obras da Matriz;

c) a Corte proíbe brinquedos chamados Entrudo, Fandangó, Danças e Jogos de Capoeira. ⁴⁷

1833 - Período de mobilização da instrução pública na França,reflete-se nas leis,projetos e regulamentos para as escolas brasileiras. Importam-se modelos (interpretadas pelos portugueses), assim como o eram o ensino, os textos e a essência da legislação.

Os ensinamentos básicos eram oferecidos a todos os cidadãos, classificados em níveis:

- a) 1º grau: ler, escrever, princípios fundamentais de Aritmética, Conhecimentos Morais, Físicos e Econômicos;
- b) 2º, 3º e 4º graus: as mesmas matérias, na forma de conhecimentos progressivos. O 4º grau eram as Academias. ⁴⁸

Decreto de 26/4 abole o uso da palmatória. ⁴⁹

7/8; a lei determina que o Magistério fosse exercido por professor com 21 anos completos. ⁵⁰

1834 - 12/8; Ato Adicional à Constituição do Império, adverte para abusos que dela poderiam surgir, em relação à Instrução Primária. Alerta para a importância de moralizar a civilização.

Criava na Província as Assembléias Legislativas, que lhes dariam maiores poderes políticos. ⁵¹

1835. Em Morretes:

- a) questão judiciária se faz mover contra fábricas de erva-mate. O levantamento efetuado revela: 11 fábricas movidas a água e 1 com tração animal; nelas há encanamento de água.

b) o professor de Primeiras Letras Francisco da Silva Neves abre aula de Ensino com o ordenado de quatrocentos mil réis, pagos pelo Chefe da Imperial Junta da Fazenda da Província.

1836 - Registram-se as primeiras escolas alemãs no Paraná.

Lei Provincial nº 21 de 5/3, criava a primeira cadeira de Primeiras Letras, na Freguesia de Morretes. Mobilizam-se esforços para a criação de cargos de empregados e autoridades próprios à vila.

1838 - 9/3. Oficialmente o estudo de Religião nas escolas adota fundamentos da tradução do Abade Fleury. ⁵²

Segundo os Documentos Históricos do Arquivo Público, haviam 2 alunas matriculadas nas Escolas Públicas de Primeiras Letras de Morretes.

1939-40 - Somente uma aluna freqüentava Aulas Públicas em Morretes.

1841 - Carta lei nº 16 de março confere à terra morretense, o honorífico título de Categoria de Vila a 1º/3:

- a) 5 de julho instala-se a Câmara da Vila e um Batalhão da Guarda Nacional, consolidando o título recebido;
- b) nas comemorações: ergue-se um teatro em praça pública; há corrida de Cavalhadas; um grande baile em gozijo;
- c) são nomeados um Juiz de Paz, um Pároco e Jurados na vila.

1842 - Havia 48 alunos matriculados na Aula Pública masculina.

Requisita-se uma para meninas.

Instala-se a primeira cadeira de letras para meninas, em caráter particular, freqüentada por 25 alunas abastadas.

1843 - Registra-se irregularidades na Aula Pública de Primeiras Letras; cria-se a Primeira para meninas com 3 matrículas.

Nas matrículas somente registraram-se o nome, a data e o número de ordem dos alunos.

1844 - A Carta Lei Provincial nº 17 de 22/2, cria oficialmente a Aula Pública de Primeiras Letras para meninas, nomeando a professora Senhorinha Francisca das Neves que dava aulas, na particular. A classe contava com 19 alunas.

1845 - Somente duas alunas freqüentam as Aulas de Primeiras Letras. Através de ofício, propõe-se a professora Giraldina Amélia de Souza, para ocupar interinamente o cargo de professora e pede-se nomeação para examinadores de sua capacitação, no ano de 1946.

Assim fica caracterizado o Primeiro Concurso na região morretense. A professora aprovada matricula 22 alunas, porém não há freqüência das mesmas.

Ocorre a segunda enchente nos Morretes.

1846 - Este ano registra reformas e projetos para a Instrução Pública na Província. Os registros quanto à data provável e número da lei, se faz duplo: nº 310 e nº 34 o que leva autores a divergirem:

I. Lei Provincial nº 310 de 16/3 - Catálogo Provisório de Leis Provinciais de São Paulo. ⁵³ Cria uma Escola Normal para corrigir inconveniências na Instrução Pública Primária. É a Lei Orgânica do Ensino Público que regulamenta:

a) o tempo-duração de aula: não menor que 2:30 horas

pela manhã e 2:30 horas à tarde;

- b) devoção aos exercícios escolares, segundo norma de 1832;
- c) possibilidade de abertura de uma segunda escola onde houvesse mais que 60 alunos;
- d) período de estudos: 11 meses;
- e) feriados: 5^{as} feiras;
- f) férias:
 - 1) de Domingo de Ramos ao 1º dia útil depois da Páscoa;
 - 2) de 8 de dezembro até 6 de janeiro;
- g) alertava para a falta de candidatos às Cadeiras de Primeiras Letras;
- h) categorizava e estabelecia provimentos para professores interinos e efetivos;
- i) regulamentava castigos na escola (fato já questionado pelo Professor Brandão de Proença quanto à eficácia dos mesmos em 1837).⁵⁴

II. Lei nº 34 de 18/3. Explica diversos métodos; para sua aplicação, as Escolas Normais. Explicita o currículo (aqui tomado como disciplinas de curso) específico para o sexo e ao nível de estudos dos alunos.

Atividades a desenvolver:

a) Meninos:

1^a escola - leitura, escrita. Quatro operações, prática dos quebrados, decimais, proporção. Noção de Geometria prática. Gramática da Língua Nacional. Princípios de Moral Cristã dentro da religião Católica Apóstolica

Romana. A Leitura versaria sobre a Constituição do Império e História do Brasil (Art. nº 6);

2ª escola - Noções gerais de Geografia, História, Geografia do Brasil, Ciências Físicas aplicáveis (Art. 4);

b) Meninas:

1ª escola - Aritmética, somente as quatro operações fundamentais, teórica e praticamente.

Prendas de Economia Doméstica (Art. 6);

2ª escola - Noções de História, Geografia e Música (Art. 4). ⁵⁵

O ensino primário, até a Reforma Azevedo Macedo, sempre esteve dividido em dois graus, influenciada pela legislação francesa estabelecida por Guizot.

A Lei nº 310 além de distinguir as Escolas públicas primárias em 1ª e 2ª ordem, para o sexo masculino e feminino instituiu:

- a) o ensino da Província será dado nas escolas públicas e particulares;
- b) haverá oração na abertura e encerramento da aula;
- c) o ensino será simultâneo por classes; o acesso a outra classe se fará através de exames, dos que estiverem preparados para tal;
- d) castigos:
 - 1) em pé;
 - 2) de joelhos;
 - 3) expulsão.

Torres Homem propõe a criação de cursos intermediários para satisfazer a classe média da população. As escolas existentes não satisfaziam aos interesses de lavradores, negociantes, empregados públicos e artistas que desejavam uma instrução mais variada e extensa.

1848 - Decreto de 16/10 designava José F. Correa para servir de Membro da Comissão de Escolas Públicas e Particulares da Vila dos Morretes.

Grande desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio no Brasil. Recomenda-se a entrada de braços emigrantes para auxiliar o impulso desenvolvimentista da nação.

Reclamava-se da falta de prédio próprio à escola;

Criava-se uma Escola Normal para preparo adequado do professor, prevista pela Lei nº 310/1846.

1849 - Lei orçamentária para a década era promulgada prevendo compra de materiais e conserto de Aulas. ⁵⁶

Lei Provincial de 3/4 regulamenta o uso de castigos.

13/10 - Restabelece-se a Cadeira de Primeiras Letras para meninos em Morretes. A das meninas até então vaga, matricula duas alunas.

1850 - Lei nº 413 de 2/6, declara a possibilidade de continuar em funcionamento as escolas abertas antes da Lei nº 34/1846, sob inspeção, dentro da moralidade e aptidão para o ensino.

Nos dados requisitados à matrícula incluem-se: idade, filiação, naturalidade; número de faltas do aluno, situação de sua entrada, grau de aprovação e conduta; observações quando houvesse.

Lei nº 601 de 1/9 proíbe a doação de terras por outro

título, senão o de compra.

1851 - O Ato de 8/11 providencia a intervenção da autoridade em todos os estabelecimentos de ensino da Província, aprovando o projeto nº 48 de 27/5/1850;

Cria Inspetor Geral da Instrução Pública e seus Delegados nas Províncias. ⁵⁷

1853 - Lei nº 704 assinada pelo Imperador D. Pedro II, eleva a 5ª Comarca de São Paulo à Categoria de Província, com a denominação de Paranã. ⁵⁸

Registra-se a Primeira Assembléia Provincial.

Neste ano houve os seguintes registros:

Lei Provincial nº 18 de 15/3 dividia a escola primária em duas classes ou níveis: elementar e superior. Nas chamadas Escolas Primárias Superiores, as disciplinas eram as mesmas da Lei nº 310, porém com maior amplitude. Quando não houvesse na escola latim, que se adotasse francês a ambos os sexos. ⁵⁹

Lei nº 488 com base no projeto 1848: Reforma e Codificação da lei relativa à Instrução Pública primária e secundária. ⁶⁰ O governo preocupava-se com as escolas de Ensino-mútuo. Passa a fiscalizar melhor as Aulas de Primeiras Letras:

- a) havia escassês de livros, dificuldade de obtê-los por onerarem muito aos usuários;
- b) o ensino desenvolvia-se de maneira tradicional: verbalização, memorização.

A nova categoria a que o Paranã foi elevado, favorece a expansão da rede escolar pública e privada.

Em toda Província do Paranã registram-se 28 Aulas Públicas.

Morretes tem duas Aulas Públicas: uma para o sexo masculino com 56 alunos, outra para meninas com 23 alunas.

1854 - 12/7. A Assembléia Legislativa Provincial reuniu-se, para elaborar a Constituição do Paraná.

O Relatório do Presidente da Província do Paraná, num levantamento dos alunos efetivos das Aulas Práticas de Primeiras Letras por sexo, registra em Morretes uma Cadeira Pública para o sexo masculino com 56 alunos e outra para o sexo feminino (particular) com 23 ou 25 alunas. ⁶¹

Tem início o Caminho da Graciosa ligando planaltos e litoral paranaense.

O projeto Leôncio Carvalho apresenta as seguintes determinações com relação à Instrução Primária:

- a) obrigatoriedade de ensino;
- b) liberdade de crença religiosa;
- c) criação de Jardins de Infância;
- d) organização de colégios com outras inovadoras tendências pedagógicas (influência positivista);
- e) criação de escolas mistas e Normais;
- f) preconiza a incompatibilidade do cargo de professor com cargos públicos e administrativos;
- g) currículo escolar desenvolvido através de atividades práticas.

1855 - A Inspeção das Escolas Públicas e Particulares de Morretes, ainda estão sob jurisdição de Paranaguá.

Alemães estabelecem sua primeira escola no Paraná. ⁶²

1857 - Primeiro Regulamento de Ensino das Escolas Públicas do Paraná em 8/4. Tendo por base a lei paulista de 1846 e a Reforma Couto Ferraz implantada pela lei nº 21 de 2/3/1857,

vem constituir o arcabouço dos Primeiros Regulamentos da Instrução Pública do Paraná. Fundamentava-se também na Lei Fallau (França 15/3/1850). Propunha:

- a) dois métodos para a formação do professor: a primeira pela Escola Normal e a segunda pela prática, onde alunos-mestres ocupariam vagas de professores;
- b) obrigatoriedade de ensino para carrear maior frequência às aulas;
- c) regulamentava o ensino particular primário e secundário;
- d) determinava sujeição à fiscalização pela Inspeção para estabelecimento de escolas particulares;
- e) impunha necessidade de autoridade;
- f) criava mais de vinte Cadeiras de Instrução Primária dividindo-as em 1ª e 2ª ordem;
- g) especificava exames para seleção:
 - 1) de professores: Leitura; Gramática Nacional; Aritmética até regra de três; sistema de pesos e medidas. Obras: Cirilo, Dilermando Pedras Caldas, Padre Antonio Vieira e Garcete;
 - 2) de professoras: Leitura; Cálculo; Gramática Nacional; Aritmética (somente quatro operações); provas de Costura, Bordado e Trabalhos de lã.

Para candidatos de 2ª ordem:

- a) aprovação nas escolas de 1ª ordem;
- b) exames de Geografia, História, Música, Língua Francesa. Obras de Fenelon e Massilon Boilena. Estas determinações foram publicadas nas Instruções para os exames das Cadeiras, aos professores expedidos, em aten-

ção ao Art. nº 73 do Regulamento.

As grades curriculares para o ensino particular, assim se posicionavam:

a) Meninos

1ª ordem: Leitura, Caligrafia, Gramática, Língua Nacional;
Teoria e prática de Aritmética. Regra de três;
Sistema de Pesos e Medidas do Império;
Noções gerais de Geometria;

2ª ordem: Noções gerais de História e Geografia prática do Brasil;
Noções de Ciência Físicas Naturais;
Canto;
Língua Francesa.

b) Meninas

1ª ordem: Leitura, Escrita, Caligrafia;
Não haveria gramática;
Aritmética somente quatro operações com números inteiros;
Noções gerais de História;
Noções gerais de Geografia;
Música;

2ª ordem: Língua Francesa.

A primeira ordem dividia-se em três classes, sendo que a terceira classe tinha o ensino mais aprimorado: Leitura e Metodologia de Prosa e Verso; Escrita ad libitum tirada do livro de aula; Exercícios de Ortografia. Análise das partes da oração; Aritmética: teórica, prática e dos quebrados até regra de

três. Análise, Gramática e Leitura de Poesias; Noção de Geometria. Vinte minutos de ensino para cada classe. Física, Política do Brasil e História Santa, em classe de ordens especiais.

Primeiras normas estipuladas:

- a) ensino gratuito;
- b) ajuda para instrução de indigentes;
- c) nas escolas estrangeiras: a metade dos professores fosse brasileiros;
- d) sobre as matrículas:
 - d.1 aceitas apenas crianças de 5 a 15 anos de idade;
 - d.2 seriam efetuadas de 1º a 15 de janeiro, abril, julho e outubro;
 - d.3 excluir-se-iam portadores de doenças físicas, mentais, escravos e crianças expulsas de outras escolas;
- e) autorizava ônus para aluguel de casas escolares;
- f) determinava impedimento à coexistência de escola e residência de professor no mesmo local, exceto onde houvesse carência de recursos;
- g) funcionamento sob inspeção do governo;
- h) comunicação com Inspetores:
 - h.1 sob andamento do ensino;
 - h.2 relatório trimestral de alunos sem aproveitamento.

A Câmara Municipal Provincial organizou um Lyceu de Instrução Secundária, estipulando as disciplinas Latim, Francês e Matemática.⁶³

1858 - Em Morretes havia uma Escola Pública para o sexo masculino com 42 alunos matriculados, outra Escola particular para meninos.

1865 - Marca a entrada de imigrantes de diversas origens no estado, ampliando o quadro demográfico, étnico e cultural. Estes povos constituem colônias próximas aos centros urbanos e criam suas próprias instituições, entre elas a escolar.

Estas colônias tornam-se independentes à medida em que sua população se fixa às terras. Constituem novos elementos que num processo endoétnico e de aculturação, vêm aumentar o contingente escolar, o magistério, a rede escolar de ensino e o próprio estudo lingüístico na escola.

Há no Paraná 46 escolas públicas e 89 escolas particulares.

Entre 1865 e 1870 registram-se: falta de escolas, ausência de prédios escolares, carência e deficiência de professores, baixa frequência escolar, poucos recursos disponíveis. Chama-se atenção ao menosprezo dos pais em relação ao ensino e para a deficiência do processo de ensino e de aprendizagem.

Em Morretes estabelece-se a Colônia Nova América, constituída por emigrantes norte-americanos.

1870 - Criação da Escola Normal no governo de Affonso de Carvalho. ⁶⁴

Autorização pelo governo do Presidente Faria, da criação de uma escola pública de ensino, onde houvessem alunos em condição de aprender.

Funda-se em Morretes o Colégio Serapião, do professor Joaquim Serapião.

Requisita-se:

a) preenchimento de Cadeira de Instrução Secundária em Morretes; ⁶⁵

b) exemplar de aritmética. ⁶⁶

1871 - Nova Reforma quanto à Instrução Pública. Revogação de disposições regulamentares, Artigos e Aprovação de leis únicas.

1872 - Registram-se grande afluência de emigrantes ao Paraná: italianos, poloneses, prussianos, alemães, portugueses, australianos (tirolezes), franceses, gálios.

Um número de cinquenta e seis italianos estabelecem a Nova Itália no bairro Rio do Pinto, Morretes.

1873 - Projeto João Alfredo. Proconizava: liberdade de ensino particular, primário, médio e especial independentes do Município da Corte.

A Lei Provincial da Assembléia, através do nº 316 limitava o uso da palmatória, quando castigos morais não fossem suficientes. O número não poderia ser superior a seis pancadas.

A Estrada da Graciosa, é entregue pronta após 20 anos de trabalho, na Administração de Venâncio Lisboa.

1874 - Regimento da Instrução Pública determinava:

- a) liberdade para a criação de estabelecimentos particulares sem aprovação prévia do Inspetor Federal;
- b) aprovava:
 - b.1 dispositivos relacionados à aposentadoria, licença e remoção de professores;
 - b.2 extinção de escolas;
 - b.3 fornecimento de material escolar;
 - b.4 abolição do nível de ensino de estudos aluno-mestre, com pretensões à carreira do magistério;^{6 7}
 - b.5 criação de escolas promíscuas ou mistas.

1875 - Projeto Cunha Leitão, apresentava emendas ao Projeto João Alfredo. Fundamentava-se em idéias liberais. Dispensava o ensino da religião Católica aos Protestantes e a qualquer ato religioso praticado nas escolas.⁶⁸

Ata de exames deste ano em Morretes, registrou a Primeira Cadeira Pública para meninas, atendendo:

- 5 meninas de 1ª ano;
- 4 meninas de 2ª ano;
- 8 meninas de 3ª ano.⁶⁹

Tem início a colonização por novos imigrantes em Morretes: italianos, poloneses, russos e outros.

O povo morretense solicita criação de uma cadeira noturna.⁷⁰

Morretes estabelece limites de obrigatoriedade de ensino.⁷¹

A partir deste ano, organizam-se Clubes e Sociedades Literárias em Morretes.⁷²

1876 - 16/7 Regulamento Orgânico de Instrução Pública, constitui nova reforma de ensino público:

- a) objetivava reestruturar as diretrizes educacionais da Província do Paraná;
- b) organizava e catalogava leis promulgadas em relação à situação funcional dos professores, como consequência da criação da Escola Normal (1870) para o sexo masculino;
- c) regulamentava exames;
- d) regulamentava as escolas promíscuas (mistas), criadas em 1874.

12/4 A Lei nº 456 em seu Artigo nº 122 assinada pelo

Presidente Lamenha Lins, criava o Conselho Literário.

9/10 é registrada a Primeira Escola de Poloneses no Paraná, ministrada pelo professor Jerônimo Dursky.

1877 - Há em Morretes, duas escolas públicas para o sexo feminino e duas para o sexo masculino na área urbana; no interior, uma escola pública para o sexo masculino e duas outras, promíscuas.

Esta é a única referência que se encontra sobre a distinção entre escola da área urbana e interior ou rural, nascida no meio agrícola em Morretes. Quando do pedido da instalação destas escolas há justificativa de "*necessidade das mesmas por se tratarem de bairros populosos*".⁷³

Professor de Morretes solicita envio de Mapa "Escolástico".⁷⁴

1878 - Escolas Públicas de Morretes relatam - há duas escolas para o sexo masculino: a pública com 110 alunos e a particular com 35 alunos; uma escola pública para meninas com 42 alunas. No interior, uma particular masculina com 11 alunos e uma promíscua pública com 11 meninos e 13 meninas.⁷⁵

1879 - Decreto nº 7247, pelo Ministro do Império:

- a) ordenava criação de Escolas Normais;
- b) aumentava o número de escolas promíscuas, visando economia e centralização de despesas;
- c) considerava as mulheres, as pessoas mais idôneas para exercer o magistério nestas escolas promíscuas;
- d) propunha criação de escolas para o sexo feminino, onde houvesse mulheres se habilitando às mesmas.

Morretes lança seu primeiro jornal: O povo.

É declarada vaga a Cadeira (aqui entendida como lugar do

professor) da Escola do Rio Sagrado,⁷⁶ bairro de Morretes.

1880 - Sancionado pelo Governo, Regimentos específicos a determinados aspectos do ensino.

Projetos escolares e agrícolas são sancionados.⁷⁷

1882 - Instituído o Fundo Escolar. Há atendimento das crianças quanto ao vestuário, para possibilitar a freqüência à escola.

Fecham-se escolas com 3 a 5 alunos.⁷⁸

O governo procurava atender até as necessidades físicas das crianças, além de autorizar a criação de escolas, independentemente das autoridades do Município da Corte, sem conseguir contudo, uma procura e freqüência maior à escola. Oferecia aos que a freqüentavam a omissão ao trabalho e nem assim o estímulo à escola era provocado, o que nos Documentos leva dois Inspetores Públicos, levantarem as questões face à decadência da escola na Província:

1) *"Haverá meios de salvar a instituição de sua própria ruína"?*⁷⁹

2) *"Haverá possibilidade, sem aumento de despesas, de chamar a freqüência de alunos, para aquele estabelecimento"?*⁸⁰

Em Morretes existem duas escolas para o sexo masculino: uma pública com 56 alunos, uma particular com 23 alunos; para o sexo feminino: uma pública com 46 alunas, uma particular com 52 alunas. Promiscua: uma pública com 34 meninos e 23 meninas; uma particular onde se registraram somente 94 meninas. No interior há uma escola pública para o sexo masculino, com 27 alunos matriculados.

O Presidente Carlos de Carvalho, do Paranã, assina Regu-

lamento com base no Parecer Rui Barbosa, que preconizava:

- a) ensino primário dividido em quatro categorias: jardins de infância; escolas primárias elementares; escolas primárias médias; escolas primárias superiores;
- b) ensino feminino no curso secundário;
- c) educação física nas escolas, com materiais e prédios apropriados;
- d) instituiu obrigatoriedade de Educação Física para meninos, três vezes por semana com duração de uma hora;
- e) criava escola de adultos noturna.

Em Morretes:

- a) solicita-se uma Tabuada Moderna;⁸¹
- b) informa-se sobre a pouca frequência às aulas de Latim, Francês e Geografia;⁸²
- c) criação de uma Instituição Escolar, para menores alemães.⁸³

1883 - O Presidente da Província Oliveira Bello, criticava os métodos adotados no ensino das escolas provinciais. Conclamava ao uso de métodos modernos, o intuitivo, junto ao mundo e seus fenômenos.⁸⁴ Tornava o ensino primário obrigatório para aumentar a frequência, a matrícula escolar e minimizar a evasão nas escolas. Isto levou à maior fiscalização das frequências nas escolas.⁸⁵

O Regulamento da Instrução Pública este ano, era movido por ideologias político-filosóficas e não tanto técnicas; declarava:

- a) só seriam aceitos livros autorizados pela Escola Normal;
- b) o modo de ensino deveria ser mútuo ou simultâneo mútuo;

- c) o método usado, o intuitivo, através do conhecimento direto das coisas;
- d) a necessidade de organizar museus escolares, com plantas e animais da região;
- e) a norma de oferecer ao aluno, no momento da matrícula, um caderno de exercícios que deveria ser conservado até o fim do curso, para avaliação de seu crescimento nas atividades propostas;
- f) os exercícios deveriam ser distribuídos e desenvolvidos de forma que exigissem cada vez mais esforço e atenção.

1884 - 31/12. Lei nº 136, reformulava o ensino público do Estado:

- a) restauração do Instituto Paranaense e anexação à Escola Normal;⁸⁶
- b) proibia castigos corporais;
- c) educação física: ginástica de salão nos termos da lei;
- d) enfatiza a importância do ensino de agronomia;
- e) declarava imprescindível a higiene escolar;

Regulamento nº 95:

- a) tratava da obrigatoriedade de ensino;
- b) determinava que para relaxamento dos alunos, a cada hora de aula, houvesse marcha silenciosa ao longo da sala de aula;
- c) enfatizava que a disciplina escolar devia assentar-se essencialmente na afeição do professor, através de conselhos e persuasão amistosa.

Em Morretes:

- a) o ensino obrigatório estabelece seus limites;⁸⁷
- b) é construída uma Casa Escolar.⁸⁸

1885 - O Presidente da Província do Paraná solicita à Escola da Neutralidade de São Paulo, um plano para a educação paranaense dentro de metodologia científica, adaptável às necessidades locais. Isto faz com que surja linha de trabalho e ação mais avançadas.

Inaugura-se a Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguã, com a presença da Princesa Imperial D^{na} Isabel e seu esposo Conde D'Eu.

Em Morretes:

- a) foi criada a Sociedade Migratória, sob a presidência de Gabriel-Pinto;
- b) professor da escola de Morro Grande, envia atestado à Inspetoria de Ensino;⁸⁹
- c) registra-se escola pública em Rio dos Patos;⁹⁰
- d) é nomeada nova professora em Saquarema;⁹¹
- e) atestado justifica problema com professores de Morro Grande.⁹²

1886 - Lei de Reforma, reorganiza o serviço de Instrução Pública no Paraná.

Morretes faz doação de roupas a alunos carentes.⁹³

Presidente Alfredo Taunay declarava: "*O livro não é tão necessário aos alunos como o é um bom pedagogo, que é um livro completo*".⁹⁴

1887 - Instala-se em Morretes a Colônia Nova Itália, constituída por 2.300 emigrantes italianos. Tem a maior concentração daqueles povos, em todo Paraná.⁹⁵

1888 - Chegam ao Paraná, italianos do Veneto e organizam uma escola promíscua, sob a responsabilidade do Professor Francisco Zardo e professora Maria Leocádia Siqueira.⁹⁶

13/5: Abolição da Escravatura no Brasil, pela Lei Áurea. Reduzem-se o número de escolas, porque o Governo passa esta responsabilidade aos Municípios, isto é, criavam-se as Escolas Municipais.

1889 - 15 de novembro, Proclamação da República no Brasil.

O Presidente Jesuíno Marcondes, expediu o Regulamento Específico para as Escolas Primárias subvencionadas, criadas neste ano, determinando-lhes programas iguais às elementares, isto é, voltada aos conhecimentos essenciais.⁹⁷

Estatística escolar, no Caderno de Assuntos Gerais do Arquivo Público do Paraná, apresentava levantamento de Morretes: haviam cinco escolas na área urbana de Morretes e oito nos seus bairros populosos (interior).⁹⁸

1890 - Janeiro. Regulamento de Instrução Pública do Paraná prevê, inspirado no Pedagogium (centro de propulsão e reformas de que necessitava a Instrução Nacional):

- a) escolas primárias elementares, por cadeiras, já criadas no Estado e onde houvesse alunos em condição de aprender, incluindo as Colônias;
- b) escolas providas mediante contrato, regidas por professores habilitados;
- c) aulas mantidas pela Câmara Municipal;
- d) estabelecimentos livres não subvencionados;
- e) dois graus de escolaridade: elementar e suplementar;
- f) custeio de escolas por responsáveis de fazendas de

criação, fábricas ou estabelecimentos industriais com mais de 15 empregados - crianças, de idade entre 7 a 14 anos, se ali não houvesse um estabelecimento escolar. Haveriam multas no não cumprimento da ordem e na reincidência, multa dobrada;

- g) métodos, programas de ensino e Conferências livres, quando comunicados o Inspetor de Instrução Pública e seu Diretor;
- h) ensino moral obrigatório;
- i) não haveria discussões sobre dogmas e doutrinas religiosas;
- j) seriam consideradas municipais, as escolas criadas pelas Câmaras Municipais, com recursos próprios;
- l) poderiam ser criados impostos anuais de um mil reis por fogão, com exclusiva aplicação à instrução primária, industrial e agrícola;
- m) quando da não possibilidade de criar uma cadeira para cada sexo, criar uma promíscua, regida por preceptora. Meninos só se matriculariam até 10 anos, aí;
- n) o governo nomearia comissões, para promover frequência escolar;
- o) não seriam admitidas crianças com menos de 6 anos e mais de 14 anos de idade;
- p) classificavam-se as escolas em três entrâncias:
 - 1) 3ª entrância: escolas da capital;
 - 2) 2ª entrância: das cidades importantes;
 - 3) 1ª entrância: das vilas e freguesias;
- q) as escolas de bairros passaram a ser consideradas categorias de contratadas. Eram consideradas anterior-

mente de 1^a entrância;

- r) substituíram-se as escolas extintas por novas escolas, com a subvenção de professores particulares; na rede escolar oficial, a mesma medida é adotada, classificando os professores na categoria de contratados;
- s) instrução primária, normal e secundária gratuita, pelo Estado;
- t) obrigatoriedade de freqüência às aulas, nos locais onde fosse exequível.⁹⁹

A referida lei não foi posta em prática, pois foi revogada pelo Decreto 64/04/1890.

1891 - Constituição do Brasil de 1891. Prevê entre outros a transferência da Capital Federal para o Planalto Central da República: zona de 14.400 km², oportunamente demarcada (Art. 39).

4/7 Primeira Constituição do Estado do Paraná estabelece a obrigatoriedade de ensino. **Ensino Primário:**

- a) currículo enfatizava Estudos Morais e Cívicos de caráter prático;
- b) condenava a verbalização e memorização;
- c) recomendava imitação e adoção às filosofias de Pestalozzi, Fröebel e Herbart;
- d) grade curricular, salientava a importância de leitura e escrita;
- e) noções gerais e práticas de Gramática portuguesa;
- f) elementos de Aritmética, compreendendo sistema métrico;
- g) Desenho aplicado às indústrias e artes;

h) prendas Domésticas às meninas;

Ensino complementar (parágrafos 1 e 6):

a) Aritmética aplicada;

b) elementos de Cálculo Algébrico e Geometria;

c) regras de Contabilidade usuais e Escrita Mercantil;

d) noções de Ciências Físicas e Naturais com aplicação à agricultura;

e) Desenho Geométrico e Ornamental.

As escolas masculinas ou femininas, lotadas por professoras normalistas ou concursadas.

Normatizava vantagens de vencimentos e garantia de vitaliciedade, promoção por classificação.

Ensino particular livre, mas sempre notificando o movimento escolar.¹⁰⁰

1892 - 7/4. 3ª Constituição do Estado do Paraná.

1893 - 9/2, tem início a Revolução Federalista no Brasil. O Paraná vive sobressalto constante. Santa Catarina é o centro da agitação temporária da guerra civil.

Início da Revolta Armada, que pretendia restaurar o Império da Constituinte.

1894 - O Paraná é invadido por federalistas gaúchos e catarinenses, que pretendiam chegar a São Paulo. Invadem a Lapa; General Carneiro é o herói da resistência. O Governo Rebelde tem sede em Curitiba.

13/3 é dominada a Revolta da Armada.

1895 - junho. Término da Revolução Federalista. Volta à legalidade.¹⁰¹

1900 - Em Morretes, segundo Estatística Escolar, haviam 11 escolas públicas.

1903 - Até este ano várias Reformas nos Regulamentos da Instrução Primária no Paraná.

O Governador Francisco Xavier da Silva, em Mensagem ao Congresso Legislativo, notificava que havia no Paraná, 198 escolas de instrução primária, sendo 55 do sexo masculino, 29 para o feminino e 114 promíscuas. Regiam-nas em seus 2/3, professoras. A matrícula nas escolas públicas: 8.441 alunos, dos quais 4.748 do sexo masculino e 3.693 do sexo feminino; nas particulares haviam 3.288 alunos matriculados.¹⁰²

1907 - O ensino dividia-se em:

- a) infantil - Jardim da Infância - método Fröebel;
- b) ensino primário - escolas públicas e particulares;
- c) ensino secundário - Ginásio Paranaense;
- d) ensino normal - Escola Normal.

Em todas as escolas havia 1º e 2º graus, distribuídos em 5 anos de curso. O 1º grau correspondia as quatro primeiras séries.

Morretes: registrava 16 escolas entre urbanas e rurais.¹⁰³ Observa-se que o cômputo geral para o sexo masculino é maior que para o feminino.

1913 - Define-se importante marco na história do ensino do Paraná: a organização da escola.¹⁰⁴

1914 - Proposta de Reforma Escolar, por Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo;

a) seriação do ensino: propõe verificação onde haja mais de uma classe;

b) Reforma de programa de ensino:

- b.1) substituição de programas obsoletos, por outros adequados àquele tempo;

b.2) ensino preliminar ou 1º grau dividido em 4 séries.

Eclode no Paraná a Questão do Contestado, movimento que de fanatismo religioso, evoluiu para ações anti-governamentais e dura até o início de 1916. ¹⁰⁵

1915 - Lei Reformadora de Educação e Código de Ensino, (Código Macedo). É Legislação Orgânica da Educação Paranaense.

O Código Macedo:

- a) aborda as escolas maternais dividida em três secções:
Creche e Jardins de Infância;
- b) determina assistência às crianças carentes pela caixa escolar ou fundos do Estado;
- c) Jardins de Infância independentes das escolas maternais;
- d) criação de escolas intermediárias, pelo período de 2 anos, para habilitação ao Ginásio e Escola Normal.

Desenvolvimento do cooperativismo - idéias de Economia Política de Gide.

Lei 1510 de 25/3:

- a) institui o Conselho Superior do Ensino para determinar sobre a educação pública;
- b) a lei dá origem ao Código de Ensino Eneas Marques;
- c) Plano Prático de Processos de Ensino, para aplicação direta às classes primárias. A escola experimental é o Grupo Escolar Xavier da Silva e seu trabalho proporcionou aos professores que trabalharam com o plano prático, pleno domínio dos novos processos metodológicos no Paraná.

1919 - Construída uma casa para funcionamento da Escola de Saquarema, no Município de Morretes.

1920 - Organização da instrução pública num sistema administrado racionalmente.¹⁰⁶

1921 - Cesar Prieto Martinez, que fora Inspetor Geral do Ensino Paulista é o orientador chave da Administração do Estado.

Prevê:

- a) inspeção vitalizada;
- b) organiza cursos de Magistério;
- c) publicação de Revista Pedagógica;
- d) Prêmios aos professores segundo seus rendimentos;
- e) organização de serviço de Distribuição Gratuita de material escolar aos alunos das escolas públicas;
- f) atendimento à saúde escolar;
- g) estímulo à Educação Física;
- h) estímulo às histórias e contos;
- i) estímulo à realização de festas escolares;
- j) resolução de problemas destinados à Educação Geral do Magistério.

1921 - Construída uma casa para funcionamento da Escola do Rio Sagrado II, no Município de Morretes.

1927 - Construída uma casa para funcionamento da Escola de Sambaqui, no Município de Morretes.

1929 - O Paraná registrava mais ou menos 1.000.000 de habitantes, distribuídos em 53 municípios, 24 cidades e 29 vilas.

A Instrução era estendida a todos os núcleos de população. Não se encontrava nenhum bairro dos municípios sem escolas e nos maiores centros além de Escolas Isoladas, há Grupos Escolares, Jardins de Infância e em alguns, Oficinas de Arte.¹⁰⁷

1935 - 16/5: institui-se a 5ª Constituição do Estado.

A Assembléia elege por voto indireto, o Interventor Manoel Ribas, Governador Constitucional no Estado do Paraná.

1936 - Construída uma casa para funcionamento da escola de Morro Grande, Município de Morretes.

1937 - Dissolvida a Assembléia devido a golpe de Estado, o Paraná passou a reger-se pela Carta Magna Federal.

Haviam surgido nestes períodos de conflitos, alguns órgãos que se preocupavam com a educação no Estado e que vinham paralelamente tentando profissionalizar, instruindo a clientela a nível de 1ª e 2ª graus: as Escolas do Serviço Nacional da Indústria-SENAI, Escolas Ferroviárias (1ª ciclo), Escola Técnica de Curitiba (1ª e 2ª ciclos), Instituto Técnico de Química Industrial, Curso de Aprendizagem de Ofício-CAO, Curso de Aspirantes à Indústria-CAI, Escola Profissional Feminina (desde 1917 ministrando aulas sobre desenho, pintura, datilografia, corte e costura, renda, bordado, fabrico de flores, chapéus, arte culinária e economia doméstica, durante 4 anos às alunas acima de 12 anos de idade).

Criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, Lei nº 378.

Manoel Ribas, Interventor do Paraná, é o primeiro no cargo de Governador, a dar prioridade ao ensino das áreas rurais. Cria no Estado as chamadas Escolas de Trabalhadores Rurais, a nível primário e depois as Escolas de Pesca no litoral, com o objetivo de impulsionar a educação dos habitantes daquelas zonas. A idéia era em cada instituição, montar uma Granja-escola para meninos, na faixa etária 9-18 anos.

Só com o Interventor Manoel Ribas, nasce no Paraná o En-

sino Rural.¹⁰⁸ Era instituição que objetivava orientar o aluno-produtivo através da instrução, produção, desenvolvimento artístico e do esporte. Formava o operário agrícola, oferecendo casa, comida, roupa e educação primária, para meninos abandonados na faixa etária 7-18 anos de idade. O regime adotado era o de Internato. Não obrigava estudar agricultura, embora nela se especializasse quem quizesse. Recebera o nome rural porque estavam situados em zonas agrícolas.

Neste ano foram criadas duas Escolas de Trabalhadores Rurais: a de Castro, chamada Escola Olegário Macedo e a da Ilha das Cobras, denominada Escola de Pesca Antonio Serafim Lopes, transformada depois em abrigo de delinqüentes.

É criado o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP, com o nome de Instituto de Pedagogia, a partir do Projeto Capanema. Seu objetivo: repensar a educação em todos os níveis, como centro de estudos de todas as questões educacionais.

O primeiro período do INEP, iniciou logo após sua instalação no ano de 1938, nos 20 estados do país.¹⁰⁹ Nele o Paraná ocupou espaço.

1938 - Outra Escola de Trabalhadores Rurais é inaugurada - a Escola Augusto Ribas, em Ponta Grossa (esta hoje, 1985, pertence à Faculdade Estadual de Ponta Grossa e é seu campus experimental de Agronomia e Veterinária).

1940 - 26/2 - O Decreto nº 9.592, aprovava o Regimento Interno e programa para os Grupos Escolares, regulamentava a vida escolar, funcional e outros:¹¹⁰

- a) período letivo de 1/2 a 30/11;
- b) dois períodos de férias: de 1/12 a 31/1 e de 1/6 a 15/7;

- c) dias não letivos: domingos, feriados nacionais e estaduais paranaenses; 2^a e 3^a feira de Carnaval; 5^a, 6^a e sábado da Semana Santa; aos sábados determinados para reuniões pedagógicas ou em dias com autorização prévia do Diretor Geral de Educação.
- d) dos alunos e do ano letivo: disposições, atribuições, coerção e sanções; dos professores; funcionários; da Biblioteca, do Arquivo e um conjunto sobre disposições gerais incluindo penalidades, direitos e deveres do Diretor e seus comandados.

1940 - Construída uma casa para funcionamento da Escola de Rio dos Patos, Município de Morretes.

1941 - Inauguram-se mais três Escolas de Trabalhadores Rurais: a Escola Getúlio Vargas em Palmeiras, em Rio Negro com o mesmo nome e a Escola de Campo Comprido. Também uma Escola de Pesca, em Guaratuba.

1943 - Outra Escola de Trabalhadores Rurais é fundada: Escola do Faxinal de Catanduvas, em Reserva.

1944 - Surgem duas novas Escolas de Trabalhadores Rurais: Escola do Ivaí em Ipiranga e Escola de Santo Antonio da Platina (esta posteriormente extinta por ser pequena e ter sua instalação atravessada pelo Rio Boi ou Pintado, que por sua poluição e insalubridade, obrigou o fechamento da escola).

Além destas, em Curitiba havia a Escola do Cangüiri e a Escola de Trabalhadores Dr. Carlos Cavalcanti. Esta recebia os meninos que haviam sido preparados por outras escolas do modelo; aí, recebiam Curso Profissionalizante para formação do Prático de Agronomia, com conhecimentos sobre Agricultura e Pecuária.

O trabalho era supervisionado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura-SEAVE.

Buscava-se nas Farm School americanas, subsídio às escolas agrícolas. Aqui adotava-se o sistema cooperativo (lá era o de clubes), que a Escola de Trabalhadores trouxera como proposta. Nasceu assim o Club 4 P (produção, progresso, patriotismo e perseverança).

1945 - Pelo Interventor Federal Manoel Ribas e referenciada pelos Secretários de Estado da época, é outorgada a 6ª Constituição do Paraná a 27/10, que durou 24 horas.

1947 - Volta o Regime democrático ao Brasil e ao Paraná. É instituída a 7ª Constituição Paranaense a 12/6. O governador do Paraná eleito para o período até 1951 (reeleito posteriormente para o quinquênio 1955-1960), reconhecendo o valor das Escolas de Trabalhadores Rurais, fá-las construir em Apucarana, Cambará, Clevelândia, Guarapuava, Jaguariaíva, Santa Mariana, Piraí do Sul, Tibagi e Tomazina, prosseguindo as obras do Interventor.

Eram ao todo então, 22 escolas-granja, regime de internato com instalações excelentes, áreas amplas e toda infraestrutura propícia ao bom desenvolvimento do trabalho. Não atinge porém seus propósitos por: falta de assistência técnica e pedagógica necessárias ao seu desempenho; as crianças eram orientadas muito cedo para uma atividade não seguida e a Reforma de Ensino de 1947.

Lei nº 614 de 13/5, criava a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná.

1948 - O Ministro da República Clemente Mariani, apresentou ao Congresso, Projeto-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional elaborado por professores de gabarito, que seria alterado pelo Ministro Clóvis Salgado, enviando ao Congresso o Substitutivo nº 2222, que daria origem à Lei nº 4024.

Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, tendo à frente o Professor Erasmo Pilotto, redige o Estatuto Legal - Programa para Escola Primária e Jardim de Infância.

Cria-se o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais do Paraná, dirigido e orientado por professores com períodos de curso no INEP e MEC.

O Paraná possuía 108.158 alunos.

Morretes custava à Secretaria de Educação e Cultura Cr\$. 639,00 para educar sua população. Era o 6º Município mais caro do Estado.

Cria-se o Conselho Estadual de Educação para administrar a educação no país. Registram-se pobreza, falta de material, problemas de êxodo rural, evasão; problemas de plantio e cultura; menosprezo à instrução, distâncias a percorrer, falta de espaço físico; indolência, falta de vaga e super-lotação de classes também nas escolas do Paraná, principalmente nas zonas rurais.

O professor Pilotto faz um levantamento:

- a) desde suas origens no estado, a escola primária é para alunos 7-14 anos;
- b) deve constituir variedade de classes para receber diversificados tipos de alunos;
- c) formar professores e pedagogos para uma Escola Primária completa;

- d) dar à escola o padrão que os alunos devem ter (tipos de escolas);
- e) elaborar Plano Complementar de realização progressiva, de obrigatoriedade escolar e assistência financeira;
- f) constituir sistema organizado e permanente de professores em serviço, para o magistério do grau elementar e médio nas várias modalidades, que comunicasse técnicas de ensino fáceis de assimilar e realmente eficazes.¹¹¹

1950 - Construída uma casa para funcionamento da Escola da Martha, no Município de Morretes.

1951 - Governo do Estado cria as Casas Rurais.¹¹²

1953 - Decreto nº 9060: o Governador "resolve aprovar os Programas Experimentais para as Escolas Isoladas do Estado, que com este baixa assinado, pelo Secretário de Educação e Cultura".¹¹³

Agiliza-se o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, com vistas às escolas isoladas.

Instruções quanto à competência do professor, orientação e objetivos próprios à cada matéria, atendendo às especificidades 1º, 2º e 3º ano.

1º ano:

- a) Português: Linguagem oral, escrita e conhecimentos gramaticais;
- b) Aritmética até problemas simples e práticos sobre as quatro operações com números inteiros e moedas. Iniciação à Geometria;

- c) Geografia: conhecimento da região, acidentes topográficos próximos a escola;
- d) História do Brasil: descobrimento. Poder Executivo, ruas, datas notáveis;
- e) Ciências Físicas, Naturais e Agricultura: rendimentos sobre os três Reinos da Natureza, sua utilidade, fenômenos físicos. Higiene pessoal, alimentar e de habitação.
- f) Artes Aplicadas: desenhos livres e trabalhos manuais, dobraduras, recortes, colagens, modelagens;
- g) Canto:- até o 3º ano noção de seleção musical. Noção de técnica e escritos musicais, onde houvesse professor habilitado;
- h) Educação Física: exercícios sistemáticos, jogos;
- i) Educação Moral e Cívica: dado o conteúdo no momento oportuno;

2º ano:

- a) as mesmas matérias (disciplinas) na grade curricular, acrescidas de conhecimentos mais amplos sobre Brasil, vultos nacionais; operações mais complexas, frações, problemas com duas operações;
- b) Artes Aplicadas: os desenhos dirigiam-se à realidade nacional;

3º ano:

- a) conhecimentos sobre países da América, Europa, Ásia, África e Oceania.

As noções de Geografia, História e Ciências na 1ª série, deveriam ser abordadas nas aulas de Linguagem Oral e Escrita.

As aulas de Canto, Educação Física e Artes Aplicadas colocadas, no início dos trabalhos, não tinham horário fixo; obedeciam à orientação dada no programa das disciplinas propostas.

1955 - Grande ênfase ao ensino secundário gratuito.

1956 - 20/1, o Projeto Escritório Técnico de Agricultura-ETA é instituído em convênio com os Estados Unidos, objetivando voltar-se à educação rural.

Dezembro: novo serviço no Paraná, a Extensão Rural, que faria a orientação dos trabalhadores do campo, por deslocamento de seus técnicos. Também eram atendidos os problemas do lar. O Paraná foi o Estado da Federação que mais sofreu, por falta de verbas para fazer funcionar a nova instituição.

Havia no Paraná 37 unidades de ensino primário misto, com 1418 alunos.¹¹⁴

Morretes registrava 41 escolas primárias e 3 escolas secundárias.¹¹⁵ Sua população: 18.282 habitantes.

1958 - Construída uma casa para funcionamento da Escola do Rio Sagrado I, no Município de Morretes.

1959 - Fundada e instalada a ACARPA no Paraná (com a derivação da ABCAR): estudos, apoio dos governos estaduais, aceitação do Serviço Público.

O Paraná tinha dificuldade de onde tirar informação técnica para a realidade paranaense; preocupava-se além do problema agrário, com a educação da higiene alimentar e de vestuário, melhoria do lar e limpeza dos arredores.

Firma convênio com os Estados Unidos e estabelece o Ponto 4, para motivar filhos de agricultores até 17 anos. Funda o Clube 4 S (saúde, saber, sentir, servir), aos moldes do Clube 4 H americano. Visava ensinar tecnologia aos pais dos alunos, a-

través da mudança de comportamento dos filhos.

Aproveita o Crédito Rural orientado através do Banco Regional de Desenvolvimento-BRDE, Banco Mercantil e Industrial do Estado do Paraná-BAMERINDUS, Banco do Brasil e Banco do Estado do Paraná-BANESTADO.

A Extensão Rural, trouxe matrizes para suíno-cultura, maquinários agrícolas e sementes selecionadas, que a ACARPA propõe-se a desenvolver.

A ABCAR, transforma-se em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER¹⁶ no Paraná, filiada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER.

1960 - O Governador do Estado, cria no setor agrícola a Companhia Agropecuária de Fomento Agrícola - Café do Paraná. Neste governo o Paraná tornou-se o maior exportador de café do Brasil.

A população paranaense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE é de 4.277.765 habitantes.

Criado o Fundo Educacional do Estado do Paraná-FUNDEPAR, Lei nº 4.599¹⁷, ampliando as possibilidades educacionais, construindo mais de 3.000 salas de aula.

Construída uma casa para funcionamento da Escola de Tapeçu, no Município de Morretes.

1961 - ACARPA é considerada de Utilidade Pública pelo Decreto nº 50.622.

Decretada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB nº 4.024/61, que transfere a responsabilidade da supervisão das Escolas de Trabalhadores Rurais, ao Ministério de Educação e Cultura.

O Secretário de Agricultura do Estado, tenta reerguer as Escolas de Trabalhadores Rurais, promovendo desfiles e fanfaras, destacando a real imagem das escolas consideradas até então como correcionais, mostrando seu aspecto social e humano; que ela estava aberta a qualquer jovem que se habilitasse e não só a filhos de agricultores.¹¹⁸

Tomando como parâmetro o crescimento da população paranaense em 1900, que estimava 327.136 habitantes, pode-se perceber um crescimento rápido e explosivo até 1960, de treze vezes mais. Este problema acarretou outros de ordem pública, social e econômica de soluções a longo prazo. O Paraná tinha a maior parte de sua renda gerada na atividade primária, exigindo novos recursos, de modo a atender a demanda do contingente humano, que começava a se desenvolver. A educação sistematizada é o alicerce do desenvolvimento. Começou-se a organizar um programa administrativo, que procurava suprir nossas deficiências, inclusive de ensino.

20 de dezembro. É instituída a Lei nº 4.024/61 no Brasil, que apresentava pontos distintos: a descentralização do ensino passava aos Estados e Municípios a manutenção das escolas; proibição de acúmulo de cargos. Autorizava flexibilidade aos currículos; classes experimentais; tornava obrigatória a Educação Física; a Educação Moral e Cívica, apenas como prática educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases:

- a) oportunizava ao Brasil diretrizes para seu ensino, como ainda não houvera;
- b) declarava oportunidades educacionais a todos, gratuidade ao ensino oficial;

- c) criava Fundo Nacional de Ensino Primário, de Ensino Médio e Superior e Atividades Culturais;
- d) liberdade ao ensino; aperfeiçoamento e barateamento do livro didático;
- e) previa o Conselho Estadual de Educação-CEE, órgão normativo e de deliberação coletiva no ensino.

A parte ideal desta lei estava fadada a durar muito pouco, uma vez que seus principais objetivos, não seriam alcançados porque instalava-se no país, a era industrial. O aluno deveria ir buscar já nas escolas de primeiro e segundo graus, uma formação para o trabalho.

Iniciava-se no país a Era da Comunicação de Massa. Os elementos de difusão e inovação das culturas, ocorriam mais intensamente. Concorria para transformação de mentalidades e hábitos de vida (embora em 23/1/1928 já se tivesse regulamentado meios educativos pelo rádio, jornal e filmes pelo Decreto nº 3.281).

A corrida à escola se intensificava em busca de meios possíveis de atualização, através de conhecimentos e tecnologia, para acompanhar o desenvolvimento.

Há preocupação de atendimento à educação, objetivando integrar os excepcionais, assistência social escolar, médica, odontológica e de enfermagem.

Institui-se o Parlamentarismo no Brasil.

1962 - Entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases e com ela concomitantemente duas concepções de currículo: a Auto-Atualização (ou Experiência Consumatória) e a Reconstrução Social (ou Relevância Social).

Regulamenta-se a criação da FUNDEPAR pelo Decreto nº

9.392 de 29/8; aprova-se esta instituição pelo Decreto nº 9.393 de 29/8.¹¹⁹

Lei nº 4.529 de 12/1, Fundo de Desenvolvimento Econômico, determinava: 40% dos recursos financeiros fossem aplicados em investimentos no Paraná, mediante empréstimos ao governo, realizados diretamente ou através de autarquias, companhias mistas e fundações. Isto porque a Lei de Diretrizes e Bases dispunha que: *"o ensino em todos os graus poderia ser ministrado em escolas públicas mantidas por fundações e dotações que fossem convenientes ao Poder Público"*. (Título XIII, Art. 107).

Mediante convênios, o Estado e os Municípios equacionam seus programas educacionais, na formação de planos de expansão e aprimoramento das respectivas redes de ensino, no suprimento do material didático e ajuda financeira para:

- a) construção, equipamento e recuperação das escolas rurais e urbanas, visando ampliar prontamente a rede Escolar Primária e Média no país;
- b) matricular em condição de emergência o máximo de crianças de 7 a 12 anos, em classes regulares das 4 séries;
- c) matricular imediatamente crianças de 10 a 13 anos, analfabetas ou atrasadas em estudos, em classes supletivas preferentemente vespertinas, de recuperação ou de alfabetização;
- d) matricular em classes noturnas de recuperação Moral e Cívica os jovens que completassem em 1962, ainda analfabetos entre 14 e 18 anos, de modo que dentro de 5 anos não existisse nenhum menor de 23 anos, que não tivesse tido oportunidade de alfabetizar-se;

- e) aprimorar o ensino para elevar progressivamente o número de crianças, que concluíssem a 4ª série primária, mediante capacitação do professor em exercício e da difusão do material didático, que auxiliasse o trabalho do professor inexperiente;
- f) garantir mais ampla oportunidade de educação média à juventude brasileira:
 - 1) ampliação da rede escolar;
 - 2) o pagamento imediato de 60% das bolsas de estudo concedidos ao MEC, em estabelecimentos particulares de ensino;
 - 3) elevar o nível de ensino primário e médio barateando seu custo, através de:
 - 3.1 edição em grande tiragem de livros;
 - 3.2 elaboração de materiais didáticos (cadernos, lápis, manuais, para organização do Magistério);
 - 3.3 instruções audio-visuais de ensino para distribuição gratuita ou com venda a preço de custo.¹²⁰

1963 - Decreto nº 10.527 de 9/1 - reestrutura a Secretaria da Educação e Cultura com atuação e competência nas áreas de Ensino, Atividades Culturais, Educação Física e Desportos, Assistência ao Educando, Patrimônio Histórico, Arqueológico, Científico, Cultural e Artístico.

Portaria 56/63 dispõe sobre o Artigo 3º (do Decreto nº 10.290) e estabelece Regimento para os Jardins de Infância e outros (10/1).

- a) FUNDEPAR atribuições:

Portaria nº 110/63 do Estado, aprovava os programas de Ensino para as **Escolas Isoladas**, para os Grupos Escolares e Casas Escolares:

Artigo I: O Ensino Primário seria ministrado em 6 séries anuais nos Grupos Escolares;

- a) parágrafo 1º: nas Casas Escolares, o ensino primário seria ministrado em 5 séries escolares, podendo existir a 6ª série, quando houvesse instalações apropriadas, especialmente Oficinas e Artes Industriais;
- b) parágrafo 2º: nas **Escolas Isoladas**, a duração do curso primário seria ampliada de 3 para 4 anos.¹²¹

Observadas sob uma perspectiva científico-social, as regiões que permaneciam (e permanecem) estagnadas, apresentavam um índice educacional baixo. Os investimentos destinados à educação, constituíam prioridade em uma área que desejava desenvolver-se.

Um dos maiores problemas educacionais (se não o maior) é a variável professor: em 1963, o corpo docente do Ensino Primário no Paraná, era constituído de 31% de normalistas e 70% de não normalistas, com regência de classe e sem mão de obra qualificada.¹²² Segundo a mesma fonte, haviam matriculadas 293.400 crianças nas Escolas públicas primárias estaduais, 88.900 municipais e 411.700 nas escolas de ensino particular.

Volta do Brasil ao regime Presidencialista.

1964 - Eclode a Revolução 64, após período de graves inquietações no Brasil: crise econômica, inflação galopante, greves frequentes lideradas por extremistas assolam o país.

Criado o CEE no Paraná pela Lei Estadual nº 4.978 de 5/12, com o objetivo de orientar a Política Educacional do Estado.

1965 - O governo paranaense eleito organiza ambicioso programa administrativo, desenvolvendo e ampliando a rede de energia elétrica, pavimentando rodovias paranaenses:

- a) cria novas Secretarias de Estado, autarquias, departamentos autônomos, sociedades de economia mista, parastatais e outras empresas, com a participação do estado paranaense:^{1 2 3}
- b) executa obras: Estrada de Ferro Central do Paraná, Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira (para resolução do problema energético de Curitiba e do litoral).

1967 - É promulgada a 8ª Constituição Paranaense a 9/5. É a 1ª Carta Magna Estadual a adaptar-se na Constituição do Brasil.

Composta de 156 artigos apresenta em seu Título IV abordagem sobre a Família, a Educação e a Cultura. Prevê em seu artigo 133 que trata da Organização do Sistema de Ensino, Incisos II, IV e VII preocupação direta com os problemas educacionais rurais respectivamente:

- a) criação de Escolas Normais Rurais nos centros de produção agropecuária;
- b) criação de Cursos de Orientação e Formação Profissionais, nas zonas urbanas e rurais, de acordo com as peculiaridades de cada região;
- c) construção de casas escolares e residências para os professores nas zonas rurais;

Desenvolve outros artigos e incisos de modo geral, englobando aspectos de Atribuições do estado, suas funções do direito à educação e sua gratuidade. Incentivos, liberdade de ensino particular, tipos especiais de ensino, estímulos aos meios de

educação informal, à cultura e à pesquisa científica em todos os níveis e instituições educacionais científico-culturais, legalmente organizadas.¹²⁴

O governo do Estado reconhecendo a importância das **Escolas de Trabalhadores Rurais** dá um bom cunho no desenvolvimento às mesmas, um tanto paralisadas e envia auxiliares ao estrangeiro objetivando buscar subsídios. A Lei nº 5.692/71, porém viria a modificar sua estrutura, reformando o ensino, criando o 2º grau, transformando-as em Curso Colegial Técnico, desvirtuando suas finalidades primeiras. Algumas vêm a desaparecer radicalmente, outras 9 persistem até 1985: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Castro, Palmeiras, Guarapuava, Ponta Grossa, Rio Negro, Santa Mariana e Apucarana.¹²⁵

Aprovação do Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA.

Instituição do novo Código Florestal, para preservação de nossas reservas florestais.

Aprovação do Regulamento do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural-FUNRURAL.

Criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL.

1969 - Decreto Lei nº 869 torna a Educação Moral e Cívica obrigatória em todos os níveis, para fortalecimento da Unidade Nacional.

1970 - A 9ª Constituição Paranaense. Não se tratava propriamente de uma nova Constituição, mas sim a de 9/5/1967, que passou a vigorar com redação dada pela Emenda Constitucional nº 2.

Construídas duas Casas Escolares em Rio Sagrado e Morro Grande (com duas salas de aulas), em Morretes.

1 estudos para aplicações em projetos escolares:

1.1 setor primário: déficit de salas de aula nas aglomerações urbanas, considerando-se a população em idade escolar, o número de estabelecimentos e a frequência média no Estado do Paraná;

1.2 setor ensino-médio:

1.2.1 dificuldade de formação de pessoal docente;

1.2.2 atuação quase nula de Supervisão e Inspeção;

1.2.3 precariedade de instalações materiais.

O levantamento revelava queda do rendimento médio, na medida em que se expandia a rede escolar de ensino.

1.3 setor ensino superior:

1.3.1 ausência de prédio próprio;

1.3.2 aspectos do ponto de vista social, técnico e administrativo.

13/12. Decreto nº 10.290 dispõe sobre o ensino primário e dá outras providências.

19/10. A Secretaria da Educação assinara Convênio Especial com o MEC, em um Programa de Educação de Emergência com o objetivo de auxiliar:

a) currículos, programas e calendário para o Ensino Médio;

b) calendário escolar para o Ensino Primário, que prevê para o interior, feriados além dos nacionais e estaduais: nos dias próprios ao Município e Padroeiro local.

Lei estadual nº 5.966 de 13/8. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de noções elementares sobre regras e leis do tráfego urbano, em aulas teóricas e práticas, nos estabelecimentos de ensino primário.

1970 - Portaria do Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, aprovava pela Portaria de 31/3, nº 3.350, o Regulamento das Inspetorias Regionais de Ensino, dando-lhes maior estabilidade e elasticidade, que permitisse a descentralização da Secretaria da Educação e Cultura.

1971 - 11/8. Lei nº 5.692, decretada para Reforma do Ensino Primário e Secundário no Brasil. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional para o 1º e 2º graus e dá outras providências na linha político-educacional:

- a) implanta um sistema de ensino descentralizado, a nível estadual - os planejamentos curriculares que atendem às diferentes realidades sócio-culturais do Brasil;
- b) articula o ensino por um conjunto de diretrizes nacionais.

A proposta da lei é voltada para o desenvolvimento do homem brasileiro, como elemento realizador e do crescimento da nação através da sondagem de aptidão, iniciação ao trabalho e profissionalização em seu devido tempo.

Para isto houve divisão do Currículo Pleno em Educação Geral e Formação Especial:

- a) 1º grau: ênfase nas séries iniciais e predominantemente finais. Essencialmente formativo.
- b) 2º grau: ênfase à formação especial. Tem como objetivo a habilitação profissional.

Apresenta tendência tecnicista: quantidade, métodos, adaptações, necessidades sociais, formação profissional, detalhamento curricular, preocupação com eficiência e produtividade.

Maiores dificuldades para sua implantação:

- a) possibilidade de entrosamento e intercomplementariedade entre pequenos estabelecimentos entre si ou com outra instituição, visando aproveitar a capacidade ociosa de uns, para suprir outras;
- b) contexto mais dinâmico através do contato direto com a realidade social da comunidade;
- c) convênios ou outras formas de contratos com escolas, empresas ou instituições sociais;
- d) falta de equipamento às escolas de 2º grau, bem como de profissionais habilitados em quantidade suficiente, para suprir a demanda de mão de obra para o trabalho.

A principal modificação da nova lei atinge, porém a própria filosofia do ensino brasileiro: as escolas secundárias que estavam somente voltadas ao preparo dos candidatos ao vestibular universitário, têm que ampliar seus objetivos e abrir possibilidade de profissionalização para sua clientela. A nova atribuição torna deficitárias ambas proposições.

O Parecer nº 853/71 primeiro e mais importante desdobramento da Lei nº 5.692/71, é o documento clarificador da doutrina do currículo e orientador do seu desenvolvimento; explicita competências para definição dos conteúdos curriculares, define elementos estruturadores do currículo e fixa as matérias do núcleo comum.

1971 - Houveram duas Leis, treze Decretos, três Portarias, seis Resoluções, uma Ordem de Serviço e sete Deliberações do CEE no quadro das Legislações do Ensino do Estado do Paraná. Destacam-se:

Lei nº 6.189 de 26/4. Cria a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná-FAPEP com sede e foro na sua capital, com vistas ao bem estar do ser humano e ao desenvolvimento científico e tecnológico paranaense.

Decreto nº 1.083 de 19/11. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação e Cultura e dá outras providências. No Artigo 4º do projeto:

- a) inciso VI cita o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná-CETEPAR como parte do Centro Educacional de Produtividade do Ensino-CEPE, órgão departamental de apoio educacional destinado ao estudo e análise para a produtividade do sistema de ensino;
- b) inciso VII - Centro de Comunicação-CECOM, órgão departamental, encarregado de colocar à disposição da Secretaria da Educação e Cultura, as facilidades advindas da utilização dos meios de comunicação de massas e proporcionar utilização dos recursos auxiliares-audiovisuais, com respectivas técnicas.

Resolução nº 5.376 de 24/11. Tendo em vista a atualização e a expansão do ensino, estabelece normas para os alunos matriculados na 1ª série do ensino de 1º grau e dá outras providências para cada grau de ensino, definindo-lhe objetivos e amplitudes.

Decreto nº 68.065 de 14/1 regulamentam o Decreto Lei nº 869/69 que dispõe sobre a Educação Moral e Cívica como disci-

plina obrigatória, nas escolas em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país e dá outras providências.

Parecer CFE nº 94/71 de 4/2 - trata sobre Educação Moral e Cívica, currículos e programas.

Decreto nº 69.450/71 regulamenta o Artigo 22 da Lei nº 4.024/61 e a alínea c do artigo 40, da Lei nº 5.540 de 28/11/68 e dá outras providências.

1972 - Resolução nº 1.218 de 2/5. Autoriza, em caráter excepcional, a instituição de Grupos-Tarefa, indispensáveis à implantação da Reforma Administrativa de ensino de 1º e 2º graus no Estado do Paraná - GIRA.

Resolução estadual nº 1.583 de 22/6. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, nos currículos escolares.

Resolução nº 1.584 - Regulamenta o funcionamento da Comissão Estadual do Livro e dá outras providências.

Resolução nº 2.375-PR. Transforma em Núcleos Regionais de Orientação e Avaliação-NROA, os atuais Núcleos Locais de Orientação e Avaliação-NLOA ou Grupos com qualquer denominação que possuam, entre os 9 municípios-piloto de implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus.

Deliberação estadual nº 27 de 11/5. Fixa normas gerais a serem observadas na elaboração do Regimento de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus.

Deliberação estadual nº 33 de 12/5. Fixa normas para a realização de exames supletivos de 1º e 2º graus, habilitando o prosseguimento de estudos, em caráter regular, conforme o previsto no capítulo IV, da Lei Federal nº 5.692 de 11/8/71.

Uma Lei, sete Decretos, quinze Resoluções e onze Delibe-

rações na Legislação Estadual de Ensino. São significativos nesta pesquisa:

Decreto nº 2.804 de 17/11. Fixa normas para recolhimento e aplicação de contribuições comunitárias, para manutenção do Ensino nos Estabelecimentos da Rede Oficial do Estado do Paraná.

Decreto nº 2.706 de 25/10. Transfere para a Estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, o Departamento do Ensino Agrícola, da Secretaria da Agricultura e dá outras providências como: a absorção do acervo patrimonial e funcional pelo Departamento de Ensino do 2º grau.

Parecer CFE nº 1.471 - Estudos Sociais no ensino de 1º grau.

Parecer CFE nº 871/72 - Matérias da parte diversificada do currículo do 1º e 2º graus para o sistema federal.

Chamada para matrícula, dos Regimentos e do Pré-escolar, previstas ainda em 1972.

1973 - Parecer CFE nº 1.292/73 - A Educação Moral e Cívica face à Lei 5.692/71.

Pareceres CFE sobre o Histórico Escolar e Transferência de alunos.

Parecer CFE nº 2.194 - Recuperação de estudos.

Parecer CFE nº 1.308 - Equivalência - Princípios e Normas. Observações no Parecer nº 274/64.

A nível estadual foram sancionadas: uma Lei, sete Decretos, dezoito Resoluções, oito Deliberações do CEE e dois convênios, de onde:

Lei nº 6.511 de 17/12. Dispõe sobre padronização dos uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino.

Resolução nº 729 de 10/4. Autoriza em caráter excepcional, a matrícula de alunos no 2º período de Jardim de Infância, que tenham completado ou venham a completar seis anos durante o ano letivo de 1973.

Resolução nº 1.650 de 10/8. Aprova o Regimento Interno do Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal-CETEPAR.

Deliberação nº 020 de 14/6. Fixa normas e diretrizes para o funcionamento do Ensino Supletivo: Exames e Cursos Supletivos e dá outras providências.

É aprovado o Termo de Convênio entre Universidade Federal do Paraná-UFPR e a Secretaria da Educação e Cultura visando ampliação e a intensificação de tarefas comuns à ambas, mediante elaboração de projetos e pesquisas. Têm em vista o recíproco interesse na criação e desenvolvimento do Sistema Estadual de Ensino, especialmente no tocante às metas do Plano.

1974 - Parecer CFE nº 2.264 - Programas de saúde.

Parecer CFE nº 1.031 - Adoção de livros e obras didáticas;

Parecer CFE nº 3.229 - Indicação do livro didático.

Parecer CFE nº 360/74 que interpreta o parágrafo 4º, do artigo 14, da Lei nº 5.692/71 (Avanços progressivos).

Parecer CFE nº 2.738: da aprovação com frequência inferior a 75%, aos alunos com bom aproveitamento.

Parecer CFE nº 2.000/74. Autonomia dos sistemas estaduais e dos próprios estabelecimento de ensino em face a Lei nº 5.692/71.

Parecer CFE nº 3.764 - normas para Autorização, Inspeção e Reconhecimento de Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus.

Lei Estadual nº 6.636 - ACARPA ligada oficialmente à Secretaria de Agricultura.

A educação brasileira e paranaense neste período caracterizou-se por profissionalização, funcionalidade econômica, reformismo pragmático e expansão acelerada fundamentada no I Plano Setorial de Educação e Cultura 1972-1974 (I PSEC) cumprindo sua parte no I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, que reconhecia a educação, como fator de desenvolvimento sócio-econômico.¹²⁶

No Paraná três Leis, dez Decretos, trinta e quatro Resoluções, uma Portaria e treze Deliberações coordenam e dirigem o trabalho educativo do Estado.

Decreto nº 6.033 - Dá nova redação ao Parágrafo 1º do Artigo 3º; parágrafo 1º, 2º e 3º do Artigo 4º; Artigo 5º e Artigo 6º do Decreto nº 4.708 de 6/12/73, que fixa programas para recolhimento e aplicação das Contribuições Comunitárias (creditadas em favor do estabelecimento em conta denominada Fundo Estadual de Ensino). No Parágrafo 2º - Para o caso especial dos **Colégios Agrícolas**.¹²⁷

Resolução nº 05/74 - Aprova o planejamento anexo das Normas Técnico-Administrativas da Contabilidade Agrícola Simplificada para **Fazendas Agro-Pastoris, Escola-Fazendas e Cooperativas Escolares Agrícolas**:

- a) considerando que os estabelecimentos de ensino agrícola, de 1º e 2º graus, atuais serão, gradativamente, transformados em cursos profissionalizantes de 2º grau;
- b) funcionam os mesmos em regime de internato e que têm Administração de Escola Fazenda;
- c) que além da Taxa Comunitária da FUNDEPAR têm outras

Receitas de "Recursos Próprios como: venda de produtos agrícolas, venda de animais e produtos pecuários, cobrança de refeições."¹²⁸

Resolução nº 46/74 - Estabelece normas para elaboração de propostas de calendário relativo ao ano de 1974, a serem encaminhadas aos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus, regidos pela Lei nº 5.692/71:

- a) considera a possibilidade de maximizar os recursos disponíveis pela adoção de calendários diversificados;
- b) a diversidade de situações nos municípios de implantação da lei, levando as escolas a planejar a organização de seus recursos;¹²⁹

Resolução nº 286/7 - Cria o Banco do Livro em todos os estabelecimentos da rede oficial de ensino do Estado do Paraná.¹³⁰

Resolução nº 440/74 - Regulamenta e estabelece critérios para a concessão de amparo financeiro e técnico, de que trata o projeto Operação Escola da FUNDEPAR.

Resolução nº 2.135/74 - Determina a criação e a dinamização da Associação de Pais e Professores-APP.¹³¹

Resolução nº 4.763/74 - Delega ao Departamento de Planejamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná-FUNDEPAR, a implantação do "Sistema de Informações Educacionais".¹³²

Portaria nº 3.851 - Disciplina a adoção do Livro Didático pelos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, em 24/9.

Além destes dispositivos, durante 1974 é delegado ao Departamento de Planejamento da FUNDEPAR, a implantação do Sistema de Informações Educacionais.

Estabelecidas normas para uniformização dos Estabeleci-

mentos integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

Adotados critérios para redistribuição e aplicação de valores na conta do Fundo Estadual do Ensino/Inspetorias Regionais Secretaria de Educação e Cultura.

Dispõe sobre a distribuição de aulas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Suspende as atividades de levantamento, análise e estudos estatísticos, educacionais e sociais, demográficos bem como de documentos educacionais no âmbito da Secretaria da Educação e Cultura.

Fixa normas de aproveitamento e registro de aprovação escolar no ensino de 1º e 2º graus.

Autoriza funcionamento de cursos de 1º e 2º graus Supletivo que tivessem planejamento de Implantação aprovados, de Cursos Profissionalizantes livres.

Dispõe sobre vagas remanescentes da 1ª série do 1º grau; uniformes e modelos na escola.

Autoriza matrícula a menores de seis anos no Jardim de Infância.

Determina o cumprimento com o máximo rigor do princípio de Gratuidade do Ensino a crianças entre 7 e 14 anos de idade.

1975 - Número de Leis Estaduais de Ensino: 1; de Decretos: 16; de Resoluções: 23; de Deliberações: 11; de Portarias: 1.

Lei 6.661 de 7/1 dispõe sobre o Código Sanitário do Estado, decretada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo Governador do Estado. Voltadas à área da educação:

- a) Capítulo IX - Da higiene materna, da criança e do adolescente;

b) Capítulo XIII - da Educação Sanitária.

Entre os Decretos, o nº 205 de 4/4:

a) Regulamenta no Título I, Artigo 3º:

1) Inciso III: a atualização permanente da ação educativa, ajustando-a à realidade nacional e regional;

2) Inciso VII: a prestação da assistência e orientação aos municípios, a fim de habilitá-los a observar responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção de facilidades educacionais;

3) Inciso X: a assistência e amparo ao estudante pobre;

4) Inciso XII: a promoção do aprimoramento pedagógico do ensino, através do desenvolvimento de novos métodos e técnicas, visando melhores padrões de ensino;

5) Inciso XVII: a promoção da educação básica da população através do ensino de 1º grau;

6) Inciso XIX: condições necessárias à efetivação do ensino de 1º grau, incluindo assistência médica e odontológica, auxílios para aquisição de material escolar, vestuário, transporte e alimentação;

7) Inciso XX: a promoção e efetivação do 2º grau, assegurando que uma maior parcela tenha acesso ao mesmo;

8) Inciso XXI: o oferecimento de um leque de opções profissionalizantes, que atendam às necessidades sócio-econômicas regionais;

9) Inciso XXII: a ampliação das oportunidades de escolarização por meio do ensino supletivo;

10) Inciso XXIII: o desenvolvimento da educação adequada às necessidades dos excepcionais e atípicos;

11) Inciso XXV: o incentivo à realização de exposições, festivais, concertos, congressos, cursos, seminários, concursos e outras formas de divulgação e desenvolvimento cultural;

12) XXVIII): ampliação da prática dos desportos e das atividades recreativas.

b) No Título II, Artigo IV, Inciso II:

Com a Secretaria da Agricultura, cuja interação entre os professores, especialistas e técnicos do setor agrícola (Agrônomos, engenheiros florestais e outros) para estudo das áreas curriculares, referentes à formação especial e especificações educacionais das habilitações profissionalizantes do setor econômico primário; cuja atuação relativamente ao fornecimento de dados e subsídios pertinentes à época do plantio, colheita e características agrícolas regionais constituem elementos significativos às suas responsabilidades no tocante a fixação do calendário escolar de modo a atender a diversificação agrícola e a elaboração da estrutura curricular conforme as características regionais.¹³³

c) Na parte relativa às responsabilidades e atribuições da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura: Artigo 36, Inciso II, Alinea g preconiza: *"fomentar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área da educação com os sistemas financeiro e de planejamento da agricultura e da saúde pública estadual"*;¹³⁴

d) no capítulo II subseção II - Do Assessor de Intercâmbio Educacional, parágrafo 2º, alínea b: realizar convênios visando entrosagem de programas, projetos e a-

tividades para aproveitamento das instalações, equipamentos e mão de obra especializada em outros sistemas educacionais: SENAI, SENAC, PIPMO, SESC, SESI, UNESCO, CENAFOR e outros;

e) capítulo V, Seção I, Art. 47, alíneas b, c e d determina estudos, aperfeiçoamento, revisão de currículos quanto à sua estrutura, modos operacionais e processos de avaliação; diretrizes que devam acompanhar a elaboração dos programas de ensino de 1º grau bem como providenciar a adoção de técnicas, medidas ou providências práticas e objetivas visando a diminuição dos índices de evasão escolar.

e.1) Seção VIII - Artigo 54, prevê assistência ao educando pelas atribuições ao chefe da Coordenação de Assistência (Alíneas a até j). Alínea c prevê: contribuir, distribuir e supervisionar o serviço de merenda escolar.

Decreto nº 493 de 19/5 - Institui no Estado do Paraná, a Coordenação de Educação Moral e Cívica-COMOCI-PR.

Resolução nº 03/75 estabelece normas sobre o calendário escolar de 1975, para os Estabelecimentos regidos pela Lei Federal nº 5.692/71 ou ainda aos que permanecem sob o regime da Lei Federal nº 4.024/61.

Resolução nº 205/75 - Determina aos integrantes das Supervisões Regionais e Locais dos Núcleos Regionais de Orientação e Avaliação-NROA permaneçam em suas atividades, considerando a situação da implantação gradativa da Reforma de Ensino no Estado de acordo com a Lei Federal 5.692/71.

Resolução nº 526/75 - Delega competência ao Departamento

de Ensino de 1º grau, para análise e aprovação dos Planos e Regimentos escolares.

Deliberação 040/75 de 11/12. Estabelece normas para uniformização da nomenclatura dos estabelecimentos integrantes do Sistema Estadual de Ensino; Art. 1º: O Estabelecimento de 1º grau adotará como nomenclatura a denominação ESCOLA, acrescida do nome próprio que o individualizará.

Portaria nº 3.695/75 - Estabelece normas para a prestação de serviços extraordinários visando suprir a falta de regentes de classe.

Além dos enfoques dados a determinados aspectos legais, 1975 deve ser assinalado por outros como:

A liberação do uniforme nos primeiros trinta dias (aos alunos carentes prevê doação).

Atribuição à Secretaria do Estado da Educação e Cultura, da responsabilidade pela execução da Chamada Escolar, por critérios estabelecidos para redistribuição do Fundo Escolar.

Permissão da frequência ao Jardim de Infância a menor de 6 anos de idade.

Estabelece procedimentos para o funcionamento de forma integrada do Sistema de Acompanhamento Físico de Projetos e Atividades-SAE, da Secretaria do Planejamento e o Sistema de Informações Educacionais-SIE.

Deliberação nº 025/75 de 24/11, estabelece normas para criação, funcionamento, acompanhamento e controle de Classes Especiais em estabelecimentos comuns de ensino, para crianças e adolescentes excepcionais, cujo tipo e grau de excepcionalidade assim o recomendem.

Em 1975, segundo a FUNDEPAR o Paraná tinha 75 estabelecimentos de ensino de 1º grau, sendo freqüentados por 882.054 alunos na área urbana e 558.896 na área rural.

Morretes possuía trinta e oito escolas de 1º grau: seis na área urbana e trinta e duas na zona rural, freqüentadas por 1.295 e 1.001 alunos, respectivamente. Registravam-se também três escolas de 2º grau, com 297 alunos na área urbana.

O II PND para 1975-1979 enfatiza o aspecto social, do desenvolvimento do país. O I PND valorizara os aspectos econômicos como função social, com sentido quantitativo. Esse, tem sentido qualitativo como fundamento e diretriz.

O MEC desenvolve em sua Política Nacional Integrada de Educação, 1975, uma nova filosofia de trabalho que serve como guia renovador da política educacional brasileira. Dela decorrentes surgem a Política Nacional de Cultura e a Política Nacional de Educação Física e Desportos,¹³⁵ fixadas em documentos lançados na época.

Quatro diretrizes básicas norteiam a ação sócio-política educacional:

- a) ação preventiva: o ser humano preparado à participação;
- b) ação maximizadora: que busca eficiência interna e eficiência externa do trabalho do sistema educacional;
- c) ação de coerência global: consenso local, regional e nacional de linhas acionais integrativas, consistentes entre os diferentes graus e tipos de ensino;
- d) ação corretiva: das distorções acumuladas, do preparo profissional que parte para a busca de educação permanente.

Um roteiro, Política Nacional Integrada de Educação é elaborado, traçando objetivos gerais e preconizando atendimento e novos programas à educação formal da pré-escola à Universidade, aos ensinos supletivos, especiais, à Educação Física e Desportos; à educação informal e cultural em caráter permanente. Objetivos específicos, operacionalizáveis em todos os setores em ampla dimensão, dinamizam o contexto educacional.¹³⁶

1976 - São assinadas duas Leis, treze Decretos, dezesseis Resoluções, cinco Portarias e onze Deliberações neste ano, no Paraná.

Decreto nº 1.765 de 12/4. Fixa normas para o Amparo Técnico e Financeiro, Compra de Vagas e Convênios especiais na área da educação.

Decreto nº 2.162 de 16/8 prevê: a Escola de Educação Física de Desportos do Paraná e a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, recolherão contribuição pela prestação de serviços. Os valores arrecadados seriam escriturados como receita do Fundo Estadual do Ensino que a FUNDEPAR, administraria aplicando em necessárias obras da educação.

No Estado do Paraná adotam-se cinco tipos de calendários escolares específicos para o 1º grau; dois para o 1º e 2º graus e outros para o 1º e 2º ciclo noturnos, dadas as condições dos colégios, em termos de Lei escolar que os regiam (5.692/71 ou ainda 4.024/61), número de períodos de funcionamento e outros.

Resolução nº 122/76 de 22/1. Regulamenta a matrícula na 1ª série do 1º grau; considerando a existência de vagas remanescentes, impedir a ociosidade na escola e a necessidade de compatibilizar o fluxo escolar e a demanda (da matrícula).

Resolução nº 767 de 19/4, regulamenta a concessão de Amparo Técnico e Financeiro, Compra de Vagas e Convênios Especiais na área da Educação.

Lei Complementar nº 7 de 22/12 - Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º graus, de que trata a Lei Federal nº 5.692/71 e dá outras providências quanto à estrutura, séries de Classes, estabelecendo o regime jurídico do pessoal vinculado à administração do Estado do Paraná.

Resolução nº 1.993 de 4/11. Prevê o Calendário para 1977, atendendo às características regionais e locais bem como as necessidades do ensino de 1º e 2º graus.

Resolução nº 2.138 de 17/12, aprova o Calendário Básico Estadual de ensino Supletivo de 1º grau - Fase II da Rede Municipal de Ensino.

Portaria nº 285 de 3/2, autoriza os estabelecimentos de ensino regular de 2º grau Lei nº 5.692/71, concederem provas especiais de recuperação, oferecendo oportunidade de demonstração de suficiência de conhecimentos pelo aluno, a fim de concorrer à promoção de uma para outra série de disciplinas.

Portaria nº 3.725 de 18/6 proporciona instruções para a realização de Estágio e seus planos de estudos, estatui normas para o processo e de articulação com outras instituições sociais.

Deliberação nº 005 de 8/4 - Institui o Exame Classificatório para a matrícula até 5ª série, inclusive, em escola regular de 1º grau a pretendente que, por motivos específicos, tenha feito estudos fora do processo do ensino regular.

Anexo da Deliberação nº 021/76 de 24/6 apresenta ementa com normas reguladoras das transferências de alunos do ensino regular de 2º grau (aprovadas pela Deliberação nº 021/76 do Con-

selho Estadual de Educação do Estado do Paraná). Indispensável ao fluxo migratório do alunado que necessita, as disposições regimentais escolares coerentes entre si nos critérios, deve propiciar a admissão dos interessados.

Deliberação nº 035 de 16/9. Estabelece princípios e normas gerais para Avaliação, Promoção e Recuperação, a serem obedecidas pelos estabelecimentos de Ensino de 1º grau regular, do Sistema Estadual do Ensino do Estado do Paraná.

Deliberação nº 045 de 25/10, aprova o Projeto Habilitação de Professor não Titulado-HAPRONT e o Plano de Aplicação respectivo, determinando como executor o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná-CETEPAR.

Inicia-se um movimento de dimensionamento quantitativo e qualitativo, a expansão da matrícula, da formação, qualificação e atualização do corpo docente, técnico e administrativo; ampliação da rede física escolar; desenvolvimento do currículo (considerado como conjunto de disciplinas e conteúdos programáticos), da tecnologia educacional; fornecimento de bolsas, merenda escolar e preocupação com o livro didático objetivando aperfeiçoar a captação e o uso dos recursos financeiros destinados à educação e à cultura.¹³⁷ As grandes áreas programáticas estabelecidas pelo MEC, prevêem ação em que se concentram projetos de educação específicas, que favoreçam a igualdade de oportunidade educacionais:

- a) inovação e renovação de ensino;
- b) qualificação de recursos humanos;
- c) expansão e melhoria da rede física;
- d) aperfeiçoamento e planejamento da administração educacional;

e) ações de apoio garantidores do caráter social do II PND.

São criados:

- a) Sistemas Nacionais de Centrais de Abastecimento-SINAC através de medida das Centrais de Abastecimento Sociedade Anônima-CEASA-PR;
- b) o Sistema Estadual de Abastecimento-SEA;
- c) a Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL.

Resolução nº 1.491 de 22/12 - institui o Programa Cooperação Estado/Município do Paraná-COEMPAR, objetivando prestar assistência técnica e financeira aos municípios paranaenses. Fundamentava-se na Lei nº 5.692/71, Artigos nº 54 (parágrafo 3º) e nº 58; nas diretrizes no Plano Estadual de Educação e Cultura PSEC/75-79 do MEC; nos Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Governo do Estado do Paraná que prevê Criação de Mecanismos de Cooperação Estado/Município (Programas Prioritários 2.3.3.2 Expansão do Ensino da Educação e Cultura).

Art. 1º ... prestar assistência técnica e financeira aos municípios para que os mesmos possam assumir, progressivamente, os encargos educacionais que lhes são atribuídos por lei.

1977 - Propõe-se para algumas **zonas rurais** um modelo de escola denominada Consolidada, que reúne três ou mais pequenas em uma só com a finalidade de prover ambientes escolares mais adequados e possibilitar maiores oportunidades educacionais à população agrícola, em idade escolar no Estado. A execução do projeto estaria a cargo da Secretaria do Estado da Educação e da Cultura, PRÓ-RURAL e PRÓMUNICÍPIO, conjugadamente.

Onze Decretos, nove Resoluções, quatro Resoluções Conjuntas, uma Portaria, um Parecer, uma Instrução Normativa e oito

Deliberações foram aprovados neste ano.

Destes, destacam-se para este trabalho, além de convênios entre a Secretaria do Estado da Educação e da Cultura e Colégios particulares específicos, para concessão de certificados:

Resolução nº 93 de 21/1. Autoriza as Direções dos Estabelecimentos de Ensino de 1º grau, a efetuarem matrículas das vagas disponíveis.

Resolução nº 2093 de 24/11. Aprova os modelos de Calendários Escolares - 1978 para estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º grau regular, composto de dois semestres intercalados por férias escolares.

Portaria nº 540 de 12/4. Dispõe sobre serviços extraordinários, cujas propostas deverão ser feitas pelas Inspetorias Regionais de Ensino, somente para Estabelecimentos Estaduais Diurnos, no caso das Escolas Isoladas, quando comprovadamente houver falta de professores para regência de classe (Art. 1º). Aos Núcleos Regionais de Ensino caberia o zelo pela aplicação do regime.

Deliberação nº 012 de 15/4. Permite a redução da duração dos cursos de habilitações plenas **relativas ao setor primário da Economia: Técnico Agrícola, Curso Técnico Florestal e Curso Técnico em Agro-pecuária**. Tais habilitações em regime de tempo integral com duração de 4 anos, poderiam organizar-se mediante plano curricular de 3 anos.

Deliberação nº 017 de 5/5: Estabelece normas para organização e estrutura de Calendários Escolares dos Estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino e sua dependência administrativa, atendendo as características e peculiaridades da instituição e do tipo de educando. Sua organização caberia aos Com-

plexos Escolares e/ou pelas Unidades Escolares de Ensino de 1º e 2º graus, Regular e Supletivo.

Deliberação 042 de 23/11. Institui em caráter experimental, pelo prazo de 3 anos, Diretrizes Curriculares para o ensino de 2º grau.

Artigo 2º: para fins desta Deliberação entende-se como:

- a) Currículo: o plano geral de estudos relativos a uma habilitação sujeito à aprovação por parte do Conselho Estadual de Educação-CEE;
- b) Currículo pleno: o plano detalhado de tais estudos, adotado livremente pela escola com vistas ao desenvolvimento de uma ação didática e pedagógica.

Artigo 4º: as Diretrizes Curriculares Gerais serão estabelecidas em Deliberação própria e dirão respeito:

1. à duração do curso;
2. ao conteúdo das Matérias da parte Obrigatória Nacional;
3. à ordenação dessas matérias;
4. à carga horária total destinada a cada matéria;
5. a prescrições quanto à predominância.

Art. 6º: na análise da proposta curricular formulada por um estabelecimento serão considerados:

1. a viabilidade de implantação por habilitação;
2. a compatibilização do plano geral de estudos com as diretrizes curriculares correspondentes;
3. a adequação dos conteúdos da Parte Diversificada, bem como os respectivos programas, carga horária e ordenação.

Art. 7º: depois de aprovado um currículo pela escola, passará esta à elaboração do respectivo currículo pleno, no qual serão definidos:

1. os títulos das disciplinas, áreas de estudo e atividade, mediante as quais serão desenvolvidas as matérias integrantes do currículo;
2. as disciplinas, áreas de estudos e atividades, que, em razão de seus objetivos específicos, constituem o grupo de Educação Geral na habilitação considerada;
3. as disciplinas, áreas de estudo e atividades, que, em razão de seus objetivos específicos, constituem o grupo de Formação Especial na habilitação considerada;
4. a ordenação dessas disciplinas, áreas de estudo e atividades, feita na observância de ordenação estabelecida para as respectivas matérias no currículo relativo à habilitação em causa;
5. a carga horária destinada por semana e segundo o período, a cada disciplina, área de estudos ou atividades;
6. as somas dessa carga horária, por série e por grupo (Educação Geral-Formação Especial) de disciplina, áreas de estudo ou atividade.

Parágrafo único: os dados a que se refere este artigo serão apresentados em grade.

Deliberação nº 046 de 8/12. Delega competência à Secretaria do Estado da Educação e Cultura para a regularização de matrícula na 6ª série do 1º grau (Lei nº 5.692/71), a alunos provindos da 5ª série do ensino primário (Lei nº 4.024/61).

Criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER-PR, Lei nº 6.969.

1978 - Três Leis, quatro Decretos, sete Resoluções, duas Portarias (sendo uma conjunta) e sete Deliberações regulamentam

a educação.

Regulamento a que se refere nº 5.874 de 24/11, estatui normas reguladoras para a realização de Concursos Públicos para provimento de cargos no Serviço Público Civil do Poder Executivo, de Seleção para contratação do pessoal CLT e dá outras providências.

Resolução 107 de 25/1. Autoriza as direções dos estabelecimentos a efetuarem de 1ª série do 1º grau dentro dos critérios estabelecidos.

Resolução nº 337 de 3/3. Estabelece o valor das Bolsas de Estudo, concedidas aos alunos matriculados na Rede Particular de Ensino de 1º grau, face ao convênio celebrado entre o MEC, através do seu Departamento de Assistência ao Educando.

Resolução nº 346 de 3/3. Aprova os modelos de Calendários Escolares-1978 para Estabelecimentos da rede de Ensino Especial do Estado.

Art. 2º, Parágrafo único. As classes especiais que funcionam em escolas comuns de 1º grau, deveriam seguir calendário adotado pela respectiva escola.

Resolução nº 1016 de 16/6. Fixa valores referentes a Bolsas de Estudo para alunos carentes para 1º e 2º graus.

Resolução 1841 de 1/12. Oficializa Modelo de Calendário Escolar da Rede de Ensino de 1º grau, Regular, composto em dois semestres letivos intercalados por férias escolares.

Art. 2º. Dentre os Modelos apresentados, os Complexos Escolares e/ou Unidades Escolares, deveriam selecionar aqueles que se adaptarem às suas características próprias e à sistemática de avaliação por eles adotada.

Deliberação nº 008 de 7/4. Estabelece Normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino: Centro de Estimulação Precoce; Escola Especial; Oficina Protegida; Oficina Pedagógica ou Centro Ocupacional ou Centro de Profissional; Centro de Dia e Centro de Reabilitação.

Art. 2º. Os conceitos científicos e pedagógicos, que informam a presente Deliberação, são expostos na Indicação nº 002/78.

Deliberação nº 20 de 10/8. Fixa normas para Educação Pré-escolar e funcionamento de Jardim de Infância.

No concernente ao Roteiro do Plano de Currículo designa-se:

- a) configuração da realidade escolar: localização geográfica da escola, grupo sócio-econômico servido pela escola, disponibilidade de vagas, recursos humanos;
- b) embasamento filosófico, metodológico e bio-psicossocial do currículo;
- c) seleção e organização de objetivos a serem alcançados durante o desenvolvimento do Plano Curricular, com a finalidade de que o aluno ao final da educação pré-escolar, tenha obtido um nível de maturidade que o torne apto à aprendizagem da leitura e da escrita na 1ª série do 1º grau;
- d) especialização do método de ensino pré-escolar a ser adotado pelo estabelecimento;
- e) estabelecimento da dinâmica curricular traduzida na seleção e organização de conteúdos e atividades, que proporcionarão diferentes experiências, adequadas às condições de cada criança e ao método adotado pela es-

cola de modo a:

- e.1 atender aos princípios de gradatividade e integração na ordenação vertical e horizontal;
- e.2 enfatizar atividades específicas ao estímulo do desenvolvimento da linguagem e integração social;
- f) entrosamento com os Órgãos de Saúde, Nutrição e Assistência Social (se for o caso);
- g) especialização clara dos critérios estabelecidos pela escola para verificar o atingimento dos objetivos propostos no planejamento.

Deliberação nº 023 de 14/9 do Conselho Estadual de Educação, consubstanciada na Indicação 001/78 da Comissão de Planejamento a qual se integra esta: FACULTA À SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, A ADOÇÃO DE MECANISMOS ESPECÍFICOS DE IMPLANTAÇÃO DA LEI Nº 5.692/1971 - ENSINO DE 1º GRAU EM DISTRITOS E ZONA RURAL.¹³⁸

A Indicação 001/78, da Comissão de Planejamento elaborou um histórico que justifica as recomendações:

1) fundamentou-se nos termos do Parecer nº 106/71 prolatado na Comissão Especial para Estudos da Lei nº 5.692/71 e suas Conseqüências;

2) elaboração segundo Indicação nº 02/71 - Normas Preliminares de Implantação Imediata e Mediata do Regime Instituído pela Lei Federal nº 5.692/71, donde se extraiu os Artigos 2º e 4º, e seu parágrafo.

Artigo 2º: a Implantação do regime far-se-á na 1ª e 2ª séries da atual Escola Primária, as quais passarão a constituir a 1ª e 2ª série do 1º grau, ora organizando-se e adaptando-se segundo o preceituado na Lei nº 5.692/71, inclusive quanto ao currículo pleno.

Artigo 4º: nos estabelecimentos de ensino que mantenham curso primário, a 5ª série do ensino de 1º grau deverá ser organizada, em 1972, para atender à demanda de candidatos que concluíram o 4º ano do referido primário e que não tenham conseguido ingressar na 1ª série do atual curso ginasial, por inexistência de vagas.

Parágrafo único: a 5ª série, organizada de acordo com este artigo, obedecerá ao estabelecimento na Lei nº 5.692/71, inclusive quanto ao currículo pleno.

As mudanças que a nova Lei ocasionou no sistema de ensino, tanto de natureza pedagógica como administrativa, fizeram com que adotados mecanismos graduais estabelecidos no Plano Estadual de Ensino-PEE - 1973-1976:

a) Programa 1; Subprograma 1.1; Projeto 1.1.1. expressos na denominada Frente II - Integração Vertical e Implantação Progressiva das Séries de Escolarização do 1º Grau, evitando-se:

- a.1 imprevisão e afoitamento no desempenho de tarefas que exigem clareza na definição de objetivos;
- a.2 segurança no estabelecimento de metas e viabilidade de execução das estratégias adotadas.

Frente I - Expansão Geográfica - determinou que a partir de 1975 algumas experiências curriculares fossem realizadas visando a implantação do ensino de 1º grau na zona rural.

O Planejamento Prévio estabelecia que:

- a) no referente a áreas rurais: se tivesse cautela por conhecer-se muito pouco, objetivamente, sobre os parâmetros pedagógicos e organizacionais do ensino em áreas rurais;

- b) a experiência tem demonstrado que a precipitação na tentativa da intervenção neste setor, está condenada ao fracasso;
- c) dever-se-ia considerar como vinculados a esta problemática, os núcleos urbanizados distritais, assim como, em diferentes escalas, as sedes municipais com menos de 2.000 habitantes.

E acrescenta:

Não se desconhece a situação referente à habilitação dos professores da **zona rural** do Estado do Paraná que ainda apresenta elevado índice de não habilitados; mas tal circunstância não deve impedir a implantação de ensino de 1º grau nos Distritos e Zona Rural seja feito de modo diverso do até então estabelecido para a Zona Urbana...¹³⁹

Recomenda enfaticamente que se considere:

- a) as classes multi-seriadas naquelas regiões;
- b) a organização do currículo pleno, onde matérias sejam atividades, nas séries iniciais até a 5ª série;
- c) treinamento de professores que melhor atendam as possibilidades do **meio rural** suas características e peculiaridades.

Deliberação 034 de 21/11:

- 1) fixa normas para o tratamento dos casos de matrículas irregulares de menores de 7 anos na primeira série do Ensino de 1º grau. Transfere ao Departamento de Ensino de 1º grau da Secretaria do Estado da Educação e da Cultura, a responsabilidade de convalidá-la através de Exames Especiais (Art. 1º);
- 2) estabelece condições para exame de pedidos para matrícula de super-dotados.

Criado no Paraná o Primeiro Mercado Expedidor Rural do Estado pelo Sistema Estadual de Agricultura-SEAGRI em imóvel construído em 1912, restaurado pela Central de Abastecimento do Paraná-CEASA-PR que propõe metas:

- a) fundir o passado ao presente em sinfonia com a natureza pródiga em belezas;
- b) criar outros atrativos para a permanência das crianças na escola;
- c) promoção e concentração dos produtos horti-granjeiros;
- d) oferecimento de alternativas de comercialização;
- e) melhoria de condições de transporte no gênero;
- f) fortalecimento de estrutura associativa;
- g) dar exemplo pleno e eficaz de assistência técnica;
- h) incremento de abastecimento de grandes centros de consumo.

Aprovados os Estatutos EMATER-PR.

Através da ACARPA/EMATER são desenvolvidos, desde então, seis tipos diferentes de programas de **Educação Rural** e assistência ao Homem do Campo.¹⁴⁰

1979 - Registram-se três Leis, vinte e dois Decretos, nove Resoluções (sendo uma Conjunta), três Portarias, três Deliberações e um Parecer, embasando a Educação e Ensino no Estado do Paraná.

Lei nº 7.169 de 18/6, cria a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte-SECE e dá outras providências.

Decreto nº 293 de 17/4. Dispõe sobre a proposta de Orçamento Anual do Estado para o ano de 1980, com as Diretrizes Globais do Governo.

O planejamento é feito através dos módulos I e II; o módulo I deve ser apresentado por Micro-região e a estimativa do efeito de cada ação em termos de geração de novos empregos (Art. 4º, parágrafo 1º). O módulo II apresentaria, segundo a natureza da despesa, os dados financeiros definitivos e outras informações programáticas e financeiras, necessárias à montagem das Propostas Orçamentárias do Estado.

É uma nova visão de programação de despesas, que se propunha, em níveis compatíveis com uma realista previsão de receita.

Resolução nº 12 de 15/1. Regulamenta a Concessão de Amparo Técnico e Financeiro, a Compra de Vagas e Convênios Especiais no Sistema Estadual de Ensino.

Esta ação far-se-ia junto aos Estabelecimentos Particulares de Ensino, objetivando atender os alunos financeiramente carentes do 1º e 2º graus Regulares e Supletivo, além dos do Ensino Especial.

Resolução nº 024 de 16/1. Autoriza matrícula na 1ª série do 1º grau que ainda dispõem de vagas remanescentes, após atendimento à clientela inscrita na Chamada Escolar.

Lei nº 7.102 de 15/1. Concede Segunda Chamada de exames ou avaliações a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, normatizando motivos, dificuldades no cumprimento das exigências estatuídas.

Resolução nº 841 de 8/6. Aprova o Calendário Escolar Básico, para Estabelecimento de Ensino Supletivo de 1º grau. Atribui a responsabilidade da observância do mesmo às Inspetorias Regionais de Ensino e supervisão pelo respectivo Núcleo Regional.

Resolução nº 1.149 de 12/6. Dispõe sobre os valores unitários destinados a Bolsa de Estudos para 1º e 2º graus da rede estadual e particular de ensino, aos alunos carentes.

Portaria nº 123 de 4/1. Dispõe sobre o Convênio entre a Secretaria do Estado da Educação e da Cultura e a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social-MUDES para execução do Projeto Organização e Dinamização das Associações de Pais e Mestres do Paraná e dá as demais atribuições. As estruturas informais do Projeto são compostas por Grupos Comunitários.

Portaria nº 4.410 de 4.6. Dispõe sobre proposta de serviços extraordinários para estabelecimentos estaduais, mediante solicitação dos Diretores de Estabelecimento ou Inspectores Auxiliares de Ensino, no curso das **Escolas Isoladas**, quando comprovadamente houver falta de professores para regência de classe.

Deliberação nº 012 de 6/4. Estabelece Normas Reguladoras e disciplinadoras para os casos de Matrícula e/ou Frequência paralelas, no Sistema Estadual de Ensino nos termos em que o aluno:

- a) tendo concluído regularmente um grau de ensino e encontrando-se corretamente matriculado em grau superior, retorna ao grau anterior para efetivação de nova matrícula;
- b) no mesmo grau de ensino, se encontra regularmente matriculado em dois estabelecimentos de ensino diferente e em duas Habilitações Profissionais distintas, afins ou não (restrito ao 2º grau).

Deliberação 014 de 11/5. Institue o Exame de Tratamento Especial para matrícula nas classes de ensino regular de 1º grau

a pretendentes egressos dos Programas de Educação Especial-DEE/SEED.

Deliberação nº 018 (Processo 499) de 97 de junho, ficam estabelecidas como Normas próprias para: Aprovação, Execução e Titulação de Projeto Logos II, as constantes do Parecer nº 010/79, do Conselho Estadual de Educação.

Parecer 010/79 (Processo 499/79) da Câmara do Ensino Supletivo:

- I. responde consulta do Secretário de Estado da Educação sobre a validade e reconhecimento do curso Projeto Logos II;
- II. autoriza expedição de Certificado de Qualidade Profissional, sem validade para o prosseguimento de estudos em grau superior, mas com validade plena para o exercício do Magistério no 1º grau, da 1ª à 4ª série, pelo Instituto de Educação do Paraná aos egressos do Projeto Logos II.

O CETEPAR elabora e distribui Manuais com Sugestões de Atividades para professores de 1ª à 4ª série para Zona Rural e Distritos, orientando sobre Estruturas e Funcionamento do Ensino de 1º grau e Manuais de Atividades.

1980 - Surge o III PND com objetivos gerais à nação, onde se destaca a importância de melhor distribuição da Renda Nacional para *"redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem estar das classes de menor poder aquisitivo"*.¹⁴¹ Busca-se, através de medidas emergenciais, a manutenção das liberdades democráticas e favorecimento de igualdade de oportunidades educacionais. A política educacional de cultura e desportos compromete-se, como parte da política social, a redução das desigual-

dades sociais, quando se volta à população carente e de baixa renda.

A base da organização administrativa do MEC, apoia-se nos postulados da administração por objetivos, que proporciona considerável simplificação orgânica, flexibilidade de procedimentos, metodologia gerencial de programas e projetos integrados e temporalidade estrutural. A ele cabe o processo de planejamento, coordenação e controle, normatividade e apoio; há descentralização administrativa em favor de organismos regionais e locais em processo de implantação lento e gradual. Estabelece integração com os Estados nacionais e com todo sistema interministerial de planejamento, orçamento, coordenação e avaliação. Procura estruturar as unidades de acordo com a política educacional do III Plano Setorial de Educação e Cultura.

Considerando que nas zonas rurais verificam-se as maiores dificuldades de adequação da educação às peculiaridades da clientela, a menor taxa de escolarização, os maiores índices de evasão e repetência escolar, prevê:

- a) objetivos para expansão, melhoria de produtividade, intensificação da assistência e de projetos de desenvolvimento naquelas áreas;
- b) ampliação dos esforços para o processo educativo formal e não formal;
- c) incentivo à municipalização do ensino;
- d) planejamento participativo.

No Paraná, em agosto de 1980, segundo pesquisa de levantamento da realidade sócio-educacional efetivada pela FUNDEPAR, nos 249 municípios já tinham sido implantados as normas da Lei nº 5.692/71. O trabalho intitulado O Conhecimento da Realidade Educacional do Paraná revelava:

- a) necessidade de construção e expansão da rede física escolar;
- b) falta de orientação psico-sociológica e pedagógica, na zona rural;
- c) problemas de migração, na área rural;
- d) em 1979: 1.531.661 alunos no 1º grau, sendo que 841.856 pertencentes à rede estadual de ensino, 582.000 na rede municipal; 106 mil em escolas particulares e 629 alunos em federais.¹⁴² Posteriormente este trabalho foi utilizado para planejamentos prévios, visando a elaboração do Primeiro Plano Estadual de Educação.

Segundo a FUNDEPAR, haviam no Estado do Paraná:

- a) Escolas urbanas:
 - a.1 2.400 de 1º grau, com 1.026.403 alunos matriculados;
 - a.2 604 de 2º grau, com 163.132 alunos matriculados;
- b) Escolas rurais:
 - b.1 10.541 de 1º grau, com 494.518 alunos matriculados;
 - b.2 17 de 2º grau, com 1.334 alunos matriculados.

Em Morretes, segundo estatísticas da FUNDEPAR:

- a) Escolas urbanas:
 - a.1 5 de 1º grau, com 1.365 alunos matriculados;
 - a.2 1 de 2º grau, com 344 alunos matriculados;
- b) Escolas rurais:
 - b.1 33 de 1º grau, com 1.129 alunos matriculados;
 - b.2 nenhuma de 2º grau.

Decreto nº 1.841 de 16/1. Aprova o Estatuto da FUNDEPAR.

Decreto nº 3.037 de 9/10. Atribuições, observados os pre-

ceitos legais e regulamentos específicos.

No Inciso V:

alínea b determina: reorganização de Complexos Escolares de 1º e 2º graus;

alínea c: autorização para funcionamento de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus da rede municipal e particular.

Decreto nº 3.046 de 10/10. Institui o Programa de Saúde Escolar com a finalidade de promover o desenvolvimento bio-psicossocial da criança no âmbito da escola, família e comunidade através de atendimento as cinco áreas básicas: saúde, nutrição, educação, meio ambiente e documentação legal.

Resolução nº 81/80. Oficializa os Modelos de Calendários para os Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de 1º grau Regular, composto de 2 semestres letivos, intercalados por férias escolares, adaptados às realidades.

Resolução nº 186 de 14/2. Define os Programas de Compra de Vagas e Bolsa, anuidade. a serem implementadas pela SEED/FUNDEPAR (Art. 1º).

Resolução nº 1.093 de 23/5. Artigo 9 declara: ao nível regional caberá à Inspeção Regional de Ensino a indicação ao Departamento de Ensino de 1º grau, um Supervisor de Ensino.

Resolução nº 2.659/70. Oficializa os Modelos de Calendário-1981, para Estabelecimentos de Ensino de Rede Estadual de 1º grau.

Parecer nº 026/80 de 12/5. Processo 258/80. Ofício 753/80 do Secretário de Educação e da Cultura, Edson Machado de Souza ao Conselho Estadual de Educação, item 5, I pede:

a) sustação de processos que visem abertura de novos Cur-

tos e Estabelecimentos de Ensino Superior no Paraná até que se conheçam a situação deste grau de educação no estado;

b) apresenta a situação da realidade educacional paranaense para 1980.

b.1 população de 7-14 anos: cerca de 2.000.000;

b.2 matrícula de 1º grau: cerca de 500.000;

b.3 déficit de atendimento: cerca de 500.000;

c) explicita as más condições educativas nacionais.

Parecer nº 082 de 13/11. Recomenda ao Conselho Pleno, nos termos do Parecer nº 221/78 do CEE a Edição de Diretrizes Curriculares Gerais e Específicas para as Habilitações Plenas Técnico em Química e Técnico em Edificações.

Deliberação nº 038/80. Aborda sobre distorções idade-série, calcada no Parecer 015/80 da Câmara de Planejamento que leva ao PROJETO ALCANCE.

Parecer nº 048/80. Autoriza o DEPG/SEED atividades PROJETO NOVAS METODOLOGIAS, como trabalho normal do Departamento de 1º grau e não como programa experimental.

Deliberação nº 003 de 7/3. Fixa para o ano de 1980 as Normas para as anuidades, taxas e/ou emolumentos, contribuições comunitárias das Escolas de Ensino Pré-Escolar; do Ensino de 1º e 2º graus; Regular e Supletivo; dos Cursos Livres; das Escolas de Educação Especial; da transferência; de cancelamento de matrícula; de publicidade das escolas; de Bolsas de Estudo (ou prêmios correspondentes); de arrecadações paralelas e dá outras determinações aplicáveis no ano letivo em questão.

Deliberação nº 005/80 (Processo nº 645/79) de 9/4, estabelece diretrizes curriculares gerais e aprova sugestão de Di-

retrizes curriculares específicas para a habilitação pela Técnico Florestal. Em seus conteúdos obrigatórios e respectivo e-mentário.

a) 2.5.5 Conteúdos das Matérias mínimas necessárias para habilitação Construção e Instalações Rurais;

b) 3. Conteúdos optativos da Parte diversificada

3.1 Estudos complementares.

3.1.2 Fruticultura e Sistema Agro-Florestais (Conceitos; árvores frutíferas; formação de pomares; defesa sanitária; colheita e armazenagem; consorciação e culturas regionais).

Deliberação 006 (Processo nº 090/80) 11/4. Estabelece para 1981 como Prazo Final para reorganização sob o regime da Lei nº 5.692/71, dos estabelecimentos de 1ª e 2ª graus pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino e neles iniciar suas atividades.

Deliberação nº 027 (Processo nº 840/78) de 14/11. Estabelece diretrizes curriculares e específicas para a Habilitação Plena Técnico em Edificações, a serem implementadas em 1981.

Deliberação nº 028 (Processo nº 897/78) de 14/11. Estabelece diretrizes curriculares e específicas para a Habilitação Plena Técnico em Química.

Deliberação nº 031 de 21/11. Estabelece Normas para regularização da vida escolar dos alunos que por motivos específicos, tenham feito estudos fora do processo regular que não os comprovem cabalmente, bem como daqueles egressos de Educação Especial do DEE/SEEF ou por ele supervisionado.

Neste ano, como em todos os outros, é grande o número de formas legais de remoções, disposições de criação de cursos. Trata de habilitação de profissionais especialistas em educa-

ção, sobre nomeação e função de diretores, aulas extraordinárias, regência de classe, problemas de educação e sua deficiência; dispõe sobre Universo, contribuições comunitárias normatizando-as e outras.

Apesar do esforço desenvolvido pelos diversos órgãos da administração em todos os níveis, o ensino educacional brasileiro ainda se defronta com uma série de dificuldades comprometedoras no aspecto qualitativo, quando de sua atuação. Há limitação de recursos à universalização do ensino; desvalorização da escola pelas camadas sociais menos esclarecidas; perda de oportunidades pela clientela, além do desconhecimento de aspirações, interesses e grau de desenvolvimento das populações alvo.

Novas medidas são desencadeadas pelo Governo Federal e Estadual que criam e acionam mecanismos de suporte técnico-financeiro, para execução de programas de forma interiorizada. Transfere aos municípios, esfera governamental mais próxima do povo, a responsabilidade de fazer chegar às comunidades locais os benefícios da ação conjunta, fazendo-os desenvolver. Convênios com os recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS; agiliza-se o PRÓMUNICÍPIO e o PRÓ-RURAL; preocupam-se com a inexistência de Estatutos, planos de carreira, critérios para seleção de pessoal e sua mobilização, visando estimular e suprimir eventuais deficiências. Alerta-se quanto à necessidade de integração e comprometimento de todos, no processo educacional.

A Política de Desenvolvimento Urbano-PDU apresenta dados estatísticos desde sua criação (1975) comprobatórios da existência de

um incremento do êxodo das populações rurais para os núcleos urbanos em busca de melhores

condições de vida e de trabalho, movimento este motivado pela mecanização da agricultura e pela destruição das lavouras por fenômenos naturais.

Este contingente humano que demanda às cidades provoca, principalmente, o aparecimento de aglomerados habitacionais de natureza precária, conduzindo à marginalização sócio-econômica do indivíduo e também, no campo educacional, um desequilíbrio entre a oferta e a demanda.¹⁴²

O mesmo estudo revela através da análise:

- a) concentração em **escolas rurais** municipais, da população escolarizada de 1^a à 4^a série: 86,8% do total;
- b) representam (em relação às situadas em zona urbana) em escolas municipais: 75,27%;
- c) é insignificante o número de alunos de 5^a à 8^a série de **escolas rurais municipais**, em relação aos de zona urbana. Representam apenas 3,05% do total;
- d) comparativamente ao sistema este dado cresce de significação, representando 23,68%;
- e) o número de alunos matriculados em **escolas rurais municipais**, independente das fases de ensino, representa 72,68% sobre o total;
- f) em relação ao pessoal docente constatou-se:
 - f.1 deficiência em quantidade;
 - f.2 habilitação mínima para o exercício de magistério.

Considerando toda problemática estrutural e conjuntural, o governo do estado do Paraná arrigimenta uma equipe de especialistas para desenvolver a Formação de uma Estratégia Governamental.¹⁴³ Esta se daria em um quadriênio assim distribuídos:

- a) período de planificação e estratégia;
- b) programa de governo;
- c) estratégia global:
 - c.1 definição de políticas gerais;
 - c.2 formulação de objetivos gerais;
 - c.3 definição de normas para atingir os objetivos gerais;
- d) estratégia setorial - a nível de Secretarias de Estado:
 - d.1 definição de metas;
 - d.2 definição de diretrizes;
 - d.3 definição de ações;
 - d.4 planificação das obras, tarefas ou ações específicas sob forma de projetos.

O modelo permitiria os objetivos de direção estadual:

- a) realizar um diagnóstico integral sócio-econômico;
- b) estabelecer uma classificação (quanto possível) evidente, operativa, completa e exequível de metas;
- c) proporcionar coerência e harmonia entre todos os níveis da administração, com vistas ao atingimento dos objetivos setoriais, gerais e políticas globais;
- d) gerar um processo de formação dos dirigentes da administração habilitando a operar no futuro;
- e) formar dirigentes na estratégia, fazendo participar por níveis de competência.

Surge o documento Diretrizes Globais Paraná 1980-1982, dentro de critérios estabelecidos para sua aplicação, com cinco diretrizes globais nos itens:

- a) aumento da renda pessoal;

- b) incremento da difusão especial do bem-estar;
- c) incentivo ao desenvolvimento e promoção da cultura;
- d) aumento da participação do Paraná no esforço nacional de desenvolvimento;
- e) aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica e social para o desenvolvimento ulterior.

Neste projeto de estratégia governamental, a prioridade é dada ao agricultor e população de baixa renda.¹⁴⁴

Elaborado o projeto Revitalização do Ensino no Meio Rural com a finalidade:

- a) levantar características e necessidades educacionais de comunidades rurais;
- b) propor alternativas de ação de acordo com a realidade detectada.

É meta prioritária do III PSED, desenvolver estudos sobre a educação rural; apoiava-o o Banco Internacional de Desenvolvimento-BID.

Elabora-se pela Secretaria de Estado da Educação um manual do Plano de Implantação da 5.692/71 - Ensino de 1º grau para a Zona Rural, que é distribuído nas escolas de zonas agrícolas e distritos com o objetivo de pelo PRO-RURAL:

- a) identificar;
- b) diagnosticar;
- c) justificar o plano;
- d) oferecer Estrutura Metodológica básica às escolas, procurando orientar as que não haviam sido atingidas, num total aproximado de 13.000 instituições.

Na última etapa ofereceu:

- a) treinamento para 19.600 professores;
- b) orientação metodológica, para operacionalização, con-

tida em manuais elaborados especificamente para cada série e distribuídos a cada professor, durante o curso de treinamento.¹⁴⁵

Decreto nº 2.817 de 21/8: aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação, revogando o Decreto nº 17.447 de 19/3/65 e outras disposições em contrário.

Deliberação nº 018/80: estabelece Normas Complementares de Funcionamento do Conselho Estadual de Educação.

Resolução nº 30/80 de 15/1: aprova o Regimento do Conselho de Magistério do Estado do Paraná previsto pela Lei Complementar nº 7 de 22/12/76 e regulamentada pelo Decreto nº 1.297 de 15/10/79.

1981 - Decreto nº 3.807 de 28/5 institui o Conselho da Ciência e Tecnologia para estabelecer Diretrizes e formular a Política Estadual da Ciência e Tecnologia.

Resolução nº 2.581 de 13/11: Artigo 1º, determina que os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus Regular e Supletivo, que até a presente data não tivessem Regulamento próprio aprovado...passariam a reger-se por Regulamento Escolar conforme Modelo anexo àquela resolução: graus, Associação de Pais e Mestres, funções, atribuições de funcionários, dos centros escolares, do serviço de Assistência ao estudante, do serviço da merenda escolar; avaliação, recuperação, promoção, calendário escolar, da cantina comercial, cooperativa escolar.

No inciso III da Organização Didática. Currículos e Programas: Art. 92º, os planos curriculares definem a filosofia dos estabelecimentos e os objetivos, graus e específicos a serem detalhados nos projetos de ensino.

Artigo 94º: os currículos e programas do Estabelecimento são flexíveis, podendo ser realimentados ou reformulados sempre

que se fizer necessário.

Parágrafo 1º: cabe ao Supervisor Pedagógico em colaboração com o Corpo Docente, efetivar a modificação e realimentação dos currículos e programas.

Prevê três tipos de avaliação: diagnóstica, somativa e formativa.

Art. 98º: como instrumentos e técnicas de avaliação seriam utilizados testes de aproveitamento orais e escritos, questionários de controle, tarefas específicas, trabalhos de criação; observações espontâneas ou dirigidas, discussões ou outras que se recomendem.

Parecer nº 049 (Processo nº 022/81) de 10/4 - autorizava em caráter experimental, a extensão das atividades de aceleração de estudos a alunos repetentes da 2ª série do 1º grau, que tivessem 7 anos completos no início do ano em que cursarem esta série. A aceleração de estudos para alunos repetentes de 1ª série, vinham sendo desenvolvidas desde 1975 visando o fluxo escolar.

Deliberação nº 004 (Processo nº 717/80) de 11/3, estabelece os valores de Contribuições escolares de Internatos e Semi-internatos, dos Estabelecimentos de Ensino da Rede do Estado.

Deliberação nº 005 de 13/3: determina seja sobrestado até 1º de maio de 1981, irrevogavelmente, o andamento de processos visando abertura de novos Cursos e/ou Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado.

Os processos para abertura de novos Cursos Superiores haviam sido sustados até 31/12/80.

Deliberação nº 006 (Processo nº 533/79) de 13/3, estabelece o mínimo de três matérias para a composição dos Currículos

das Habilitações Parciais, na Parte de Formação Especial e a correspondente carga horária mínima, no âmbito do sistema Estadual de Ensino, tendo em vista os termos da Indicação 001/81 da Câmara do Ensino do 2º grau do CEE, com aprovação da Câmara da Legislação e Normas.

Deliberação nº 013 (Processo nº 050/81) de 8/6, estabelece a forma de utilização de um mesmo prédio escolar por mais de uma Entidade Mantenedora.

Deliberação nº 016 (Indicação nº 003/81) de 01.7, fixa normas para implantação, estruturação e funcionamento de Estudos Adicionais para Formação de professores, a que se refere o Parágrafo 1º do Artigo 30 da Lei nº 5.692/71 e revoga as Deliberações nº 050/77 e nº 30/79 ambas do CEE.

Artigo 3º Parágrafo 1º: os professores das 5^{as} e 6^{as} séries de que trata este artigo, receberiam a correspondente formação em um ou mais componentes curriculares:

- a) complementação em Língua Portuguesa;
- b) complementação em Ciências;
- c) complementação em Ciências Sociais;
- d) complementação em Educação Física;
- e) complementação em Iniciação para o Trabalho;
- f) complementação em Educação Artística.

Em:

- a) da Estrutura: além dos componentes curriculares específicos de cada modalidade de Estudos Adicionais, seriam conteúdos mínimos obrigatórios para todas as modalidades de estudos adicionais:

I. em Educação Geral

- a) Língua Portuguesa;

b) Cultura Brasileira;

II. Formação Especial

a) Psicologia do Desenvolvimento;

b) Psicologia da Aprendizagem;

c) Problemas Educacionais Brasileiros;

d) Fundamentos do Currículo de Ensino de 1º grau.

b) Do corpo discente: artigo 27º - pré-requisito para matrícula no curso de Estudos Adicionais: apresentação do comprovante da conclusão do Curso do Magistério a nível de 2º grau ou de seu correspondente no mesmo nível, em legislação anterior à Lei nº 5.692/71.

Planos de Expansão de Cursos de Estudos Adicionais a nível de 2º grau para o Sistema Estadual de Ensino, a ser executado no período compreendido nos meses de julho de 1981 e junho de 1982, visando ampliar oferta de cursos em número e diversificação; direcionar e controlar a expansão da implantação dos cursos de Estudos Adicionais no Sistema Estadual de Ensino; ampliar formação básica do professor de 1ª e 4ª série do 1º grau (possibilitando o prolongamento de sua atuação para outras séries, enquanto não houvessem professores habilitados em nível superior); promover melhoria de desempenho.

Metas proposta entre outras: atendimento específico à área de abrangência do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PRO-RURAL, com vistas à preparação de docentes para atendimento, principalmente nas Escolas Consolidadas, para as obras previstas para o Ano I (1981), daquele projeto criado em 1980.

O Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense-AMSOP, reivindica o curso de Técnicos de Irrigação -

Nível de 2º grau, objetivando oferecer uma opção nova à Região, prestigiando a **classe produtora rural**.

Distribuição pelo PRÓ-RURAL de 25.340 manuais de apoio ao professor, para o período preparatório e alfabetização. De 635.500 volumes para serem utilizados pelo aluno no período preparatório e de alfabetização, em classes multi-seriadas, no quadriênio 1981/1984. Beneficiava assim 41.200 alunos e 2.710 professores, de 61 municípios do Paraná (em 1984), que se pretendia atingir.

Previam-se as seguintes linhas de atuação neste ano:

- a) esforço para integrar atividades de planejamento e execução de atividades no setor educacional. Dar continuidade às ações do PROMUNICÍPIO, prioritariamente nas **zonas rurais** e das periferias urbanas;
- b) iniciativas para implantação ou fortalecimento de serviços administrativos e técnicos. Atividades de orientação e funcionamento escolar;
- c) habilitação de 2.285 professores, a nível de 2º grau, por intermédio do PROJETO LOGOS II, para atuarem junto a 43 redes municipais de ensino, num período de 3 anos;
- d) Atualização de 2.832 professores em Alfabetização-Modelo Erasmo Pilotto por meio do PROJETO DE CLASSES MULTI-SERIADAS, em 61 municípios.¹⁴⁶

1982 - A SEED procura desenvolver o projeto **ESTUDOS PARA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CURRÍCULO ADEQUADO AO MEIO RURAL**. O Relatório da 1ª Reunião a 26/4/1982, presentes instituições de ensino superior envolvidos no projeto, representantes de Departamentos da SEED, Equipe de currículo e Coordenadores de Núcleos Regionais da SEED, PROMUNICÍPIO e PRÓ-RURAL, levanta pontos de advertência às implantações de novas escolas Consolida-

dadas. Toma-se como referência a experiência realizada até então:

- 1) risco de uma atuação desequilibradora pela falta de contatos informais no pré-planejamento;
- 2) densidade de atuação para quem sempre esteve abandonado (característica paternalista);
- 3) conflito de interesses, lideranças, partidos políticos, órgãos, instituições;
- 4) necessidade de treinamento de agentes;
- 5) propostas de Acompanhamento, Controle e Avaliação-ACA;
- 6) propostas de trocas de experiências.¹⁴⁷

Decreto nº 6.037, segundo Convênio de 22/4/82 entre o Estado do Paraná, através da SEED e do Instituto Nacional de Assistência ao Estudante-INAÉ.

Artigo 1º - fica instituído o Programa Estadual Alimentação Escolar-PEAE para orientar a área de alimentação escolar nos níveis pré-escolar, 1º e 2º graus, Ensino Especial e Supletivo no Paraná.

Lei nº 7.044 de 18/10: altera dispositivos da Lei nº 5.692/71 de 11/8, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.

Resolução nº 57 de 14/1: determina padronização de uniforme de acordo com a Lei Estadual nº 6.511/73, de 17/11/1973.

Resolução nº 1.126 de 27/4: institui o Setor de Coordenação de Educação Física com o objetivo de orientar, desenvolver, aperfeiçoar e supervisionar junto aos Diretores de Departamentos, a prática de Educação Física.

Resolução nº 1.175 de 29/6: atribui à FUNDEPAR a responsabilidade da administração dos recursos financeiros relacionados com o INAÉ/Estado do Paraná.

Resolução nº 1.716 de 29/6: designa Comissão para elaborar até 31/82, os mecanismos e estratégias de operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Deliberação nº 036 (Indicação nº 002/82) de 19/11, fixa Normas para reavaliação de estudos feitos em escola de país estrangeiro.

Anexo à Deliberação nº 036/82: estabelece Normas reguladoras de processos de declaração de equivalência de estudos feitos no exterior e dos correspondentes certificados ou diplomas e dos processos de reavaliação de estudos feitos no estrangeiro, visando prosseguimento de estudos ou o ingresso no exercício profissional no Brasil.

Deliberação nº 039 (Indicação nº 002/82) de 19/11: dá nova disposição à redação na Deliberação nº 036/82.

Indicação nº 002 de 19/11, a Câmara de Legislação e Normas - indica ao Conselho Pleno, o anteprojeto de Deliberação de fixação de Normas Reguladoras, ao reconhecimento dos estudos de 1º e 2º graus realizado em escolas de país estrangeiro.

Deliberação nº 040 (Processo nº 091/82) de 10/12: dispõe sobre Normas para matrícula antecipada para 1ª série, de 1º grau de crianças com idade inferior a 7 anos, no Sistema Estadual de Ensino.

Indicação nº 001 de 10/12: ao Conselho Pleno, a necessidade de atualização de normas para autorização de matrícula antecipada na 1ª série do 1º grau, no Sistema Estadual de Ensino, de crianças com idade inferior a 7 anos de idade. Fundamentada na teoria da Pedagogia e Doutora em Psicologia Ana Maria Popovic (que diz da importância da maturidade e estágio de desenvolvimento, na prontidão da criança para aprender) a Indicação

é outra abertura na lei do ensino e da aprendizagem: "O fator mais importante, no entanto, aparentemente ignorado por nossos educadores, é que a idade cronológica não é critério para garantir a possibilidade de sucesso da criança, em relação às metas visadas pelos programas de 1º ano".¹⁴⁸

Esta mesma indicação apresenta três condições para sua aplicação em relação à criança:

- a) prontidão;
- b) preparo de currículo e projetos especiais para prontidão ao programa de 1ª série do 1º grau, no Jardim da Infância;
- c) casos individuais de alunos talentosos.

Em relação à instrução:

- a) condições que minimizem riscos de desajustamento do aluno;
- b) o assumir de responsabilidades de Normas disciplinadoras da instrução antecipada na 1ª série do 1º grau.

Deliberação nº 044 (Processo nº 368/82) de 17/12: delega à SEED competência para declarar regularizada a vida escolar do aluno, que não tenha sido submetido à avaliação da atividade Integração Social.

É elaborada pela SEED uma série de Manuais CURRÍCULO, distribuídos aos professores e escolas, contendo uma programação curricular que permitisse adequações e adaptações exigidas pelas realidades escolares e comunidades, a que se destinassem. Contém noções de diretrizes curriculares, define currículo, conceitua-o; determina funções da escola no meio, delinea objetivos às matérias e às séries.

O Ensino de 1º grau, zona rural tem o seu específico, que é inicialmente implantado em sete escolas. A Equipe de Currículo do Departamento de Ensino de 1º grau, a quem coube elaborar o documento, deveria acompanhar sua implantação.

Lei Federal nº 7.044/82 de 1º de outubro: altera dispositivos da Lei nº 5.692/71 de 11/8/71 referentes, à profissionalização do ensino de 2º grau.

Deliberação nº 051/82 da Câmara do Ensino de 2º grau: atualiza as normas relativas à nomenclatura dos estabelecimentos de ensino Pré-escolar, de 1º e 2º graus e dá outras providências.

O tratamento a ser dado à preparação para o trabalho, teria normas definidas para cada grau pelo Conselho Educação de cada Sistema de Ensino, que já deveriam ser editadas e implantadas, no início de 1983 (período experimental). Os estabelecimentos de ensino de 2º grau, definiriam seus currículos, sem incluir-lhes quaisquer conteúdos diretamente profissionalizantes. Neste particular é que a 5.692/71 sofreu sua maior alteração: deixou de ser profissionalizante, na dependência opcional dos estabelecimentos de ensino.

São três os elementos que devem merecer atenção na estruturação do plano próprio da preparação para o trabalho:

- a) forma;
- b) conteúdo;
- c) duração.

Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 035 de 19/11: fixa a título experimental para o ano de 1983, as Normas para o tratamento a ser dado à preparação para o trabalho, consoante as disposições da Lei nº 7.044.

Até 1982 haviam no Paraná, 56 Inspetorias de Ensino e oito Núcleos Regionais.

1983 - Decreto nº 2.161 de 9/12: estipula na SEED, como unidades de ação regional, mais doze Núcleos Regionais de Ensino, completando um total de vinte.

Realiza-se pela pesquisadora deste trabalho, os primeiros levantamentos na zona rural de Morretes:

MEMORIAL DESCRITIVO DAS ESCOLAS ISOLADAS NO SETOR, EM ESTUDO

Escola Rural do Rio Sagrado I

Caracterização física: construção em madeira (ano 1958). Localizada na BR-277, Rio Sagrado I. Distância da sede: 9,500 km. População da localidade: 492 habitantes. Número de alunos: 35. Número de salas de aula: 01. Número de professores: 01. Período de funcionamento: manhã. Necessidades da escola: reparos no telhado, paredes e forro. Pintura do prédio e colocação de vidros na janela.

Problemas de natureza pedagógica: relativos à multi-seriação de classe, à existência de apenas um professor implicando em ausências ocasionais, de espaço físico, de acesso à escola, precariedade no material didático, falta de merenda escolar e ausência da participação da comunidade, entre outros.

Escola Rural de Sambaqui

Caracterização física: construção em madeira (ano 1927). Localização: Sambaqui. Distância da sede municipal: 15,800 km. População da localidade: 581 habitantes. Número de alunos: 120

Número de salas: 03. Número de professores: 03. Período de funcionamento: manhã e tarde. Necessidades da escola: construção de uma sala de aula para atender ao elevado número de alunos existentes na comunidade.

Problemas de natureza pedagógica: relativos à falta de professor, de acesso à escola, precariedade no material didático e pedagógico, falta de merenda escolar, ausência de participação da comunidade.

Escola Rural de Tapuruçu

Caracterização física: construção em madeira (ano 1960). Distância da sede municipal: 19,300 km. População da localidade: 97 habitantes. Número de alunos: 30. Número de salas de aula: 01. Número de professores: 01. Período de funcionamento: manhã. Necessidades da escola: reparos no telhado, no forro, no assoalho, portas, janelas e pintura do prédio.

Problemas de natureza pedagógica: relativos à falta de professor, de acesso à escola, precariedade no material didático e pedagógico, falta de merenda escolar, ausência de participação da comunidade.

Escola Rural de Saquarema

Caracterização física: construção em madeira (ano 1919). Localização: Saquarema. Distância da sede municipal: 22,300 km. População da localidade: 335 habitantes. Número de alunos: 35. Número de salas de aula: 01. Número de professores 01. Período de funcionamento: manhã. Necessidades da escola: reparos no telhado, na área circunvizinha à casa escolar, janelas e pintura do prédio.

Problemas de natureza pedagógica: relativos à falta de professor, de acesso à escola, precariedade no material didático e pedagógico, falta de merenda escolar, ausência de participação da comunidade.

Escola Rural do Rio Sagrado II

Caracterização física: construção em alvenaria de tijolos (ano 1921). Localização BR-277, Rio Sagrado II. Distância da sede municipal: 11 km. População da localidade: 570 habitantes. Número de alunos: 30. Número de salas de aula: 01. Número de professores: 01. Período de funcionamento: manhã. Necessidades da escola: reparos no telhado, portas, forro, vidros nas janelas e pintura do prédio.

Problemas de natureza pedagógica: relativos à falta de professor, de acesso à escola, da precariedade do material didático e pedagógico, falta de merenda escolar, ausência da participação da comunidade.

Escola Rural de Morro Grande

Caracterização física: construção em alvenaria de tijolos (ano 1936). Localização: Morro Grande. Distância da sede do município: 9 km. População da localidade: 155 habitantes. Número de alunos: 40. Número de salas de aula: 01. Número de professores: 01. Período de funcionamento: manhã. Necessidades da escola: reparos no telhado, portas, forro, janelas e pintura do prédio.

Problemas de natureza pedagógica: relativos à falta de professor, de precariedade no material didático e pedagógico, falta de merenda escolar, ausência de participação da comunidade.

Escola Rural Martha

Caracterização física: construção em madeira (ano 1950).
Localização: Martha, BR-277, km 89. Distância da sede: 13,300 km. População da localidade: 103 habitantes. Número de alunos: 30. Número de salas de aula: 01. Número de professores: 01. Período de funcionamento: manhã. Necessidades da escola: reparos em geral - escola em situação precária.

Problemas de natureza pedagógica: relativos à falta de professor, de precariedade no material didático-pedagógico, falta de merenda escolar, ausência de participação da comunidade.

Escola Rural Rio dos Patos

Caracterização física: construção em alvenaria de tijolos (ano 1940). Localização: Rio dos Patos, km 32 da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá. Distância da sede: 13 km. População da localidade: 100 habitantes. Número de alunos: 11. Número de salas de aula: 01. Número de professores: 01. Período de funcionamento: manhã. Necessidades da escola: reparos em geral - situação precária da escola.

Problemas de natureza pedagógica: exigüidade de alunos, problemas relativos à falta de professor, material didático e pedagógico, de merenda escolar e participação comunitária.

Decreto Municipal de Morretes nº 797, aprovado pela Câmara e sancionado pelo Sr. Prefeito em 5/7: **cria a Escola Desauda Bosco da Costa Pinto**, unificando as oito escolas isoladas.

O currículo nestas escolas isoladas de classes multi-seriadas, era determinado pela Secretaria de Educação e da Cultura-SEED, até 1983, quando foram unificadas na EDBCP.

A comunidade, mobilizando esforços, através de reuniões, conseguiu junto às autoridades competentes do Município, que fossem desativadas as escolas isoladas, fazendo surgir um fulcro educacional unificado, a Escola Desauda Bosco da Costa Pinto-ECBCP.

A EDECP emerge com planejamento para uma infra-estrutura física, psicológica, geográfica e pedagógica com perspectivas de atendimento às necessidades e interesses daquela população, distante 10 km em média de cada comunidade rural a que atende.

Tabela de créditos anexa ao Decreto nº 1.247/83, na área de exercício profissional, especificada a função 1.1. Exercício efetivo de função inerente ao cargo, tendo como Critério 1.1.1. Professor em Regência de Classe em **Zona Rural**, declarava 22 créditos por ano.

Lei nº 7.730 de 5/9 - dispõe que aos professores de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, caberá a escolha e adoção didática e dá outras providências.

Deliberação nº 003 de 4/2: fixa o índice máximo de reajuste de encargos educacionais para o 1º semestre de 1983, nas instituições educacionais do Sistema Estadual de Ensino, com base na Deliberação nº 002/83 com suporte no Decreto Lei nº 532/69.

Resolução nº 01 de 29/7: acresce dispositivos no Artigo 3º, parágrafo 2º; alínea b - Inspeção Auxiliar aos que atuam na **zona rural** ou prestam serviços no Sistema Estadual de Ensino em outros locais da região.

Resolução nº 069/83: resolve dentro das propostas dos Departamentos do Ensino de 1º, 2º graus e Supletivos, oficializar os Módulos I, II, III e IV do Calendário Escolar de 1983 - Re-

gular e Suplementar da rede estadual de Ensino.

Resolução nº 230 de 24/1: autoriza a matrícula a partir de 7/2, obedecendo a ordem cronológica de idade e comprovada a maturidade da criança para o aprendizado, que completou 7 anos ou mais no decorrer de 1983, considerando:

- a) o interesse da administração em evitar a ociosidade de recursos físicos nas escolas;
- b) a necessidade de compatibilizar o fluxo escolar com a demanda da matrícula;
- c) considerando a existência de vagas remanescentes na 1ª série, em estabelecimentos de 1º grau.

Resolução nº 4.367 de 30/12: Artigo 1º - aprova o Regimento do Conselho do Magistério do Estado do Paraná.

Artigo 2º: revoga a Resolução nº 30 de 14/1/80 e as demais disposições anteriores.

Governo do Estado e SEED desenvolvem:

- a) programa de Ação Sócio-Educativas e Culturais para Populações Carentes Urbanas-PRODASEC-URBANO.
- b) Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural-PRONASEC.

A ação educativa destes programas:

- a) apoia-se nas características e necessidades das populações;
- b) incorpora o universo cultural da comunidade em que se insere;
- c) deve relacionar Educação-Trabalho Produtivo; Educação-Vida Comunitária; Educação e Cultura.

O PRONASEC/RURAL seguiria a direção:

- a) Educação-Integração;

b) Educação-Produção;

c) Educação-Cultura.

Ações integradoras escola-cultura local:

a) atendimento à Educação Básica de 1ª grau, propondo reformulações de conteúdos, metodologias e estruturas;

b) suporte às atividades mobilizadoras de:

b.1 universidades e faculdades;

b.2 colégios agrícolas de 2ª grau;

b.3 escolas de 1ª grau;

b.4 associações de bairro;

b.5 prefeituras;

b.6 instituições em geral;

c) educação-cultura:

c.1 viabilização de projetos de natureza social, econômica ou política. A dimensão cultural fornece indicadores de comportamentos, hábitos e valores de um grupo social.

c.2 associação das ações educacionais e culturais da comunidade integradas a órgãos de setores da saúde, habilitação e outros, objetivando reunião da população, desenvolvendo:

c.2.1 tecnologias e processos produtivos tradicionais;

c.2.2 artesanato;

c.2.3 recreação. Festas populares. Manifestações artísticas;

c.2.4 desporto;

d) educação-produção:

d.1 valorização do trabalho como conteúdo educacional;

- d.2 proporcionar ensino profissionalizante;
- d.3 oportunizar trabalho produtivo; de transformação: produto em renda.

Os programas estabelecem condições básicas, para ingresso da comunidade no Projeto: espaço físico definido; organização da população; entidades de atuação na área, compatibilização com instituições locais, participação e possibilidades de ação!⁴⁹

1984 - Decreto nº 4.462 de 10/12: cria mais dois Núcleos Regionais. Cita os existentes: Morretes pertence ao Núcleo Regional de Paranaguá.

Resolução nº 1.288 de 31/7: autoriza aos Inspectores de Ensino o remanejamento de professores e substituição nos impedimentos aos exercícios funcionais.

Parecer nº 327 de 7/11 da Câmara de Legislação e Normas- Projeto de Lei Municipal: aprova inclusão de nova disciplina nos currículos, fundamentada na alínea c, do Artigo 5º, Lei nº 5.692/71 alterada pela Lei nº 7.044/82, sobre Projeto Lei que propõe Informação sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e Métodos de Prevenção, nas escolas da rede municipal de ensino.

Resolução conjunta Secretaria do Estado da Administração e da Educação nº 002 de 8/8: resolve regulamentar o Processo de Avaliação para promoção por avanço diagonal por Merecimento, dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério. Art. 4º, alínea b: regente de classe, Especialista de Educação em função específica, Função Técnica Pedagógica e **Função de Apoio em Escola Rural ou Isolada** e Diretor de Estabelecimento de Ensino de 1º e 2º graus.

Parecer nº 003 de 6/12: dispõe sobre a regularização da vida escolar dos discentes nela, enredados.

Parecer nº 310 de 7/11: sobre transferência de Curso Pro-pedêutico, para habilitação profissionalizante.

Parecer nº 326 de 7/11 - Projeto da Implantação de Ensino de 2º grau com habilitação: Técnico em Recreação Coreográfica Infanto Juvenil e Bailarino para Corpo de Baile; Técnico em Recuperação Motora e de Terapia através da Dança, fundamentado no Parecer nº 1.162/76 do CFE e Parecer nº 041/71 CFE, que fixa os currículos mínimos nos cursos de dança.

Parecer nº 027 de 10/2: permite matrícula a menor de 7 anos de idade na 1ª série do 1º grau, desde que haja maturidade para tanto, com acompanhamento de relatório semestral do desempenho, até a 5ª série.

Lei nº 7.875 de 2/7: dispõe sobre a ação do Estado, no que respeita à Educação ou Reabilitação e Integração das pessoas com deficiências e dá outras providências.

Artigo 7º: cria o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação à Integração Social.

Lei nº 7.961 de 21/11: dispõe sobre escola, mediante eleição direta de diretor de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Lei nº 7.962 de 22/11: proíbe a cobrança de taxas e contribuições nos estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus e adota outras providências.

Deliberação nº 010 (processo nº 263/84) de 8/8: fixa o índice de reajuste de Encargos Educacionais do 2º semestre de 1984, para instituições educacionais no sistema estadual de ensino.

Deliberação nº 020 (processo nº 437/84) de 13/9 da Câmara de Legislação e Normas; delibera regras para autorização de

funcionamento de sub-sede de estabelecimentos, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino.

Indicação nº 001 de 13/9: indica ao Conselho Pleno, normas complementares à Deliberação nº 030/80 CEE de 18/11/1980.

Indicação nº 001 de 6/11 da Câmara de Ensino de 1º grau: regulariza a vida escolar, donde estabelece irregularidades:

a) sob responsabilidade de Diretores, Supervisores e Orientadores Educacionais:

a.1 alunos matriculados de 1ª à 4ª séries:

a.1.1 matrícula irregular na 1ª série;

a.1.2 séries não cursadas;

a.1.3 séries incompletas;

a.1.4 reprovação na série sem a repetência correspondente;

b) sob responsabilidade dos Conselhos de Classe e Colegiados:

b.1 alunos cursando de 5ª à 8ª séries;

b.2 irregularidade de 1ª à 4ª séries;

b.3 irregularidades de 5ª, 6ª e 7ª séries:

b.3.1 reprovação na série, sem a repetência correspondente;

b.3.2 reprovação em disciplina ou em áreas de estudos, sem a repetência de série;

b.3.3 ausência de notas ou menções em disciplinas ou em áreas de estudos;

b.3.4 ausência de notas ou menção em séries:

b.3.4.1 irregularidades de 1ª à 4ª séries;

b.3.4.2 irregularidades da 5ª à 8ª séries.

Após se detectar a irregularidade, encaminhar o problema à instituição que expedir o certificado ou à SEED, credenciando o estabelecimento que regularizaria a situação.

Deliberação nº 033 de 9/11: aprova o Calendário Anual do Conselho Estadual de Educação do Paraná para 1985, na forma que o Anexo a esta se incorpora.

Ordem de serviço nº 02 de 21/2:

- a) estipula atividades dos professores das Escolas da rede Estadual de Ensino aos sábados, em caráter esporádico e eventual - realização de reuniões administrativas e pedagógicas (não de forma rotineira);
- b) faltas de professores não seriam descontadas, mas levadas em consideração, quando da análise dos elementos informativos que serviriam de base, para promoções e avanços na carreira docente;
- c) com autorização da direção dos estabelecimentos de ensino, a comunidade poderia fazer uso das dependências escolares aos sábados, domingos e feriados (assumindo estragos e avarias nos prédios ou pertencentes da mesma). A participação dos professores seria voluntária.

Resolução nº 35 de 10/1: sobre o uso do uniforme escolar:

Artigo 1º: o uso do uniforme nas escolas de 1º e 2º graus, pertencentes à Rede Estadual de Ensino, para alunos do período diurno será decidido pelo conjunto de professores, especialistas, funcionários, alunos e pais ou responsáveis em cada estabelecimento de ensino, opinado pela maioria absoluta de convocados;

Artigo 4º: estabelece normas para os que optaram pelo uso do uniforme.

Resolução nº 3.412/84: atribui responsabilidades ao Diretor da Secretaria do Estado para:

- a) implantar a Política Educacional;
- b) coordenar iniciativa de natureza municipal e particular (que envolvam a política da educação do Estado), adequando-as de modo a haver integração e elevação do padrão de ensino.

Resolução nº 5.673 de 11/7: atribui aos Chefes de Núcleos Regionais, o proceder, a designação das Comissões Verificadoras encarregadas de averiguar (mediante processo formal e in loco), a existência das condições indispensáveis aos funcionários e reconhecimento de estabelecimentos de ensino, bem como adoção de regime de entrosagem ou intercomplementariedade (de estabelecimentos) entre si com outras instituições.

1 e 2/8: encontro de avaliação das Escolas Consolidadas com objetivos:

- a) verificar a situação atual e real de estrutura e funcionamento das Escolas Consolidadas;
- b) adequar as diretrizes curriculares das mesmas, ao contexto cultural local, a partir do diagnóstico da realidade de cada Município.

No encontro relacionado à temática, são desenvolvidas pelos integrantes da SEED reflexões e são levantadas conclusões:

- a) os problemas administrativos são comuns: questões financeiras, falta de equipamento, de material didático, problema de estrada, de iluminação elétrica, de falta de livros na Biblioteca;

- b) os problemas pedagógicos: na 1^a e 4^a séries, onde se evidenciam baixo nível de aprendizagem e grande índice de repetência.

Parecer nº 252 de 14/9, em resposta aos processos nº 354/84 e nº 299/84 da Prefeitura Municipal de Curitiba, aprova a criação do Conselho Municipal de Ensino, que alega ainda ser vigente no município a Lei do Sistema Estadual de Ensino (nº 4.978 de 5/12/64).

Resolução nº 7.251 de 8/10: aprova Regulamento para ensino e prática de Educação Física nos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino de 1º e 2º graus, do Estado do Paraná.

Resolução nº 7.744 de 7/11: estabelece parâmetros na Resolução e em seus Anexos quanto às Inspetorias classificadas em Partes de I a IV, segundo número de alunos matriculados nos estabelecimentos da rede estadual, municipal, particular e federal de 1º e 2º graus, zona urbana e rural.

Ainda neste ano, são significativos o número de remoções e a regulamentação sobre as mesmas, dos Concursos Seletivos internos na SEED, da aposentadoria voluntária aos professores (aposentadoria precoce, aos professores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho). Provisão de melhores alocações de recursos humanos, sobre a situação de professores Especialistas lotados nas escolas; contrato de regências de classe; autorização para funcionamento de mais duas escolas rurais e fechamento de uma escola rural.

O quadro educacional, segundo a FUNDEPAR, assim se apresentava em 1984, no Estado do Paraná:

- a) Escolas urbanas:

- a.1 2.272 de 1º grau, com 1.181.579 alunos matriculados;
- a.2 546 de 2º grau, com 379.859 alunos matriculados;
- b) **Escolas rurais**
 - b.1 9.578 de 1º grau, com 177.837 alunos matriculados;
 - b.2) 6 de 2º grau, com 692 alunos matriculados.

Em Morretes, segundo estatísticas:

- a) **Escolas urbanas**
 - a.1 7 de 1º grau, com 1.639 alunos matriculados;
 - a.2 1 de 2º grau, com 331 alunos matriculados;
- b) **Escolas rurais**
 - b.1 21 de 1º grau, com 938 alunos matriculados;
 - b.2 nenhuma de 2º grau.

Resolução nº 112/84 de 13/1 autoriza o funcionamento da Escola Desauda Bosco da Costa Pinto-EDBCP, de 1ª à 4ª série.

Caracterização física da EDBCP: construída em 1983, foi inaugurada a 17/3/1984. Em alvenaria de tijolos, em fase de permanente construção, localizada ao lado do antigo prédio onde funcionava a escola multi-seriada Martha, km 89 da BR-277, atende 365 alunos. Número de salas de aula: 06. Número de professores: 12. Período de funcionamento: manhã e tarde; à noite reúne adultos interessados no MOBREAL, em caráter experimental. Conta ainda com 12 funcionários, nas diversas categorias.

Dotada de água encanada, Estação de Tratamento de Esgoto e 01 Posto Telefônico, com até DDI; Cantina para preparo da merenda escolar; Biblioteca e Sala de Artes; 01 Laboratório Experimental. Possui ventilação - iluminação natural e artificial, instalações hidráulicas e sanitárias adequadas. Transporte

escolar: 03 ônibus gratuitos, mantidos pela Prefeitura Municipal de Morretes.

Problemas de natureza pedagógica: número de professores compatível ao número de classes de alunos, material didático e pedagógico mais enriquecido, presença de merenda escolar, participação comunitária dos fazeres educacionais e sociais da escola.

29/3/84: autorização pela Secretaria de Educação e Cultura para funcionamento parcial, a título precário, de 9 turmas da 1ª à 4ª séries nas dependências da nova escola, em construção.

Resolução nº 6.025 de 24/7 determina o fechamento das Escolas Rurais do Rio Sagrado I, de Sambaqui e da Martha.

Resolução nº 7.396 de 17/10 determina fechamento das Escolas Rurais de Taperuçu, Saquarema, Rio Sagrado II, Morro Grande e Rio dos Patos.

Deliberação nº 035 de 3-7/12 (Processo nº 856/84 CEE, 2º grau): estabelece diretrizes curriculares ao Curso de Formação de Professores para Educação Especial nas áreas de Deficiência Mental, Auditiva, Visual e Motora.

Deliberação nº 038 de 3-7/12 (Processo nº 903/84): aprova Plano de Trabalho Anual do Departamento de Educação Especial/SEED a ser financiada com recursos do Centro Nacional de Educação Especial-CENESP/MEC, exercício de 1985.

Resolução nº 434 de 21/12/84: aprova calendário escolar 1985, cursos de 1º grau Supletivo Fase I e II da rede estadual de ensino.

Ainda neste ano fixa-se o índice de reajuste de Encargos Educacionais, Taxas e Contribuições Escolares para as Institui-

ções de Educação do Sistema Estadual de Ensino. Há fusão da Escola de Música e Belas Artes e Faculdade de Educação Musical do Paraná.

A política que a SEED se propuzera para 1984 objetivava:

- a) redirecionar a política educacional não satisfatória em termos quantitativos e qualitativos, principalmente a nível de 1º grau;
- b) oferecer aos recursos humanos melhores condições de trabalho;
- c) propiciar uma proposta de participação popular, implantando novas políticas setoriais com vistas aos planos e programas. A instrução voltar-se-ia *"à equiparação dos homens e não à separação, em intelectuais e ignorantes"*.¹⁵⁰

1985 - Resolução nº 1.704/85 considerando o dispositivo na Resolução nº 01/84 (objetivando racionalizar a distribuição de professores e especialistas de educação, nos estabelecimentos de ensino e descentralização e operacionalização de processos administrativos), resolveu autorizar aos Chefes de Núcleos Regionais, mediante proposta do Inspetor Estadual de Educação, a proceder Ordem de Serviço de Remanejamento de professores e especialistas em educação, que não estivessem exercendo as funções técnico-pedagógicas, funções de regência de classe ou de apoio, de forma a suprimir as reais necessidades das unidades escolares estaduais, sob sua jurisdição e dá outras providências.

Deliberação nº 002/85 de 8/5/85 e nº 004/85 de 10/5/85: concordam com a equivalência de estudos feitos por profissionais no exterior.

Portaria nº 05 de 2/1/85: resolve expedir instruções necessárias à distribuição de aulas efetivas, extraordinárias e Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

Resolução nº 1.795: retifica artigos 15 a 16 do Capítulo VII, do Regulamento baixado com a Resolução nº 7.251 de 8/10/84, considerando:

- a) irrelevância do exame médico antecipado para a prática de Educação Física;
- b) anomalia, com referência à saúde do aluno, que o faz encaminhar a exame clínico especializado.

Resolução nº 2.792 de 3/6, dispõe sobre remoções por permuta, para o pessoal integrante do Magistério Público Estadual.

Editais nº 09 de 3/6: estabelece critérios e procedimentos para remuneração por permuta.

Ofício nº 7.112 - CC - Of.62/85 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encaminha o Projeto nº 85/83 objetivando criar na estrutura da SEED, sob supervisão da CETEPAR o setor de Cursos à Distância, bem como adoção de outras providências.

A pretensão da criação do curso é vetada (razão em separado, em 19/7/85) sob alegação:

- a) o instrumento didático é módulo de ensino;
- b) elevado custo face aos cursos oferecidos pelo rádio ou televisão;
- c) aproveitamento pelo cursando, ser discutível.

Resolução nº 3.970 de 14/8: resolve prorrogar por mais 5 anos o funcionamento de 43 Escolas Rurais, especificadas no documento, com oferta das quatro primeiras séries de 1º grau.

Resolução nº 4.045 de 22/8: considerando o Artigo 12 da Lei 7.961/84 de 21/11/84, resolve: a escolha dos Diretores dos

Estabelecimentos Públicos de 1º e 2º graus Regular, Supletivo e Agrícola da Rede Estadual de Ensino, a que se refere a citada Lei, disciplinada pelas Instituições Complementares à presente Resolução.

Parecer nº 349 (Processo nº 406/85) de 11/9: reconhece a Habilitação básica em Agropecuária.

Parecer nº 343 (Processo nº 163/85) de 12/9: delibera sobre reprovação em Disciplinas, Áreas de Estudos e Atividades da Parte Diversificada do Currículo de 1º e 2º graus.

Resolução nº 4.545/85, resolve implantar nos Núcleos Regionais e/ou Inspetorias Estaduais de Educação, junto às Equipes de Ensino, o Serviço do Ensino Religioso-SER, formado por educadores do Quadro Próprio do Magistério, em número de acordo com o porte dos Núcleos Regionais, reconhecido por autoridades religiosas locais e regionais, das Igrejas filiadas à Associação Interconfessional de Educação de Curitiba-ASSINTEC. Esta deveria favorecer conteúdos e orientação necessária, ao desenvolvimento do Ensino Religioso Interconfessional.

Edital nº 13 de 14/10, torna público os critérios e procedimentos para Remoções, das instituições do Quadro do Magistério Estadual.

Resolução 4.702 de 8/10, autoriza a execução através da CETEPAR os eventos: Seminário de Astronomia Elementar; Curso de Biologia; Curso de Atualização de Matemática; Cursos de Educação Artística; Seminário: A Dimensão da Política da Educação, Curso de Atualização de Docentes de 1º grau em Alfabetização (com recursos do PRÓ-RURAL); Curso de Atualização de Professores das Disciplinas Pedagógicas de 2º grau; Curso de Atualização em Educação Física para Professores da Pré-Escola da 1ª à

4ª série de 1º grau; Seminário de Educação Física; Seminário de Ciências Matemáticas; Curso de Atualização em Estudos Sociais; Seminário em Educação Artística.

Resolução nº 4.802 de 10/10: estipulou para os meses novembro e dezembro, a realização de Concurso para Remoção de Professores e Especialistas de Educação, no Magistério Estadual e toma outras providências.

Resolução nº 4.998 de 29/10: define Calendário Escolar de 1º e 2º graus para 1986, atividades docentes, início de aulas, matrículas para as 1ªs séries, Concurso para Remoção, distribuição de aulas.

Artigo 2º: transfere às Unidades Escolares Estaduais com oferta de Ensino Regular de 1º e 2º graus, definir seus Férias, desenvolver seus Programas, Conselho de Classe, Processos e Normas de Avaliação de acordo com a Lei nº 5.692/71 e Deliberação nº 16/85 do CEE.

Resolução nº 5.081 de 8/11 resolve:

Artº 1º: a escola dos Diretores dos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino Agrícola, a nível de 2º grau, se fará por escrutínio secreto, unipessoal e direto;

Artº 1º, parágrafo 1º: cabe ao Diretor escolher seu Vice-diretor;

Parágrafo 2º: se o Diretor pertence à área de Pedagogia, o Vice deverá ser ocupado por um Profissional do Setor Primário da Economia e vice-versa.

Artº 2º: podem ser votados Professores ou Especialistas em escolas; nos Estabelecimentos de ensino pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, no Quadro Único do Poder Executivo.

Artigo 4º: poderão votar:

- a) professores especialistas profissionais, referência anterior;
- b) demais servidores funcionais em exercício;
- c) alunos regularmente matriculados no estabelecimento.

Resolução conjunta nº 01 de SEED/SEPL/SEIN/SEFI de 28/10, considerando os termos da emenda nº 24 de 1/12/83 à Constituição Federal (Emenda Calmon) - a Lei 7.348 de 24/7/85 - que dispõe sobre execução do Planejamento 4º, de Artigo 176, para manutenção e desenvolvimento do Ensino Público:

- a) o desenvolvimento e a melhoria de qualidade de ensino, o aperfeiçoamento dos Recursos Humanos necessários à manutenção do processo educacional e justa distribuição dos benefícios da educação;
- b) a necessidade de orientação técnica para a execução orçamentária e financeira, conforme determinação Constitucional;
- c) designar Comissão Intersetorial com objetivo de Assessorar os Municípios, na aplicação dos recursos resultantes dos percentuais, estabelecidos no parágrafo 4º do Artigo 176.

Além das citadas leis, resoluções, deliberações e outras, são estabelecidos critérios para Remoções por permuta dos integrantes do Magistério Público Estadual, Majoração de Vencimentos, Avanços Diagonais a professores, Regulamentação do Processo de Avaliação para Promoção ao Avanço Diagonal, por merecimento, aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

O evento de maior significação para a Educação Paranaense e Nacional no ano de 1985, foi o chamado Dia D, da Proposta para o Debate sobre o Ensino Básico em 18/9.

A intenção da proposta foi discutir e mobilizar a sociedade como um todo, especialmente a comunidade escolar, em torno das dificuldades e direcionamento da escola pública. Fazia-se relevar o papel político-social da escolarização, no aperfeiçoamento humano e democratização da sociedade, bem como, solicitava priorização de recursos para o Ensino Público de 1º e 2º graus.

O objetivo do MEC era promover amplo debate sobre a qualidade e essencialidade da escola de 1º e 2º grau, na expectativa de recolher subsídios, que orientassem as decisões educacionais nos diversos níveis.¹⁵¹

Congregou: SEED, Prefeituras Municipais, Órgãos Municipais de Educação, Chefes de Núcleos, Inspetorias da SEED, Associações de Professores e Especialistas, Órgãos de Classe, Órgãos Estudantis, APM, Associações Comunitárias, Sindicatos, Professores, Pais e Alunos.

Desenvolveu-se através de estratégias reunião para informação e discussão dos temas propostos, comícios, concentrações, passeatas, palestras de professores e especialistas, estabelecendo ligações com a mobilização da Constituinte. Elaboração e encaminhamento de manifestos, cartas, abaixo-assinados ao Presidente da República, Congresso Nacional e Ministério de Educação; pronunciamentos e chamadas em TV, rádio e jornal.

Alguns temas entre outros sugeridos para os debates:

- a) que escola temos e que escola teremos?
- b) o que podemos fazer com os novos recursos para melhorar a escola de 1º e 2º graus?
- c) que fazer para registrar a dignidade e credibilidade da escola pública?

O estudo da realidade do Sistema Educacional Rural do Brasil e do Paraná, através de uma visão crítica das alternativas ao longo dos anos, dos organismos que as desenvolveram, das instituições particulares ou governamentais oficiais responsáveis por ela, do desempenho do processo legislativo do ensino brasileiro, permite levantar a seguinte consideração:

As reformas curriculares nas diversas escolas, deixam de correr não pela rigidez legal ou pela falta de oportunidade que a Lei oferece, mas sim pela falta de tomada de decisão referentes a uma postura educacional, comprometida com a comunidade a qual a escola serve.

2.3 ASPECTOS TÉCNICOS E CONCEITUAIS DA PESQUISA-AÇÃO E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE *

Pesquisa-ação: definição e conceito

"A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema, estão envolvidos de modo cooperativo e participativo."^{1 52} É uma estratégia que agrega vários métodos de pesquisa social, por meio das quais institui uma estrutura coletiva, participativa e ativa, nivelando-a à captação da informação. Sua estrutura metodológica, oferece oportunidade a uma ampla diversidade de propostas de pesquisa, nos vários campos de atuação social. Demarca aspectos valorativos e cognoscitivos das exigências científicas, enquanto proposta metodológica e técnica

* Síntese da orientação proposta pela autora desta pesquisa.

ca. Opera na situação a partir de determinadas diretrizes organizadoras do raciocínio, relacionadas com o modo de enfrentar os problemas identificados na investigação e com a ação adequada à resolução dos mesmos.

Sua característica principal é ser projetiva, inerente à criatividade ou ao planejamento, através do raciocínio prévio. É dialógica, flexível, gerando massa de informações significativas bem maior que na ciência tradicional, pela interação com diversas competências.

A questão da objetividade da ciência é respeitada pelo controle metodológico do processo investigativo, na forma de questionamentos, pela auto-correção nas diferentes estruturas das diversas reuniões coletivas e pelo consenso entre pesquisadores, participantes e usuários, sobre o observado e interpretado. Isto exige linguagem apropriada às situações, para evitar a imprecisão no registro do material informativo qualitativo ou quantitativo e conseqüente processo de argumentação e deliberação.

Os argumentos-privilegiadores da apreensão qualitativa - acham-se incorporados na colocação dos problemas, nas explicações ou soluções sugeridas, nas deliberações dos meios implementados, nas avaliações dos resultados atingidos e no desencadear de ações, baseadas em suposições (quase hipóteses). Estas serão verificadas, discriminadas, comprovadas ou não, em função da realidade concreta - caráter particular da pesquisa-ação.

A generalização dos resultados encontrados, dada a variabilidade das características das pesquisas, seus objetos e culturas onde as mesmas têm-se realizado, faz-se em trabalho progressivo elaborado a partir da confrontação do produto obtido,

sempre com fundamento em teorias explicitadas.

Objetivos envolvidos:

Relaciona constantemente dois objetivos de pesquisa:

- um prático, que se propõe a oferecer subsídios para dimensionar e catalizar o cerne do problema à pesquisa, visando alterações da situação investigada e levanta propostas próprias de ações planejadas, que intervêm dentro desta;

- um de conhecimento, quando através da solidariedade com as ações coletivas, procura obter maior número de informações que seriam de difícil alcance de outra maneira.

Às vezes, o objetivo é sobretudo instrumental, pois tem propósito limitado à resolução de problema prático de ordem técnica; outras vezes não se preocupa em resolver um problema imediato, mas volta-se pra a tomada de consciência dos elementos implicados na atividade investigada: é o de conhecimento útil à coletividade. Ocorre ainda outra situação, onde o conhecimento gerado, pretenda-se seja relevante para uma plêiade de estudiosos que tenham possibilidade de cotejá-lo, generalizando seus resultados a eventos de maior alcance e em outras áreas: é o aspecto de produtor de conhecimento.

Entre os objetivos de conhecimento potencialmente alcançáveis em pesquisa-ação, encontra-se:

- a) a coleta de informação original acerca de situações ou de atores em movimento;
- b) a concretização de conhecimento teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas investigados;

- c) a comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal, acerca da resolução de diversas categorias de problemas;
- d) a produção de guias ou de regras práticas, para resolver os problemas e planejar as correspondentes ações;
- e) os ensinamentos positivos ou negativos quanto à condução da ação e suas condições de êxito;
- f) possíveis generalizações estabelecidas a partir de várias pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores.¹⁵³

Há situações em que só é possível alcançar um dos aspectos de objetivos. Metodologicamente se faz necessário amadurecer para atingí-los todos, ao nível metodológico e epistemológico.

Em recente artigo THIOLENT¹⁵⁴, sugere uma seqüência de passos metodológicos, indicados quando a pesquisa-ação possui ênfase na resolução de problemas, com a participação de analisistas e usuários. Trata-se de:

- a) identificar os problemas relevantes dentro da situação investigada;
- b) estruturar a explicação dos problemas;
- c) definir um programa de ação para resolução dos problemas escolhidos como prioritários;
- d) acompanhar os resultados da ação por intermédio de diversos meios de controle (ver até que ponto o problema está sendo resolvido ou deslocado);
- e) fazer uma síntese dos resultados obtidos em todas as fases.

O papel da metodologia aplicada à estratégia de pesquisa ação, é o de descrever e avaliar as propriedades, qualidades, insuficiências e distorções inerentes a cada técnica utilizada.

A organização da pesquisa-ação, depende do contexto no qual será aplicada e dos objetivos a que se propõe. Pode abranger uma comunidade geograficamente concentrada ou espalhada. Então, será realizada dentro de uma organização hierarquicamente estabelecida, em grupos com problemas em seu relacionamento, em associações e grupamentos autônomos, ativos, com objetivos práticos ou organizada em meio aberto (escola, empresa, instituições), atendendo a solicitações - interesses implicados.

Centrada na questão do agir, não enfoca a pesquisa na dinâmica da transformação de uma situação à outra, mas *estuda dinamicamente os eventos ocorridos com os indivíduos durante o processo de transformação.*

Fundamenta-se numa perspectiva de investigação científica aberta, caracterizada pela atuação integrada de conhecimento e ação, senso comum e ciência. Desta utiliza:

- a) *observação* - com registro de informações factuais captadas, trabalhadas e desenvolvidas como conhecimento;
- b) *experimentação* - em situação real, sob efeito de variáveis não isoláveis e por vezes não quantificáveis ou controláveis;
- c) *análise* - procura compreender a situação global ou o fenômeno em sua totalidade, em termos de seus componentes;
- d) *avaliação* - das ações desenvolvidas ou obstruídas por fatores intervenientes;
- e) *predição* - dentro da probabilidade, baseada nas infor-

mações fidedígnas, válidas, com base no pretérito e atualidade de uma realidade concreta;

- f) *síntese conclusiva* - produtora de conhecimento estruturado através da experiência vivenciada, da discussão e debates sobre as questões trabalhadas.

Para THIOLENT, estas etapas sofreriam alterações em função das situações circunstanciais, só sendo possível determinar os pontos inicial e final, preenchendo o intervalo à medida do desenvolvimento da pesquisa-ação. Distingue *fases* iniciando com: *exploratória* em que ocorrem o diagnóstico da situação em todas as áreas do conhecimento, seleção de problemas significativos prioritários, sua natureza, dimensão e ações iniciais, através do contato com os sujeitos-objeto da pesquisa e conseqüente organização de equipes de trabalho.

É relevante neste período o papel do(s) pesquisador(es) que deve(m) ter uma bagagem teórica para estabelecer explicação, interpretação adequada, maior entendimento com os interessados, pela capacidade de levar em conta, aspectos comunicativos na espontaneidade e na elaboração do planejamento - causa de ação transformadora - se houver viabilidade deste tipo de intervenção. O aceite do desafio e tomadas de decisão, são atitudes que dele(s) se exigem a seguir, ao mesmo tempo em que dispense(m) esforços no sentido da busca de concorde dos usuários, instituições de apoio financeiro, técnico e/ou político. Concomitantemente levanta(m) toda informação disponível em documentos, jornais, mapas, experts e outros, definindo estratégia da pesquisa-ação, dividindo tarefas subseqüentes: pesquisa teórico-bibliográfica, de campo, planejando ações de acordo com competências e afinidades. Há discussões diretas ou indiretas com ou-

tras categorias em Seminários, encontros por ele(s) coordenado(s) que sente necessário instituir treinamento norteador do pessoal participante.

Nesta fase são levantadas as potencialidades, saberes dos interessados, colaboradores e meio circundante ou apenas detectadas carências.

Os problemas de aceitação do(s) pesquisador(es) no meio do pesquisado, têm que ser resolvido durante o desenvolver da pesquisa. A participação do pesquisador(es):

- a) não qualifica a especificidade da pesquisa-ação, que consiste em organizar a investigação em torno da concepção, do seu desenvolvimento e da avaliação da ação planejada;
- b) é explicitada dentro da situação de investigação com devido cuidado, para que haja reciprocidade pelas pessoas e grupos envolvidos na questão;
- c) não deve chegar a substituir a atividade dos grupos e suas iniciativas.

Estabelecem-se os principais objetivos da pesquisa, relacionados aos problemas considerados prioritários, um possível *tema* (chave de identificação e seleção de áreas de conhecimento disponível), que poderá ser descritivo ou normativo em função das discussões, tipo de compromisso, do consenso ou adequação estabelecida entre pesquisador(es) e as expectativas dos elementos atuantes, na situação pesquisada.

Colocam-se os problemas, a partir dos quais se delibera(m) ações da pesquisa.

É importante no plano metodológico, que as normas ou critérios, a partir dos quais se desencadeiam ações, estejam em cons-

tante evidência, tanto na busca, quanto no selecionar soluções.

Quadro referencial teórico amplo: deve acompanhar todas as fases do desenvolvimento do projeto, como orientadora da pesquisa, geradora de *hipóteses ou diretrizes* e auxiliar de interpretação.

Seja delimitado o campo de observação, definida a amostragem e a representatividade avaliativa significativa.

Os Seminários tenham estruturas diversificadas, metodicamente organizadas, para atender equipes de estudos de discussão e à assembléia central que reúne todos os grupos implicados para:

- a) elaboração das diretrizes, preparo do(s) pesquisador(es) e participantes, para não se perder a objetividade da pesquisa;
- b) acompanhamento e avaliação das ações encadeadas;
- c) produção de material de origem empírica, teórica de divulgação, quer de natureza didática ou informativa, aos envolvidos no problema;
- d) oportunizar aos participantes, momento(s) de encontro(s) com o(s) pesquisador(es), que colocará à disposição conhecimentos de ordem teórica ou prática, para a discussão dos problemas;
- e) descrever e registrar os principais assuntos analisados, revertendo em forma de sugestões ou hipóteses, sempre modificáveis ou substituíveis, em função de novas informações ou argumentos adicionados;
- f) que sejam aplicadas técnicas de pesquisa e trabalho em grupos, dentro da proposta de pesquisa-ação.

Coleta de dados

O Seminário central é a mais importante técnica de coleta de dados, através dos grupos de observação e pesquisador(es). Seguem-se-lhe as entrevistas coletivas e individuais, nas residências dos usuários, em seus locais de trabalho, que mediante um controle metodológico adequado, junto aos questionários e formulários, constituem instrumento de captação auxiliar.

Na fase propriamente investigatória há observação - questionamento, com devidas argumentações sobre o universo considerado - importante característica metodológica.

Alguns pesquisadores adotam técnicas antropológicas de observação participante, diários de campo, histórias de vida, bem como técnicas como sociodrama e dinâmica de grupo.

A interpretação de dados ocorre durante a deliberação nos Seminários de modo consensual e quando as implicações das ações devem ser explicitadas e avaliadas em termos realistas.

O *planejamento* da pesquisa-ação é flexível e não obedece a fases ordenadas e seqüenciais por seu caráter dinâmico, processual, que sofre interveniência de múltiplas variáveis.

Na pesquisa ação, uma *capacidade de aprendizagem* é associada ao processo de investigação, no contexto das realizadas em educação, comunicação, organização e outras. Explica-se este fato, por estarem estas correlacionadas intrinsecamente, além de gerar, utilizar informações, orientar ações e tomar decisões. Supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes, adquirida em suas atividades habituais, aqui resta aproveitá-la e enriquecê-la, em função das exigências da ação, em torno da qual ocorre a investigação numa estrutura de aprendizagem conjunta. Certa forma de consultoria em assuntos técnicos, também se desen-

volve em ambiente de facilitação de aprendizagem, pela contribuição do(s) pesquisador(es) e ocasionalmente pela participação temporária de especialistas, em assuntos técnicos úteis ao grupo. Podem ocorrer em alguns casos, aprendizagem sistematicamente organizada, por meio de Seminários, grupos de estudos complementares e divulgação de material didático.

O estudo da relação entre *saber formal e saber informal*, objetiva estruturar a comunicação entre os universos culturais de técnicos, pesquisador(es), especialistas e interessados.

Para que a aprendizagem efetivamente ocorra, há que se estabelecer uma forma de comunicação e intercompreensão entre especialistas e os agentes do saber popular, nivelando-os em planos temáticos e pressupostos comuns.

Caracterizando o método da pesquisa, formula-se um *plano de ação*, que define os agentes e conviventes com a intervenção, suas formas de relacionamento, os objetivos prováveis do trabalho e os critérios de avaliação, os modos de continuidade, a participação e incorporação de sugestões, o controle e o método de avaliação do processo.

A *divulgação externa* a diferentes setores e interessados na problemática é importante, na medida em que, estender o conhecimento é fortalecer as convicções do realizado. Uma de suas conseqüências é a de oferecer uma noção de conjunto e favorecer o ciclo da ação e da investigação.

Retorno às fases do ciclo

Esta fase é proposta pela autora já que trabalha processo dinâmico de currículo, envolvendo continuidade. O ciclo deve ser revisto para que se possa trabalhar sempre, como currículo em ação.

*Observação participante*¹⁵⁵

Apesar da ressalva de THIOLENT¹⁵⁶, a observação participante pode ser utilizada, como instrumento dentro da estrutura de pesquisa-ação, na fase de coleta de dados, segundo a pesquisadora e autora do presente trabalho.

No sentido de instrumento dentro da estratégia de pesquisa-ação, representa a convivência de perto com o objeto da pesquisa, para captar os aspectos essenciais e acidentais de um selecionado fenômeno.

Para melhor desempenho, o pesquisador deve ter capacidade de percepção, imaginação e intuição. O encontro com a comunidade, deve ser precedido de um levantamento provisório da realidade em questão pelo pesquisador, através de:

- a) fontes privadas ou oficiais (arquivos), de conhecimento da história do grupo e seu espaço geográfico;
- b) observação da vida diária;
- c) identificação das instituições existentes;
- d) estrutura de poder;
- e) formas de atividades econômicas e culturais;
- f) expressões religiosas do grupo.

O processo de observação participante é constituído por:

- 1 - *Aproximação e estabelecimento de uma relação com o grupo*

Para isto faz-se necessário, que o pesquisador saiba estabelecer uma relação de aceitação progressiva, assuma abertamente sua função específica de participante e facilitador de eventos de transformação na vida grupal, integrar-se sem excesso de socialização e busque atitudes auto-corretivas e de condições éticas.

2 - *Período de observação e coleta de informações*

A coleta de dados nesta técnica, permite ao pesquisador um aprofundamento da visão na comunidade onde desenvolve a pesquisa, de sua organização interna e suas relações com a estrutura social como um todo. Compõe-se de:

- a) construção de hipóteses estabelecidas na observação e estudo;
- b) confronto destas, através de entrevistas na comunidade.

É de grande importância a escolha de técnicas apropriadas, para o modo de entrevistar. A entrevista aberta, com linhas estruturais gerais pré-estabelecidas pelo(s) pesquisador(es) é considerada a mais adequada por ser flexível, de diálogo livre, onde a discussão faz surgir informações significativas, mais próximas à realidade do grupo. O objetivo da coleta de informações é descobrir o grau de percepção e conscientização das pessoas envolvidas.

Existem várias maneiras de realizar as entrevistas:

- a) direta, ao vivo, durante um acontecimento ou por meio de pessoas interpostas (colegas, informantes, outras);
- b) relação face a face, sob forma ativa ou não (escutar, compartilhar, ver). O observador estará simultaneamente separado e implicado na situação do evento.

Tipos de informações registradas

Fatos, atributos, opiniões, comportamentos, evoluções, tendências.

O modo da coleta de dados abrange ainda, estudos documentais, relatórios, estatísticas (diretamente ou não pertinentes a situação ou à instituição estudada). O conteúdo destas informações são elementos de análise qualitativa e quantitativa nesta proposta.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹SCHIMIDT, Carlos Borges. O meio rural: investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas. 2. ed. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1946. p.49.
- ²RODRIGUES, Neidson. Função da escola de 1º grau numa sociedade democrática. ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação, São Paulo, 4(8):17, 1984.
- ³FROMM, Erich & MACCOBY, Michael. Caráter social de uma aldeia; um estudo sociopsicanalítico. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p.34.
- ⁴GARCIA, Consuelo de Menezes. Currículo, ensino e pesquisa: três faces da situação pedagógica. Curitiba, 1979. Tese, Professor Titular, UFPR. p.232.
- ⁵EISNER, Elliot & VALLANCE, Elizabeth. Concepções conflitantes de curriculum. Tradução: Consuelo M. Garcia e Louis B. Alcorta. Curitiba, 1977. 16 p. Mimeografado.
- ⁶BERTRAND, Alvim L. et alii. Sociologia rural: uma análise de vida rural contemporânea. Trad. Alzemiro E. Störn. São Paulo, Atlas, 1973. p.42.
- ⁷RAKOTOMALALA, Pierre & KHOI, Le Thanh. A educação no meio rural. São Paulo, Cortes & Moraes, 1976. p.48.
- ⁸SCHIMIDT, p.180.
- ⁹WILLIAMS, Raymond. Base and superstructure in marxist cultural theory schooling and capitalism. In: APPLE, Michael. Ideologia e currículo. Trad. Carlos Eduardo F. Carvalho. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.15.
- ¹⁰MACKENZIE, G. Why a strategy for planned curricular innovation. In: LAWLER, M. Strategies for planned curricular innovation. New York, Teachers College, 1975. p.8-10.
- ¹¹RAKOTAMALALA & KHOY, p.26-33.
- ¹²LOURENÇO FILHO, N.B. Tendências da educação brasileira. In: O INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística e a educação. Rio de Janeiro, 1941. v.1, p.410.
- ¹³LOURENÇO FILHO, v.1, p.423.
- ¹⁴INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Oportunidade de preparação no ensino rural agrícola e veterinário: informações para orientação a escolha de uma atividade profissional. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1949. p.4-11.

- ¹⁵ SOUZA, J. Moreira. Educação rural pela escola primária. Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, 3(12):1095-105, out/dez. 1950.
- ¹⁶ MINAS GERAIS. Governo. Mensagem à Assembléia Legislativa. Abertura da Sessão Ordinária. Belo Horizonte, 1954. p.171.
- ¹⁷ REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL, Rio de Janeiro, v.6, 1ª semestre, 1959.
- ¹⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comissão de Assistência Técnica. Anais. Rio de Janeiro, 1953. p.105-10.
- ¹⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Crédito rural supervisionado no Brasil. Rio de Janeiro, 1960. p.123.
- ²⁰ SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Plano quinquenal do desenvolvimento para o Nordeste. 2ª etapa. 1961-1965. Recife, 1961.
- ²¹ BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei de diretrizes e bases da educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 39(89):97-118, jan/mar.1963.
- ²² BRASIL. Leis, decretos, etc. Estatuto da terra. Organização de textos, notas remissivas e índice por Juarez de Oliveira. São Paulo, Saraiva, 1984. p.33.
- ²³ FÁVERO, Osmar. Educação de adultos em projetos rurais integrados. Rio de Janeiro, 1973. Tese, Mestrado, PUC. p.13.
- ²⁴ FÁVERO, p.13-20.
- ²⁵ ENCONTRO SOBRE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA, l., Rio de Janeiro, 1968. Relatório. Rio de Janeiro, IBRA/DAD/DNH, 1968. p.27.
- ²⁶ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Metodologia para programa operacional dos projetos de assentamento de agricultores. Brasília, 1971. p.5-7.
- ²⁷ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, p.102.
- ²⁸ BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 5692. Resolução que fixa o núcleo comum para os currículos de 1ª e 2ª graus, definindo-lhes os objetivos e amplitudes de reciclagem para profissionais do 2º. Uruçuca, EMARC, 1971.
- ²⁹ BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 75.373 - 14 de fevereiro de 1975. Cia a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, regulamenta dispositivos da Lei nº 6.126, de 6 de novembro de 1974 e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 17 fev. 1975. p.1905-9.

³⁰GUSSO, Divonsir Arthur. Formação profissional do meio rural. Sugestões para diretrizes e normas gerais de ação para o SENAR. Brasília, IPEA, 1977. p.78.

³¹BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo Especial de Estudos para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural. Relatório das atividades. Brasília, 1978.

³²BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo Especial de Estudos para o Desenvolvimento da Educação do Meio Rural. Subsídios para o desenvolvimento e planejamento da educação nas áreas rurais. Brasília, 1978.

³³BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo Especial de Estudos para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural. Subsídios. p.17-22.

³⁴BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo Especial para Estudos do Desenvolvimento da Educação no Meio Rural. Diretrizes básicas e possíveis linhas de programas educacionais para um acordo de empréstimo. Brasília, 1978. p.8.

³⁵BRASIL. Senado Federal. II Plano nacional de desenvolvimento. 1975-1979. Rio de Janeiro, Itamaraty, 1974. p.14.

³⁶BRASIL. Senado Federal, p.68.

³⁷POMBO, José Francisco da Rocha. História do Paraná. Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1929. p.145.

³⁸QUERINO, Manoel. A raça africana. Salvador, Progresso, 1955. p.28-35.

³⁹POMBO, p.29.

⁴⁰PARANÁ. Arquivo Público. Colleção documentos históricos. Curitiba. Archivo IJIP. Officios, 1882. AP650. v.4, p.136.

⁴¹BRASIL. Secretaria de Negócios da Guerra. Portaria de regulamento para instrução pública de 29/4/1823. In: BRASIL. Leis, decretos, etc. Colleção de leis imperiais do Brasil. v.1, p.287.

⁴²SANTOS, Antonio Vieira. Memória histórica cronológica topográfica e descritiva da Villa de Morretes e do Porto Real. s.l., s.ed., 1851. v.1, p.144.

⁴³SANTOS, v.1, p.155.

⁴⁴BRASIL. Leis, decretos, etc. Colleção das leis e decretos imperiais do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Signot-Plancher, 1830. v.2, p.16-8.

⁴⁵BRASIL. Leis, decretos, etc. Colleção das leis e decretos, v.4, p.8.

- ⁴⁶GANITO, Hildebrando G.C. Ofício ao Presidente da Província de São Paulo. Paranaguã, 14 mar.1830. In: OFFÍCIOS diversos de Paranaguã 1830-1832. L.340. Ordem 1135.
- ⁴⁷SANTOS, p.298.
- ⁴⁸INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. O currículo primário no Brasil-Império. In: Introdução ao estudo do currículo da escola primária. Rio de Janeiro, Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, 1955. p. 22-3.
- ⁴⁹SÃO PAULO. Câmara Municipal. Registro geral 1832. São Paulo, Departamento de Cultura, 1936. v.22, p.121-3.
- ⁵⁰BRASIL. Leis, decretos, etc. Collecção das leis e decretos, v.7, p.40-2.
- ⁵¹BRASIL. Leis, decretos, etc. Collecção de leis imperiais do Brasil de 1834. Rio de Janeiro, Nacional, 1866. Parte 1, p. 15-23.
- ⁵²BRASIL. Leis, decretos, etc. Collecção de leis imperiais. Ouro Preto, Typ. Silva, 1839. v.9, p.170.
- ⁵³SÃO PAULO. Leis, decretos, etc. Lei nº 310 de 16 mar. 1846. In: SÃO PAULO: Assembléia Legislativa Provincial. Annaes 1846-1847. São Paulo, Typ. Piratininga, 1847. p.324.
- ⁵⁴PROENÇA, Brandão de. Ofício ao Presidente da Província de São Paulo. Curitiba, 25 jan.1837. In: OFFÍCIOS diversos 1935-1937. Cx.207. Ordem 1002.
- ⁵⁵SÃO PAULO. Leis, decretos, etc. Lei nº 34 18 mar.1846. In: Catálogo provisório de leis provinciais de São Paulo. São Paulo, Arquivo Público, s.d. SÃO PAULO. Inspeção de Instrução Pública. Relatório de instrução pública da Província. 10 abr.1852. In: SÃO PAULO. Presidente. Relatório provincial. São Paulo.
- ⁵⁶SÃO PAULO. Leis, decretos, etc. Lei nº 38 de 23/4/1849. In: SÃO PAULO. Assembléia Legislativa Provincial. Annaes 1848-49. São Paulo, Typ. Piratininga, 1849. p.581-82.
- ⁵⁷SÃO PAULO. Inspeção de Instrução Pública. Relatório da instrução pública da Província, 10 mar.1852. In: SÃO PAULO. Presidente. Relatório Provincial. São Paulo. p.61.
- ⁵⁸POMBO, p.145.
- ⁵⁹SÃO PAULO. Leis, decretos, etc. Lei nº 18 de 15 mar. 1853. In: SÃO PAULO. Assembléia Legislativa Provincial. Annaes 1852-1853. São Paulo, Typ. Piratininga, 1853. p.480-1.
- ⁶⁰SÃO PAULO. Leis, decretos, etc. Lei nº 488 de 10 maio 1853. In: SÃO PAULO. Assembléia Legislativa Provincial. Annaes 1854. São Paulo, Typ. Piratininga, 1854. p.441-81.

⁶¹RELATÓRIO do Presidente da Província de São Paulo e do Paraná. In: MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. 2.ed. São Paulo, Typ. Costa Silveira, s.d. p.119-97.

⁶²OS ALEMÃES no Estado do Paraná e Santa Catarina 1829-1929. Em comemoração ao 1º Centenário de sua entrada nestes estados do sul do Brasil 1829-1929. Curityba, Oívero, s.d. 196 p.

⁶³RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Mapas das escolas: de primeiras letras da Província de São Paulo 1828-1852 e da Província do Paraná. Código 808. v.4.

⁶³PARANÁ. Leis, decretos, etc. Regulamento de ordem geral para as escolas de instrução primária; preparação e organização do professorado. Coordenação e normas para o ensino particular, primário e secundário. In: _____. Leis e regulamentos 1857. v.4., p.61-3.

⁶³MOTTA, J.S. Relatório que ao Presidente da Província do Paraná Dr. Francisco L. de Mattos apresenta o Inspetor Geral da Instrução Publica. Curityba, Typ. Paranaense Cândido Martins, 1859. p.13.

⁶³SANTOS. Relatório da inspeção geral. In: PARANÁ (Província). Presidente, 1866. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, 15 mar 1867 pelo Presidente da Província do Paraná. Curityba, Typ. Candido Martins, 1867. p.29.

⁶³INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, p.33-5.

⁶³FIALHO, Bianca. A educação secundária no Brasil 1500-1900. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 5:346, out.1941..

⁶³PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis e regulamentos 1857. v.4, p.60-82, 132-136.

⁶⁴PARANÁ, Leis, decretos, etc. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, s.d. v.17, p.47.

⁶⁵PARANÁ. Arquivo Público. Colleção documentos históricos. Curitiba. Archivo LJIP. Offícios, 1870. APO.0039. v.16, p.330.

⁶⁶PARANÁ. Arquivo Público, v.16, p.330.

⁶⁷PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis e regulamentos 1873. v.20, p.27.

⁶⁸Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Império do Brasil. São Paulo, Grijalbo, 1972. p.186.

⁶⁹PARANÁ. Arquivo Público. Colleção documentos históricos. Curityba. Archivo IJIP. Offícios, 1880. APO 609. v.21, 159-69.

⁷⁰PARANÁ. Arquivo Público. Colleção. 1875. APO 456. v.1 p.30.

- 71 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1875. APO 467. v.12, p.238.
- 72 POMBO, José Francisco da Rocha. O Paraná no Centenário. 2.ed. Curitiba, Olympio, 1980. p.124.
- 73 BRASIL. Presidente. Relatório dos Presidentes das Províncias da República do Brasil. 1859-1892.
- 74 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1877. AP 532. v.22, p.131.
- 75 PARANÁ. Arquivo Público. AP 569. v.8, p.029.
- 76 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1879. AP 0579. v.20, p.198.
- 77 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1881. AP 0625. v.6, p.158.
- 78 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, p.46.
- 79 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. AP0611. p.174.
- 80 PARANÁ. Arquivo Público. AP.0611. v.24, p.174.
- 81 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1882. APO 650. v.4 p.136.
- 82 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1882. APO 0661. v. 15, p.056.
- 83 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1882. AP 0671. v. 25, p.173.
- 84 PARANÁ. (Província). Presidente, 1883-1884 (Bello). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da installação da 2ª sessão da 15ª legislatura pelo Presidente da Província o exmo. snr. dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. Curityba, Typ. Perseverança, 1883. p.33.
- 85 PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis, decretos, regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Perseverança, 1833. v.30, p.16-27.
- 86 PARANÁ (Província). Presidente, 1883-1884 (Bello). Relatório que apresenta ...ao Diretor da Instrução Pública. 1884. p.38.
- 87 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1884. APO 719. v. 13, p.29.
- 88 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1884. APO 729. v. 23, p.46.
- 89 PARANÁ. Arquivo Público. Collecção. 1885. APO 763. v. 3, p.7-8.

- ⁹⁰ PARANÁ. Arquivo Público. Colleção. 1875. APO 766. v.6, p.101.
- ⁹¹ PARANÁ. Arquivo Público. Colleção. 1875. APO 762. v.2, p.3-4.
- ⁹² PARANÁ. Arquivo Público. Colleção. 1875. APO 763. v.3, p.7-8.
- ⁹³ PARANÁ. Arquivo Público. Colleção. 1876. APO 773. v.3, p.225.
- ⁹⁴ REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA. Cinquentenário da estrada de ferro no Paraná. Curitiba, Impr. Paranaense. 1935. p.124.
- ⁹⁵ FERRARINI, Sebastião. Presidente Faria. Curitiba, Líte-ro-Técnica, s.d. p.38-42.
- ⁹⁶ PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decretos e regulamentos de 1890-1891. Curityba, Typ. d'A República, 1929.
- ⁹⁷ PARANÁ. Leis, decretos, etc. Colleção de Leis em 1887. p.80-1.
- ⁹⁸ PARANÁ. Arquivo Público. Estatística escolar do Estado. Período 1889-1900. Curitiba. Assuntos Gerais. Códice 093. P.1. E/17.
- ⁹⁹ PARANÁ. Leis, decretos, etc. Regulamento de instrução pública do Estado do Paraná. In: Decreto e regulamento de 1890-1891. Curityba, Typ. d'A República, 1929. p.39-50.
- ¹⁰⁰ PARANÁ. Leis, decretos, etc. Regulamento de instrução pública do Estado. In: Colleção de leis, decretos e regulamentos do Estado do Paraná 1891. Curitiba, Typ. da Penitenciaría, 1912. p. 320-55.
- ¹⁰¹ BRASIL monárquico. In: ENCICLOPÉDIA Delta de História do Brasil. Rio de Janeiro, Delta, 1969. v.7, p.1775-80.
- ¹⁰² REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA, p.125.
- ¹⁰³ PARANÁ. Arquivo Público. Estatística escolar do Estado. Período 1907. Curitiba. Assuntos gerais. Códice 0102. p.1. E/17.
- ¹⁰⁴ WACHOWICZ, Lilian Anna. A instituição escolar como uma das formas de consciência da sociedade. In: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ. Os doze trabalhos premiados. Concurso Nacional de Pesquisa em Educação. Curitiba, 1982. p.221.
- ¹⁰⁵ BRASIL monárquico, v.8, p.1837-9.
- ¹⁰⁶ WACHOWICZ, p.221.

- 107 POMBO, J.F.R. O Paraná no Centenário, p.135.
- 108 VIANNA, Waltheno. Educação rural no Paraná. Curitiba, 1980. Entrevista concedida pelo Dr. Waltheno Vianna, 1º Diretor das Escolas de Trabalhadores Rurais a G.C. Silva em 7 out. 1984.
- 109 A FORMAÇÃO do professor: relatório apresentado na Conferência das Escolas para Compreensão Internacional em Colaboração com a UNESCO, 1955. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro 26(64):141-79, out/dez.1956.
- 110 PARANÁ. Diretoria Geral de Educação. Regimento interno e programas para os Grupos Escolares. Curitiba, Irmãos Guimarães, 1940. 60 p.
- 111 PILOTTO, Erasmo. A educação no Paraná: síntese para o ensino público, elementar e médio. Nº 3. Curitiba, Campanha de Inquérito e Levantamento de Ensino Médio e Elementar, 1954.
- 112 WACHOWICZ, Ruy Christovam. Perfis de personalidades paranaenses. In: HISTÓRIA do Paraná. 2.ed. Curitiba, Grafipar, 1969. v.3, p.311.
- 113 PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Escolas isoladas. Programas experimentais. Curitiba, s.d. 112 p.
- 114 PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Publicações de 1 a 12. Curitiba, Impr.da Universidade Federal do Paraná, 1962. 553 p.
- 115 EL-KHATIB, Faissal. Municípios do Paraná. In: HISTÓRIA do Paraná. 2.ed. Curitiba, Grafipar. 1969. v.4, p.191.
- 116 ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. A história que a extensão rural conta. Curitiba, 1981. 32 p.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. Extensão rural no Paraná: 1956/1980. Curitiba, 1981. 33 p.
- MATTOS, Airton. Educação rural no Paraná. Curitiba, 1985. Entrevista concedida pelo Prof. A. Mattos, ex-Diretor da ACARPA, a G.C. Silva em 8 out. 1985.
- 117 WACHOWICZ, R.C. Perfis, p.270.
- 118 VIANNA.
- 119 PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. Fundepar e Fundo Estadual de Ensino nº 5. Curitiba, 1962. 34 p.
- 120 PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. Publicações.
- 121 PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. Publicações.
- 122 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1963.
- 123 WACHOWICZ, R.C. Perfis, p.303.

- 124 ESTADO DO PARANÁ. Suplemento, Curitiba, 9 maio 1967. p. 6.
- 125 VIANNA.
- 126 BRASIL, Presidência da República. I Plano nacional de desenvolvimento 1972-1974. Rio de Janeiro, Gráfica IBGE, 1971.
- 127 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea da legislação estadual de ensino. Curitiba, 1971/75. p.255.
- 128 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.258.
- 129 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.258.
- 130 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.265.
- 131 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.288.
- 132 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.307.
- 133 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.70.
- 134 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.81.
- 135 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política nacional integrada de educação. Brasília, 1975/79. p.45-9.
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano setorial de educação e cultura. Brasília, 1975/79. p.35-8.
- 136 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. II Plano, p.35-42.
- 137 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. II Plano, p.43-44.
- 138 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea, p.634.
- 139 PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 23/78 - Comissão de Planejamento. Faculta à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura a adoção de mecanismos específicos de implantação da Lei 5.692/71 - Ensino de 1º grau em distritos e zona rural. Relatora Celina Aparecida Barbosa de Moura. Critéria, Curitiba (27):284-7, 1981.
- 140 ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. A história que, ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. Extensão rural.

- 141 BRASIL. Senado Federal. III Plano nacional de desenvolvimento 1980-1985. Brasília, 1980. p.14.
- 142 PEREIRA, Roberval Eloy. Nossas escolas, na zona rural, têm muito pouco a oferecer às crianças. Curitiba, Shopping-Diálogo, 1980. p.3. ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO MUNICIPAL, 3., Belo Horizonte, 1977. III Encontro... Curitiba, Secretaria da Educação e Cultura, 1980. p.7-8.
- 143 DECONTO, Vilson & STOLTZE, Carlos de Carlos. Formação de uma estratégia governamental. 2.ed. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1982. p.vii.
- 144 DECONTO, p.31-43.
- 145 PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Ensino de 1º Grau. Plano de implantação da Lei 5.692/71. Ensino de 1º grau. Zona rural. Curitiba, 1980. p.57.
- 146 PRÓ-RURAL. Pró-rural metas - 1º grau. Curitiba, s.d. Mimeografado. 15 p.
- 147 PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Relatório da 1ª Reunião do Projeto Estudos para Planejamento e Desenvolvimento de Currículo Adequado ao Meio Rural. Curitiba, s.d. 3 p. Mimeografado.
- 148 ALFABETIZAÇÃO: um problema interdisciplinar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (2):5-6, nov.1971.
- 149 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Programa de Ações Sócio Educativas e Culturais para Populações Carentes Urbanas e Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural. Curitiba, 1983. 13 p.
- 150 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Políticas SEED-Paraná: fundamentos e explicitação. Curitiba, 1984. p.6.
- 151 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Proposta para o debate sobre o ensino básico. Curitiba, s.d. 3 p.
- 152 THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo, Cortez, 1985. p.14.
- 153 THIOLLENT, p.41.
- 154 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1984. p.100.
- 155 INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. A observação participante. Uma alternativa sociológica. s.l., 1979. 39 p. Documentos IDAC, 9. Mimeogr. BRUYNE, Paul et alii. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 2.ed. 1982. p.213 e 225.
- 156 BRANDÃO, p.83.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS OBTIDOS: RESPOSTAS FORNECIDAS PELA COMUNIDADE DURANTE A PESQUISA-AÇÃO

Os resultados obtidos durante o processo de pesquisa-ação realizada nos encontros com as comunidades rurais, foram sistematizados em três categorias de conhecimentos baseados em THIOLLENT, que nortearam as respostas evidenciadas, no período de atuação desta pesquisadora: Informações Originais Coletadas, Conhecimentos Revelados e Práticas Produzidas.

Inicialmente foi elaborada por esta pesquisadora uma série de quadros, como tentativa de um resgate do que foi realizado de 1983 a 1985 no decorrer da pesquisa-ação. Após a transcrição dos quadros, são comentados os resultados obtidos como desdobramento das respostas fornecidas pela comunidade, visando apresentar sob a forma das categorias de conhecimento referidas no parágrafo anterior, o processo vivenciado pela comunidade envolvida, que foi expresso pelo trabalho conjunto dos participantes.

Toda tentativa de síntese de um processo realizado, entretanto, corre o risco de não expressar a amplitude e a profundidade das diversas situações vivenciadas num contexto determinado, num espaço e tempo definidos.

Buscando ser o mais fiel possível à evolução dos acontecimentos no decorrer da pesquisa-ação, optou-se por registrar os

eventos numa seqüência cronológica através de uma legenda, os procedimentos mais significativos ocorridos.

Os onze quadros de Registro dos Eventos Desenvolvidos na Pesquisa-ação na Área Rural de Morretes, a seguir apresentado, traduzem o processo cumulativamente evidenciado durante o trabalho, que inspirou a definição de um programa de ação iniciado em 1983.

LEGENDA:

- Indicação dos problemas relevantes (para a comunidade) a partir de levantamento de necessidades;
- ▲ Estruturação com explicitação dos problemas;
- Estabelecimento de um Programa de Ação capaz de solucionar os problemas escolhidos (pela comunidade) como prioritários;
- ▴ Acompanhamento dos resultados da Ação por interessados dos meios de controle social;
- Síntese dos resultados obtidos;
- ◆ Recomendações para novas ações.

3.1 RESGATE DO REALIZADO DE 1982 a 1986

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1983

ETAPAS E PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
● ▲	10/12/82	Trabalho Técnico no Departamento de Educação.	Diretor do Departamento de Educação, Assessoria, Professor, Inspectoria de Ensino, grupo usuários.	Casa de Rocha Pombo, sede do Departamento de Educação, Cultura e Esporte de Morretes.	a) Caracterização da paisagem cultural e escolar de Morretes; b) Levantamento das escolas isoladas: Rio Sagrado I, Sambaqui, Taperaçu, Saquarema, Rio Sagrado II, Morro Grande, Martha, Rio dos Patos cuja clientela reivindicava melhores condições educacionais, de instalação física e de acesso viário e de transporte.
● ■	07/02/83	Encontro com a comunidade de Saquarema.	Professores, alunos, pais, pesquisadora, autoridades locais.	Escola Rural de Saquarema	a) Reunião para sondagem de objetivos, quanto aos anseios comunitários e pedagógicos; b) Documento fotográfico da situação do espaço físico da escola e suas necessidades.
● ▲	11 e 12/02/83	Festa Feira Agrícola e Artesanal.	Comunidade urbana e rural, pesquisadora e familiares.	Área urbana de Morretes.	a) Apresentação da produção regional. Concurso e premiação dos melhores produtores; b) Participação da pesquisadora e familiares: observação, sondagens de usos, costumes, interesses; reflexões sobre o contexto.
● ▲ ■	14/02/83	Encontro com a comunidade de Rio dos Patos.	Professora, alunos, pais, pesquisadora.	Escola Rural de Rio dos Patos, prédio pertencente à RFFSA.	a) Sondagem de interesses e necessidades: acesso viário, inadequação física: prédio residencial adaptado para sala de aula; segurança da clientela face à via férrea; infraestrutura pedagógica; b) Documento fotográfico da situação do espaço físico da escola.
● ▲ ■	21/02/83	Encontro com a comunidade de Taperaçu.	Professora, pais, alunos, pesquisadora.	Escola Rural de Taperaçu.	a) Levantamento de interesses: merenda escolar, reparos no forro, telhado, assoalho, portas, janelas, pintura do prédio. Condições didático-pedagógicas: Acesso viário. Recursos humanos; b) Documento fotográfico da situação do espaço físico escolar.
● ▲ ■	28/02/83	Encontro com a comunidade de Rio Sagrado I.	Professora, pais, alunos, pesquisadora.	Escola Rural Rio Sagrado I.	a) Levantamento de aspirações: 1-educacionais: prédio, merenda escolar, número de professores, espaço de recreação. 2-comunitárias: preparo para a área agro-pastoril; b) Documento fotográfico da situação do espaço físico escolar.
● ▲ ■	15/03/83	Encontro com a comunidade de Rio Sagrado II.	Professora, pais, alunos, autoridades, pesquisadora.	Escola Rural Rio Sagrado II.	a) Sondagem de interesses: 1-escola - res: prédio, espaço de recreação. Recursos Humanos. Condições pedagógicas. 2-comunitários: conhecimentos rudimentares de comércio; b) Documento fotográfico de situação do espaço físico escolar.
● ▲ ■	15/03/83	Encontro com a comunidade de Rio Sagrado II.	Professora, pais, alunos, autoridades, pesquisadora.	Escola Rural Rio Sagrado II.	a) Sondagem de interesses: 1-escola - res: prédio, espaço de recreação. Recursos Humanos. Condições pedagógicas. 2-comunitários: conhecimentos rudimentares de comércio; b) Documento fotográfico de situação do espaço físico escolar.
● ▲ ■ ●	23/03/83	Encontro com o corpo docente das Escolas Rurais visitadas.	Professora, autoridades, pesquisadora.	Escola Rural de Saquarema.	a) Condição de transporte para novas crianças: Rural Willys com um só assento; b) Proposta para implantação de microônibus. Melhoria das estradas municipais; c) Condições pedagógicas de trabalho escolar: do prédio ao material didático.
● ▲ ■	11/04/83	Encontro com a comunidade de Sambaqui.	Professoras, alunos, pais, pesquisadora, autoridades.	Escola Rural de Sambaqui.	a) Sondagem de necessidades: acesso à escola, falta de professoras, precariedade de material didático e pedagógico; elevado número de alunos para o espaço físico. Reivindicações comunitárias rurais; b) Documento fotográfico de situação do espaço físico da escola e suas necessidades.
● ▲ ■	18/04/83	Encontro com a comunidade de Morro Grande.	Professora, pais, alunos, pesquisadora.	Escola Rural de Morro Grande	a) Levantamento de interesses: segurança face à rodovia defronte a escola; b) Documento fotográfico da situação do espaço físico da escola.
● ▲ ■	25/04/83	Encontro com a comunidade de Martha.	Professora, pais, alunos, pesquisadora, autoridades.	Escola Rural de Martha.	a) Sondagem de necessidades: 1 - escolares: prédio, espaço psicológico e pedagógico. 2 - comunitários: preparo agropastoril e religioso. b) Documento fotográfico da situação do espaço físico da escola e suas necessidades.

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1983

ETAPAS DE PROCLDIEMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
● ▲ ▲ ▲	04/05/83	Encontro com o corpo docente das Escolas Rurais visitadas.	Professoras, autoridades, pesquisadora.	Escola Rural de Martha	a) Debates sobre as condições das escolas rurais. Levantamento de sugestões. b) Debate sobre reivindicações das comunidades rurais da clientela das oito escolas. c) Análise do transporte e vias de acesso às escolas.
● ▲ ● ▲	11/05/83	Entrevista com o historiador e geneólogo Augusto Kuback	Entrevistado e pesquisadora.	Chácara de sua propriedade em Nova América.	a) Levantamento e localização das áreas rurais de Morretes pesquisadas. b) Origens culturais e étnicas das áreas rurais em questão.
● ● ▲ ■	18/05/83	Encontro com a professora Helmosa Salomão Richter do PRODIARTE.	Entrevistada e pesquisadora.	Sua residência na área urbana de Morretes.	a) Usos e costumes das regiões em questão-estudos, levantamentos; b) Alimentação e Folclore das mesmas; c) Proposta do resgate da cultura regional (junto à EDBCP já em projeto).
● ▲ ● ▲ ■ ◆	25/05/83	Reunião com diretor do Departamento de Ensino Prof. Alair Silvério.	Diretor e pesquisadora.	Departamento de Educação e Cultura e Esportes Casa de Rocha Pombo, Morretes	a) Apresentação de dados coletados nas entrevistas realizadas e nos primeiros levantamentos. Confrontos; b) Estudo da documentação existente na Biblioteca Municipal junto ao Departamento de Educação de Morretes (casa Rocha Pombo); c) Planejamento para tomada de decisão na EDBCP.
● ■ ● ▲ ■	14/06/83	Seminário das comunidades rurais da clientela da futura EDBCP, autoridades, professoras, pesquisadora.	Comunidades rurais da clientela da futura EDBCP, autoridades, professoras, pesquisadora.	Residência de um dos líderes comunitários Sr. Osni David Fraga.	a) Oferecimento pelo Sr. Osni David Fraga de terreno em sua propriedade, para construção de um Templo Religioso, em frente à Escola de Martha; b) Proposta de estudo sobre tendências religiosas na região; c) Discussão sobre aspectos relevantes do projeto EDBCP: Nutrição para preparo do espaço físico da escola em planejamento. Melhoria da merenda escolar. Campanha do agasalho.
▲ ■ ▲ ■ ▲ ■	25/06/83	Festa Junina com participação da comunidade, na área da EDBCP.	Comunicações rurais, urbana, professores, alunos, convidados, pesquisadora e seus familiares.	Escola Rural de Martha.	a) Danças regionais (Fandango, Pau-de-fita); alimentação típica regional (Barreado) e junina; b) Leilão de prendas doadas pela comunidade; quermesse; c) Renda em benefício de melhorias nas escolas e sua clientela. Avaliação dos resultados.
● ▲ ■	05/07/83	Assinatura Solene do Decreto Lei Municipal de Criação da EDBCP nº 797/83 de 05/07/83.	Comunidade rural e urbana do município de Morretes, pesquisadora, familiares.	Martha	a) Parte solene: Hino Nacional, Hino de Morretes e leitura do Decreto-Lei nº 797/83 do Ilmo. Sr. Prefeito Municipal Orlando Conforto. b) Festividades da área escolar com participação, também, de outras comunidades rurais.
■ ■	03,04 e 05/08/83	Nutrição comunitária. Início de obras.	Comunidade rural, futura clientela da EDBCP, outros envolvidos no Projeto.	Área da construção da escola EDBCP.	a) Limpeza, capinação da área pertencente à escola; b) Soergimento da cerca de proteção da área pertencente à EDBCP. c) Canalização pelos pais, de água do morro, por canaletas de madeira e barbu.
● ▲ ■ ■ ▲ ◆ ● ▲ ■ ◆	11/08/83	Congregação de professores, Diretora, Assessoria do Departamento de Educação com a pesquisadora.	Professoras, Diretora, Assessoras, Inspectora, pesquisadora.	Casa de Rocha Pombo, Departamento de Educação, Cultura e Esporte.	a) Trabalho de equipe para alteração na grade curricular; b) Preparo do pessoal atuante nas escolas rurais, absorvidas pela EDBCP- Reflexões. Deliberações; c) Planejamentos, delineamentos curriculares.
● ▲ ■ ● ▲ ■ ● ▲ ■	25/08/83	Reunião comunitária Rural e Técnica.	Comunidade rural, autoridades, professores, pesquisadora.	Martha	a) Criação da Associação de Pais e Mestres; b) Centros de Socialização e Assistência Médica e Odontológica, na área de ação; c) Postos de Polícia Militar.
● ▲ ■ ● ▲ ■ ◆	02/09/83	Reunião Técnico-Administrativa.	Corpo Docente, autoridades, líderes comunitários e pesquisadora.	Prefeitura de Morretes	a) Organização de um núcleo de capacitação e assessoramento junto a organismos de apoio externo: FUNDEFAR, ACARPA, PRO-RURAL, PRO-MUNICÍPIO, PRODIARTE, COPEL, SANLIPAR, TELEPAR. Eleição; b) Delineamento de linhas acionais dirâmicas.

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIMENTOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1983/1984

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
	08/09/83	Festa Religiosa de N.Sra. do Porto dos Três Morretes, na área urbana.	Comunidade urbana e rural de Morretes, pesquisadora e familiares.	Centros urbanos de Morretes.	a) Atividades próprias ao acontecimento: Missa, quermesse, churrascada, barreado, doces e bebidas regionais; b) Participação do evento pela pesquisadora e familiares: observação, questionamento, reflexão sobre o contexto; c) Planejamento de Aciso nas comunidades em estudo.
	22/09/83	Reunião avaliativa.	Comunidade rural, família da EDBCP, autoridades, pesquisadora.	Martha	a) Avaliação dos primeiros eventos a nível administrativo; b) Avaliação pela comunidade dos primeiros eventos.
	01 e 05/10/83	Congregação de professores, Prefeito, Diretor do Departamento de Educação, pesquisadora.	Professoras, autoridades, pesquisadora.	Martha	a) Elaboração de proposta curricular adequada. Coordenação pela pesquisadora; b) Grupo de avaliação e acompanhamento. Eleição de seus membros.
	12 e 19/10/83	Reunião Pedagógica.	Professoras, Diretora, pesquisadora.	Escola Rural de Martha	a) Levantamento de problemas educacionais e possíveis soluções; b) Projeto de trabalho conjunto para 1984; c) Proposta de formas no trabalho a nível docente, discente e comunitário; d) Terna da pesquisadora: <u>Desenvolvimento Escolar das Zonas Rurais Brasileiras: Uma experiência pessoal</u> (Base da Temática: visita a outros Estados).
	31/10/83	Festa do 250º aniversário do Município de Morretes.	Comunidades urbana e rurais, convidados, pesquisadora, familiares.	Área urbana de Morretes.	a) Desfiles, Solenidades Cívicas, Religiosas, Culturais e Sociais (bailes); b) Participação do evento pela pesquisadora e familiares: observação, avaliação e reflexão.
	03 e 17/11/83	Reunião avaliativa dos eventos. Visita às obras da escola.	Comunidade rural, autoridades, professoras, pesquisadora.	Martha.	a) Avaliação e tomadas de decisões quanto a eventos em andamento; b) Providências quanto a aspectos negativos; falta de atendimento a aspectos relevantes detectados; c) Convocação de novos membros nas comissões de capacitação e assessoramento para apoio externo.
	24/11/83	Seminário	Comunidade rural, autoridades, professoras, pesquisadora.	Martha.	a) Convocação de matrícula pré-matriculação escolar; b) Convocação de matrícula pré-conservação da limpeza na área escolar; c) Possibilidade da construção de um Templo Religioso Eclético.
	De 01 a 15/12/83	Matrícula escolar-1984.	Professoras, Diretora, pesquisadora, membros comunitários.	Área de todas as unidades escolares rurais em pesquisa.	a) Registro da matrícula à clientela FNDPC.
	11/01/84	Entrevista com a Profª Maria Julietta Calazans.	Entrevistada e pesquisadora.	IESAE - Rio de Janeiro.	a) Entrevista com a expert em áreas rurais, em discussão de prioridades.
	De 01 a 10/02/84	1 - Confirmação de matrículas; Efetivação de novas. 2 - Retomada de eventos pedagógicos.	Professoras, pesquisadora, comunidade rural.	Martha.	a) Matrículas e rematrículas. Povoamento para trabalho paralelo; b) Seminário pedagógico: levantamento de temas e propostas para estudos e debates.
	04/02 e 09/02/84	Reunião I e II: Resgate de eventos Técnicos Administrativos e Comunitários.	Professoras, autoridades, pais, pesquisadora.	Martha.	a) Avaliação da jornada educacional e social nas áreas em estudo; b) Esclarecimentos sobre o funcionamento da EDBCP. Sugestões levantadas; c) Implantação de Postos de Assistência Social e Saúde nas zonas rurais de Morretes; d) Implantação de Módulos Policiais ativos na zona rural de Morretes (segurança).

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1984

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
	11 e 12/02/84	Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes.	Comunidades urbana e rurais, professoras, pais de alunos, representantes das Secretarias de Estado, convidados, pesquisadora e familiares.	Área urbana de Morretes.	<p>a) Apresentação de artesanato e produtos oriundos das pequenas fábricas de fundo de quintal, instaladas nas áreas agrícolas;</p> <p>b) Premiação: 1 - para xaropes e vinhos cítricos produzidos na região; 2 - para produtores horti-granjeiros, de banana e de melado melhor produzidos;</p> <p>c) Exposição e venda de produtos horti-granjeiros e alimentícios;</p> <p>d) Participação da pesquisadora e seus familiares. Observação. Análise. Reflexão. Questionamento. Coleta de dados.</p>
	18/02/84	Encontro de Catequese.	Professoras, Padre, irmã Superiora do Educandário São Antônio, Secretária da Inspeção Estadual de Ensino, comunidade, pesquisadora.	Martha.	<p>a) Planos de Religião a serem desenvolvidos na escola e área rural em questão;</p> <p>b) Propostas de inclusão da disciplina religião, na grade curricular da escola, opcional aos alunos.</p>
	25/02/84	Reunião Pedagógica.	Diretora, professores, pesquisadora.	Martha.	<p>a) Discussão sobre a problemática de integração da clientela oriunda de outras zonas rurais e da EDBCP;</p> <p>b) Tema da pesquisadora: <u>Recreação orientada, fator de interação sócio-social nos primeiros idades;</u></p> <p>c) Pronosta para debate do tema: Problema de Interação Social do aluno em sala de aula;</p> <p>d) Consenso e avaliação grupal.</p>
	10/03/84	Reunião da APP.	Pais, professoras, Diretora, pesquisadora.	Martha.	<p>a) Formação da Associação de Pais e Mestres; escolha da Diretoria; objetivos; elaboração de Estatuto;</p> <p>b) Tema da pesquisadora: <u>Interação dos pais na Educação Integral das crianças;</u></p> <p>c) Avaliação da receptividade dos pais do proposto no tema (pelas professoras); perfis dos pais (pelas professoras).</p>
	14/03/84	Visita às comunidades rurais da clientela EDBCP, utilizando o micro-ônibus da escola.	Pesquisadora, atendente do ônibus, alunos.	Áreas rurais das comunidades da clientela EDBCP.	<p>a) Reconhecimento do trajeto percorrido pelo ônibus;</p> <p>b) Segurança do embarque e desembarque das crianças no veículo;</p> <p>c) Cronometragem do tempo dispendido para o recolhimento das crianças no ônibus;</p> <p>d) Comportamento no ambiente do ônibus (interação social). Tomada de decisão após avaliação.</p>
	24/03/84	Reunião pedagógica da EDBCP.	Diretora, professoras e pesquisadora.	Martha.	<p>a) Assuntos pedagógicos gerais; diretrizes de ação;</p> <p>b) Tema em discussão: <u>O problema da interação social do aluno em sala de aula;</u></p> <p>c) Tema da pesquisadora: <u>Alimentação da criança e sua influência no desenvolvimento infantil: formas de obtenção de recursos para a merenda escolar;</u></p>
	29/03/84	Encontro com as comunidades rurais da clientela EDBCP.	Comunidades, autoridades, professoras, pesquisadora.	Martha.	<p>a) Autorização pela Secretaria de Educação e da Cultura para funcionamento parcial a título precário, de 9 turmas de 1ª a 4ª série do 1º grau, nas dependências da nova escola em construção;</p> <p>b) Improvisação do espaço físico;</p> <p>c) Observação e depoimentos sobre os efeitos dos eventos Avaliação pelos participantes.</p>
	02/04/84	Assinatura do Decreto do Prefeito de Morretes que concede à pesquisadora desenvolver trabalho de campo sem ônus para o Município, na EDBCP.	Prefeito, assessor Jurídico da Prefeitura, Diretor do Departamento de Educação e pesquisadora	Prefeitura Municipal de Morretes.	<p>a) Pronosta de uma linha de trabalho de comprometimento com aquela realidade cultural sócio-educativa;</p> <p>b) Proposta de subsídios ao planejamento de currículo, ao término da realização da pesquisa.</p> <p>c) Implantação da idéia das Portas Escolares, com apoio técnico da ACARPA.</p>

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1984

ETAPA DOS PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
	07/04/84	Reunião pedagógica.	Diretora, professores, pesquisadora.	EDBCP.	a) Planejamento didático pedagógico; b) Tema da pesquisadora: <u>O Livro didático</u> ; c) Doação pela pesquisadora dos primeiros 200 exemplares de livros para a Biblioteca da escola (Matemática, Português, História, Geografia, OSPB, Inglês); d) Demonstração junto às professoras da montagem do livro didático nas próprias classes e séries a partir do resgate dos valores da cultura local.
	10/04/84	Entrevista com uma das professoras das antigas escolas rurais.	Professora Dinalva Storache.	Residência da mesma.	a) Situação da antiga escola e da EDBCP: problemas percebidos pela profissional.
	17/04/84	Inauguração do prédio escolar da EDBCP e suas instalações.	Autoridades Estaduais, Municipais, Eclesiásticas, Militares, professoras, comunidades rurais e urbanas, pesquisadora.	EDBCP na Martha.	a) Hino Nacional e de Morretes. Bênçãos das instalações. Descerramento de placas. Festa Polciorica; b) Confraternização entre as comunidades urbanas e rurais, através de seus líderes comunitários; c) Churrascada.
	02/05/84	Reunião comunitária.	Autoridades locais e regionais. Comunidade rural, corpo docente, discente, pesquisadora, convidados.	EDBCP.	a) Apresentação do Dia filto da ONU - A enrenagem para o melhor (Propósitos e Estrutura de Assistência Técnica das Nações Unidas). Objetivo: apresentar organismos que podem servir de apoio ao trabalho do homem do campo; b) Avaliação quanto aos objetivos propostos e aos já atingidos até aquela data. Recomendações para ações futuras. c) Pronosta pela pesquisadora de Painel representativo dos eventos oriundos do trabalho comunitário.
	16/05/84	Visita avaliativa do trabalho da escola frente à comunidade, por excoerts e especialistas em Educação e Pesquisas.	Proficeto, Diretor do Depto de Educação, Membros comunitários, Representantes da Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Paraná, corpo docente, discente, pesquisadora.	EDBCP	a) Apresentação da escola: infraestrutura escolar física, pscológica e pedagógica; corpo docente e docente; b) Apresentação dos objetivos propostos pela ação de unificação das escolas e transformação da mesma, em fulcro comunitário; c) Entrevistas com líderes comunitários, professoras e alunos da EDBCP, pela representante da FGV; d) Documentação fotográfica do evento; e) Almoço comemorativo.
	25 e 26/05/84	Visita à D. Brasília e Sr. João, artesãos da área Rio Sagrado II e de Morro Grande.	Pesquisadora, artesão, alunos.	Rio Sagrado II e Morro Grande.	a) Observação do Artesanato desenvolvido pelos esocialistas; solicitação do entrosamento dos alunos da EDBCP com os mesmos, no sentido de ensino e aprendizagem de habilidades artesanais; b) Proposta de atividade conjunta dos mesmos, com a escola e com D. Helmosa S. Richter; c) Avaliação com professores e Diretora do estabelecimento, quanto às atividades desenvolvidas
	02/06/84	Festa da APP. Objetivo encortinamento da EDBCP pela incidência de sol sobre as carteiras.	Comunidades rurais e urbana de Morretes, autoridades, pesquisadora e familiares, convidados.	EDBCP.	a) Bingo, leilão, churrascada, pescaria, baile; b) Exposição de Artesanato elaborado pelos alunos da EDBCP. Acompanhamento. Questionamento; c) Participação da pesquisadora e seus familiares: observação; reflexão; avaliação pela comunidade.
	16/06/84	Festa Junina.	Comunidades rurais e urbana (de Morretes e circunvizinhas) autorizadas, pesquisadora e familiares, convidados.	EDBCP.	a) Comida típica da região e junina. Sinhazinha EDBCP; b) Leilão. Prendas de Artesanatos de produtos agrícolas da região; c) Primeiros contatos com as famílias, para investigação sobre produto animal e agricultura desenvolvidos.

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1984

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
	29 e 30/06/84	1 - Reunião Comunitária 2 - Reunião Pedagógica da EDBCP.	1 - Comunidade rural, autoridades, corpo docente, pesquisadora. 2 - Corpo docente, Diretora, pesquisadora.	1 - Residência do Sr. Osni David Traça. 2 - EDBCP.	1-a) Proposta pela comunidade trabalho de nutrição, pré-reforma da casa da Escola Rural da Marra objetivando instalar ali, Creche e pré-escolar. b) Proposta pela direção da escola para trabalhos em recinto de nutrição, para desenvolvimento da horta escolar; 2-a) Primeiras sugestões da pesquisadora para preparo de atendentes de creche; b) Avaliação do trabalho semestral da EDBCP a nível pedagógico, psicológico e social.
	04/08/84	Reunião Pedagógica da EDBCP.	Inspetor Regional, Diretora, professoras e pesquisadora.	EDBCP.	a) Retomada dos eventos do 1º semestre: objetivos atingidos; avaliação; b) Tema da pesquisadora: Um fosso entre os livros e o campo (Texto extraído de Perspectiva Universitária nº 63; autor Rinaldo Miguel. Discussão do assunto; c) Notas, propostas para o 2º semestre de 1984.
	16/08/84	Reunião Comunitária em Rio dos Patos.	Pesquisadora, famílias da clientela EDBCP de Morro Grande, Rio dos Patos, Rio Sagrado I e Rio Sagrado II.	Residência de D. Cleusa.	a) Apresentação do Diálogo da ONU: Um plano para a paz (BLUEPRINT FOR PEACE). Objetivo: enfatizar a importância da vida no campo; b) Sondagem de produção agro-pastoril de subsistência e tipos de habitações na região; c) Verificação das vias de acesso àquelas regiões. Avaliação.
	28/08/84	Entrevista com a Equipe responsável pela área rural no Paraná.	Equipe de Área Rural e pesquisadora.	FUNDEPAR.	a) Contato com o trabalho daquela equipe junto às áreas rurais. Significância de elementos constitutivos do currículo. b) Localização e reconhecimento da situação da EDBCP.
	I) 03, 04 e 06/09/84 II) 07/09/84	Comemorações Cívicas da Semana da Pátria.	Comunidade: rural e urbana, autoridades, corpo docente e discente, pesquisadora e familiares.	EDBCP e área urbana de Morretes.	I.a) hasteamento das Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal; b) Hinos Pátrios: Nacional e Municipal; c) Textos alusivos à data; II.d) Desfile cívico. Apresentação de Grupos Folclóricos. Reflexão e Avaliação.
	08/09/84	Festa religiosa de Nossa Senhora do Porto dos Três Morretes, na área urbana.	Comunidade rural e urbana, autoridades, convidados, pesquisadora e familiares.	Centro urbano de Morretes.	a) Atividade pré-órias ao acontecimento: missa, quermesse, churrascada, barreado, doces e bebidas regionais; b) Participação do evento pela pesquisadora e familiares. Questionamentos. Avaliação.
	06/10/84	Reunião Pedagógica.	Diretora, professoras, pesquisadora.	EDBCP.	a) Apresentação de problemas pedagógicos na EDBCP. Alternativas de solução pelos docentes e pesquisadora; b) Pela pesquisadora: Análise da necessidade de continuidade na seriação escolar e de novas propostas curriculares; c) Importância da restauração das velhas escolas rurais, transformando-as em pré-escolas para atendimento das crianças com faixa etária inferior a 7 anos de idade. Proposta de ação; d) Tema da pesquisadora: Atendimento da criança deficiente em classes especiais. Avaliação do trabalho desta classe.
	16/10/84	1º Seminário de Currículo para Escolas Rurais no litoral do Paraná.	Professores de toda região litorânea, Prefeitos, Acadêmicos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá (FUNFAFI).	Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá.	Temas: a) Currículo das Escolas Rurais e suas implicações Psicosociais (pela pesquisadora); b) Hortas escolares: Rubens Hegenheitman (Engenheiro Agrônomo da ACARPA); c) Técnica Social nas Escolas Rurais: Ivete Costa Azeredo (Serviço Social e Bem-Estar da ACARPA).

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIMENTOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1984

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
	23/10/84	Reunião Comunitária em Sambaqui	Famílias da clientela EDBCP do Sambaqui, Saquarema, Martha, Tapereçu e pesquisadora.	Sambaqui. Residência próxima à Antena de Comunicação por Micro-onda.	a) Apresentação do Diáfilme da ONU: <u>Um plano para a paz (BLUEPRINT FOR PEACE)</u> . Objetivo: enfatizar a importância da vida no campo; b) Sondagem da produção agro-pastoril de subsistência e tipos de habitações na região; c) Verificação das vias de acesso àquelas regiões. Avaliação.
	07/10 a 04/11/84	Festas do 25º Aniversário de Morretes.	Comunidades urbana e rurais, autoridades, convidados, pesquisadora e familiares.	Centro urbano de Morretes.	a) Desfile das Escolas Rurais de Morretes. Carros alegóricos. Pastelamento de Bandeiras. Mimos Pútrios; b) Inauguração do Centro Social Rural de Morretes; c) Inauguração do mercado da PRO-MORRETES. Avaliação; d) Exposição de produtos agro-pastoris e artesanais. Reflexão sobre o contexto. Avaliação.
	12/11/84 e 26/11/84	Feira-mutirão da EDBCP.	Comunidades rurais e urbana, corpo docente, discente, pesquisadora e familiares.	Centro urbano de Morretes.	a) Mutirão de ofertas de verduras, frutas, legumes, produtos regionais (sucos, conservas, vinhos, bebidas em geral) angariadas pelas professoras, usando o micro-ônibus da escola; b) Montagem na área urbana de Feira-Livre de venda de produtos hortigranjeiros e das pequenas indústrias caseiras; c) Desenvolvimento da Feira pelos membros da comunidade escolar e pesquisadora; d) Aplicação da renda em benefício da Merenda Escolar dos alunos da EDBCP e melhoria das condições internas da escola.
	28/11/84	Trabalho de campo: <u>Um Currículo Escolar Rural.</u>	Alunos dos cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis e Ciências de 1º grau da FUNFAPI de Paranaíba, professores, corpo discente, pesquisadora.	EDBCP.	a) Reconhecimento <i>in loco</i> da infraestrutura básica do espaço físico escolar e demais variáveis sócio-culturais intervinientes (passíveis de análise) como significativas na elaboração do Currículo da Escola (coordenação da pesquisadora); b) Apresentação pela pesquisadora das bases do projeto; c) Entrevistas com líderes comunitários pelos participantes do evento; d) Síntese do encontro pelos professores Odilêia Pedroni e Brasília R.C. Pereira da FUNFAPI de Paranaíba; e) Entrega de Certificados pelos Srs. Prefeito e Diretor do Deptº de Educação Cultura e Esporte, aos participantes.
	29/11/84	Seminário: <u>Empresa de Transportes da Atualidade e seu Caráter de Organismo Coletivo Urbano e Rural.</u>	Pesquisadora, empresários, membros da comunidade morretense e curitibana, Dr. Amílcar W. Silva.	Empresa Graciosa; Curitiba.	a) Tema da pesquisadora: <u>Segmentos dos Transportes e Mercado de Trabalho no Processo de Atualização do Módulo de Escola Rural</u> ; b) Tema pelo Dr. Amílcar W. Silva: <u>Segurança no Transporte Escolar Rural</u> ; c) Certificado aos participantes do evento, pela Empresa Graciosa de Transporte em Ônibus. Observação. Reflexão. Avaliação.
	03/12/84	Entrevista com a Profª Clésia Gonçalves dos Reis (da EAV).	Entrevistada, pesquisadora.	Escola Altiro Vieira, Beira Córrego, MG.	a) Contato com a realidade daquela escola rural; variáveis intervinientes no processo curricular; análise. Avaliação.
	13/12/84	Reunião Técnica-Pedagógica.	Pesquisadora, professoras, Diretora, Prefeito e assessoria.	EDBCP.	a) Apresentação do projeto de construção do novo módulo na área EDBCP; b) Elaboração de Plano para trabalho de campo em 1985. A pesquisadora: levantamento da situação agro-pastoril e condições habitacionais dos alunos. Sondagem de aspirações, interesses, necessidades comunitárias; c) Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem na EDBCP. Projeto de grade curricular para 1985.

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1984/1985

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
	14/12/84	Festa de encerramento-Corpo discente.	Alunos, professoras, Diretora, pesquisadora.	EDBCP.	a) Lanche de despedida. Brincadeiras. Danças. Distribuição de docas.
	15/12/84	Encerramento do ano letivo.	Professoras, funcionários da EDBCP e pesquisadora.	EDBCP.	a) Festa de despedida. Amigo Secreto. Lanche comemorativo. Observação. Questionamentos. Avaliação (peça pesquisadora).
	07/01/85	Entrevista com o Prof. Mário Zulliano, idealizador do Projeto Escola Família do Espírito Santo (EFA).	Entrevistado e pesquisadora.	Residência do entrevistado.	a) Conhecimento da realidade EFA e estabelecimento de estudo cororado de realidade rural: variáveis, linhas de ação; b) Troca de experiência. Sugestões. Levantamento de dificuldades e possibilidades.
	08/01/85	Entrevista com o Padre Benjamim da Ordem Jesuítica, dirigente da EFA.	Entrevistado e pesquisadora.	Pátio interno do Convento de Anchieta.	a) Troca de experiência entre o trabalho desenvolvido pelo facilitador do trabalho da EFA e da pesquisadora; b) Sugestões; pontos comuns. Avaliação.
	01/02/85	Resolução nº 481/85 autoriza funcionamento na EDBCP de 5ª a 8ª série, de modo gradativo.	Autoridades, comunidades rurais, corpo docente, pesquisadora.	EDBCP.	a) Participação à comunidade da continuidade de seriação. Abertura de matrículas para as 5ªs séries do 1º grau.
	De 04 a 08/02/85	a) Matrículas b) Retomada de eventos pedagógicos.	Professoras, Diretora, pesquisadora, comunidade rural.	EDBCP.	a) Matrícula e rematrículas. Revezamento para trabalho paralelo em: b) Seminário Pedagógico: levantamento de temas para estudos e discussão. Modelos de escolas rurais e comunitárias (jornais, revistas), trazidos pelas professoras.
	De 11 a 15/02/85	Discussão de práticas escolares.	Diretora, professoras, pesquisadora.	EDBCP.	a) Reavaliação de práticas pedagógicas e eventos do processo; b) Tema pela pesquisadora: PEDAGOGIA DE FREEMET (livre expressão, atividades, comunicação, informação, organização de trabalho. Motivação); c) Considerações básicas sobre a produção para leitura e escrita.
	21/02/85	Início do período letivo.	Comunidade rural, clientela EDBCP, corpo docente, pesquisadora.	EDBCP.	a) Disposição de ensalamentos; b) Trabalho de reconposição dahorta-escolar, desfeita para construção do aumento do espaço físico EDBCP; c) Adequação de novos espaços; desenvolvimento das atividades das 5ªs séries do 1º grau.
	09/03/85	Reunião Pedagógica.	Diretora, professoras, pesquisadora.	EDBCP.	a) Avaliação de problemas educativos. Medidas corretivas prováveis; b) Tema da pesquisadora: PRÁTICA DIDÁTICA E REALIDADE; INF. EDUCACIONAL; RESPONSABILIDADE NA PRÁTICA EDUCACIONAL; c) Delimitamento de ações na prática educacional.
	16/03/85	Reunião Técnico-Administrativa e Pedagógica.	Prefeito, Diretor do Deptº de Educação, pais dos alunos, professoras, pesquisadora, comunidades rurais.	EDBCP.	a) Avaliação das atividades educacionais. Retomada de dúvidas surgidas na Reunião Pedagógica anterior; b) Apresentação da nova Diretora; c) Proposta de linhas de trabalho, pela Diretora nomeada; d) Avaliação das atividades desenvolvidas pelos Postos de Saúde e Módulos Policiais das áreas rurais. Sugestões.
	De 18/03 a 21/03/85	Levantamento da comunidade rural de Sambaqui.	Pesquisadora, comunidade rural.	Residência da área rural de Sambaqui.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP, objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, sondagem de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar, vacinas; ed. sanitária: poluição, poço, esgoto, outros.

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1985

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	De 25/03 a 28/03/85	Levantamento da comunidade rural de Saquarema.	Pesquisadora, comunidade rural.	Residência da área rural de Saquarema.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, sondagem de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, poço, esgoto, outros.
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	De 01/04 a 04/04/85	Levantamento da comunidade rural de Rio Sagrado I	Pesquisadora, comunidade rural.	Residências da área rural de Rio Sagrado I.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, sondagem de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, poço, esgoto, outros.
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	De 08/04 a 11/04/85	Levantamento da comunidade rural de Rio Sagrado II	Pesquisadora, comunidade rural.	Residências da área rural de Rio Sagrado II.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, sondagem de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, poço, esgoto, outros.
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	De 15/04 a 18/04/85	Levantamento da comunidade rural de Rio dos Patos.	Pesquisadora, comunidade rural.	Residências da área rural de Rio dos Patos.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, sondagem de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, poço, esgoto, outros.
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	De 22/04 a 25/04/85	Levantamento da comunidade rural da Martha.	Pesquisadora, comunidade rural.	Residências da área rural da Martha.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, sondagem de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, poço, esgoto, outros.
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	26/04/85	Entrevista com o Dr. Lúcio Borges, escritor, pintor e pesquisador natural de Morretes.	Pesquisadora, entrevistado.	Residência do entrevistado, Curitiba.	a) Investigação junto ao ex-aluno de uma das Escolas Rurais isoladas de Morretes: de sua opinião quanto à instituição que o educara; sistema educacional de uma época e o atual; b) Avaliação (Reflexão, Análise, Questionamento).
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	De 27/04 a 05/05/85	Festa-feira Agrícola e Artesanal de Morretes.	Comunidades urbanas e rurais, Professoras, pais dos alunos, representantes das Secretarias de Estado, convidados, pesquisadora, familiares.	Área urbana de Morretes.	a) Artesanato local e regional; produtos de pequenas fábricas de fundo de quintal, instaladas na zona agrícola; b) Exposição e venda de produtos horti-granjeiros e alimentícios de fabricação caseira. Exposição de Stands de empresa do Município; c) Premiação: para xaropes e citricos produzidos na região; para produtores de horti-granjeiros, banana e de melado considerados os melhores produzidos; d) Participação da pesquisadora e seus familiares. Observação. Reflexão. Avaliação.
● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆ ● ▲ ■ ▽ ◆	04/05/85	Reunião de Professores.	Professoras, Diretora, pesquisadora.	EDBCP.	a) Discussão das práticas escolares. Avaliação; b) Tema da pesquisadora: A relação educativa (Fundamentação: <u>La relation éducative</u> de Marcel Postic); c) Planejamento didático.

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1985

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
	16/05/85	Reunião da APP.	Pais, professoras, Diretora, pesquisadora, autoridades.	EDBCP	a) Avaliação da jornada da EDBCP; b) Planejamento das atividades futuras da APP; c) Planejamento da Feira-Nutrição do semestre.
	21/05/85	Entrevista com a Profª Niroã Zuleika Rotta Ribeiro Glaser da UFRP.	Pesquisadora e entrevistada.	Universidade Federal do Paraná. (UFRP).	a) Investigação junto à professora das atividades que desenvolve junto às comunidades de periferia (maioria migrantes da área rural) através do trabalho da UFRP; b) Levantamento de variáveis intervenientes no processo da educação da zona rural.
	03/08/85	Reunião de Professores.	Professoras, Diretora, Inspectora, pesquisadora.	EDBCP.	a) Discussão das práticas escolares. Avaliação. Dinâmica de grupo. Retomada da Pedagogia de Freinet; b) Tema da pesquisadora: Desenvolvimento Escolar das Zonas Rurais Europeias: uma experiência pessoal; c) Planejamento da reconstrução da Horta-Escolar da EDBCP.
	De 19/08 a 22/08/85	Levantamento da comunidade rural de Tapeuruçu	Pesquisadora, comunidade rural.	Residências da área rural de Tapeuruçu.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, condições de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costuras e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, poço, esgoto, outros.
	06 e 07/09/85	Comemorações Cívicas da Semana da Pátria.	Comunidades rurais, urbanas, pesquisadora, convidados.	Área urbana de Morretes.	a) Hastearamento de Bandeiras. Hinos Pátrios; b) Desfile Cívico. Apresentação de Grupos Folclóricos. Reflexão. Avaliação.
	De 09/09 a 12/09/85	Levantamento da comunidade rural de Morro Grande	Pesquisadora e comunidade rural.	Residência da área rural de Morro Grande.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, condições de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, poço, esgoto, outros.
	28/09/85	Festa da Primavera na EDBCP.	Comunidades rurais, urbanas, clientela EDBCP, corpo docente, convidados, pesquisadora, familiares.	EDBCP.	a) Quermesse; comida típica regional, jogos, brincadeiras; b) Eleição da Rainha da Primavera e Princesas dentre a clientela EDBCP; c) Plantio de árvores e flores, em comemoração ao evento.
	12/10/85	Festa do Dia da Criança.	Corpo docente, discente, Diretora, pesquisadora.	EDBCP.	a) Brincadeiras, jogos, teatro, cinema (planejado); b) Distribuição de doces e bebidas às crianças participantes. Sorteio de brindes; c) Brincadeiras, jogos, danças (atividade das crianças).
	15/10/85	Entrevista com a Profª Nilcéia de Siqueira Pedra da UFRP.	Entrevistada e pesquisadora.		a) Discussão com a expert em currículo sobre variáveis significativas na educação do meio rural; b) Investigação sobre causas de fracassos de planejamento na área rural. Avaliação.
	19 e 20/10/85	Feira-Nutrição de Produtos Agrícolas da EDBCP.	Comunidades rurais, urbana, clientela EDBCP, corpo docente, pesquisadora, familiares.	Centro urbano de Morretes.	a) Nutrição das ofertas de produtos horti-granjeiros, produtos regionais e frutas adquiridos pelas professoras, utilizando o microônibus da escola; b) Montagem de Feira livre na área urbana, para venda destes produtos; c) Desenvolvimento da feira pelos membros da comunidade escolar e pesquisadora. d) Aplicação da renda em benefício da merenda escolar dos alunos da EDBCP e melhoria das condições internas da escola.

REGISTRO DOS EVENTOS DESENVOLVIDOS NA PESQUISA-AÇÃO NA ÁREA RURAL DE MORRETES - 1985-

ETAPAS DE PROCEDIMENTOS	DATAS	EVENTOS	ELEMENTOS ENVOLVIDOS	LOCAL	SÍNTESE DE ATIVIDADES
● ▲ ■ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	25/10/85	Entrevista com as professoras Zeni Arcílio, Maria Thereza, Madre Romão e secretária Maria da Luz Stra. b.	Entrevistadas e pesquisadora.	Fundação Educacional ITAQUI (FEI).	a) Conhecimento da realidade sócio-educativa FEI; b) Alternativas de soluções para aquela realidade. Generalidades. Avaliação.
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	De 25 a 27/10/85	Festejo do 252º aniversário do Município de Morretes.	Comunidades rurais, urbana, corpo docente e discente EDBCP, autoridades, pesquisadora, pesquisadora, familiares.	Área urbana de Morretes.	a) Exposições de Esculturas, Feira de Ciências e Cultura; b) Solenidades Culturais, Religiosas e Cívicas; c) Desfiles escolares rurais e urbanos Reflexões; avaliação; d) Solenidades sociais e recreativas. Reflexões. Avaliações.
● ▲ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	26/10/85	Dia do Professor.	Corpo docente, Diretora, Diretor do Deptº de Educação, pesquisadora e familiares.	Anhaia (área rural).	a) Confraternização entre professores e familiares. Amigo Secreto; b) Brincadeiras, jogos, esportes, sorteios aos participantes.
● ▲ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	30/10/85	Curso de Alfabetização.	Corpo discente, pesquisadora, Especialistas da Secretaria de Educação.	EDBCP.	a) Curso de Alfabetização. Temas teóricos (pelos especialistas); b) Apresentação de hipóteses de trabalho pelo consenso grupal; c) Consenso conclusivo grupal especialistas (teoria) e professora (prática).
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	30/10, 01/11 e 06/11/85	Levantamento de dados das comunidades rurais (em complementação).	Pesquisadora e comunidades rurais.	Residências das áreas não pertencentes às oito comunidades rurais estudadas.	a) Entrevista com os familiares da clientela EDBCP objetivando levantar dados: produção de subsistência agrícola e pastoril, profissão dos pais, condições de aptidão dos filhos, condições habitacionais; opinião quanto à escola e suas carências; b) Orientação de costumes e hábitos para o meio: higiene infantil, do lar; vacinas; educação sanitária; poluição, lixo, esgoto, outros.
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	12/11/85	Entrevista com a Técnica da Secretaria do Interior (SEIN), SÍGRID ANDERSEN.	Entrevistada e pesquisadora.	SEIN.	a) Conhecimento do trabalho que a Socióloga coordena no litoral paranaense que envolve Morretes; b) Comparação das variáveis trabalhadadas.
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	20/11/85	Reunião Pedagógica.	Professoras, Diretora, pesquisadora.	EDBCP.	a) Discussão das práticas escolares. Avaliação. Soluções propostas; b) Horta escolar: avaliação de seu desenvolvimento e da melhoria do quadrão alimentar escolar (merenda); c) Proposta de utilização do solo para desenvolver ervas regionais: erva doce, cidreira, hortelã, artemísia; d) Discussão de sugestões no planejamento para 1986, particularmente para a 6ª série.
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	23/11/85	Passeio ao Parque Marumbú.	Professoras, Diretora, corpo discente, pesquisadora.	Nova América-Parque Marumbú.	a) Reconhecimento da fauna, flora e elementos da natureza; b) Interação social: atividades desportivas e recreativas; c) Avaliação dos eventos 1985, pelo consenso entre professores e alunos. Sugestões.
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	28/11/85	Reunião Técnico-Administrativa.	Diretora e Departamento de Educação, professoras, pesquisadora.	Casa Rocha Pombo.	a) Avaliação do desenvolvimento do trabalho na EDBCP; b) Levantamento de fatos educacionais positivos e negativos na área rural. Discussão de dados levantados. Sugestões; c) Avaliação dos eventos 1985 pelos alunos e professores. Sugestões.
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	14/12/85	Reunião Pedagógica.	Diretora, professoras, pesquisadora, membros comunitários.	EDBCP.	a) Elaboração do trabalho de campo para o 986; b) Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem na EDBCP; c) Elaboração da grade curricular para 1986 a ser submetida à Secretaria de Educação.
● ▲ ■ ■ ■ ◆	16/12/85	Matrícula para 1986.	Diretora, professoras, pesquisadora.	EDBCP.	a) Matrículas e confirmação de matrículas.
● ▲ ■ ■ ■ ◆ ● ▲ ■ ■ ■ ◆	De 01 a 15/02/86	Matrículas/1986			a) Confirmação de matrículas. Efetivação de novas; b) Comunicado da substituição da Diretora da EDBCP.

Informações Originais Coletadas

A comunidade rural trabalhada na área de Morretes, estava conscientizada da problemática da defasagem entre a escola e o meio.

O levantamento da situação das escolas isoladas revelou que para seus 306 alunos matriculados, havia uma sala de aula multi-seriada, em cada um dos oito agrupamentos rurais estudados. Os agrupamentos das escolas rurais isoladas, com dados referentes à sua caracterização, encontram-se apresentados no quadro nº 1, p.199. Dentre seus 2370 habitantes, haviam crianças sem atendimento escolar por falta de espaço físico.

Conforme as informações oferecidas pela comunidade, os prédios construídos estavam em situação precária, necessitavam de reparos em geral, como também a área que circundava as escolas.

Os problemas de natureza pedagógica, apresentavam-se relacionados à falta de professores, de acesso à escola, de material didático, de merenda escolar, de área para recreação e ausência de participação comunitária. Consultou-se as poucas fichas de matrícula e incompletos livros de chamada, visando catalogar, verificar frequência e recrutar a população para participação no processo educativo.

Objetivos, interesses, necessidades e aspirações das comunidades envolvidas, registrados nos encontros, convergiam para a criação de uma nova escola e também visavam reformulações na sistemática educacional. Requisitava-se melhoria de acesso e de segurança pessoal na caminhada às escolas, minimizando as dificuldades e o cansaço que afetava a aprendizagem.

Paralelamente levantou-se o histórico-cultural passado e

presente; entrevistou-se o historiador Augusto Kubach, a professora Helmosa Salomão Richter (PRODIARTE) e o professor Alaor Silvério, diretor do Departamento de Educação Cultura e Esportes de Morretes, detalhando-se as origens culturais e históricas, comparando-as às literaturas existentes.

Prosseguiu-se a análise naquelas regiões estudadas, sondando-se condições de vida habitacionais e sanitárias, técnicas e procedimentos utilizados para produção agro-pastoril. O aperfeiçoamento de métodos e técnicas de plantio durante encontros e Seminários, foi requisitado pela população rural, na intenção de melhorar seus produtos e suas próprias condições de padrão de vida, pelo aumento do poder aquisitivo. Também solicitou-se ajuda na melhoria de suas residências, de saúde, de higiene, dos acessos viários, na legalização de suas terras e documentos.

A grade curricular 1983 (ver quadro nº 2, p. 200) era determinado pela Secretaria de Educação, responsável também pela elaboração do manual com sugestões de conteúdos e atividades para as áreas rurais, para professores e alunos. O manual era tomado como roteiro, sem levar em consideração os elementos e recursos daquela realidade.

Dentro das Matérias, a maior dificuldade encontrada era a Língua Portuguesa, ocasionada por fatores que ocorriam:

- a) o choque entre a língua trazida do lar e a língua vernácula;
- b) a não utilização da língua vernácula de modo funcional, pelo caráter artificial da situação;
- c) o ministrar três séries, em diferentes níveis de aprendizagem, por um só professor na turma.

Os Estudos Sociais, trabalhados somente de forma teórica

nas áreas de saúde, higiene e alimentação, assim se configuravam:

- a) o aprendido era logo esquecido por falta de uso;
- b) as aulas desinteressantes, não compreendidas, por não haver integração horizontal.

Na Iniciação às Ciências:

- a) a Matemática era aceita com maior facilidade pelos alunos, por já conviverem empiricamente com os números. Contudo, necessitava ser mais concreta e objetiva;
- b) a Física e Biologia eram ensinadas de modo teórico sem comprovação prática, por falta de material e de um laboratório.

A avaliação, somativa, não permitia um melhor conhecimento do aluno pelo professor e nem um diagnóstico diário da evolução do aprendizado da criança.

Todas as matérias tinham necessidade de melhorar, no que se referia à seleção de conteúdos curriculares.

O reforço de aprendizagem, através de tarefas para casa, não podia ser considerado, pois deixavam de ser cumpridas. As causas eram encontradas na maneira deficiente com que era ministrado o ensino, falta de tempo dos alunos, desinteresse dos pais ou ainda pela necessidade de ajuda à família, em trabalhos agrícolas para manutenção do lar.

A análise do quadro de matrícula para 1984, revelou que havia um crescimento populacional de 0,65% sobre o ano de 1983, relativo aos 308 alunos matriculados, distribuídos em quatro séries do 1º grau (vide gráfico nº 1, p.201).

Observa-se que na 1ª série há quase o dobro dos alunos da 2ª série e, que, gradativamente há redução numérica para 3ªs e

4^ªs séries. Enquanto nas três primeiras séries há equilíbrio entre os alunos do sexo masculino e feminino, na 4^ª série, aqueles prevalecem em número (vide gráficos nºs 2, 3, 4, 5 págs. 202, 203, 204 e 205).

A matrícula dos alunos para o ano de 1985, efetivou-se até o mês de março. Havia 361 alunos matriculados, registrando-se um crescimento populacional escolar de 17,2% sobre o ano de 1984 (ver gráfico nº 6, p. 206). O índice de aprovação da 1^ª série 1984 para a 2^ª série 1985, foi de 81,4% (109 alunos); da 2^ª para a 3^ª série, 58,7%; da 3^ª para 4^ª série igual a 78,5%. Nas 1^ªs séries matricularam-se 101 alunos, e nas 5^ªs séries 67 alunos (vide gráficos nº 7, 8, 9, 10 e 11, págs. 207, 208, 209, 210 e 211). Considerando que entre os alunos das áreas rurais há flutuantes, dadas as condições de migração das famílias, o índice de aprovação da escola foi considerado muito bom.

Com a efetivação da 5^ª série, a EDBCP para seu funcionamento sofreu o problema do espaço físico e o relacionado à distribuição de atribuição aos professores. Trabalhou-se junto aos órgãos financiadores do Estado do Paraná e da Prefeitura de Morretes, no sentido de que construíssem um módulo na área escolar, para suprir a falta de salas de aula.

Diagnóstico das comunidades foi iniciado pela pesquisadora, relacionado à sondagem de necessidades e aspirações, com vistas à elaboração da grade curricular para 1985 e 1986. A tarefa das entrevistas às famílias se prolongou até o fim do ano em curso, bem como a determinação das variáveis significativas e o processamento da sistematização de dados. Nestes encontros, dadas as condições precárias na maioria das habitações, fragilidade de costumes e de hábitos de higiene, empreendeu-se diálogo orientador com as pessoas que receberam para entrevistas ou dela participaram.

Visitaram-se 308 famílias (82,8%); as 53 não entrevistadas, são aquelas que não foram encontradas em casa em nenhum momento ou que têm acesso domiciliar muito difícil. Registrou-se a similaridade de condições encontradas no meio, entre as oito áreas rurais estudadas e das outras que também têm alunos matriculados na EDBCP.

Objetivando conhecer metodologias de trabalho nas zonas rurais européias, a pesquisadora em sua viagem de estudos, visitou várias áreas na França, Portugal e Espanha (Observou-se as realidades). Houve constatação da importância de não se desvincular a escola do contexto onde está inserida; da impossibilidade de transmitir filosofias de trabalho de uma para outra realidade, sem considerar o meio escolar concreto, onde se realiza o ensino e a aprendizagem. Trocaram-se experiências.

Posteriormente o estudo é divulgado no litoral em reuniões da escola e discutido pelos participantes.

Especialistas entrevistados e experts brasileiros, dão sua contribuição teórica aos planos de estudos da escola, ajudando a definir sua própria filosofia educacional. Alguns dentre estes e outros não referenciados, são convidados a participar do trabalho, mas lá não permaneceram pela singularidade e pequena gratificação trazida pela proposta do mesmo.

A pesquisa de campo, procurou inicialmente caracterizar o meio de onde advém os alunos da EDBCP, preocupando-se com cinco variáveis: a origem dos estudantes, suas condições de habitação, tipos de atividades de subsistência da população em estudo nas formas: produção agrícola e produção animal desenvolvidas, profissão dos pais da clientela e aspiração vocacional dos alunos.

QUADRO 1
 LEVANTAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS ISOLADAS
 DO MUNICÍPIO DE MORRETES EM ESTUDO - 1983

NOME DA ESCOLA	ANO DA CONSTRUÇÃO	TIPO DE CONSTRUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DISTÂNCIA (km) DA SEDE MUNICIPAL	POPULAÇÃO DA LOCALIDADE	Nº DE ALUNOS	Nº DE SALAS	Nº DE PROFESSORES	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
Escola Rural de Sambaqui	1927	Madeira	Sambaqui	15,8	518 hab	110	3	3	Manhã e Tarde
Escola Rural de Tapeçu	1960	Madeira	Tapeçu	19,3	97 hab	27	1	1	Manhã
Escola Rural de Saquarema	1919	Madeira	Saquarema	22,3	335 hab	33	1	1	Manhã
Escola Rural do Rio Sagrado II	1921	Alvenaria de Tijolos	Rio Sagrado II	11,0	570 hab	28	1	1	Manhã
Escola Rural do Rio Sagrado I	1958	Madeira	Rio Sagrado I BR-277	9,5	492 hab	32	1	1	Manhã
Escola Rural de Morro Grande	1936	Alvenaria de Tijolos	Morro Grande	9,0	155 hab	37	1	1	Manhã
Escola Rural Martha	1950	Madeira	Martha BR-277 km 89	13,3	103 hab	28	1	1	Manhã
Escola Rural Rio dos Patos	1940	Madeira	Rio dos Patos km 32EF	13,0	100 hab	11	1	1	Manhã

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa.

QUADRO 2

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

ESCOLAS RURAIS MULTI-SERIADAS DO MUNICÍPIO DE MORRETES3^a I.R.E.

GRADE CURRICULAR ENSINO DE 1º GRAU DE 1 ^a À 4 ^a SÉRIES
--

ANO LETIVO DE 1983

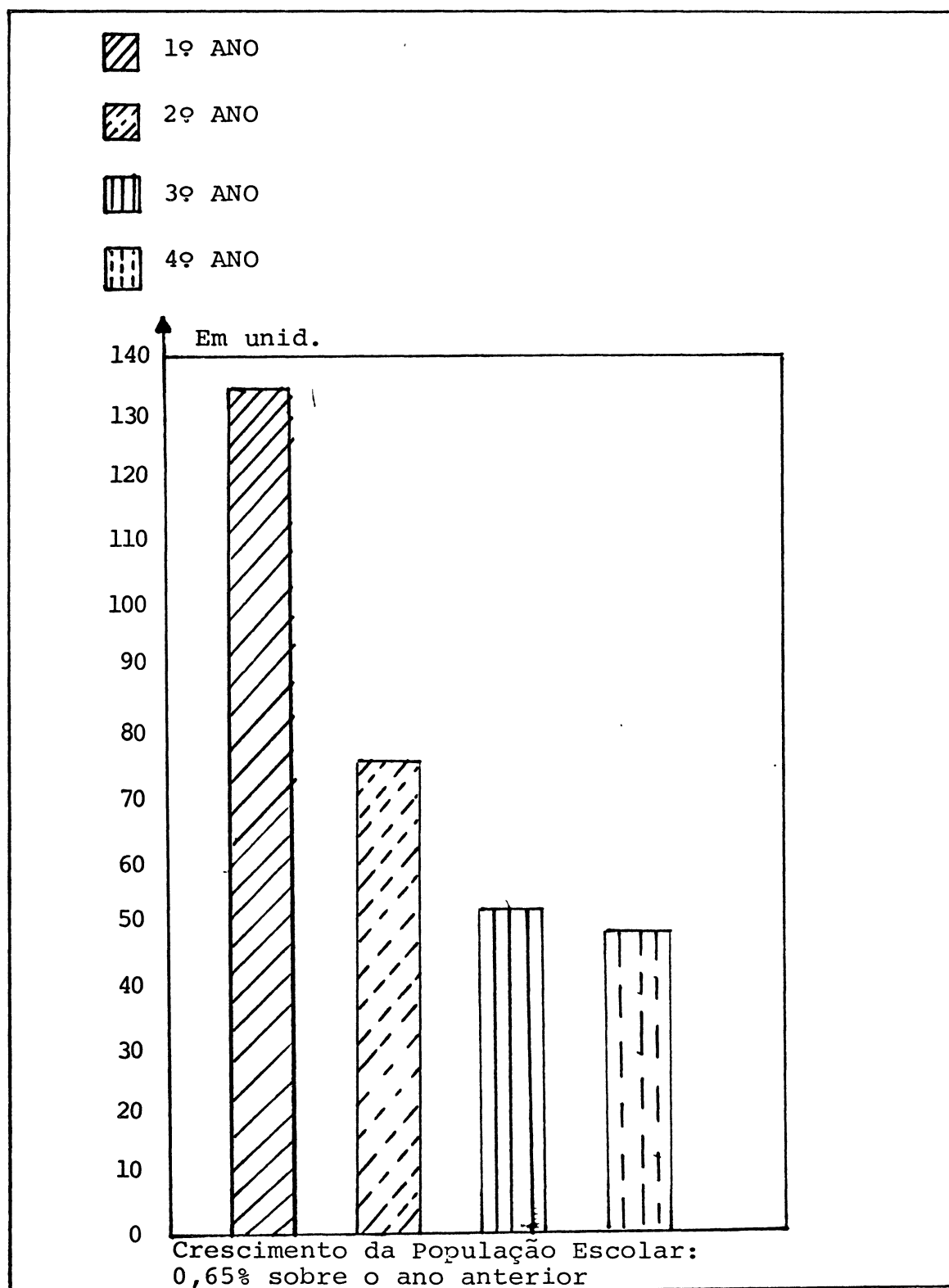
MATÉRIAS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Nº DE HORAS/AULA
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Educação Física	290
Estudos Sociais	Estudos relativos ao homem	140
Iniciação à Ciência	Estudos relativos aos números, ciências físicas e naturais	290
TOTAL		720

Notas - início do ano letivo: 1º de fevereiro
 encerramento: 23 de dezembro
 período de férias = julho, janeiro e última semana de dezembro
 nº de dias letivos: 180
 nº de horas/aula : 720

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa.

GRÁFICO 1

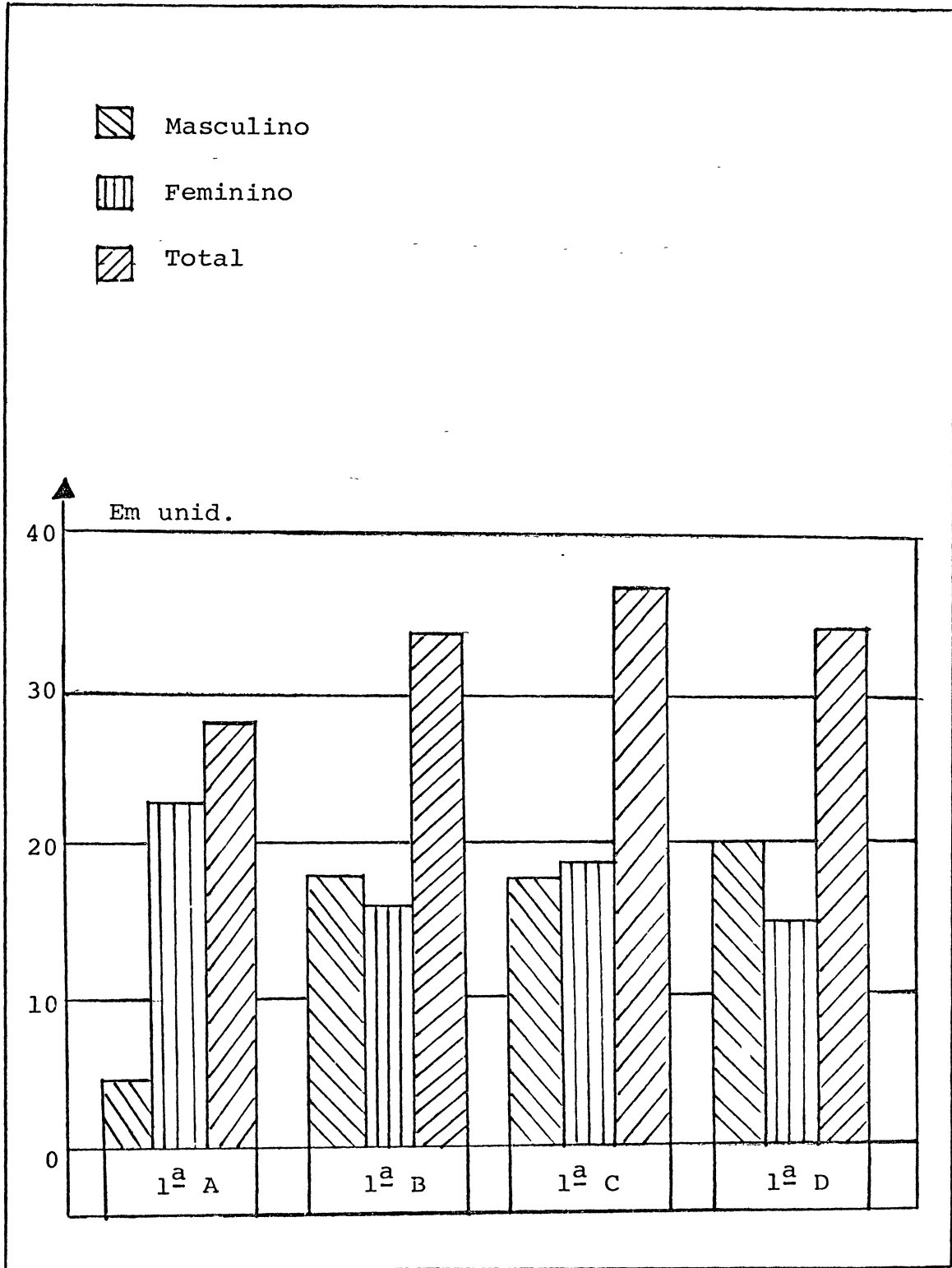
MATRÍCULA ESCOLAR EM 1984 NA EDBCP



ESCALA 1:10

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

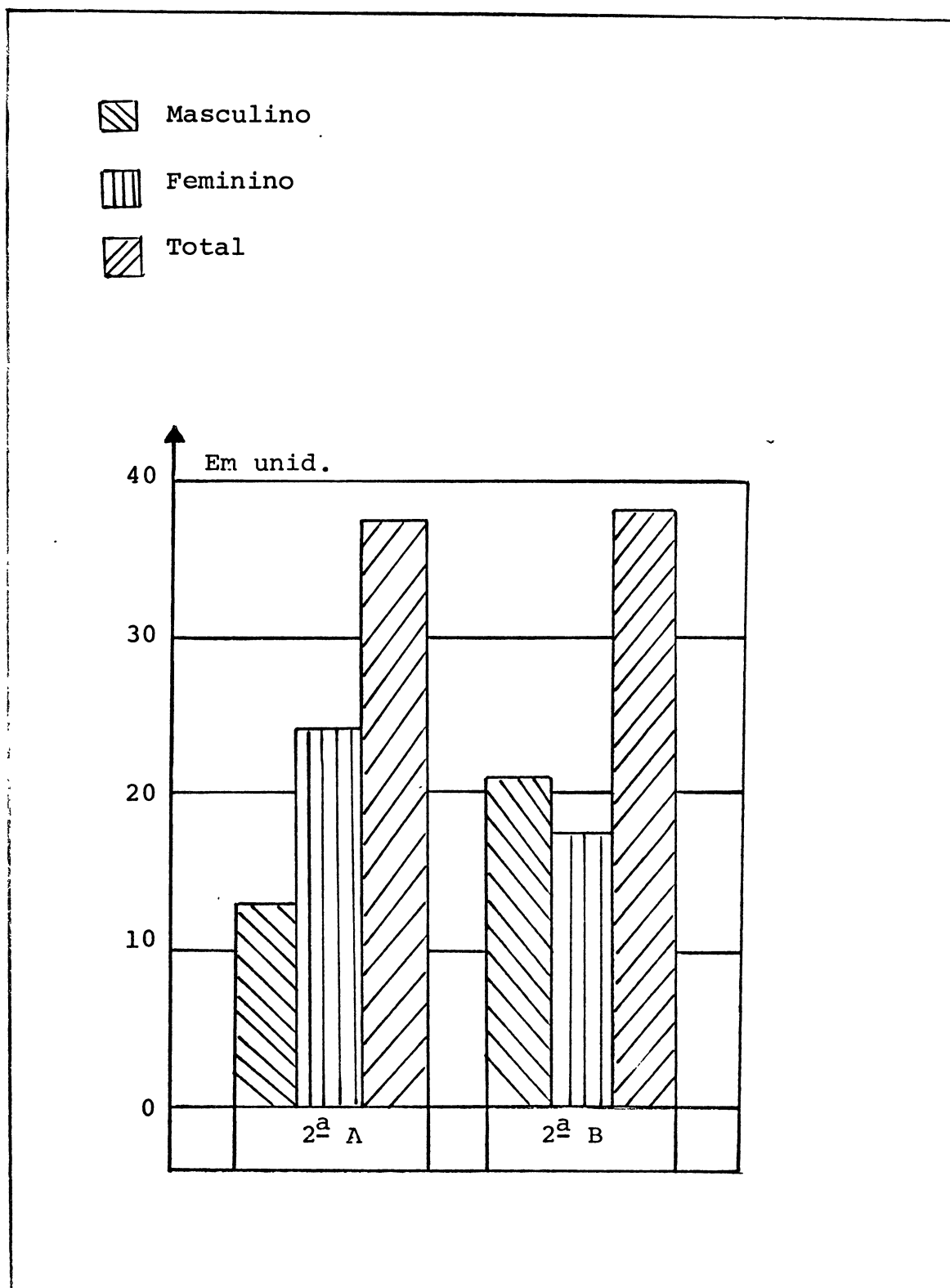
GRÁFICO 2
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1984 NA EDBCP



ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

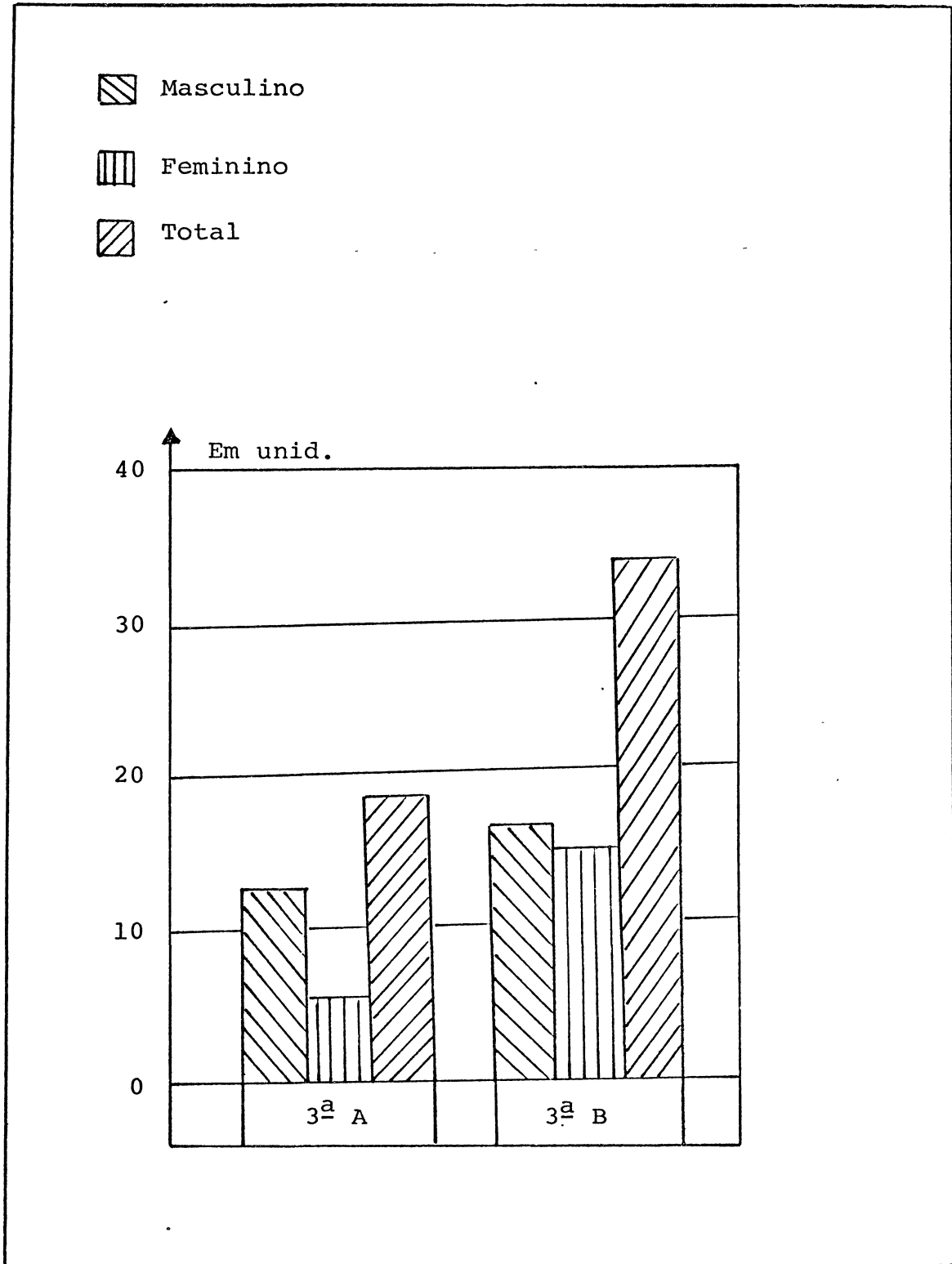
GRÁFICO 3
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1984 NA EDBCP



ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

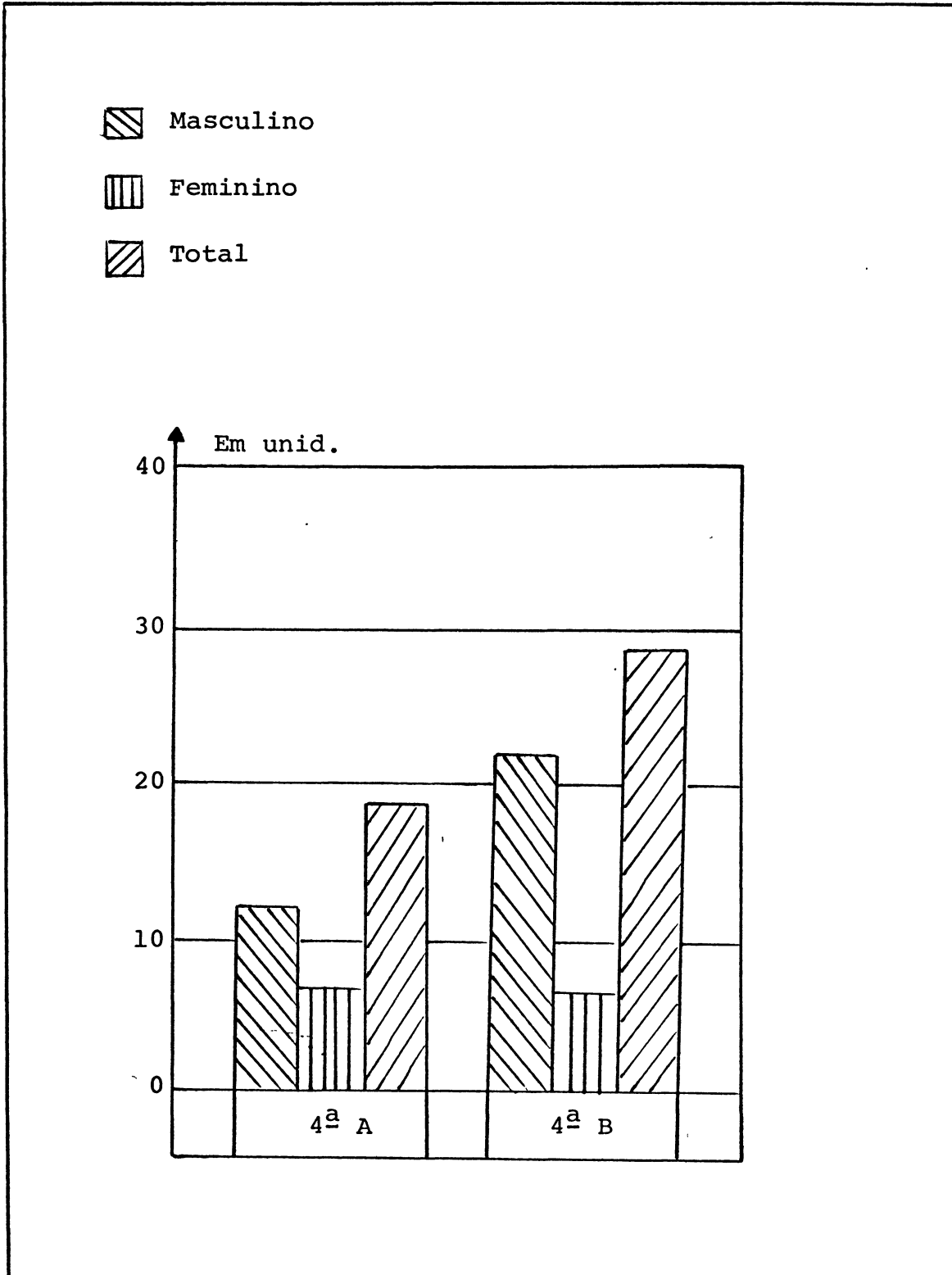
GRÁFICO 4
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1984 NA EDBCP



ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

GRÁFICO 5
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1984 NA EDBCP

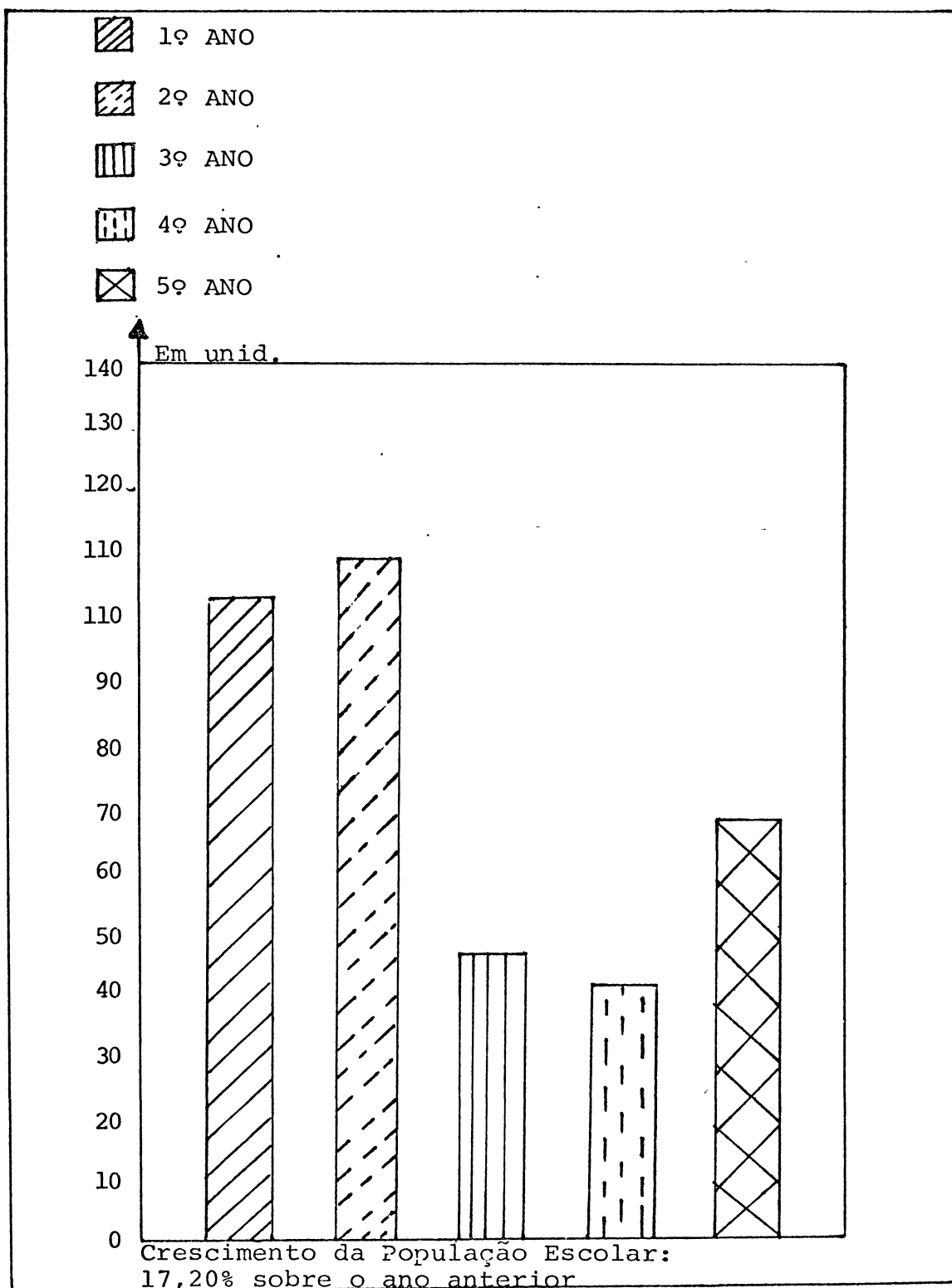


ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

GRÁFICO 6

MATRÍCULA ESCOLAR EM 1985 NA EDBCP



ESCALA 1:10

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

GRÁFICO 7
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1985 NA EDBCP

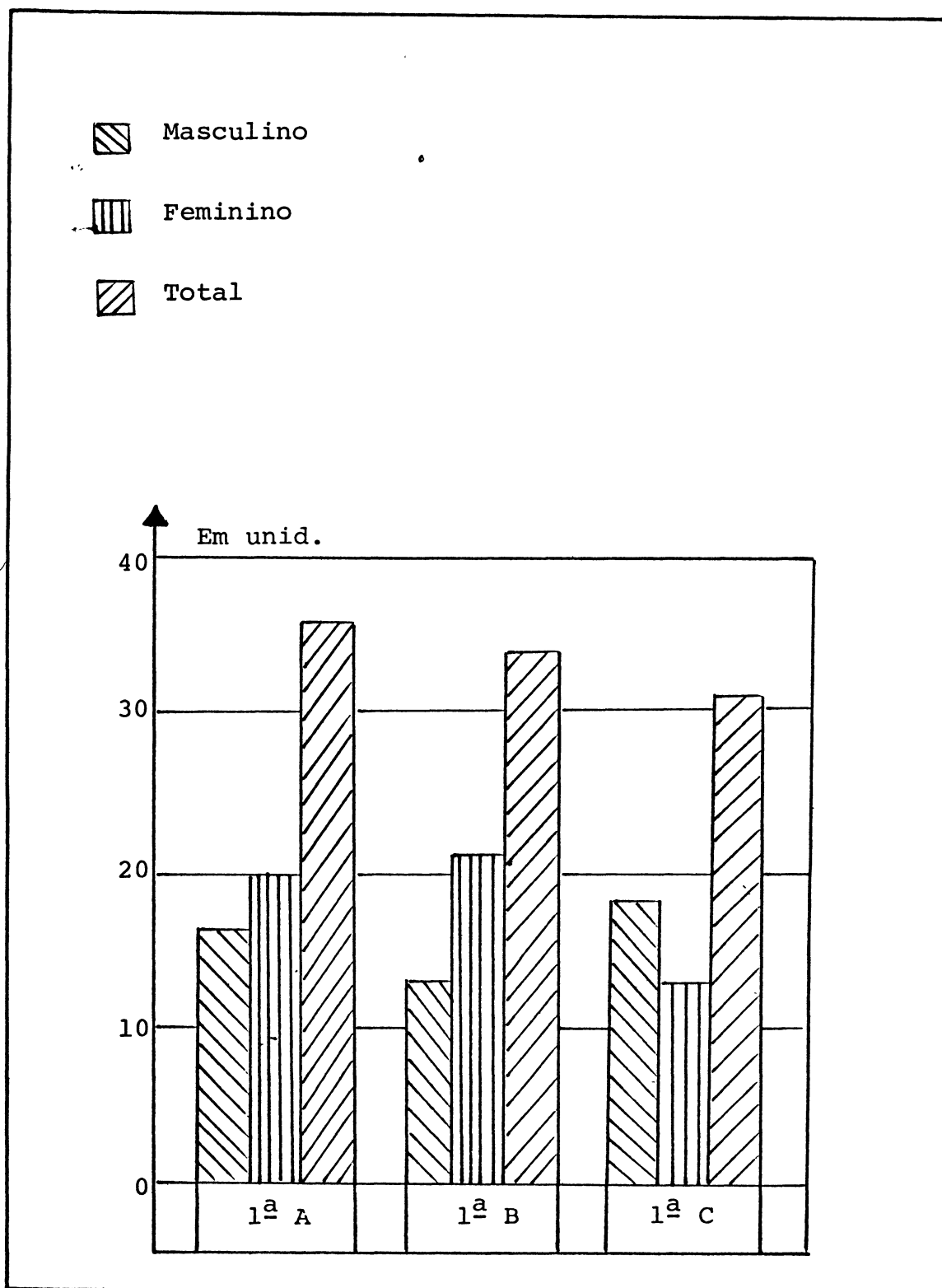
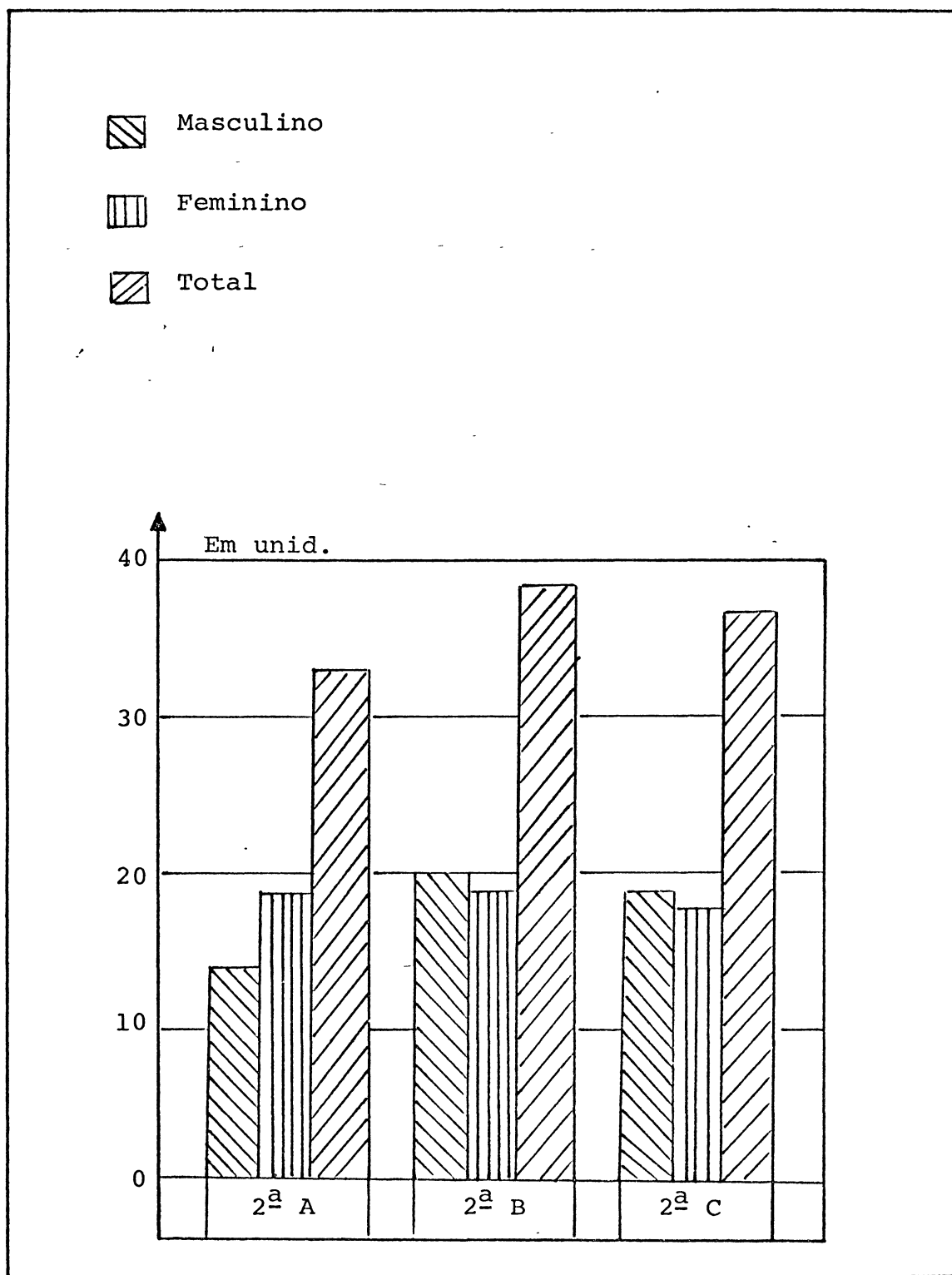


Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

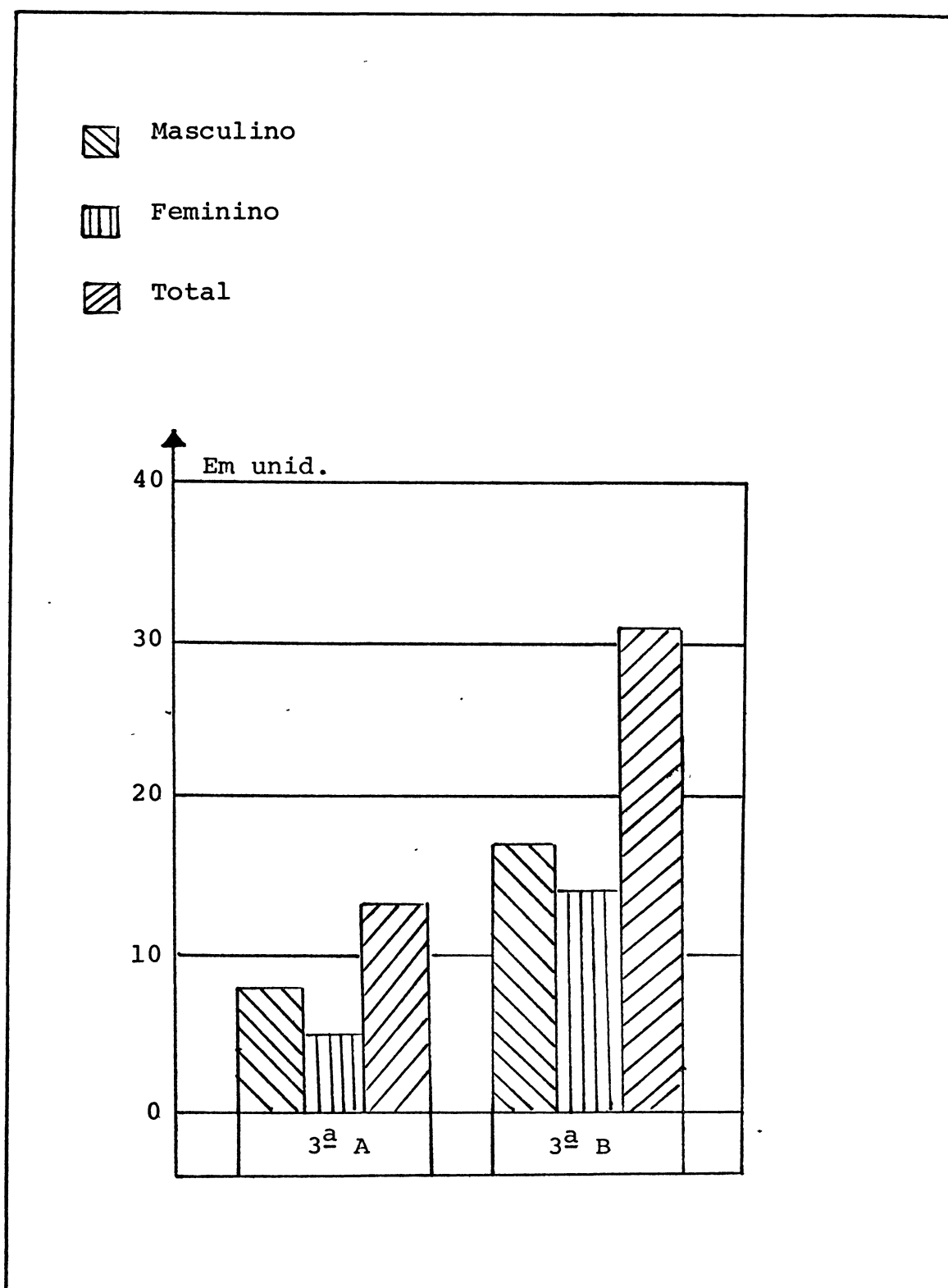
GRÁFICO 8
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1985 NA EDBCP



ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

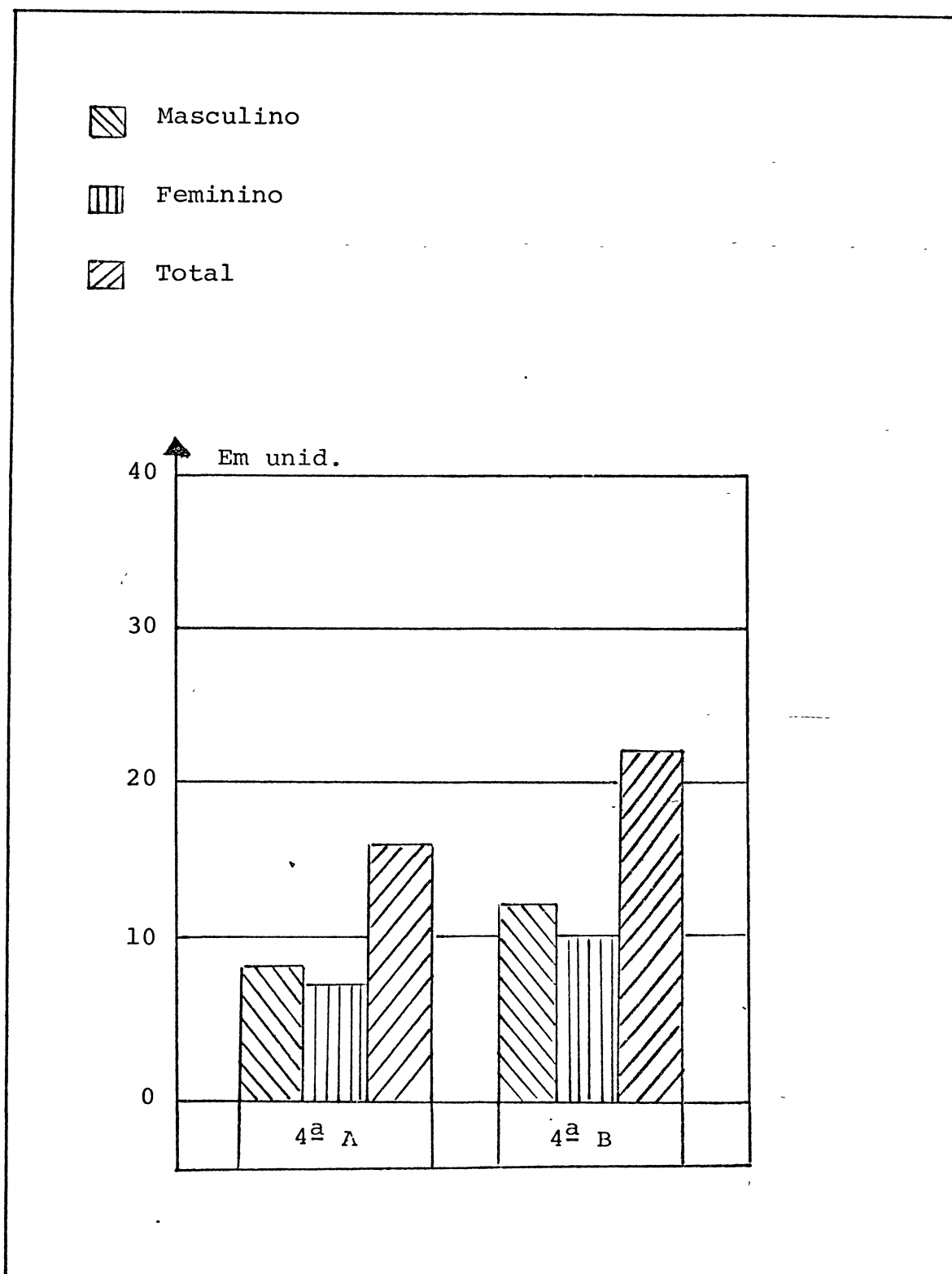
GRÁFICO 9
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1985 NA EDBCP



ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

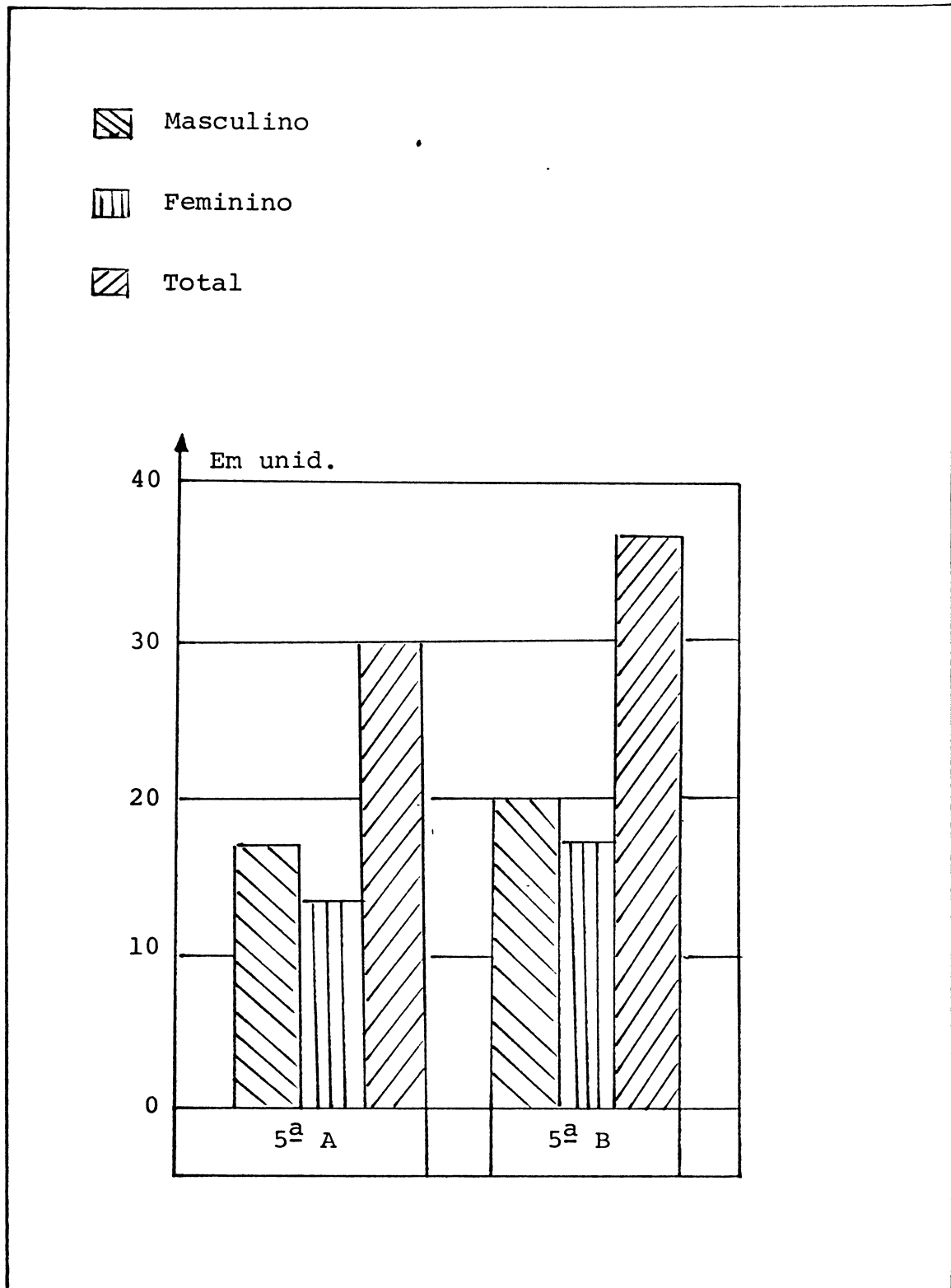
GRÁFICO 10
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1985 NA EDBCP



ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

GRÁFICO 11
POPULAÇÃO ESCOLAR EM 1985 NA EDBCP



ESCALA 1:4

Gráfico elaborado pela autora para esta pesquisa

Local de origem dos estudantes da EDBCP - 1985

Analisando-se o quadro nº 3, p.214, observa-se que a EDBCP arrebanhou maior número de alunos em seu corpo discente, que em 1984. Das comunidades o maior índice de matrículas, incidiu em Sambaqui (21,88%).

Do total de matriculados 8,3% favoreceu crianças de outras comunidades não pertencentes ao complexo em questão.

Condições habitacionais da EDBCP - 1985

A análise das condições das residências, seu saneamento e outros benefícios, objetivou promover na escola, orientação de princípios básicos de saúde e prevenção sanitária do meio ambiente.

Analisando-se o tipo de construção, verificou-se que há predomínio de casas construídas em madeira (ver quadro nº 4, p. 215), correspondente a dois terços do total; o saneamento básico das residências é deficitário: predominam as latrinas (72,7%) e água de poço (57,5%). Há instalação elétrica em 59,4% das propriedades; este índice é considerado bom, já que o projeto de eletrificação rural é recente e ainda está sendo implantado na área. Dentro das comunidades encontrou-se ainda como gerador de eletricidade a roda d'água, o lampião, a vela e a lamparina. O aspecto físico das residências, arrolou os seguintes percentuais: 24% boa, 36,2% regular e 44,8% têm condições muito precárias, geralmente faltando assoalho, forro, janelas e pintura. Há ausência de pias para lavagem de louça, móveis e aparelhos sanitários no interior das casas. Contrariamente ao esperado, os índices que revelam melhores condições de instalação sanitária, luz elétrica dotadas de água de poço, relacionam-se às residên-

cias de má apresentação habitacional.

Produção agrícola das famílias dos estudantes da EDBCP-1985

O levantamento da produção agrícola das famílias dos estudantes da EDBCP, revelou que não existe entre os agricultores, uma monocultura (vide quadro nº 5, p. 216).

Há predomínio de cultivo horti-granjeiro, em u'a mesma propriedade, em 39,9%.

Verificou-se que o sistema de plantio adotado pelo lavrador morretense é o da poli-cultura, que atende a quase total subsistência, permite a venda dos excedentes de produção e ainda carregam lucros para complementar a manutenção das famílias.

As frutas cítricas embora representem apenas 14,6% são de ótima qualidade e grande aceitação no comércio. A banana, não tendo classificação para exportação, representa 20,8% do total.

Produção animal das famílias dos estudantes da EDBCP-1985

Da mesma forma que na agricultura, os criadores não se limitam ao desenvolvimento de uma espécie de animal: há bovinos, suínos, caprinos, eqüinos, ovinos e cunicultura.

Constatou-se no quadro nº 6, p.217 o predomínio de aves e suínos de diversas raças; os bovinos registraram número inexpressivo: apenas 11,7%.

Não existe comercialização destas criações; elas constituem meio de subsistência e só ocasionalmente há permuta das mesmas.

QUADRO 3

LOCAL DE ORIGEM DOS ESTUDANTES DA EDBCP-1985

LOCALIDADES	S É R I E S												TOTAL
	1 ^a A	1 ^a B	1 ^a C	2 ^a A	2 ^a B	2 ^a C	3 ^a A	3 ^a B	4 ^a A	4 ^a B	5 ^a A	5 ^a B	
Sambaqui	3	11	12	5	10			12	1	7	10	8	79
Tapuruçu	4			4	1		4		2		1	4	20
Saquarema	4			4	4		5					6	23
Rio Sagra- do II		3	9	1	2	8		8		4	7	4	46
Martha	7	2		6	11	11	2		4	2	5		50
Rio dos Patos	10			2	3		2		3			2	22
Morro Grande	2	2	2	11	2	2		5		3	2	2	33
Rio Sagra- do I		14	6		5	14		6		5	5	3	58
Outros	6	2	2		1	2			7	2		8	30
TOTAL	36	34	31	33	39	37	13	31	17	23	30	37	361

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 4

CONDIÇÕES HABITACIONAIS DAS FAMÍLIAS DA CLIENTELA DA EDBCP-

- 1985 -

ENTREVISTAS	TIPO DE CASA		INSTAL. SANIT.		INSTAL. DE ÁGUA		INSTAL. DE LUZ		APRESENTAÇÃO			
	ALVENARIA	MADEIRA	LATRINA	FOSSA	MORRO	POÇO	ELÉTRICA	OUTRO TIPO	BOA	REGULAR	MÁ	NÚMERO DE HABITAÇÕES
Rio Sagrado I	5	49	39	15	16	38	31	23	6	23	25	54
Sambaqui	9	67	60	16	33	43	56	20	16	25	35	76
Tapuruçu	2	13	9	6	11	4	4	11	2	5	8	15
Squarema	5	12	7	10	11	6	11	6	3	3	11	17
Rio Sagrado II	3	37	33	7	14	26	24	16	7	15	18	40
Morro Grande	3	28	21	10	9	22	17	14	17	7	7	31
Martha	5	36	32	9	16	25	30	11	16	9	16	41
Rio dos Patos	3	16	13	6	12	7	3	16	4	4	11	19
Outros	4	11	10	5	9	6	7	8	3	5	7	15
TOTAL	39	269	224	84	131	177	183	125	74	96	138	308

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 5
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DA EDBCP
 - 1985 -

LOCALIDADES	MANDIOCA	FEIJÃO	ARROZ	HORTALIÇAS	MILHO	CANA	BATATAS	FRUTAS CÍTRICAS	BANANA	OUTRAS
Rio Sagrado I	23	17	8	20	10	14	2	7	9	2
Sambaqui	28	15	3	9	4	17	2	3	4	1
Tapuruçu	8	11	6	12	9	17	3	5	6	1
Saquarema	9	13	4	14	7	5	2	2	12	3
Rio Sagrado II	18	20	12	16	15	10	1	8	10	5
Morro Grande	11	14	2	17	17	3	1	9	3	2
Martha	5	12	9	7	11	9	2	3	11	2
Rio dos Patos	10	7	11	18	3	4	2	4	3	3
Outros	7	9	6	10	5	7	4	4	6	1
TOTAL	119	118	61	123	81	80	19	45	64	20

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 6
BOVINOS, SUÍNOS, OVÍPAROS E OUTRAS CRIAÇÕES DAS FAMÍ-
LIAS DOS ESTUDANTES DA EDBCP - 1985

LOCALIDADES	BOVINOS	SUÍNOS	AVES	OUTROS
Rio Sagrado I	10	21	49	5
Sambaqui	6	35	67	5
Tapuruçu	1	2	13	3
Saquarema	1	8	15	4
Rio Sagrado II	5	26	37	3
Morro Grande	9	11	27	8
Martha	1	23	38	4
Rio dos Patos	1	7	17	-
Outros	2	9	10	7
TOTAL	36	142	273	39

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

Sondagem vocacional da clientela da EDBCP - 1985

Além de buscar-se conhecer a preferência profissional dos alunos, na sondagem da aspiração vocacional da clientela EDBCP, procedeu-se levantamento da profissão de seus pais. Objetivava o conhecer, até que ponto a escolha profissional, estaria relacionada à profissão exercida pelos pais. Observou-se que muitas vezes, o aluno optava por mais de uma profissão, o que elevou o percentual de algumas delas (ver quadro nº 7, p. 223).

Ser professor nas primeiras séries, apresentou o maior índice de escolhas 23,4%; gradativamente este número vem a diminuir, o que pode simbolizar uma visualização maior do leque de trabalho, oferecidos na comunidade.

A eletrificação na zona rural parece ter tido uma influência nas opções registradas, assim como o caráter utilitário de outras profissões.

Em relação aos pais: encontrou-se entre os entrevistados 56,6% de lavradores, isto é, mais da metade dos interrogados caracteriza a população voltada à agricultura. Entre estes, poucos proprietários da terra onde labutam: há meeiros, arrendatários e empregados mensalistas ou diaristas.

Os demais progenitores são operários de empresas, indústrias, comércio ou funcionários públicos que usam a área como sede de habitação. A maioria das mães e esposas, exercem a profissão de lavradoras, independente da ocupação profissional dos maridos.

Uma análise comparativa entre profissão dos pais e opções dos filhos, demonstrou que para 181 pais lavradores, há apenas 41 filhos desejando a si mesmos esta profissão. Porém, todos afirmam que desejam permanecer na região, exercendo outras profissões escolhidas.

Num segundo momento, a pesquisa de campo preocupou-se com o grau de satisfação dos pais dos alunos em relação ao que a EDBCP estava oferecendo na sistemática educacional, enquanto sondava interesses e aspirações da comunidade.

Quatro âmbitos distintos dentro do projeto, foram então levantados:

Opinião dos pais em relação à EDBCP

A análise da opinião dos pais da clientela EDBCP, em relação à escola durante o ano de 1985 (visualizada no quadro nº 8 p. 224, representou o primeiro estágio de percepção e satisfação dos mesmos. Observou-se que a unificação das oito pequenas escolas em uma só, está atingindo seus objetivos em termos de estrutura e de função, enquanto instituição escolar: 31,5% dentre os respondentes, expressaram satisfação às condições infra-estruturais da escola e ao trabalho docente ali desenvolvido. Valoriza-se o transporte em ônibus, a escola como centro de atividades culturais e recreativas, a estética e solidez do prédio escolar, entre outros.

Expectativa dos pais dos alunos da EDBCP em relação às atividades e trabalhos desenvolvidos na escola

Observa-se no quadro nº 9, p.225, registro de respostas relacionadas às opiniões dos pais quanto ao que ensinar e aprender dentro da escola, segundo suas necessidades, interesses e aspirações. O ensino de fazeres domésticos são os mais requisitados pela condição em que ficam os lares, na ausência dos pais que trabalham, deixando seus filhos mais velhos sem preparo, administrando afazeres e cuidados com irmãos menores. Este fato já fora registrado em diário de campo, nos encontros e Seminários.

O ensinar crianças, refere-se às coisas e atividades prã-

ticas do cotidiano, assim como os trabalhos com arados, ferramentas e maquinário em geral, representam o caráter utilitário e prático do ensinamento solicitado. A precariedade das habitações (horta caseira, deficiência na estratégia do domínio do solo, sua exploração), o mercado de trabalho existente e os novos que surgem, como opções de meio de subsistência, despontam significativamente.

O ler, escrever e contar ocupam seu espaço entre as opções e curiosamente, é solicitado inglês na grade curricular. A resposta que justifica esta escolha, se faz na medida em que as instruções e dosagens de produtos químicos que são utilizados na agricultura, adotam aquela língua. Há mais: o problema da transferência de alunos da área rural para a urbana e a dificuldade de integração grade-curricular necessária.

Observe-se ainda, a liberdade de escolha que é dada à criança pelos pais, na escolha do que aprender.

Análise da opinião dos pais em relação ao que falta no currículo da EDBCP

Verifica-se que 22% das reivindicações, solicitam que seus filhos aprendam trabalhos ligados à agricultura, o que caracteriza mais uma vez a zona rural e a necessidade de se trabalhar na escola, além da dimensão de conteúdos disciplinares, uma prática educativa voltada àquela realidade.

Nestes registros, ver quadro nº 10, p.226, fica explicitada a necessidade de desenvolver ensino ligado à realidade concreta do meio, da relevância do caráter utilitário, do aspecto leque de profissões que se abrem naquele contexto, da emergência da efetiva instalação de creches e jardins de infância junto à escola, assim como, da importância da continuidade na seriação

escolar, para prosseguimento do preparo das crianças e jovens das áreas em questão.

Expectativa dos pais em relação ao futuro profissional dos filhos

Em relação ao futuro profissional dos filhos, observa-se no quadro 11, p.227, que para as meninas a profissão mais desejada é a de dona de casa, o que requer da escola atendimento especial para economia doméstica, planejamento familiar, noções de puericultura e hábitos de higiene e saúde. Os pais justificam a escolha, por considerarem o trabalho na lavoura demasiadamente pesado para a mulher, embora as senhoras da região em sua maioria lavradoras e suas filhas, trabalhem na agricultura desde muito cedo (faixa etária 7-14 anos).

A liberdade de escolha aos filhos, mais uma vez se faz sentir entre alguns progenitores com o índice igual (9,7%) à definição opcional por agricultor. Aqui, a escolha conota segundo declaração dois significados, sendo um complemento do outro: o educativo pela iniciação profissional aos filhos e o econômico, face à importância que o trabalho infanto-juvenil tem, na contribuição do aumento da renda familiar.

A prática escolar (desde 1984), se evidencia nas opções para o trabalho de artesanato, uma nova profissão já oferecida no meio.

O trabalho ligado à terra arrebanha outras escolhas: engenheiro agrônomo, carpinteiro, técnico em mecânica, eletricidade e comerciante.

Atendente de creche, apresenta valor significativo à área da educação como novo campo de trabalho, enquanto gera locais seguros para a permanência de crianças em horários em que os

pais estão ausentes, no trabalho.

Um leque bem variado de profissões (chamadas nobres) e que ainda não existem na região, explicitam dificuldades e necessidades do lavrador, apresentando índices menores de escolha: médicos, dentistas, militares, veterinários, enfermeiros e engenheiros de construção. Elas dão idéia do padrão ideal de trabalho, na visão dos agricultores, que desejam para seus filhos, melhores empregos, salários e status social; revelam também a transformação lenta e gradativa que sofre a mentalidade do homem do campo.

O consenso grupal, na reunião Técnico-Administrativa do ano de 1985, conclui que cabe à escola fundamentar ensinamentos básicos, que propiciem estas oportunidades desejadas, criando inclusive quando possível, um Serviço de Orientação Educacional, no sentido de acompanhar estas opções vocacionais.

Matriculam-se jovens para 1986 num total de 462 alunos. Há 141 alunos para as 1^as séries; 100 alunos para as 2^as séries; 81 alunos para as 3^as séries; 28 alunos para as 4^as séries; 59 alunos para as 5^as séries e 53 alunos para as 6^as séries do 1º grau.

Houve um crescimento de 21,9% na população escolar da EDBCP. Determina-se abertura de vagas até o início das aulas no ano de 1986; planeja-se grade curricular a ser aprovada pela Secretaria de Educação, antes da implementação na escola.

Têm-se conhecimento da substituição da diretora da EDBCP ao iniciar o ano de 1986. Seria a terceira professora nomeada para administrar a EDBCP desde sua inauguração.

QUADRO 7

SONDAGEM VOCACIONAL DA CLIENTELA EDBCP

- 1985 -

SÉRIES	PREFERÊNCIA PROFISSIONAL DA CLIENTELA													PROFISSÃO DOS PAIS					
	PROFESSOR (A)	ENGENHEIRO (A)	COSTUREIRA	MÉDICO (A)	PEDREIRO	ENFERMEIRO (A)	CABELEIREIRO (A)	DENTISTA	CARPINTEIRO	MECÂNICO E ELETR.	AGRICULTOR	MILITAR	PINTOR	ATEND. DE CRECHE	OUTROS	LAVRADOR	OPERÁRIO E OUTRAS	FUNCION. PÚBLICO	TOTAL DE ENTREV.
1 ^a A	13	1	2	5	3	2		1	2		5	2		2	13	13	7	33	
1 ^a B	14	1	3	4	2		1	1	2	3	3				18	7	4	29	
1 ^a C	10		2	2	7				2	3	4		1		19	7	2	28	
2 ^a A	5		1				4		2	12	4			5	16	7	5	28	
2 ^a B	6			5	3		2			2	2			15	4	23	6	5	34
2 ^a C	13		1				3			11				4	5	20	9	4	33
3 ^a A	1	1			1			1	1	2	2		1		3	3	8	2	13
3 ^a B	4		4		2	1	2	1	3	4	4	1			5	15	7	5	27
4 ^a A	6	4		3		2		2							7	4	2	13	
4 ^a B	1				1		1	1	2	4	5		1	4	3	16	3	2	21
5 ^a A	2	4		2		3	1	3	2	3		2	3		5	13	6	4	23
5 ^a B			2		2		3		3	4	12	1		10	18	5	3	26	
TOTAL	75	11	15	21	21	8	17	10	19	48	41	6	6	23	42	181	82	45	308

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 8
 OPINIÃO DOS PAIS DA CLIENTELA DA EDBCP EM RELAÇÃO
 À ESCOLA - 1985

OPINIÃO	MAR THA	RIO SAGRADO I	RIO SAGRADO II	SAMBA QUÍ	MORRO GRANDE	RIO DOS PATOS	TAPERU ÇU	SAQUA REMA	OUTROS	TOTAL
Muito boa		3		3					2	8
É bonita e de tijolos		4		5						9
Boa; bastante estudo e diversão	13		5	16	6	3	2			45
Ótima; tem muito boas professoras	28	12	6	24	7	4	7	5	4	97
Boa								7		7
Cada vez melhor		4	5	10					2	21
Muito melhor que outras escolinhas				2	5	4	1		6	18
Tem ônibus de graça para nós também, nos horários escolares		24	13	13	10	5	5	3	1	74
Excelente		2	4	5	3					14
Gostamos muito		5	5			3		2		15

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 9

EXPECTATIVA DOS PAIS DOS ALUNOS DA EDBCP EM RELAÇÃO
 ÀS ATIVIDADES-TRABALHO NA ESCOLA - 1985

OPINIÃO	MAR THA	RIO SAGRADO I	RIO SAGRADO II	SAMBAQUI	MORRO GRANDE	RIO DOS PATOS	TAPERUÇU	SAQUAREMA	OUTROS	TOTAL
Trabalhos da terra	3		5	7	2		2	1	3	23
Trabalhos em construção de casas, móveis, paióis	4	4	3	5		3	1	1	2	23
Trabalhos com arados, ferramentas, motores, caminhões, caminhonetes, tratores	2	5	1	6	3	2	1	1	4	25
Ensinar crianças	6	7	2	4	4	5		2		30
Ele que sabe; qualquer coisa que ele (a) quiser escolher	4	6	4	2	2	1	2	2	2	25
Cozinhar, lavar, passar e tudo o mais	5	9	5	12	7	2	3	3	1	47
Tratar de pessoas	2	1	3	2	1			1		10
A ser soldado, oficial, militar		1	2	2			1	1	1	8
Cuidar de crianças	2	2	3	5	3	1				16
Tecer corda, palha, sisal, bambu, trabalhos com barro	2	5	2	6	2	2	1	2	1	23
Tratar de animais		3	3	1				1		8
Cuidar de doentes		1	1	2	3		1	1		9
Fazer instalações elétricas (carros e casas)		6	3	5						14
Construir; aumentar casas				7		1				8
Conhecer produtos agrícolas. Ler, escrever, também em outra língua	9	2	2	5	3	2	1	1	1	26
Fazer cálculos, contar, contas no balcão	2	2	1	5	1		2			13

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 10

OPINIÃO DOS PAIS EM RELAÇÃO AO QUE FALTA NO CURRÍCULO DA EDBCP - 1985

OPINIÃO	MARtha	RIO SAGRADO I	RIO SAGRADO II	SAMBAQUI	MORRO GRANDE	RIO DOS PATOS	TAPERUÇU	SAQUAREMA	OUTROS	TOTAL
Coisas para ocupar as crianças em outros horários-outros estudos	6		2	5	1			1		15
Oficinas de trabalho (mecânicos e consertos)	4	3	4	5	3		1	3		23
Coisas práticas da vida, "conhecimentos"	5		3	4	2	2		1		17
Trabalhos de agricultura	3	12	7	26	5	7	2	2	4	68
Creche, jardim e pré-escolar	8	5	3	2	2	1	1	1	3	26
Ensinamentos sobre mecânica e trator	3	2	2	7	4	1				19
Atividades domésticas	4	3	2	4	3	2	2		3	23
Trabalhos ligados à pecuária		6	3	6	3	1	2		2	23
Campinho para esportes, parque	2	2	2	4	1		1			12
Trabalho de carpintaria	2	4	2	4	2	1	1	2	2	20
Aulas de experiência		3	3		1		1			8
Bordado, pintura, costura e outros		1	1	2	2	2	1	1		10
Mais anos de escola para "dar" profissão	1	3	3	5		1		2	1	16
Não sei	2	3	2		2	1	2	2		14
Ensino de comércio, loja		6	1	2			1	1		11
Professora de outras matérias	1	1						1		3

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 11
 EXPECTATIVA DOS PAIS EM RELAÇÃO AO FUTURO
 PROFISSIONAL DOS FILHOS - 1985

PROFISSÃO	MARTHA	RIO SAGRADO I	RIO SAGRADO II	SAMBAQUI	MORRO GRANDE	RIO DOS PATOS	TAPERUÇU	SAQUAREMA	OUTROS	TOTAL
Engenheiro agrônomo	3		3	7	2	3	1		2	21
Carpinteiro	3		2	3	5	2	1	1	3	20
Mecânico (carros, tratores, maquinaria)	2	5	1	6	3	1	1	1		20
Professor(a)	6	8	3	5	2	2		2	1	29
Qualquer coisa que ele(a) quiser. O que ele(a) escolher	4	10	4	2	2	1	5	2		30
Dona de casa	6	9	5	12	5	3	2	3		45
Médico	2	1	3	2	2			1	1	12
Dentista			1				1	1	1	4
Militar			1	2	2		1	1	1	8
Atendente de creche	2	4	3	5	1	1				16
Artesão(ã)	2	4	3	6	2	1	1	2	2	23
Veterinário(a)		3	4	1				1		9
Enfermeiro(a)		1	1	2	1		1	1		7
Técnico em eletricidade		2	3	5					2	12
Engenheiro de construção				8		1				9
Lavrador ou agricultor	9	5	2	5	3	2	1	1	2	30
Comerciante	2	2	1	5	1	2				13

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

Conhecimentos Revelados

O problema existente se revelou desde os momentos iniciais da investigação: havia defasagem cultural entre a escola e a clientela, na maioria das áreas urbanas e rurais brasileiras e paranaenses e despreocupação por parte dos responsáveis pela educação. Quando da busca do campo de ação junto às comunidades, dificuldades apareceram por falta de conhecimento do valor da pesquisa, precariedade no acesso a algumas regiões, não aceitação das populações que receiavam expor suas intimidades, tradições, saberes e fazeres.

Somente após a autorização para o trabalho desta pesquisadora, pela Prefeitura Municipal de Morretes (Anexo p. 280), sem ônus para o Município, a população regional abriu maior espaço para penetração em seu meio.

Tendências religiosas constituíam modo de segregação e discriminação social: massificavam, alienavam, condicionavam e tornavam-se obstáculo para desenvolvimento de formas mais evoluídas de trabalho. Havia necessidade de reformular a influência religiosa na vida da população e de fazê-la parte da própria educação.

A comunidade estava conscientizada de que fatores básicos interferiam no aproveitamento da escola: falta de alimentação balanceada (merenda escolar), precariedade no vestuário, dificuldade e periculosidade no acesso viário, reavaliação da grade curricular, recrutamento de pessoal para o trabalho e para participar na pesquisa-ação. Percebia-se que as práticas para atingir os objetivos se gerados através da união, seriam mais rendosos e precisos (mutirão). O trabalho físico era prática cotidiana da população rural e a interdependência na coesão, conduziu à solidariedade.

Além destas variáveis que estavam sendo trabalhadas mediante contribuições de experiências pessoais, havia dificuldade de acesso às autoridades que favorecessem a liberação de verbas, para execução dos projetos.

Idéias próprias à comunidade estruturavam seus interesses de forma conjunta, assim representados e conceituados:

- a) conhecimento conjunto sistemático de **experiências de aprendizagem adquiridas através de trabalho prático e das habilidades nele desempenhadas**. Envolve a experiência de quem transmite o ensinamento-herança social- e deve ter significado para a população, isto é, investido de um valor. A família é a primeira e principal fonte do conhecimento e neste caso ela constitui símbolo do orgulho e da lealdade do rurícola; através dela se perpetuam conhecimentos, saberes e fazeres. As lições e práticas dos pais são mais que simples técnicas, pois envolvem noções de moral, respeito, confiança e segurança. Além da família as fontes de informação são os vizinhos, os conhecidos e por último os estranhos; daí a dificuldade de penetração nestas regiões. Para uma nova idéia ser aceita há que ter gerado um grau de confiança em que a emitiu e identificação com o comunicador, de comprovada experiência no assunto.
- b) educação-imagem, norma, símbolo do poder, honra e prestígio social. Vinculam-na ao saber ler, escrever e contar (alfabetização), trabalho realizado pela escola e ao comportamento na sociedade envolvendo maneiras (atitudes, vestuário, títulos, vocabulário, status). De certa forma constitui mecanismo de conservação ensinam-

do *o educando* a ocupar o próprio espaço; educar é respeitar.

- c) escola-algo distante e inatingível a algumas pessoas, particularmente às mais velhas e ao mesmo tempo, proposta para a população mais jovem. Onde só o conhecimento socialmente útil e aprovado é classificado como ensinamento (organização e valor social). Tem a função modificadora de status, oferecendo qualificação de ordem técnica para isto; que a escola, não tem facilidade o recrutar dos indivíduos para o desempenho dos diversos papéis a serem exercidos na sociedade, embora tenha uma pessoa instituída (pela sociedade) competente para ensinar. Que a escola poderá oferecer porém, condição para seus filhos alcançarem melhores ocupações.

Organizaram-se propostas a serem trabalhadas pelo grupo.

A orientação da pesquisadora e a direção metodológica da pesquisa-ação, facilitaram a manifestação pelos próprios usuários de soluções às suas problemáticas, objetivando estruturar uma grade curricular atualizada, modificar a dinâmica educacional vinculando o teórico ao prático, pesquisando para modificar os processos na agricultura, alterando setores da vida em função do desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e científicos mais aprimorados e adequando significativos aspectos da cultura na instituição educativa.

Desenvolvimento Escolar das Zonas Rurais Brasileiras: uma experiência pessoal, é o tema da pesquisadora trabalhado na primeira Reunião Pedagógica com o corpo docente da EDBCP, objetivando classificar e discutir conceitos e idéias sobre educação.

Efetou-se levantamento de problemas educacionais daquela realidade, para juntos buscarem-se fontes bibliográficas norteadoras das futuras palestras da pesquisadora, oportunizando à comunidade: manifestar seu saber e partindo dele ter acesso ao saber formal pela discussão, mediante veículos de informação atualizados.

Valorizavam-se propostas como a de resgate do espaço histórico-cultural eminentemente rural, sustentado por tradições e crenças próprias. A cultura estava desgastada pelo desuso e era quase desconhecida pela realidade atual.

A escola tornou-se fulcro comunitário e centro de interação social de seus membros. As festas instituídas anualmente, tinham seus lucros aplicados em melhorias na escola e sua clientela e passaram a constituir tradição. Esta condição valorizou ainda mais a instituição como sendo necessária ao desenvolvimento da comunidade, reestruturadora do saber formal face ao manifesto.

A comunidade percebeu o valor de sua própria organização e de suas instituições garantidoras; do que a escola representava em seu bem estar educativo e social. Quando foram aceitos pelas outras comunidades, sentiram-se motivados para produzir seus fazeres em maior escala e buscaram aperfeiçoamento. O comportamento da população se alterava dentro do ideal de mudança.*

Experiências pessoais, conhecimentos e hábitos próprios definiam a personalidade de cada um dos indivíduos e retratavam seu âmbito de vida. Tornava-os capazes de desenvolver e aperfeiçoar seu potencial quando lhes foi dada oportunidade; transformavam-se em enérgicos agentes de mudança social à medida em que aprendiam a dialogar, expor suas idéias e lutar pelos seus ideais.

* Evidência deste fato encontra-se no Registro de Eventos p.183 a p.193 que comprova a expansão dos procedimentos arrolados, pela comparação entre os primeiros quadros e os últimos, conforme legenda.

Práticas Produzidas

As comunidades que no início da pesquisa-ação mostravam-se tímidas, estavam conscientizadas e prontas para mudar, sabendo definir o que queriam, crescendo em participação (Ver Registro dos Eventos Desenvolvidos na Pesquisa-Ação, coluna codificada Etapas de Procedimentos página 183 e seguintes).

Para a infra-estrutura física idealizada da Escola Desau-da Bosco da Costa Pinto-EDBCP a ser construída na Martha, proje-ta-se um prédio de 6 salas de aula, orientadas cada uma por um professor, uma Biblioteca, uma Cantina, um Laboratório, uma sala para Diretoria e Secretaria, além de uma bateria de banheiros com 12 sanitários e um box-chuveiro para uso das crianças, um pequeno pátio coberto e grande área aberta para recreação (onde também se encontra a antiga Escola Rural Isolada da Martha e futura sede da pré-escola daquela zona agrária, após remodelação).

Paralelamente planejou-se metodologia de trabalho e sistemática educativa compatível com aquela realidade, atendendo interesses, aspirações e necessidades da comunidade.

O Quadro Funcional da EDBCP contaria com 23 funcionários (vide quadros nºs 12, 13 págs. 242 e 243) distribuídos em dois espelhos, apresentavam cinco partes distintas, preenchendo variáveis significativas para o trabalho na escola.

Observa-se que a Administração era composta por três funcionários com atribuições definidas, embora ajudassem também no atendimento às crianças distribuindo merenda, nos problemas de higiene e orientação educacional.

O corpo docente, constituído por 10 professoras, todas formadas em Magistério do 2º grau e com graduação universitária.

ria completa e/ou em fase de desenvolvimento.

As funcionárias atendedoras da merenda escolar, em número de quatro, trabalhavam em regime de tempo integral; têm ao seu encargo o preparo e balanceamento de alimentos, aproveitando o Curso de Nutrição que realizaram na ACARPA, manutenção dos utensílios de uso da criança e a distribuição das quotas alimentares aos alunos, nos horários regulamentares. Suas atribuições crescem em importância na medida em que preparam o alimento oferecido pela FUNDEPAR, fazem seu enriquecimento com produtos oriundos da própria horta-escolar e doações comunitárias hortigranjeiras ou pecuária.

A limpeza e manutenção do prédio, em seu espaço físico interno e externo era de inteira responsabilidade das serventes (Funcionárias da Prefeitura), ex-alunas daquelas comunidades escolares e que agora com a solicitação para a criação do 1º grau completo na EDBCP, teriam oportunidade de dar prosseguimento de seus estudos.

Mais duas funcionárias foram contratadas: uma inspetora de alunos, para atender as crianças fora da sala de aula e uma bibliotecária.

Os participantes da pesquisa propõem ação em grupos de trabalho, sob diversos aspectos. O mutirão pró-limpeza da área da nova escola era o princípio de uma série de atividades conjuntas, para se obter resultado no menor tempo possível.

O aperfeiçoamento de métodos e técnicas de plantio foi requisitado pela população rural nos primeiros Seminários, na intenção de melhorar seus produtos e aprimorar seu próprio padrão de vida, pelo aumento do poder aquisitivo; melhoria de condições de habitação, saúde, higiene; de acesso viário; legaliza-

ção de suas terras, de documentos de identidade e junto a Institutos. Lança-se na comunidade a idéia de um Aciso em 1986, para dar atendimento às populações naquele sentido.

A princípio a pesquisadora fez papel de intérprete, facilitando o trabalho, sistematizando seus interesses maiores. Identificou-se o foco central da problemática, os grupos que desejavam melhor adequação entre o oferecido pela escola e suas reais necessidades. Direcionou-se as expectativas dos próprios interessados à promoção de transformações, iniciando-se delineamento de alternativas para criação de currículo como processo contínuo e dinâmico. (Ver quadros de registros de eventos p.183).

Iniciou-se o cadastramento nas escolas isoladas para matrícula na EDBCP, ampliando-se o número de vagas para atingir maior número de crianças na faixa etária apropriada de 1ª à 4ª série. O recenseamento escolar diagnóstico inovou, alterando hábitos frente à proposta de uma ativa participação das crianças no processo. Instituiu-se o sistema de ônibus intermunicipal escolar, como solução conjunta encontrada para o problema de acesso eficaz e seguro à escola. A medida resolveria a preocupação com o tempo dispendido no percurso lar-escola e com a segurança das crianças, durante o trajeto percorrido.

A comunidade vivenciava um novo momento na educação. Refletia e agia dentro de inovada filosofia congregando para isto autoridades, corpo docente, discente, especialistas e participantes do processo: leis de relação, princípios e normas curriculares eram acionadas, por **lhes** pertencerem. Havia grupos de avaliação e acompanhamento, preparo do pessoal advindo das escolas rurais isoladas, constituída equipe de trabalho.

Conscientes da necessidade de alteração na escola, sentiam-

se deficiências nos recursos básicos elementares aos níveis pedagógico, legal, político e educacionais criativos; elaboraram-se materiais para suprir as carências, debatia-se, pesquisava-se, faziam-se leituras, planejavam-se termos a abordar, convites a especialistas, em função da segurança gerada pela forma metodológica da pesquisa.

Elaborou-se a grade curricular para 1984, que foi enviada à Secretaria de Educação para aprovação.

Na parte relativa ao Núcleo Comum, a matéria Comunicação e Expressão foi enriquecida pela Educação Artística (ver quadro nº 14, p. 244).

Em Estudos Sociais, referente ao Estudo do Homem, sob quatro títulos definiam-se os conteúdos: Ecologia, Solo, Água e Ar, demonstrando a necessidade de ampliação de conhecimentos aos elementos ligados à terra.

Na Iniciação às Ciências houve substituição do título: Estudo Relativo aos Números, por Matemática, ampliando possibilidade para desenvolvimento da matéria.

No relativo à Educação Específica, a matéria Educação Artística, procurava atender em um número de 128 horas, as aptidões Artesanato, Cerâmica e Criatividade. No Artesanato o desenvolvimento de trabalho em palha, vime, bambu, embé (cordoaria) e barro, matérias-primas regionais, permitia dentro das habilidades o resgate cultural de uma indústria caseira já quase esquecida. A Cerâmica trouxe mais uma opção artesanal entre os fazeres local, que traz à memória da população o trabalho de seus ancestrais, agora revivido quer estética quer utilitariamente confeccionados. Na Criatividade, procurar-se-ia despertar novas idéias e valores a partir do conhecido e resgatado culturalmente.

As aulas em 1984 tiveram início (a título precário) no prédio em construção da EDBCP. Tomadas de decisão Técnico, Administrativas e Avaliativas criam a APP, Centros de Socialização e Assistência Médico-Odontológica, Serviço Telefônico Micro-onda, Postos Ativos de Polícia Militar, Núcleos de Capacitação e Assessoramento junto a organismos de apoio externo (PRÓ-RURAL, ACARPA, FUNDEPAR, PROMUNICÍPIO, PRODIARTE, COPEL, SANEPAR e TELEPAR), visando aperfeiçoar as condições do meio. A cada nova reunião, retomavam-se aspectos considerados relevantes para debates e diretrizes de solução a serem postas em prática. A satisfação pelo esforço dispendido na estruturação de um novo espaço escolar mais adequado à população, transformaram a presença nos Seminários um compromisso.

Há doação de um terreno para construção de um Templo Ecuemênico por um dos líderes comunitários, num encontro efetuado com a população.

Consultaram-se nutricionistas para melhoria do padrão alimentar; arrecadaram-se horti-granjeiros na comunidade para efetivação de Feira-livre beneficente (na área urbana de Morretes) e realizaram-se festividades na área da própria escola, carreando verbas que lhe foram aplicadas.

A Campanha do Agasalho aproximou ainda mais as populações urbana e rural, sensibilizadas com os menos favorecidos ausentes da escola, por falta de condições econômicas.

O contato com instituições para providências e instalação de serviços infra-estruturais, promove nova divisão de trabalho.

Levantou-se características das áreas rurais, origens culturais e étnicas, artesanato regional e local. Convida-se a professora Helmosa Salomão Richter para desenvolver habilidade artesanal da EDBCP.

O consenso grupal optou pelo resgate da cultura e uma tentativa de implantação de idéias de transformações, sem contudo violar o processo natural de vida posta em prática até então. Houve necessidade do uso de estratégias simplificadas, para o trabalho junto à tradicionalistas contrários às inovações.

O Decreto de autorização pela Secretaria da Educação para funcionamento da escola, foi motivo para reunião e festejos pela comunidade. A instituição escolar desde então passou a concentrar as principais festas e encontros da população rural; artesanato, alimentos, linguagem, usos e costumes, sempre presentes, são elementos característicos da cultura comunitária rural. Danças regionais típicas (fandango, pau-de-fita), alimentação regional (barreado) demarcavam suas tradições e fazeres; a decoração do ambiente se fazia com o material elaborado pela população jovem.

Embora o núcleo populacional fosse reduzido e de escassos recursos, demonstrava-se que a quantidade e a qualidade do produzido era excelente. Com a valorização do artesanato e produtos próprios da região no meio urbano, engrandece e estimula-se a evolução comercial da região e é mais uma fonte de renda que inicia, favorecendo as famílias rurais.

Redefinem-se conteúdos programáticos e os temas a serem abordados nas Reuniões Pedagógicas, através do diálogo comunidade-escola e elaboram-se material didático-pedagógico (pelos professores), sob orientação da pesquisadora. Informação e conhecimentos produzidos têm condições de uso mais efetivo. Pela conscientização participativa vincular-se-iam as atividades educativas com as ações das comunidades trabalhadas; os temas abordados constituíam formas de intervenção e/ou estimulação no

contexto. Avaliavam-se planos de estudos; visitou-se as comunidades rurais utilizando os micro-ônibus da escola.

A escola por seu significado no meio, deveria expandir-se verticalmente (seriação) com perfeita integração horizontal (disciplinas e seus conteúdos). A ação voltava a novos diagnósticos, enquanto entrosava-se alunos em diversos aprendizados junto aos artesões locais e entidades agrícolas da área urbana.

A pré-escola passou a ter caráter prioritário na reivindicações dos rurícolas, que o manifestavam justificando a necessidade que têm os adultos de realizar seus trabalhos no campo ou em outras atividades profissionais; sugere-se a ocupação das pequenas escolas isoladas remodeladas, visando aproveitamento do espaço deixado e preservando o patrimônio histórico da escola.

Com a participação de professores e estudantes da Fundação Faculdade Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá (FUNFAFI), participantes de alguns dos Seminários, elabora-se um trabalho de campo naquela área rural (Martha), onde uma síntese é elaborada sobre as variáveis intervenientes, passíveis de análise, no processo curricular de uma Escola Rural (EDBCP).

Os problemas das zonas rurais, particularmente das escolas e suas implicações, eram desconhecidos por alguns alunos. Após o trabalho de campo, um grupo de acadêmicos da FUNFAFI, solicitou ao Sr. Diretor daquela Faculdade que incluísse na grade curricular disciplinas relacionadas ao tema, bem como a criação no curso de Pedagogia da Habilitação: Formação de Professores para Áreas Rurais.

A escola inclui em seus trabalhos estudos periódicos quanto à importância do homem do campo na estrutura social. Através de Seminários, filmes e palestras traz sugestões para melhoria

da vida rural, do trabalho escolar naquelas realidades sócio-culturais, diante de suas possibilidades, limitações e dificuldades a transpor.

Para garantir o lucro dos produtos horti-granjeiros regionais e promovê-los em outros mercados, inaugurou-se o Mercado Pró-Horta em Morretes, ao mesmo tempo em que ali também se implantou um Centro Social Rural.

No esboço da grade curricular para 1985 incluíram-se disciplinas para serem trabalhadas de 5^ªs às 8^ªs séries pleiteadas pela comunidade, como início da continuidade da seriação escolar (vide quadro nº 15, p. 245). Havia necessidade de aumentar a possibilidade de estudo aos que o desejavam e não tinham condições de o fazer num centro maior.

O Núcleo Comum mantinha igual o nome da matéria Comunicação e Expressão, assim como sua divisão em disciplinas.

Estudos Sociais desdobrou-se em História, Geografia, OSPB, Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso.

A matéria Iniciação às Ciências foi substituída pelas disciplinas Matemáticas, Ciências Físicas, Biológicas e Programa de Saúde.

Na Parte Diversificada apresentavam-se dois desdobramentos: Estudos Sociais, conteúdo específico Cooperativismo e Iniciação ao Trabalho, com as matérias Iniciação às Técnicas Agrícolas, Iniciação às Técnicas Industriais e Técnicas Comerciais. As Técnicas Agrícolas voltadas ao conteúdo específico Culturas Agrícolas; Técnicas Industriais, o conteúdo específico Indústrias Caseiras e Preparo de Alimentos; em Técnicas Comerciais, o conteúdo sobre Noções Gerais de Comércio.

O quadro funcional da escola, permaneceria o mesmo. A redistribuição das atribuições aos docentes se daria, levando em conta a qualificação específica e as condições de horário disponível, de cada um deles (ver quadros nºs 23 e 24, p.242 e 243). Assim, os professores, face a sua habilitação polivalente, bem como a disponibilidade de permanência em tempo integral na escola, realizariam o trabalho em disciplinas pertencentes às 5^{as} séries do 1º grau autorizada pela Resolução nº 481/85 e iniciadas no ano de 1985 na EDBCP.

Efetiva-se a volta de jovens e adultos ex-alunos das escolas isoladas, aos bancos escolares; dentre eles funcionários do próprio estabelecimento.

Fora mais uma vitória da população rural, que teria as suas 6^{as}, 7^{as} e 8^{as} séries inclusas anualmente de modo gradativo, de acordo com a mesma Resolução.

Iniciou-se a obra da construção do módulo com salas de aula no lugar da horta-escolar: seis salas de aula, uma para Secretaria e outra para Biblioteca seriam construídas. O problema de ensalamento, até que a construção estivesse concluída, ficaria provisoriamente resolvido, utilizando-se as dependências onde funcionavam a Biblioteca (convertida após o término da obra em Auditório ou Salão Nobre) e o Laboratório, como salas de aula.

Novos temas são trabalhados pela pesquisadora, especialistas e convidados procurando atualizar e aperfeiçoar a ação docente; sondavam-se nos encontros: conteúdos programáticos, metodologia de trabalho e novas formas de avaliação.

Reiniciou-se o diagnóstico na comunidade relativo a interesses, aspirações e necessidades com vistas ao planejamento

da grade curricular, dos objetivos a atingir e do processo educativo para 1986.

Refaz-se a horta-escolar no espaço posterior livre do prédio da escola, é trabalho de mutirão, com orientação da professora especializada na área.

Houve crescimento e gratificação de ambos os lados. O processo foi válido na medida em que o especialista encerrando, deixa de participar e percebe que a população propõe-se a levar avante, por si mesmos, seus ideais de vida e seu desenvolvimento.

A grade curricular 1986 prevista segundo aspirações comunitárias sofreu retrocessos, permanecendo a de 1985; a nova diretora da escola explica, dizendo que muitas das proposições lá apresentadas não eram condizentes com uma realidade rural.

QUADRO 12

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA EDBCP - 1984-1985 (a)

NOME	SÉRIE	DISCIPLINA	CARGO	CURSO FORMAÇÃO	CURSO EM DESENVOLV.
1.1			Diretora	Magistério	-
1.2			Secretária	Pedagogia	Ciências - 1º grau
1.3			Aux.Secret.	Contabilidade	-
2.1	1ª A - 1ª B		Professora	Magistério	Pedagogia
2.2	1ª C		Professora	Magistério	História
2.3	2ª A		Professora	Pedagogia	Ciências - 1º grau
2.4	2ª C		Professora	Magistério	Pedagogia
2.5	3ª A	Comunicação e Expressão, Língua Portuguesa, Ed. Artística e Ed. Física	Professora	Magistério	Letras Anglo-Portu- guesa
2.6	3ª B		Professora	Pedagogia	-
2.7	4ª B		Professora	Magistério	Pedagogia
2.8	4ª A - 5ª A 5ª B	Estudos Sociais, Histó- ria, Geografia, O.S.P.B. Ed. Moral e Cívica, En- sino Religioso	Professora	Magistério	História
2.9	5ª A - 5ª B 2ª B		Professora	Magistério	História
2.10	5ª A - 5ª B	Ciências: Matemática, Ciências Físicas e Bio- lógicas e Programas de Saúde	Professora	Magistério	Pedagogia

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 13

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA EDBCP - 1984 - 1985 (b)

NOME	CARGO	CURSO FORMAÇÃO	CURSO EM DESENVOLVIMENTO
3.1	Merendeira	1º grau	
3.2	Merendeira	1º grau	
3.3	Merendeira	1º grau	
3.4	Merendeira	1º grau	
4.1	Servente	1º grau	
4.2	Servente	1º grau	
4.3	Servente	1º grau	
4.4	Serfente	1º grau	
5.1	Bibliotecária	2º grau	
5.2	Inspetora de alunos	2º grau	

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 14

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

ESCOLA MUNICIPAL PROF^a DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO

Nome do Estabelecimento

MARTHA - MORRETES3^a I.R.E.

Localidade - Município

GRADE CURRICULAR ENSINO DE 1º GRAU

ANO LETIVO DE 1984

	MATÉRIAS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Nº DE HORAS/AULA	TOTAL
N Ú C L E O C O M U M	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa	290	1.160
		Ed. Artística		
		Ed. Física		
	Estudos Sociais	Ecologia Solo Água Ar	140	560
	Iniciação à Ciência	Matemática	290	1.160
		Ciências Físicas e Naturais		
			720	2.880
ESPECÍ- FICA	Educação Artística	Artesanato Cerâmica Criatividade	32	128

Quadro elaborado pela autora para esta pesquisa

QUADRO 15

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAUESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO
NOME DO ESTABELECIMENTOMARTHA - MORRETES
LOCALIDADE MUNICIPIO

3º I. R. E

GRADE CURRICULAR
ENSINO DE 1º GRAU

ANO LETIVO DE 1.985.

	MATÉRIAS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	1ª a 4ª	DIURNO				NOTURNO			
				Séries				Séries			
				5ª	6ª	7ª	8ª	5ª	6ª	7ª	8ª
N U C L E O C O M U M	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LINGUA PORTUGUESA	270h	5	5	5	5				
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA		1	1	1	1				
		EDUCAÇÃO FÍSICA		3	3	3	3				
	ESTUDOS SOCIAIS	HISTORIA GEOGRAFIA O. S. P. B. ED. MORAL E CÍVICA ENS. RELIGIOSA	180h	3	3	4	4				
		CIÊNCIAS		MATEMÁTICA	4	4	5	5			
			CIÊNCIAS FÍS., BIOLÓGICAS, E PROG. DE SAÚDE.	270h	3	3	3	3			
P A R T E D I V E R S I F.	Est. Sociais	COOPERATIVISMO		1	1						
	INI- CIA- ÇÃO P/O	INIC. AS TÉC. AGRIC.	CULTURAS AGRÍC.		2	2	1	1			
	TRA- BA- LHO	INIC. AS TÉC. IND.	Ind. Cas. Prepa- ro de alimentos.		2	2	2				
	INIC. AS TÉC. COM.	NOÇÕES GERAIS DE COMÉRCIO					2				
TOTAL DE HORAS SEMAN.				24	24	24	24				
ENS. RELIGIOSO				1	1	1	1				

CAPÍTULO 4

À GUISA DE CONCLUSÃO

A educação contextualizada, determinada num espaço e tempo próprio foi trabalhada e atingiu um nível de dinamização físico, material e humano.

Resgatando e preservando valores da cultura rurícola, oportunizou-se a utilização de seus principais fazeres como fonte geradora de trabalho, união e incentivo à comunidade. Conhecer sua cultura, etnia, organização, saberes e produtos sociais, favoreceu a comunicação didática compreensiva aos sujeitos nela operantes e integrantes, de modo que técnicos e participantes pudessem caminhar na mesma direção desejada.

A população participou ativamente de debates, palestras, Seminários e reuniões idealizadas para serem acessíveis a todos e delinear metas de ação.

Dentro da prática postural e pedagógica da pesquisa-ação, esta foi definida como e porque se realizaria: envolveria a comunidade como agente responsável pela dinamização do currículo, num programa de permanente ação educativa.

Convidados a participar do trabalho muitos especialistas compareceram sem criar vínculos mais permanentes.

A pesquisa-ação como estratégia de trabalho foi o método mais adequado à pesquisadora por incluir-se em sua filosofia de trabalho profissional. Através das diferentes técnicas utiliza-

das, diagnosticou-se e propuseram-se soluções para problemas de integração escola-comunidade, consubstanciados em delineamentos curriculares dinâmicos.

A escola tornou-se polo comunitário e foi a partir dela que a população passou a se mover e a repensar outros aspectos do seu cotidiano: religião, alimentação, higiene, segurança, transporte, atividade profissional e até conteúdo programático e material didático.

Professores reivindicavam atualização, participantes uniram-se pelo mutirão; valorizou-se o típico e o artesanal, agilizando o mercado e o trabalho: a qualidade do produzido, aumentou a demanda de consumo.

Iniciaram-se projetos de expansão da escola, dos laboratórios, do museu, da continuidade na seriação escolar.

A valorização do homem da região mediante o que é, do seu ideal de crescimento e do que pode produzir, iniciou um processo de transformação.

Além do trabalho, freqüentes comemorações, marcaram cada etapa nova transposta e motivara a continuação da tarefa.

A participação da comunidade no processo educacional, como agente de integração do indivíduo e interação na sociedade mais ampla, deixou-se refletir na montagem das novas grades curriculares, onde disciplinas se propuzeram a desenvolver conteúdos valorizados pela população.

O trabalho de pesquisa-ação efetivou-se de forma gradual e lenta, enquanto pesquisadora e participantes se aproximavam a cada dia. Da convivência e confiança no trabalho do facilitador e na aspiração da população em mudar, nasceu um labor aberto, encaminhado a partir das necessidades de momentos específicos,

onde a aprendizagem se produziu nas ações desenvolvidas pela comunidade, satisfazendo a seus próprios interesses.

4.1 INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA REALIZADA

A discussão e análise dos resultados da pesquisa-ação permitem interpretações em relação:

1. ao problema e aos objetivos;
2. às questões investigadas;
3. à metodologia e pessoas envolvidas.

Quanto ao Problema e aos Objetivos

Quanto ao problema, os resultados obtidos no trabalho demonstraram que é possível desenvolver processo dinâmico de currículo, de forma a compatibilizá-lo à leitura feita da realidade de uma comunidade rural, por seus próprios usuários, contribuindo dessa forma para uma análise da questão curricular em zona rural. Mediante a aproximação com aquela população, vivenciando junto a eles sua realidade cotidiana, percebeu-se que havia necessidade de codificar o que estava sendo requisitado; a comunidade era dinâmica, impregnada de preconceitos e tradições rotineiras em suas conjunturas. Havia defasagem entre o currículo educacional e a escola em sua função de acesso à informação. A escola, enquanto instituição responsável por renovar conceitos e dinamizar uma cultura, era um dos meios de interação social que poderia ser ativado através da atuação da pesquisadora.

A situação constatada no trabalho de pesquisa-ação convergiu para propostas de grades curriculares sucessivas, numa visão de currículo restrita, que retratava momentos da comunidade, suas necessidades, interesses e aspirações.

Com vistas à caracterização da comunidade nos aspectos sócio-antropológicos, econômicos, culturais, educacionais e sanitários como elementos infra-estruturais para dinamização da proposta curricular, destacando suas necessidades, interesses e aspirações no tocante ao aspecto educacional, foi trabalhada uma população alvo em número de 2370 habitantes, que apresentou características sócio-culturais rurais. Destes, 306 indivíduos tinham acesso à escola em 1983, 308 em 1984, 361 em 1985 e 462 em 1986.

Embora existissem diversas categorias de população, os problemas eram os mesmos, ampliados em proporção, acrescidos de uma ou outra variável relevante, mas que poderiam ser trabalhados ao mesmo tempo, centralizados no ambiente escolar.

Mediante a convivência, conheceu-se a forma de organização primitiva, rudimentar, simples, que caracteriza essas sociedades e atitudes assumidas diante dos fatos, o que fez crescer o empenho na busca de superação dos mesmos. A linguagem, embora um pouco diferenciada, não constitui em termos de código linguístico barreira para o desenvolvimento da pesquisa. Os aspectos sócio-antropológicos, econômicos, culturais, educacionais e sanitários como elementos infra-estruturais para implementação da proposta curricular, refletiam a história, o meio ambiente e o nível de instrução daquela população.

O conhecimento escolar era visto como importante para o trabalho agrário; o rural valoriza a escola. Apesar de seu elementar nível de escolaridade, reivindicava atualização e desenvolvimento de atividades de ensino ligados à vida real, preparação para o trabalho e qualificação profissional. O currículo teria que ser montado, sob base prática e utilitária. Os pais,

gradativamente modificavam seus interesses e aspiravam melhor padrão social, colocação profissional e salário gratificante para seus filhos.

No tocante à **pesquisa-ação realizada, alguns subsídios para o estudo do esforço da compatibilização da leitura da realidade feita pelos participantes da comunidade e o processo curricular**, podem ser extraídas:

A escola ao receber grades curriculares padrões e apostilas prontas, não está cumprindo o desenvolvimento de um processo de educação adequada. A grade curricular, enquanto visão restrita de um momento, é provisória e deveria ser estruturada a partir de necessidades e recursos locais, visando adequar o conteúdo a ser trabalhado com a prática, os objetivos a serem atingidos com educação integral. O processo educativo é conhecendo, viver a potencialidade e capacidade de cada aluno, atento às suas carências fisiológicas, habitacionais e emocionais em seu meio social. Este processo ocorre num tempo e espaço, momento único que se apreendido, refletir-se-á nas atividades exercidas no dia a dia.

Objetivando **identificar marcos da Legislação Educacional como suporte para tratamento de currículo na zona rural**, a pesquisadora destacou os seguintes aspectos relacionando às leis o processo educativo:

- os programas educacionais surgidos nas diferentes épocas, procuraram de uma forma ou de outra, solucionar através da educação os problemas das zonas rurais, em suas dimensões: técnicas (relativa às condições objetivas da agricultura), humanas (condições sanitárias da população), culturais (características culturais e educacionais da população);

- a problemática do ensino é questão a que se ligam importantíssimos interesses sociais e econômicos. Desenvolveu por isto, divergente e múltipla filosofia de ação no decorrer do tempo, num dinamismo ideológico e institucional;

- a evolução da educação elementar de todo Sistema de Ensino Brasileiro na área rural ou mesmo na urbana, processou-se lentamente. As causas que motivaram este fato, estão relacionadas às dependências: política do Brasil enquanto Colônia e Império de países e ideologia estrangeiras; do Paraná como 5ª Comarca do Estado de São Paulo; de divergências políticas do país como um todo e falta de continuidade dos Projetos, nos governos que se sucedem;

- a expansão da rede educacional rural e urbana, se deve à iniciativa oficial que gradativamente veio oferecendo recursos materiais e humanos para o processo de ensino, após muitos anos de solicitações e instâncias. Entretanto, o pioneirismo do ensino e da educação nacional cabe às instituições religiosas e organizações particulares, no decurso dos anos;

- a introdução dos imigrantes no Brasil e seus descendentes, repercutiu na estrutura sócio-econômica do país, expressando algumas conseqüências na área educacional: deu origem à criação de escolas para os indivíduos recém-chegados, aumentando o número das escolas rurais; influenciou na maior ou menor incidência de matrículas de novos alunos nas escolas públicas do país. Levou ao desenvolvimento, pelo exemplo, de suas organizações escolares. Favoreceu o intercâmbio cultural e relacionamento social. Canalizou para si, membros de famílias assentadas próximas aos núcleos de colonização; tornou complexo o Sistema de

Ensino pela miscegenação de filosofias, métodos, formas, conteúdos e procedimentos didático-pedagógicos. Provocou a implantação de modelo educacional brasileiro, que não condiz com a realidade nacional, tanto na área urbana quanto rural;

- a crise do ensino se revela na Legislação Educacional através do tempo se avoluma e cresce, na intenção de, pela norma, garantir unidade de educação no território nacional;

- a legislação não contém toda amplitude a ser atingida na operacionalização da sociedade educativa. Seu conteúdo e mutação expressam de modo evidente, as alterações e aberturas sofridas na realidade educacional no decurso do tempo;

- embora a norma evidencie querer solucionar os problemas educacionais por via legal e propicie oportunidade de criar alternativas pelos profissionais da educação, estes não se têm apropriado da abertura que a legalidade e seus recursos necessários oferecem, para trabalhar todo espaço educacional. Esta atitude de alienação quanto às possibilidades, resulta em variáveis que condicionam histórica, cultural, política e economicamente a paisagem educativa brasileira;

- o produto processual da educação que conduz à normatização deveria ser o operacionalizador do Sistema Educacional do Brasil. Entretanto a lei tem precedido a realidade do fato, estruturando, fazendo operar, retardando aquisição de vivências experienciais legítimas e construtivas;

- existe a necessidade de uma análise real da situação educacional relativa ao desenvolvimento do processo da educação formal, afim de gerar leis que tomem como fundamento a experiência vivenciada e a deficiência da qualidade do ensino.

A partir deste referencial legal e após ter sido caracterizada a comunidade local, desenvolveu-se a fase de trabalho participativo com o objetivo de **selecionar em conjunto com os participantes da comunidade conteúdos e meios para organização e dinamização da proposta curricular, a partir do saber manifesto e exposto na composição das grades curriculares.**

Entre as mudanças efetivadas nas grades curriculares, destaca-se a implantação de Educação Artística resgatando a produção artesanal e valorizando o trabalho de fundo de quintal como provedor de meio de subsistência (1984). Programa de Saúde para reeducação de hábitos sanitários e higiênicos, aprimorando as condições de vida individual, do lar e da sociedade. Cooperativismo, Culturas Agrícolas, Indústrias Caseiras e Preparo de Alimentos, Noções de Comércio (1985), iniciaram preparação para o trabalho na própria área rural, enquanto resgatava valores próprios e enfatizava a importância da responsabilidade da ação individual, compreendida e interpretada no contexto histórico. Acionou-se mecanismos de transformação do saber manifesto em saber sistematizado.

Para 1986, foram aventadas outras modificações: introdução de Inglês na grade curricular, objetivando condições de interpretação de manuais de utilização de máquinas e produtos agrícolas, além de preparar o migrante para uma sociedade mais ampla. Incluir-se-iam Oficinas de trabalho e manutenção com maquinaria, carpintaria e outras, visando qualificação e aperfeiçoamento profissional.

No contexto trabalhado, encontrou-se um campo favorecido por uma estrutura conscientizada da necessidade de mudança e

desejo de superação evolutiva. A aprendizagem deveria ser conjunta desde estruturas de base, até aspectos particulares: organização de classes, participação do jovem, da mulher, do idoso, preparo específico dos alunos para a vida.

O esforço de compatibilização entre processo dinâmico de currículo e realidade se fez, trabalhando seus problemas, obtendo-se resultados imediatos e propostas mediatas, a partir da realização de constantes reavaliações pelos participantes.

A ação na pesquisa, agira como motora da comunidade. A tradução do saber manifesto nas reuniões de pesquisa-ação, foi alicerce para composição das grades curriculares.

A característica básica da ação social foi o direcionamento, rumo a um significado mentalizado pelo agente, referindo-se ao indivíduo na estrutura social onde atua no tempo e no espaço. Deduziu-se assim, que os fenômenos sociais devam ser analisados através da soma de comportamentos individuais: o elemento humano interferiu na medida em que se relacionou no seu meio e transformou o social.

Com objetivo de examinar tendências assumidas pelo currículo a partir da pesquisa-ação realizada concluiu-se neste caso em que a conjugação de objetivos educacionais, com as necessidades, interesses e aspirações da população-alvo conduziu a etapas sucessivas de trabalho à definição de novas metas, deveria ser estabelecida, para que o processo de dinamização se efetivasse ao longo do tempo. As concepções Desenvolvimento de Processos Cognitivos, Auto-Avaliação (ou Experiência Consumatória) e Reconstrução Social* que facilita este esforço, se percebe na

* Todas as tendências curriculares que podem ser assumidas intencionalmente pelas escolas, são caracterizadas na parte referente à Revisão da Literatura, p. 10.

expressão da proposta curricular. Incorporando-se às experiências das tendências, na medida em que se valoriza o cotidiano do estudante, ele é capaz de compreender-se como pessoa, participando das decisões do dia a dia na família, na escola e na comunidade. Em função disso, cresce seu envolvimento com os problemas sociais.

Um benefício do estudo, foi a organização das propostas expressas nas grades curriculares nos anos de 1984 e 1985, como resultado da codificação do saber manifesto nos Seminários, Reuniões Pedagógicas, Técnico-Administrativas e contatos diretos com a população em diferentes oportunidades.

A grade curricular deve sempre refletir a realidade prática, espelhar a identificação da aprendizagem com a realidade do meio. Nas pequenas escolas isoladas, manuais prontos eram seguidos a risca; os educadores nem mesmo conheciam sua amplitude, apenas definiam-nos como rural, não questionando sua validade e aplicabilidade. A reflexão sobre processos, objetivos de ensino e conteúdos, a inclusão de novas disciplinas específicas, o reconhecimento do valor da prática frente à teoria, a região, o uso de recursos naturais e técnicos locais permitiu a aproximação da realidade professor-aluno.

Quanto às Questões Investigadas*

Em relação à comunidade

- Quais as origens da população envolvida?

Tomando como base os dados demográficos da cidade de Mor-

* O detalhamento de muitas das principais questões investigadas encontra-se registrado no 4º Capítulo, na parte referente às Informações Coletadas, dentro dos Resultados Obtidos.

retes, encontrou-se em 13.403 habitantes urbanos (censo 1980), 7.903 rurícolas (59% da população), naturais do litoral e afastados da orla marítima.

Descendentes de portugueses, italianos, alemães, norte-americanos, japoneses, índios e caiçaras, constituem uma comunidade miscigenada etnicamente, porém homogênea em seus modos de vida e produção de subsistência.

Integrando 23 áreas ao redor de Morretes, sítios e fazendas caracterizam uma área cultivada de 3.530 ha (hectares), num solo de irrigação natural, em condições ideais para agricultura.

Seu comportamento predominantemente atávico, fazia com que não explorassem muito seu espaço, limitando-se aos seus lares e arredores. Mantêm como tradição em sua cultura:

- **alimentação:** barreado, peixe, pirão de farinha (fabricada artesanalmente), mandioca, banana.

- **vestuário:** simples, rústico, similares à moda urbana muitas vezes.

- **ferramentas:** clássicas, em número reduzido.

- **hábitos:** cigarro de palha, chapéu de palha, andar descalço.

- **festas e eventos:** religiosas, junina, fandango, cívicas da cidade.

- **lazer:** pesca de vara, caça.

- **cultivo:** mamão, banana, frutas cítricas, horti-granjeiros, mandioca, cana-de-açúcar, carambola, goiaba. Produzem melado, rapadura e garapa (caldo de cana).

- **artesanato:** artefatos de vime, embé (cordoaria), palha, cerâmica.

- **divisão de trabalho:** as tarefas são divididas. Mulheres

e homens idosos e crianças trazem água para o lar, em latões de azeite ou similares. Os homens saem muito cedo para a roça, acompanhados de alguns filhos e na maioria das vezes da mulher.

- **crendices:** são supersticiosos e desconfiados. A função de médico, curandeiro e feiticeiro é exercida por um indivíduo determinado, que conhece a medicina natural, com experiência na prática e recursos nas plantas cultivadas. Exerce ainda orientação psicológica da população.

- Quais as profissões mais comumente encontradas?

A principal profissão encontrada é a de agricultor, seguida do criador de animais; seguem-se os operários em diversas categorias e os comerciantes. Finalmente, os funcionários públicos que atuam na Prefeitura, SANEPAR, TELEPAR, PRÓ-RURAL PRO-MUNICÍPIO, COPEL, DER, sediados no município de Morretes e arredores.

- Que tipos de atividades de produção e complementação são desenvolvidas pelas famílias?

As atividades de produção pertencem à agricultura e criação de animais. Registra baixa renda per capita como agricultores arrendatários, parceiros, mensalistas ou diaristas da lavoura (homens e mulheres). Há pouquíssimos minifúndios.

As conseqüências destes fatos são: a não permissão de consumo, de grande parte dos produtos industrializados no país, embora o Município tenha recebido o título de Maior Produtor Hortigranjeiro do litoral paranaense, superando em produção os três outros municípios agrícolas da micro-região; tem provocado o êxodo rural para os centros urbanos, que com a instalação pro-

gressiva de novas indústrias, apresentam melhores condições para absorver o fluxo de mão-de-obra, segundo algumas declarações (e isto nem sempre constitui realidade). O problema ali, como em todo Brasil é a conservação de forças antigas, ligadas às formas feudais de sociabilidade, economia, aos influxos da expansão do capitalismo no mundo e da luta pela hegemonia de mercados. Prevaecem nesta economia de subsistência, os setores de mão-de-obra primário (agro-pecuário) e secundário (com o início de seu modesto parque industrial e de manufaturados). Ainda que não haja mão-de-obra ociosa, o mercado é fraco. A venda de produtos próprios é escassa e a produção nativa pequena; falta divulgação e melhor apresentação nas embalagens, que favorecem o consumo.

- Quais os caracteres culturais presentes em seu vocabulário peculiar, hábitos e costumes?

A cultura tradicionalmente conservada entre alguns dos membros da área rural é impregnada de credices, folclore e religião alienadora. Sua linguagem (tomado o dialeto padrão como base) revestida de erros, traduz bem a realidade. Lêem seu mundo demarcando sotaques, pronúncias gramaticais alteradas e não usuais (peculiares).

Os hábitos de higiene precários, pela dificuldade de acesso à eletrificação, saneamento básico e educação em melhor nível.

Instituem sempre suas normas de vida e seus fazeres típicos. Em eventos e festas revivem danças folclóricas que passam de pai para filho.

- Quais as condições habitacionais?

Em sua maioria as casas são de madeira pouco conservadas (precárias mesmo) e de pequeno porte; estrutura de um só andar, quase sempre de forma retangular e um só aposento. Os serviços sanitários são externos e precários. O mobiliário é pobre; o repouso se faz sobre esteira ou rede de cipó. Seus utensílios de cozinha feitos ainda em barro ou alumínio; há canecas de alumínio, de latas de azeite ou de conserva com cabo e raramente de louça ou de porcelana. As paredes da casa não são providas de pintura e nela há pregos, onde se depositam e penduram objetos pessoais ou de trabalho, fotografias, calendários, estampas religiosas ou profanas. Às vezes panos bordados.

Em torno da casa o galinheiro, o jardim (às vezes) e a horta, o paiol depósito de suas reservas para consumo ou venda.

Sua economia é fechada e todos os membros da família devem ocupar-se de tudo para sobreviver e obter recursos para suas despesas.

Adotam uma bacia (plástica ou de latão) para higiene de louças e pessoal a roupa é lavada no rio, na água canalizada por bambu (desde o morro) ou em tinas de madeira.

Em relação à comunidade diante da escola

- Quais as aspirações da comunidade no sentido educacional?

A comunidade acreditou na educação e requisitou a escola como único meio de atualização, crescimento, desenvolvimento e impulso evolutivo. Estavam conscientes da necessidade de ter que mudar; aspiravam inovar e dinamizar o processo educacional e que o espaço físico, psicológico e pedagógico existente não

garantia. Desmotivava a frequência dos alunos.

Faltava-lhes preparo e coragem para expressar seus anseios e para motivá-los a participar ativamente do social, no qual aspiravam interferir para melhorar suas condições.

- Quais as necessidades manifestadas pela população adulta no sentido educacional?

Os adultos não cogitavam num retorno à escola, pois deviam pensar em produzir para sobreviver. Necessitavam que a escola os ajudasse no ensinar **conhecimentos** aos filhos (estes iniciam o trabalho muito cedo), atribuindo também ao trabalho uma dimensão educativa. Desejam aos filhos altos níveis de instrução e preparo para uma ocupação fora das lavouras, embora contraditoriamente gostassem que seu filho se tornasse um lavrador.

Percebem o ensino escolar como importante para o desempenho do trabalho no campo, para ler e interpretar as instruções dos produtos agrícolas industrializados; solicitaram inclusive Inglês com caráter utilitário, para aqueles (produtos) com informações naquela língua. Desejam, trabalham e conseguem continuidade de seriação na EDBCP, para que seus filhos prossigam no preparo escolar para a vida: os pais que têm seus filhos de 16 anos ou mais morando com a família, não estavam satisfeitos com a situação dos mesmos fora da escola.

Os que têm seus filhos cursando a EDBCP, solicitavam o desenvolvimento de matérias práticas, ligadas ao cotidiano.

- Quais os interesses demonstrados pelos jovens e pelos adultos?

No início do trabalho jovens e adultos esquivavam-se da

participação ativa na montagem do novo espaço educacional. À medida em que o processo se desenvolveu e perceberam que a escola estava facilitando (nas congregações) contatos, momento de diálogo, oportunizando participação na comunidade, integram-se. Colaboraram quando tiveram certeza de que o objeto da investigação na pesquisa, não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados no contexto.

- Quais as aspirações que ficaram presentes nos jovens e adultos?

A aspiração que ficou presente nos jovens e adultos foi a necessidade da continuidade da obra desenvolvida pela EDBCP, que lhes propiciaria oportunidade de resgate do tempo perdido, além de um futuro promissor. Com a volta à escola de alguns jovens, outros vislumbraram possibilidades de se atualizar e evoluir. Haviam aprendido a usar o conhecimento de modo efetivo na configuração de certas ações transformadoras, em diversas áreas específicas.

- Qual o interesse específico demonstrado pela comunidade em participar da dinâmica do currículo?

Mostraram interesse específico em participar da dinâmica do currículo por pressentirem por detrás da estratégia do trabalho, a condição de homem no mundo participativo e criativo. A disponibilidade de diálogo entre pesquisadora e membros representativos, o direito à argumentação, a distância entre eles e os resultados, decisões e ações efetivas decorrentes, lhes auferia autoridade e respeito. Os encontros expressavam suas

reais necessidades e do espaço faziam o contexto básico para uma teoria, aproximando a realidade vivida e o ideal; aproximando seu modo de vida, da possibilidade de participar numa sociedade mais ampla.

Quanto à Metodologia e Pessoas Envolvidas

Considera-se a pesquisa-ação um método utilizado não só para investigar, mas para atuar de forma teórica e prática com base na educação, comunicação e organização da conjuntura ou estrutura social.

Em função de diferentes critérios correspondentes à definição dos interesses do grupo, nesta pesquisa partiu-se do distanciamento entre currículo escolar proposto e a realidade sócio-educativa da população. Buscava-se soluções imediatas na comunidade rural litorânea de Morretes, que tinha idéias de mudanças.

A amostragem foi definida a partir de oito populações escolares computadas em 306 alunos no ano de 1983; 308 alunos em 1984; 361 alunos em 1985 e 462 alunos em 1986. Representavam os 2370 habitantes até onde se estendeu o campo de observação.

As comunidades eram dispersas; para se traçar metas comuns, abriu-se o diálogo entre interessados, para poder em conjunto definir problemas prioritários. Respeitadas as hierarquias organizacionais, todos tiveram livre expressão de palavra.

Adotando a orientação metodológica de pesquisa-ação e mediante aproximações sucessivas, identificou-se a estrutura sócio-cultural da população. Investigou-se através da observação participante utilizando diversas técnicas na coleta de dados: entrevistas, diário de campo, reuniões comunitárias, Seminário

rios, palestras, festas e na dinâmica de convivência do dia a dia com os rurícolas.

As investigações diagnósticas tornaram-se parte da observação não só nos grupos formados, mas nas colaborações espontâneas e nos diálogos pessoais. Houve participação constante da população, técnicas de dinâmica de grupo e pesquisa de campo.

Estas comunidades encontravam-se na fase da procura de nova estrutura social, tomando a instituição escolar enquanto responsável pela educação e inovação no meio, como apoio a seus anseios; demonstrou que de modo geral:

- a escola ainda é a organização que pode exercer sua verdadeira função de educar informando e instruir fazendo adquirir hábitos adequados ao meio, com vista à sociedade global;

- fazer um indivíduo conscientizado crescer, para atingir objetivos e como acréscimo ao meio.

No caso específico desta pesquisa:

- estabelecer contato entre diversas categorias e níveis sócio-econômicos promovendo interação e socialização entre seus membros;

- as mães dos alunos da EDBCP em sua maioria trabalham, com ou sem seus companheiros, na lavoura;

- há na comunidade oportunidade de atividade profissional diferente do trabalho habitualmente exercido, absorvendo considerável número de habitantes da área rural, estimulados pelo contato social ou pela mensagem dos meios de comunicação de massa;

- grande parte dos rurícolas reside na área rural, porém exerce atividade profissional fora da agro-pecuária;

- a escola como núcleo de interação social e cumprindo

sua função sócio-educativa, deixou de ser percebida como um corpo estranho no meio. Suas estruturas passaram a sofrer alterações, ampliando o foco de observação: há preocupação com o preparo profissional, as organizações de classe de produtores e artesãos, anseios de oferta de maior leque de aprendizagem, Seminários de atualização didático-pedagógica, instituição de eventos e comemoração de datas festivas;

- os hábitos dos professores sofreram modificações que não mais se limitando a instruir e avaliar rendimentos escolares: ampliam-se na forma de comprometimento com a reconstrução do sistema escolar, definem objetivos de ação e conteúdos pedagógicos dentro do planejamento; produzem informações, conhecimentos e materiais didáticos, de uso mais efetivo e projetivo.

O acompanhamento da escola foi feito durante os anos de 1983, 1984, 1985 até o período de matrícula para 1986, quando se julgou desnecessário o trabalho de facilitadora, desta pesquisadora, por ter a comunidade assumido a sua realidade educacional.

A análise crítica dos problemas da população, identificados e interrelacionados com o educacional, vindo à tona, foram organizados e sistematizados por ordem de prioridade de solução, pelos próprios participantes dos grupos. Determinaram-se mutirões e equipes de trabalho para carrear verbas e mobilizar e comunidade.

Nas reuniões, os planos de ação eram delineados em conjunto, definido para reestruturação da educação chave do movimento.

À medida que o trabalho se desenvolvia, a intervenção da pesquisadora no meio foi aceita com naturalidade.

Os resultados positivos das ações desenvolvidas divulgadas nos Seminários, nas retomadas e avaliações na busca de soluções internas, nas aprendizagens e objetivos concretizados, sempre foram comemorados em grupo.

Quando evidenciados seus efeitos, os participantes percebiam o concurso de suas competências.

O retorno dos resultados obtidos e dificuldades superadas visava dar uma visão do conjunto, o que não seria possível a nível de simples divulgação da informação.

Os efeitos da pesquisa-ação são a longo prazo e exigem por isso, tempo de dedicação dos pesquisadores, para além do (tempo) de integralização de suas pesquisas. É exigido deles um verdadeiro esforço de ação social mais permanente.

A avaliação do trabalho da pesquisa-ação se fez na medida em que, a comunidade estudada, se fez auto-suficiente e independente no sentido do conhecimento que, para alterar é necessário trabalho e esforço conjunto.

A fundamentação teórica apoiou-se:

- na legislação escolar objetivando clarificar a abertura que a lei oferece para que o profissional preparado, saiba dela se apropriar e usufruir seus benefícios;
- na fundamentação de teóricos da educação;
- em experts de Currículos e de Áreas Rurais;
- nas práticas vivenciadas pelos professores rurais e especialistas na temática.

O principal desafio constituiu-se na elaboração de novas formas de conhecimento social, o estabelecimento dinâmico de relacionamento pesquisadora-pesquisados e atualizado saber teórico de postura crítica.

A aceitação do trabalho nas comunidades foi um processo lento de conquista a cada encontro. Houve que se desprender totalmente de posturas pessoais e de adaptar-se ao modo de vida da população rural. Embora não perdendo o referencial teórico-metodológico de vista, os contatos informais requisitaram reflexões contínuas, dadas as variáveis intervenientes retomadas e trabalhadas com os participantes.

No final do trabalho, um fato exigiu registro quando houve substituição da segunda diretora da escola. A que é empossada, declarou que algumas das pretensões comunitárias da grade curricular proposta para 1986, não condiziam com uma realidade rural. Após reunião com responsáveis pelo Departamento de Educação, Cultura e Esportes de Morretes, fora decidido a permanência da grade curricular de 1985.

4.2 PROPOSIÇÕES VOLTADAS PARA REFLEXÃO A PARTIR DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Todo trabalho traz em seu bojo um sentido, uma necessidade de reflexão e continuidade, uma vez que possíveis falhas e novas descobertas incentivam o pesquisador a fazer fluir a busca permanente de novos rumos, ao desvendar o caminho investigado.

Assim sendo, o presente trabalho não fugindo a esta regra, propiciou a esta pesquisadora a oportunidade de levantar e ordenar algumas proposições, capazes de permitir o prosseguimento da dinâmica do processo iniciado. Para organizá-las foram escolhidas algumas categorias que permitissem agrupá-las e ordená-las segundo a natureza do assunto a que se referem.

É conveniente pensar em relação:

À Orientação Metodológica da Pesquisa-Ação e Auto-sensibilização do Pesquisador

A pesquisa-ação é uma alternativa a ser considerada como orientação metodológica de valor no trabalho de investigação científica no meio social. Por sua singularidade e contextualização, trabalha com os envolvidos fazendo emergir a problemática mediante um processo de auto-descoberta, promovendo discussões e elucidando potencialidades dos usuários em questão, fazendo-as convergir para resoluções dos problemas do próprio grupo.

Há necessidade de que seja estendida a outras áreas educacionais, não apenas à rural contexto do presente trabalho, mas em todos os processos de fazer-crescer, captando sensibilidade de acordo com a demanda das comunidades em relação ao trabalho, enquanto parte da auto-realização do ser humano e de sua expressão no coletivo.

Para efetivação das reuniões e Seminários, uma das preocupações reside em torno da importância de se escolher para o trabalho uma população incidental não muito numerosa, para que o grupo seja ao mesmo tempo representativo e potencialmente participante.

A partir das expectativas dos usuários, os objetivos a atingir são determinados tendo sempre caráter flexível e sendo direcionados pela vontade da maioria. A linguagem nestes encontros, necessita ser colocada em termos simplificados porque é através dela que toda fundamentação teórica das idéias, diretrizes e interpretação da pesquisa serão apreendidas pela população.

Torna-se impossível generalizar as interpretações e recomendações desta pesquisa-ação para qualquer outra área rural, pois cada uma destas é realidade única, inserida em um espaço contextual específico, em uma determinada época.

O pesquisador voltado à conquista da confiança da população rural e assumindo compromisso com a realidade que o acolheu, deve respeitar as privacidades e individualidades, não prescindindo de seu papel de estimulador, facilitador e intérprete de seus códigos. Torna-se relevante sua humildade, relativamente a propostas nem sempre aceitas nem condizentes com necessidades, interesses e aspirações da população-alvo. Caso, eventualmente haja rejeição de propostas, faz-se necessária a persistência no trabalho, abrindo diálogo em busca de soluções alternativas, para novas proposições a serem geradas. A pesquisa-ação não traz ao pesquisador uma satisfação imediata, por ter um caráter que pressupõe o alcance de resultados num tempo não previsto e envolvendo aspectos qualitativos que durante o processo poderão nortear ações inesperadas, de extensão e profundidade variadas.

Constitui parte da atribuição do pesquisador, estabelecer contato da população com especialistas e teóricos (prerrogativa depois repassada à escola), facilitando a extração de novos ensinamentos, num confronto entre os conhecimentos informal oculto, desvendado - manifesto e o formal.

Enquanto reavalia junto à comunidade suas tradições, religiões, hábitos, costumes, fazeres e saberes não refletidos no uso pela população no decorrer do trabalho, recupera o espaço histórico-cultural, estrutura base do processo evolutivo.

O facilitador, perceptivo do esforço do trabalho individual espontâneo, bem como do desempenho conjunto para atingir

metas comuns, estimula-se em sua proposta e renova seus ideais, a partir dos estímulos oferecidos pela comunidade onde está atuando.

Ao Currículo da Escola Rural e Atitudes do Professor

A escola é o ambiente onde o aluno é colocado isolado de seu ambiente prévio (o lar), num período da vida em que está supostamente mais aberto às modificações significativas relativamente a atitudes e valores. Comportamentos individuais no social e atuação no meio alteram-se, na medida que se reestrutura o ensino e ampliam-se oportunidades para aquisição de novos conhecimentos e reflexão dos anteriormente adquiridos. A instituição assume o papel de fulcro organizador, disseminador do ensino e da aprendizagem, não permanecendo neutra de valores, abrindo-se para o ambiente externo mediante prestação de serviços constituídos em troca, a partir da pesquisa-ação. Avança com os professores atualizando-os e incorporando elementos econômicos, sociais, políticos, culturais numa postura coerente com o educador, numa interação que caracteriza a verdadeira educação. É veículo de transmissão de um saber encontrado expresso em uma grade curricular e nos conteúdos que as matérias (ou disciplinas) nela espelhadas, fazem desenvolver. Mas, nem sempre a vivência dos seres humanos em sua comunidade é levada em consideração, na composição daqueles elementos constitutivos do Currículo.

Para que a educação nela pretendida se torne um processo natural, desvinculado essencialmente de esquemas previamente elaborados, propõe-se que atividades experienciais sejam efetivadas no ambiente cultural, possibilitando ao aluno o momento

de criação e do pensamento livre. Segundo os procedimentos mentais da natureza da criança, há que se compatibilizar característica infantil e do jovem e planos educacionais, numa tentativa de contribuir para descoberta de novas formas de ação, enquanto indivíduo e membro de uma sociedade.

Na preocupação de minimizar a evasão escolar na faixa etária 7-14 anos, idealiza-se e volta-se à montagem de laboratórios, oficinas de atividades, torna seu ambiente de trabalho uma opção prática e atraente, visto que o aluno permanece atualizado, conhecedor e usuário do próprio espaço escolar, em atividades complementares que lhe ampliam as experiências.

O currículo escolar em seu planejamento não pode deixar de corresponder às realidades rurais ou de outra natureza, preocupando-se com a unidade nacional, volta-se à capacitação do aluno no desempenhar seu nível educacional em outras escolas do mesmo grau. Esta foi a proposta da presente pesquisa-ação, quando assumiu para a área rural trabalhada, as concepções de currículo Desenvolvimento de Processos Cognitivos, Auto-atualização (ou Experiência Consumatória) e Reconstrução Social, tencionando através da educação formal dos indivíduos, orientá-los a viver melhor em novos ambientes ou a agir sobre o contexto em que funcionam. Intercomplementarizou-se como Currículo Pleno a Educação Geral e Formação Especial dinamicamente com as mudanças sócio-econômicas da região e da comunidade, no planejamento das grades e conteúdos curriculares, reconhecendo que estes têm características das intenções e dos comportamentos e atitudes a que se propõe auxiliar os alunos.

O professor é a variável de implementação mais significativa dos elementos constitutivos de currículo. Investe-se de

seu papel na prontidão funcional, mediante preparo profissional que lhe é propiciado nas várias escolas de formação do magistério. Como o tempo dedicado a esta formação nem sempre é bem aproveitado, quer por falha das instituições de ensino quer dos próprios estudantes, tem-se incentivado a permanente atualização e renovação do saber e de saber fazer nos grupos docentes.

Conscientizar-se do tipo de população com quem trabalha, suas carências e potencialidades, investigando riquezas naturais da localidade para aproveitá-las em atividades, tem mantido o professor em contato com a realidade na qual vive a clientela sob sua responsabilidade, principalmente na Escola Rural. Paralelamente à exploração do contexto trabalhado, deve contribuir conscientemente para avaliação dos currículos existentes, sugerindo modificações nos planos e conteúdos educacionais, integrando-os para dar-lhes maior significado. Para isto, tem seu método educacional fundamentado na oportunidade para viver entre tarefas preparadas e dispostas numa série de motivos e atividades culturais, em ambiente previamente organizado; tem sua autoridade provinda das inter-relações pessoais, interagindo uma estrutura, privilegiando no aluno aspectos cognitivos da personalidade, atitudes morais face ao trabalho, qualidades afetivas e relacionais na comunicação e nas origens da conduta individualizada.

Estuda para transmitir as idéias importantes com entusiasmo aos seus alunos, estando sempre ao lado dos mesmos, ajudando-os a desenvolver senso de responsabilidade nas opções. Sabe que a verdadeira concretização do planejar currículo, ocorre em sala de aula entre ele e o aluno; assim, engloba todos os recursos que o momento educacional e a comunidade podem ofere-

cer à aprendizagem.

Promove estruturação da aprendizagem mediante integração teórico-prática dentro de atividades estimuladoras e produtoras de procedimentos, nos quais o ser humano se ocupa em aprender; facilita ao aluno o exercício do pensamento reflexivo, a tomada de decisões e resoluções de problemas, por meio da organização de métodos e técnicas de exploração e investigação.

Às Instituições de Ensino Responsáveis pela Formação do Professor

A sociedade atual espera muito de suas instituições educacionais, particularmente das que preparam os profissionais na ciência pedagógica, a quem confiam a ação sistemática e prolongada da educação formal. Assim, o currículo escolar, que tem seu desenvolvimento discutido em reuniões de planejamento e orientação com participação de professores e comunidade usuária, parece contribuir para a melhor formação do estudante, tanto das séries iniciais quanto daquelas que se preocupam em formar profissionalmente o educador, que regerá aquelas classes. Sob este enfoque, o currículo também nestes graus de ensino caracteriza-se e define-se em práxis específica de atuação e reflete sobre ela convertendo-a em diretrizes.

Reconsiderando ainda as Concepções de Currículo abordadas na Revisão da Literatura desta pesquisa, identifica-se com a intenção do trabalho, adota Desenvolvimento de Processos Cognitivos, Auto-atualização (ou Experiência Consumatória) e Reconstrução Social concomitantemente, pela amplitude de suas propostas. Assume compromisso postural pedagógico coerente consigo, com o

alunado no contexto onde se insere. Cumprindo o dever inalienável de dominar os níveis mais elevados da ciência de seu tempo, aceita desafios, definindo com urgência seu papel no desenvolvimento científico e tecnológico, mediante pesquisa e ação, em todos os campos da atividade humana.

O professor, compreendendo as implicações do currículo escolar, pode desenvolvê-lo com capacidade de análise crítica e responsabilidade plena, respondendo ao plano educacional que se propõe a executar.

Que se promova auto-análise do aspecto profissional do professor.

O aperfeiçoamento do currículo em nossos cursos de formação de professores cabe às Instituições de 2º, 3º graus e pós-graduação, aos quais se sugere criar alternativas teórico-práticas, para que haja formação de profissionais na área rural. Esta medida se daria mediante oferecimento da visão das necessidades e práticas do meio rural, aos alunos, professores e especialistas, através do tipo do trabalho realizado nesta pesquisa-ação e análogos, criando respaldo para desempenho em suas futuras funções.

Retomando o ensino a nível de pós-graduação: há que se solicitar uma maior possibilidade de enriquecimento profissional, através das diferentes disciplinas de formações pedagógicas inerentes a currículo do curso. Visando torná-las cada vez mais objetivas e científicas, unir num desenvolvimento harmonioso pesquisa pura e pesquisa aplicada, permitindo aos alunos paridade na posse de níveis ascendentes de comportamentos científicos. Empregando-os em todos os campos de atividades técnicas e práticas continuamente aperfeiçoadas, dominar os embates postos pela realidade nacional, regional e local, aproximando

assim o ensino com outros setores da sociedade.

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná mais especificamente, o Departamento do Ensino, preocupado com a revitalização do Curso de Magistério de 2º grau, propôs em setembro de 1985, uma reformulação Curricular, alterando não só os conteúdos do Núcleo Comum do plano de estudos, mas principalmente a Parte Diversificada, incluindo como uma das matérias/disciplinas novas, a Educação no Meio Rural. Este estudo aborda a evolução das condições sociais e das atividades de ensino, o trabalho, organização escolar, processo curricular, trabalho docente e clientela escolar no meio rural, como também alternativas mais adequadas para o trabalho educativo. Que seja agilizada a reformulação.

Ao mesmo tempo, proporcionem cursos periódicos de aperfeiçoamento e reciclagens aos professores das áreas rurais, visando preparar e desenvolver os profissionais em seus diversos campos de atuação, habilitando-os para o desempenho competente e eficaz em sua ação docente. Fazendo entender que é no saber (conteúdo) ensinado, que se lança o verdadeiro destino das Pedagogias, isto é, que é na seleção e produção de conteúdos que se fundamenta o renovar das Pedagogias.

Finalmente, considerando a proposta deste trabalho em seus Cursos e mediante sua divulgação e estudo, aperfeiçoá-la constantemente no seu processo de aplicação.

ANEXOS

MORRETES, DADOS GEO-FÍSICOS E DEMOGRÁFICOS

Localização: a 8,48 metros acima do nível do mar, distante 63 km de Curitiba (Capital do Paraná), ligada pelas estradas São João da Graciosa - BR-277 e pela Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA.

Limites : Norte: Campina Grande do Sul
Leste: Paranaguã e Antonina
Sul : Guaratuba
Oeste: Piraquara
Sudoeste: São José dos Pinhais
Noroeste: Quatro Barras

Coordenadas geográficas: Latitude: 25°18'30" S (Sul)
Longitude: 48°48'34" WG (Oeste de Greenwich)

Temperatura: Máxima: 37°
Mínima: 13°
Média : 25°

Superfície : 722 km²

População : 13.043 habitantes (censo 1980), constituída por descendentes de índios, portugueses, italianos, alemães, norte-americanos, japoneses e caiçaras.

População urbana: 5.500 habitantes

População rural : 223 hab./km²

Solo: predominam os aluviões formados nas baixadas entre os morros cristalinos da encosta da Serra do Mar.

Tendem à acidificação, mas de boa fertilidade oferecem condições térmicas ideais para o desenvolvimento de vegetais.

Suas florestas naturais perderam a importância econômica por ter sido explorada em sua parte acessível; as matas ainda subsistentes, são de difícil acesso.

Área cultivada: 3.530 ha (hectares). Irrigação natural em condições ideais para agricultura (alicerce de sua estrutura econômica).

Produção anual média: 56.861 toneladas de horti-granjeiros.

Hidrografia: Rios Marumbi, Nhundiaquara (nhundia = peixe, jundia. Quara = empoçado, buraco) e seus afluentes: rio do Pinto, dos Macucos, do Cedro, do Arraial, Passa Sete, Sagrado, Itaperuçu, Saquarema, Ponte Alta, Tombo D'Água, Canoa, Mãe Catira, São João e Ipiranga (no qual se encontra o Salto Véu de Noiva).

Relevo: Serras da Igreja, Canavieiras, Farinha Seca, da Graciosa, dos Órgãos e Marumbi (onde situa-se o Pico do Marumbi com 1547 m).

Origem do nome: Porto de Três Morretes (que constituem três colinas demarcando seu relevo geográfico desde sua colonização).

Espaço sócio-cultural: Um teatro, um cinema, dois estádios-ginásios desportivos, um hospital, três farmácias, uma biblioteca Municipal, três clubes, um Parque Natural (Cascatinha), dois templos religiosos católicos

e diversos de outras religiões, um colégio Municipal e três Estaduais. Servida por rede de água e esgotos (SANEPAR), telefones (TELEPAR), de transporte rodoviário (Empresa Graciosa) e instituições de Assistência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

ESTADO DO PARANÁ

280

A U T O R I Z A Ç Ã O

AUTORIZAMOS, a Professora GEÝSA DE CASTRO SILVA, RG. 353.304 residente à RUA ATÍLIO BÓRIO, Nº 843, a fazer uso, a / partir do dia 02 de abril do corrente ano, da Escola Municipal "PROFESSORA DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO" como centro de pesquisa, ob-/servação e trabalhos comunitários envolvendo visitas aos familiares dos alunos e outras atividades sem ônus para este Município e com / finalidade específica de elaboração de TESE DE MESTRADO NA ÁREA / DE EDUCAÇÃO, concentração em currículo.

Outrossim, a referida mestranda fica sob compromisso de cumprimento de calendário, bem como atividades previamente solicitadas pelo DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO MUNICIPAL.

MORRETES, 25 de maio de 1984..


" ORLANDO CONFORTO "
-Prefeito Municipal-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RAKOTOMALALA, Pierre & KHOI, Le Thanh. A educação no meio rural. São Paulo, Cortez & Moraes, 1976. 129 p.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo, Cortez, 1985. 108 p.

ERRATA

pg	linha	palavra
xii	8	soluuction=solution
xiii	8	in made=it made
xiii	14	elfort=effort
xiii	15	od=of
3	29	compatibilizã-la=compatibilizã-lo
22	27	doméstiva=doméstica
37	4	habitações básicas=habilitações bá- sicas.
39	30	...escolarização,minimizando os ín- dices...
46	27	a)elevação a=elevação à...
86	—	incluir a pg 89 antes da pg 86(hou- ve engano na paginação)
243	4.4	serfente=servente
249	17	constitui=constituiu
252	27	afim de=a fim de
277	3	voa=boa